



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa



Evolução do Conceito de Mercado em Portugal
da Arquitectura do Ferro à Arquitectura Contemporânea
VOL. I

Ana Rita Casaleiro de Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Júri

Presidente: Prof^a Ana Cristina dos Santos Tostões

Orientador: Prof. João Vieira Caldas

Vogais: Prof^a Helena Silva Barranha

Novembro 2008

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Vieira Caldas, pela orientação, pela exigência e espírito crítico, pela motivação e pela paciência disponibilizadas.

A todos os que me apoiaram na realização deste trabalho.

Aos meus pais, por tudo. À minha tia e à minha madrinha pelo apoio durante estes anos em Lisboa.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial à Dora e à Marisa, a companheira de todas as horas de trabalho.

Ao Tiago pela paciência, pelo apoio e amor incondicional.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADO EM PORTUGAL

da Arquitectura do Ferro à Arquitectura Contemporânea

Resumo Analítico

A presente dissertação tem como objecto de análise os edifícios de mercado desenvolvidos no contexto arquitectónico português entre o final do séc. XIX e o início do séc. XXI. Com este estudo pretende-se compreender a evolução do conceito subjacente ao acto de projectar um mercado, ao longo de três períodos temporais correspondentes a três fases da arquitectura portuguesa: a Arquitectura do Ferro de finais de Oitocentos, a Arquitectura Moderna de meados do séc. XX (1920-1970) e a Arquitectura Contemporânea do final de século, na transição para o séc. XXI. A evolução temporal destes edifícios foi sustentada na análise e comparação de nove casos de estudo distribuídos pelas três fases.

O trabalho está estruturado em duas partes distintas. A primeira – *PARTE I, O Conceito de Mercado* –, de enquadramento ao tema da dissertação, faz uma breve introdução a este tipo de espaço comercial e apresenta uma sumária evolução histórica do mercado (da antiga Grécia até meados do século XIX), estabelecendo os antecedentes do período que será alvo de análise aprofundada na parte seguinte. A segunda parte – *PARTE II, A Evolução do Conceito de Mercado em Portugal* – corresponde ao corpo de desenvolvimento da tese, onde são analisados os estudos de caso divididos por três capítulos respeitantes às três fases da arquitectura portuguesa aqui em análise. Os casos de estudo são enquadrados por um contexto histórico e cada edifício é analisado pormenorizadamente segundo parâmetros como o historial do mercado, a sua inserção urbana e as características físicas, espaciais, funcionais, formais e construtivas que o caracterizam arquitectonicamente. Deste modo, procurou-se criar uma base comum aos diversos capítulos e casos de estudo, facilitando a sua comparação e a obtenção das características comuns fundamentais para a construção do objectivo principal desta dissertação.

No final de cada capítulo foram apresentadas *Notas Conclusivas* onde se sintetizou as características comuns aos casos de estudo e a outros exemplares do período respectivo. A necessária comparação entre esses elementos possibilitou não só estabelecer um processo evolutivo dessas mesmas características, como ainda compreender quais as que se mantiveram ao longo dos três momentos em análise.

Palavras-chave: Mercados, edifício do mercado, evolução dos mercados, espaços de venda, espaço comercial, arquitectura portuguesa do século XIX, arquitectura portuguesa do século XX

EVOLUTION OF THE CONCEPT OF THE MARKET BUILDING IN PORTUGAL

From Iron Architecture to Contemporary Architecture

Abstract

The aim of the present dissertation is to analyze market buildings developed within the Portuguese architectonic context from the end of the 19th century to the beginning of the 21st century. The study aims at understanding the evolution of the concept subjacent to the act of projecting a market building throughout the three periods corresponding to the three phases of the Portuguese architecture: the Iron Architecture from the end of the 1800's; the Architecture of the Modern Movement from the middle of the 20th century (1920-1970); and Contemporary Architecture from the end of the 20th century into the 21st century. The evolution of these buildings throughout this time frame was based on the analysis and comparison of nine study cases distributed throughout the three phases.

The dissertation has been structured into two distinct parts; the first part – *PART I, The Market Concept* –, which is the framework for this dissertation, briefly introduces this type of commercial area, and gives a brief introduction to the historical evolution of the market (from ancient Greece to mid-19th century), establishing the antecedents of the period which are analyzed in depth in the second part. *PART II, The Evolution of the Market Concept in Portugal* – corresponds to the main body of the thesis, where the study cases, divided into the three chapters corresponding to the three phases of the Portuguese architecture under study, will be analyzed. The study cases are set within a historic context and each building is analyzed in detail according to certain parameters, such as the history of the market, its urban setting, and the physical, spatial, functional, formal and constructive features that characterize it architecturally. Thus, a common basis for the various chapters and study cases has been sought that will enable them to be compared and will help to obtain the fundamental common characteristics on which to build the main objective of this dissertation.

Conclusive Notes can be found at the end of each chapter summarizing the characteristics common to the study cases and other examples of the respective period. The necessary comparison between these items made it possible to establish not only the evolving process of those same characteristics, but also to understand which remained throughout the three periods under analysis.

Key-words: Markets, market building, evolution of the markets, sales areas, commercial area, Portuguese architecture of the 19th century, Portuguese architecture of the 20th century

ÍNDICE

	Página
Agradecimentos	i
Resumo Analítico	ii
<i>Abstract</i>	iii
Índice	iv
Lista de Figuras e Lista de Abreviações	vi-xvii
Lista de Figuras	vi
Lista de Abreviações	xvi
INTRODUÇÃO	1 – 4
1 – O Tema e sua justificação	1
2 – Objectivos	2
3 – Metodologia e Estrutura da dissertação	3
PARTE I	
O CONCEITO DE MERCADO	
O Tema e sua Evolução Histórica	5 – 14
1 – O Mercado	6
2 – A Evolução Histórica do Mercado - Antecedentes	8
PARTE II	
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADO em Portugal	
Análise dos Casos de Estudo	15 – 115
Capítulo 1 – Arquitectura do Ferro em Portugal: Final Séc. XIX – Início Séc. XX	16 – 46
1.1 – Contexto Histórico	17
1.2 – Casos de Estudo	23
1.2.1 – Mercado Ferreira Borges, Porto	24
1.2.2 – Mercado 24 de Julho (da Ribeira), Lisboa	29
1.2.3 – Mercado da Ribeira, Tavira	37
1.3 – Notas Conclusivas	44
Capítulo 2 – Arquitectura Moderna Portuguesa: Meados do Séc. XX	47 – 84
2.1 – Contexto Histórico	48
2.2 – Casos de Estudo	59
2.2.1 – Mercado Municipal de Arroios, Lisboa	60
ÍNDICE	iv

2.2.2 – Mercado do Bom Sucesso, Porto	66
2.2.3 – Mercado de Vila da Feira, Santa Maria da Feira	74
2.3 – Notas Conclusivas	82
Capítulo 3 – Arquitectura Contemporânea Portuguesa: Final Séc. XX – Início Séc. XXI	85 – 115
3.1 – Contexto Histórico	86
3.2 – Casos de Estudo	91
3.2.1 – Mercado Municipal de Braga (Carandá), Braga	92
3.2.2 – Mercado Municipal de Tavira, Tavira	99
3.2.3 – Mercado da Interface Luz-Colégio Militar, Lisboa	106
3.3 – Notas Conclusivas	112
CONCLUSÕES	116 – 121
BIBLIOGRAFIA	122 – 128
I – Bibliografia Geral	122
II – Bibliografia Específica: Casos de Estudo	125
II.1 – Obras	125
II.2 – Fontes Documentais	127
II.3 – Outras Fontes	128

Lista de Figuras e Lista de Abreviações

LISTA DE FIGURAS

	P.
PARTE I	
I.1 Mercado de Corinto (Costa, 1996: 7)	8
I.2 Planta de Pompeia, em reconstrução no ano de 79 (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 293)	8
I.3 Planta do <i>Forum</i> Imperial, Roma (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 189)	9
I.4 Mercado de Puteoli ou Pozzuoli (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 298)	9
I.5 Axonometria do Mercado de Trajano, Roma (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 240)	10
I.6 Axonometria do Mercado de Trajano, Espaço Comercial (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 241)	10
I.7 Monpazier, França, Idade Média (Costa, 1996: 24)	11
I.8 Planta de Munich, Alemanha, Idade Média (Costa, 1996: 24)	11
I.9 Planta de Winchester, Inglaterra, Idade Média (Costa, 1996: 23)	11
I.10 O Mercado da Ribeira Nova na sua forma primitiva (Aquarela existente no Museu da Cidade, Séc. XIX) (Maio et al., 1991: 4)	12
I.11 <i>Loggia del Mercato na Piazza Grande</i> em Arezzo Fonte: http://www.arez Zoturismo.it/php/index.php?b=5&p=cosavedere.html [22/10/2007]	12
I.12 <i>Loggia del Mercato Nuovo</i> , Florença Fonte: http://members.virtualtourist.com/m/p/m/238fe9/ [22/10/2007]	12
I.13 Mercado de Saint-Germain, Paris (Nonnel et al., 1992: 123)	13
I.14 Interior dos <i>Halles Centrales</i> Fonte: http://www.parisbestlodge.com/leshalles.html [18/10/2007]	13
I.15 Planta de parte dos <i>Halles Centrales</i> de Paris (Enciclopedia Universal Ilustrada, s.d.: 783)	14
PARTE II	
Capítulo 1	
II.1.1 Sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa (foto ant. a 1910) Foto: Paulo Guedes Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	19

II.1.2	Mercado de São Bento (foto ant. a 1938) Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	20
II.1.3	Mercado 24 de Julho (da Ribeira) (foto ant. a 1893) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	20
II.1.4	Estação de Santa Apolónia Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	21
II.1.5	Palácio de Cristal (demolido em 1951) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	21
II.1.6	Mercado da Praça da Figueira (foto ant. a 1949, data da sua demolição) Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	21
II.1.7	Mercado Ferreira Borges (foto ant. a 1983) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	21
II.1.8	(Antigo) Mercado Municipal de Tavira (foto de 1998) (Heitor, 1999: 10)	22
II.1.9	Vista Aérea do Mercado do Bolhão (postal c. 1932) Fonte: http://www.porto.taf.net/dp/node/966 [06/03/2008]	22
II.1.10	Mercado Ferreira Borges Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	24
II.1.11	Ortofoto-mapa da Zona da Ribeira, Porto Fonte: Google Earth [30/01/2008]	25
II.1.12	Vista geral da Praça Infante D. Henrique Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	25
II.1.13	Representação Axonométrica Autor: Arq ^o . Marco António Carneiro Fonte: <i>Porto Digital – Concurso o Porto em 3D Home Page</i> , Disponível em: http://www.portodigital.pt/3d/index.php?menu=50505&ed=28&qual=128&pagina=1 [30/01/2008]	26
II.1.14	Interior: nave central e pavilhões (vista de Sul para Norte) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	26
II.1.15	Planta esquemática: eixos estruturantes Autor: Ana Rita Oliveira, 2008	26
II.1.16	Perspectiva de Sudeste: fachadas sul (principal) e nascente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	27
II.1.17	Fachada poente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	27
II.1.18	Corte Transversal Projecto do Mercado Ferreira Borges – Companhia Aliança (s.d.) Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto	28
II.1.19	Fachada Sul (principal) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	28
II.1.20	Interior: pormenor colunas Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	28

II.1.21	Mercado 24 de Julho (foto c. 1900) Fonte: (Silva, 1989: anexo 95)	29
II.1.22	Mercado 24 de Julho: fachada sul (foto ant. 1893) Fonte: (Maio e tal., 1991: 7)	30
II.1.23	Mercado 24 de Julho: fachada sul (foto 1936) Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico	30
II.1.24	Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911 Planta 10-E: Área entre o Largo Conde de Barão e a Praça Duque de Terceira (datada de 1908) Levantamento e desenho sob direcção de (Júlio António Vieira) da Silva Pinto e de (Alberto) de Sá Correia Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa	31
II.1.25	Panorâmica da Ribeira (foto ant. 1893) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico	31
II.1.26	Mercado 24 de Julho: fachada orientada para a Av. 24 de Julho (foto c. 1900) Foto: Eduardo Portugal Fonte: (Silva, 1989: anexo 95)	32
II.1.27	Venda do peixe (por grosso) no pátio central (foto 1912) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico	32
II.1.28	Planta esquemática: eixos estruturantes Esquema realizado sobre: Projecto de Ressano Garcia, 1879 Fonte: (Silva, 1989: anexo 94)	33
II.1.29	Alçados Norte e Sul Projecto de Ressano Garcia, 1879 Fonte: (Silva, 1989: anexo 94)	34
II.1.30	Torre do Relógio: fachada sul (foto 1882-1893) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico	34
II.1.31	Corte transversal do mercado: vista para Norte Projecto de Ressano Garcia, 1879 Fonte: (Maio et al., 1991: 9)	35
II.1.32	Interior de um dos corpos de venda a retalho (foto 1882-1893) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico	35
II.1.33	Mercado da Ribeira (antigo Mercado Municipal de Tavira) Fonte: (Heitor, 1999: 10)	37
II.1.34	Vista do Mercado a partir do jardim Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	37
II.1.35	Fachada poente após a intervenção em 2000 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	38
II.1.36	Interior do mercado após a intervenção em 2000 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	38
II.1.37	Ortofoto-mapa de Tavira Fonte: (CMT, 2002: 3)	39
II.1.38	Vista do mercado a partir do Rio Gilão Fonte: (Heitor, 1999: 10)	39

II.1.39	Fachada Sul: Rua José Pires Padinha (foto 1998) Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	39
II.1.40	Percurso correspondente ao eixo Nascente-Poente (foto 1998) Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	40
II.1.41	Espaço central: percurso que circunda as áreas centrais <i>a</i> e <i>b</i> (foto 1998) Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	40
II.1.42	Planta esquemática: eixos estruturantes Esquema realizado sobre: Levantamento do ICIST/IST, 1998	40
II.1.43	Alçados: Nascente, Poente, Norte e Sul Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	41
II.1.44	Módulo de entrada da fachada Sul (foto 1998) Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	41
II.1.45	Esquema Funcional do Mercado Realizado com base: Levantamento do ICIST/IST, 1998	42
II.1.46	Porta central poente Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura	43

PARTE II
Capítulo 2

II.2.1	Cinema Capitólio (foto c. 1960) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	49
II.2.2	Instituto Superior Técnico Fonte: José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro – <i>Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940</i> . Lisboa: CML, 1991, p. 45	50
II.2.3	Casa da Moeda (foto post. 1941) Foto: Paulo Guedes Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	50
II.2.4	Igreja de Nossa Senhora de Fátima (foto 1956) Foto: Mário Novais Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	51
II.2.5	Exposição do Mundo Português (foto 1940) Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	52
II.2.6	Praça do Areeiro, Lisboa (foto 1958) Foto: Armando Serôdio Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	52
II.2.7	Mercado de Ovar Fonte: http://arkitectos.blogspot.com/2008/04/mercado-de-ovar-arq-janurio-godinho.html [11/03/2008]	53
II.2.8	Mercado do Bom Sucesso, Porto Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	54
II.2.9	Palácio Atlântico, Porto Foto: Marisa Bomba, 2007	54

II.2.10	Bairro das Estacas, Lisboa (foto 1958) Foto: Armando Serôdio Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico	54
II.2.11	Mercado de Vila da Feira Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	55
II.2.12	Pavilhão de Ténis na Quinta da Conceição, Matosinhos Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 30	55
II.2.13	Casa de Chá da Boa Nova, Leça da Palmeira Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Siza_BoaNovaTeaPavillion2.jpg [15/03/2008]	56
II.2.14	Fundação Calouste Gulbenkian (interior), Lisboa Foto: Ana Rita Oliveira, 2003	56
II.2.15	Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 132	58
II.2.16	Igreja do Sagrado Coração de Jesus (interior), Lisboa Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 138	58
II.2.17	Banco de Oliveira de Azeméis Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 143	58
II.2.18	Mercado Municipal de Arroios Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/ Arquivo Fotográfico	60
II.2.19	Ortofoto-mapa do Bairro dos Actores, Lisboa Fonte: <i>Lisboa Interactiva</i> (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, disponível em: http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt [30/06/2008]	61
II.2.20	Vista a partir da Rua Ferreira da Silva Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	61
II.2.21	Entrada Nordeste orientada para a Rua Lucinda Simões (foto s.d.) Foto: Eduardo Portugal Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/ Arquivo Fotográfico	62
II.2.22	Interior do volume B (foto 1939) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/ Arquivo Fotográfico	62
II.2.23	Planta: esquematização dos volumes Esquema realizado sobre: Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939 Fonte: IAN/TT, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente	62
II.2.24	Corte Nascente-Poente: esquematização dos volumes Esquema realizado sobre: Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939 Fonte: IAN/TT, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente	62

II.2.25	Planta esquemática: eixos estruturantes Esquema realizado sobre: Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939 Fonte: IAN/TT, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente	63
II.2.26	Espaço de circulação: volume A Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	63
II.2.27	Alçado Norte ou Sul Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939 Fonte: IAN/TT, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente	64
II.2.28	Percurso poligonal (central) do mercado: volume B Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	65
II.2.29	Pátio interior coberto (fontes) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	65
II.2.30	Espaço principal do mercado: estrutura porticada do volume B Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	65
<hr/>		
II.2.31	Mercado do Bom Sucesso Foto: Carlos Romão Fonte: <i>A Cidade Surpreendente – Blogue sobre a cidade do Porto</i> (Post de 28/06/2006), disponível em: http://cidadesurpreendente.blogspot.com/search?q=Mercado+do+Bom+Sucesso [30/06/2008]	66
II.2.32	Ortofoto-mapa da área envolvente ao mercado, Porto Fonte: Google Earth [30/06/2008]	67
II.2.33	Vista geral da praça e do mercado do Bom Sucesso a partir da Rua de Gonçalo Sampaio (fachada poente) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	67
II.2.34	Fachada Nascente orientada para o Largo Ferreira de Lapa (praceta de serviço no tardoz) Foto: João Pereira de Sousa Fonte: <i>Sítio do Fórum Arquitectura.pt</i> , disponível em: http://arquitectura.pt/forum/f10/ars-arquitectos-mercado-do-sucesso-9861.html [01/02/2007]	67
II.2.35	Fachadas Poente e Sul (acesso ao Piso 1, zona do peixe) Foto: João Pereira de Sousa Fonte: <i>Sítio do Fórum Arquitectura.pt</i> , disponível em: http://arquitectura.pt/forum/f10/ars-arquitectos-mercado-do-sucesso-9861.html [01/02/2007]	68
II.2.36	Corte transversal (AB) Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949 Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto	68
II.2.37	Vista geral do interior do mercado a partir do lado sul do piso 3 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	69
II.2.38	Planta esquemática (Piso 2): eixos estruturantes Esquema realizado sobre: Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949 Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto	69
II.2.39	Galeria do piso 3 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	70
II.2.40	Área sul do mercado vista a partir da galeria do piso 3 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	70

II.2.41	Fachada Principal, Poente (orientada para a Praça do Bom Sucesso) Foto: Carlos Romão Fonte: <i>A Cidade Surpreendente – Blogue sobre a cidade do Porto</i> (Post de 28/06/2006), disponível em: http://cidadesurpreendente.blogspot.com/search?q=Mercado+do+Bom+Sucesso [30/06/2008]	71
II.2.42	Vista da zona de venda de peixe (piso 1), a partir do piso 2 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	71
II.2.43	Cobertura em abóbada vista a partir do piso 3 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	72
<hr/>		
II.2.44	Mercado de Vila da Feira Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	74
II.2.45	Ortofoto-mapa da área envolvente ao mercado, Santa Maria da Feira Fonte: Google Earth [30/06/2008]	74
II.2.46	Fachada Nascente: perspectiva obtida da Rua dos Descobrimentos Fonte: (Trigueiros, 1993: 60)	74
II.2.47	Vista aérea da área envolvente ao mercado Fonte: (Becker e tal., 1997: 223)	75
II.2.48	Vista da Rua dos Descobrimentos, obtida do terraço na frente do mercado Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	75
II.2.49	Pátio, vista obtida a partir do nível inferior Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	75
II.2.50	Vista da Igreja de Santa Maria da Feira obtida a partir do mercado Fonte: (Trigueiros, 1993: 61)	75
II.2.51	Planta: designação dos corpos Esquema realizado sobre: Planta do mercado retirada de (Trigueiros, 1993: 59)	76
II.2.52	Corte: designação dos corpos Esquema realizado sobre: Planta do mercado retirada de (Trigueiros, 1993: 59)	76
II.2.53	Corpo C3 ao fundo, corpo C2 à direita Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	77
II.2.54	Corpo C2, venda de flores Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	77
II.2.55	Fachada Poente do corpo nascente C1 (talhos) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	77
II.2.56	Corpo C4, área encerrada Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	77
II.2.57	Planta esquemática: organização espacial Esquema realizado sobre: Planta do mercado retirada de (Trigueiros, 1993: 59)	78
II.2.58	Pátio, vista a partir do nível superior Fonte: (Trigueiros, 1993: 63)	78
II.2.59	Fachada Nascente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	79
II.2.60	Entrada do público a norte Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	79

II.2.61	Pormenor de um estabelecimento (talho): corpo C1 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	80
II.2.62	Corpo C4, bancas da criação Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	80
II.2.63	Corte corpo C4 Fonte: (Trigueiros, 1993: 63)	80

PARTE II
Capítulo 3

II.3.1	Complexo Habitacional “Pantera Cor-de-Rosa”, Lisboa Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 54	86
II.3.2	Habitações Sociais na Quinta da Malagueira, Évora Fonte: http://flickr.com/photos/barro/1216439239/in/photostream/ [12/09/2008]	86
II.3.3	Casa da Cultura, Beja Fonte: http://dotecome.blogspot.com/2007_10_01_archive.html [12/09/2008]	87
II.3.4	Centro comercial, habitação e escritórios, Amoreiras, Lisboa Fonte: http://premiosvalmor.blogspot.com/ [12/09/2008]	87
II.3.5	Mercado Municipal de Braga (Trigueiros, 1994: 44)	88
II.3.6	Paços do Concelho, Matosinhos Fonte: http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=38785 [12/09/2008]	88
II.3.7	Piscinas Municipais, Campo Maior Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 76	89
II.3.8	Escola Superior de Educação Foto: Ana Rita Oliveira, 2002	89
II.3.9	Centro Cultural de Belém, Lisboa Fonte: http://www.risco.org/pt/projectos/edificios/ccb/2.html [12/09/2008]	90
II.3.10	Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 58	90
II.3.11	Corpo de Anfiteatros do Campus Universitário, Aveiro Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 106	90
II.3.12	Estação do Metropolitano do Cais do Sodré, Lisboa Foto: Catarina Botelho Fonte: Ana Vaz Milheiro (coord. ed.) – <i>Arquitectos Portugueses Contemporâneos, Obras Comentadas e Itinerários para a sua visita</i> . Lisboa: Público, 2004, p. 133	90
II.3.13	Mercado Municipal de Braga (do Carandá) Foto: Luís Ferreira Alves Fonte: (Moura, 2005: 104)	92

II.3.14	Entrada poente após a intervenção de 2001 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	92
II.3.15	Vista do antigo espaço de venda do mercado Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	92
II.3.16	Ortofoto-mapa do Bairro do Carandá, Braga Fonte: Google Earth [25/07/2008]	93
II.3.17	Vista aérea do mercado Fonte: (Moura, 1997: 80)	93
II.3.18	Vista de sudoeste Foto: Luís Ferreira Alves Fonte: (Moura, 2005: 104)	94
II.3.19	Passagem superior Fonte: (Trigueiros, 2000: 47)	94
II.3.20	Vista de nordeste Fonte: (Trigueiros, 2000: 44)	95
II.3.21	Interior do espaço de mercado Fonte: (Moura, 1997: 82-83)	95
II.3.22	Planta esquemática (Piso 0): eixo estruturante Esquema realizado sobre: elementos cedidos (em formato digital) pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura	95
II.3.23	Esquema de designação das áreas (axonometria) Esquema realizado sobre: elementos cedidos (em formato digital) pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura	96
II.3.24	Vista obtida de Nordeste Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	96
II.3.25	Espaços encerrados do piso inferior da zona B Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	96
II.3.26	Bancas fixas para venda de peixe Fonte: (Trigueiros, 1994: 45)	97
II.3.27	Mercado em funcionamento Fonte: (Moura, 1997: 83)	97
II.3.28	Planta, alçados e corte transversal: zona A Fonte: (Trigueiros, 2000: 44)	98
II.3.29	Mercado Municipal de Tavira Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	99
II.3.30	Painel Alto Relevo: parede poente sobre as bancas horto-frutícolas Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	99
II.3.31	Ortofoto-mapa da envolvente ao mercado, Tavira Fonte: Google Earth [30/07/2008]	100
II.3.32	Vista norte do mercado e da Av. Dom Manuel I Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	100

II.3.33	Esquemática dos volumes Esquema realizado sobre: Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira	101
II.3.34	Fachada Poente (principal), orientada para a Av. D. Manuel I Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	101
II.3.35	Ala Norte de bancas horto-frutícolas: vista a partir da entrada principal Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	101
II.3.36	Planta esquemática: organização espacial Esquema realizado sobre: Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira	102
II.3.37	Percurso principal que atravessa o mercado (Noroeste-Sudeste) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	102
II.3.38	Alçados Poente e Norte Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira	103
II.3.39	Entrada principal, pela fachada poente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	103
II.3.40	Fachada Nascente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	103
II.3.41	Vista da galeria de lojas exteriores na fachada poente Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	104
II.3.42	Alas sul e nascente de bancas de peixe Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	104
II.3.43	Corte A-B Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira	105
II.3.44	Mercado da Interface Luz-Colégio Militar Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	106
II.3.45	Planta Geral Projecto: Plano de Requalificação do Espaço Público Envoltante ao C.C. Colombo e Quinta da Granja Fonte: CML/DMAU/DEP, gentilmente cedido pela Arqt. ^a Marta Baptista	106
II.3.46	Ortofotomapa da Interface Luz-Colégio Militar, Lisboa Fonte: Google Earth [12/11/2007]	107
II.3.47	Vista poente do Mercado (à esquerda) e do terminal rodoviário (à direita) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	107
II.3.48	Planta de designação dos volumes Projecto do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar Fonte: CML/DMAU/DEP, gentilmente cedido pela Arqt. ^a Marta Baptista	108
II.3.49	Vista da frente do mercado a partir de Noroeste Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	108
II.3.50	Alçado Sul (frente) Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	108

II.3.51	Planta esquemática: eixos estruturantes Esquema realizado sobre: Projecto do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar Fonte: CML/DMAU/DEP, gentilmente cedido pela Arqt. ^a Marta Baptista	109
II.3.52	Tardoz do mercado (norte): rampa que faz a ligação à cota inferior Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	109
II.3.53	Escada de ligação à cota superior no tardoz Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	109
II.3.54	Alçados Sul e Norte Projecto do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar Fonte: CML/DMAU/DEP, gentilmente cedido pela Arqt. ^a Marta Baptista	110
II.3.55	Pormenor da planta Projecto do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar Fonte: (Baptista, 2003: 27)	110
II.3.56	Corpo A1 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007	111

LISTA DE ABREVIÇÕES

ant.	anterior
c.	cerca
co-aut.	co-autor
coord.	coordenação
coord. ed.	coordenação editorial
dir.	direcção
fig.	figura
figg.	figuras
n ^o	número
p.	página
p.e.	por exemplo
post.	posterior
pp.	páginas
s.d.	sem data (de edição)
séc.	século
vol.	volume
vols.	volumes

AAP	Associação dos Arquitectos Portugueses
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna

CML	Câmara Municipal de Lisboa
CML /DMAU/DEP	Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal de Ambiente Urbano/Divisão de Estudos e Projectos
CMP	Câmara Municipal do Porto
CMT	Câmara Municipal de Tavira
DMAC	Departamento de Estudos e Urbanismo Comercial
FAUP	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
ICIST	Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IST	Instituto Superior Técnico
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local

1 O Tema e sua justificação

O estudo apresentado foi realizado no âmbito da unidade curricular Projecto Final/Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitectura, do Instituto Superior Técnico. Tendo por tema a *Evolução do Conceito de Mercado em Portugal*, a presente dissertação tem como **objecto de análise** os edifícios de mercado desenvolvidos em Portugal no período que decorre entre os finais do séc. XIX e o início do séc. XXI. Assim, centrada em casos de estudo de três períodos do universo arquitectónico português, a análise inicia-se com a arquitectura do ferro de finais de Oitocentos, atravessa as várias fases da produção moderna portuguesa do séc. XX e termina com a arquitectura contemporânea do final do mesmo século, estendendo-se até à transição para o actual séc. XXI.

Para um melhor entendimento da análise que é feita neste trabalho e das premissas que estão na sua base é necessário compreender a influência do programa da disciplina de Projecto Final na escolha do tema. Este programa, cuja área de intervenção é a Baixa Pombalina de Lisboa, foi num primeiro momento objecto de análise e diagnóstico (em grupos de alunos) para a *Reorganização e Recuperação da Praça da Figueira e edificado envolvente*. Estabelecidos os factores de declínio, as oportunidades e as directrizes gerais da proposta de actuação na Praça da Figueira, o projecto individual, desenvolvido numa segunda fase, centrou-se no elemento principal da intervenção: um edifício de mercado. Assim, o valor patrimonial da área em causa – o centro histórico da cidade –, a anterior existência de um mercado no mesmo local (1885-1949) e a necessidade de reabilitar socialmente a Praça da Figueira e a sua envolvente acabaram por ser factores determinantes na escolha desta temática.

Se a motivação inicial surgiu com a elaboração do projecto, a motivação final foi igualmente sustentada pela carga social destes edifícios, pelo seu simbolismo como espaços colectivos significantes, pelo espectáculo de cores, luz, cheiros e pessoas no qual me vi envolvida nas visitas que fiz e finalmente, pela constatação de uma (quase total) ausência de estudos dentro deste tema¹, o que de certo modo serviu também de inspiração para a realização deste estudo na possibilidade de uma pequena contribuição para que se desenvolvam outros trabalhos na mesma área e para que a progressiva desvalorização destes espaços não ponha em causa a sua continuidade.

¹ Existe um estudo, realizado como Prova Final da Licenciatura em Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, intitulado *O Mercado* (Costa, 1996), que embora assente igualmente na evolução da tipologia de mercado centra-se no período temporal que antecede a presente dissertação, desde a antiga Grécia até à Arquitectura do Ferro.

2 Objectivos

O objectivo principal desta tese prende-se com a compreensão da **evolução temporal do conceito** subjacente ao acto de projectar um edifício de mercado, ou seja, com a compreensão da evolução da tipologia de mercado no contexto português ao longo de três períodos temporais, abrangendo questões formais, espaciais, funcionais e construtivas. Para estruturar essa evolução foi necessário analisar casos de estudo respeitantes aos diversos períodos, criando primeiramente um entendimento das características comuns a cada uma das épocas.

A aquisição de conhecimentos que pudessem reflectir-se na elaboração do exercício da cadeira de Projecto Final foi assumida também como um objectivo, pela importância que a pesquisa de outros exemplares adquire no processo de concepção de um edifício, cujo conceito nunca está (ou nunca deveria estar) desligado do seu contexto geográfico, cultural, social e temporal.

É ainda de extrema importância a necessária reflexão sobre as reabilitações e/ou reconversões realizadas em alguns dos casos de estudo, num contexto em que é crescente a desvalorização dos mercados enquanto espaços comerciais e sociais e em que se torna premente muitas das vezes a sua adaptação à sociedade actual.

3 Metodologia e Estrutura da dissertação

Para a realização deste trabalho, sustentado pela análise de um conjunto de nove casos de estudo, três por cada época, foi fundamental proceder, primeiramente, à sua selecção cuidadosa com o intuito de obter uma amostra de qualidade e diversidade representativas de cada um dos períodos temporais. A escolha dos casos de estudo, justificada pela necessária compreensão do conceito ou conceitos subjacentes a cada época, assentou em critérios como: a qualidade arquitectónica enquanto elemento de uma época concreta; o meio em que está inserido, privilegiando-se os edifícios em contexto urbano; e a diversidade geográfica entre edifícios de um mesmo período, evitando cair no erro de considerar como característica comum de uma época o que afinal é uma característica regional.

A fase seguinte incidiu numa exaustiva recolha de informação, cuja pesquisa foi estruturada segundo duas perspectivas: uma *Bibliografia Geral*, essencial quer para enquadramento inicial do tema, quer para a contextualização histórica de cada uma das épocas, e uma *Bibliografia Específica*, como suporte da análise dos casos de estudo através de elementos descritivos e desenhados presentes em obras, em fontes documentais ou em locais na internet.

Estrutura da dissertação

O trabalho foi então organizado em dois momentos distintos. O primeiro – *PARTE I, O Conceito de Mercado* –, de enquadramento ao tema da dissertação, faz uma breve introdução a este tipo de espaço comercial e apresenta uma sumária evolução histórica do mercado, desde a antiga Grécia até meados do século XIX, estabelecendo os antecedentes do período que será alvo de análise aprofundada na segunda parte. O segundo momento – *PARTE II, A Evolução do Conceito de Mercado em Portugal* – corresponde ao corpo de desenvolvimento da tese, onde são analisados os estudos de caso divididos pelos três capítulos respeitantes às três fases da arquitectura portuguesa aqui em análise:

Capítulo 1 – Arquitectura do Ferro em Portugal: Final Séc. XIX – Início Séc. XX

Mercado Ferreira Borges (Porto, 1885-1888)

Mercado 24 de Julho (Lisboa, 1882)

Mercado da Ribeira (Tavira, 1885-1887)

Capítulo 2 – Arquitectura Moderna Portuguesa: Meados do Séc. XX

Mercado Municipal de Arroios (Lisboa, 1939-1942)

Mercado do Bom Sucesso (Porto, 1949-1952)

Mercado de Vila da Feira (Santa Maria da Feira, 1953-1959)

Capítulo 3 – Arquitectura Contemporânea Portuguesa: Final Séc. XX – Início Séc. XXI

Mercado Municipal do Carandá (Braga, 1980-1984)

Mercado Municipal de Tavira (Tavira, 1990-1999)

Mercado da Interface Luz-Colégio Militar (Lisboa, 2000-2002)

Os capítulos mencionados foram estruturados de modo idêntico, facilitando a percepção das premissas que estão na base da conclusão final da dissertação. Assim, cada capítulo é constituído por três subcapítulos: o *Contexto Histórico* faz uma aproximação ao panorama arquitectónico, social e cultural da época respectiva, criando o cenário inicial para o enquadramento dos casos de estudo; a análise dos *Casos de Estudo*; e as *Notas Conclusivas* sintetizam as ideias essenciais retiradas de cada período que contribuirão para a compreensão da evolução.

Método de Análise dos Casos de Estudo

No subcapítulo *Casos de Estudo*, estes são então alvo de uma análise pormenorizada realizada com base em elementos desenhados, em estudos e/ou descrições relativos a cada caso e no trabalho de campo efectuado na visita aos edifícios e na respectiva documentação fotográfica. Cada edifício é então analisado segundo os seguintes parâmetros:

- a. **Historial do Edifício:** história da construção do mercado, do seu projecto, e da sua evolução ao longo do tempo, mencionando quando necessário dados de contextualização histórica e/ou social;
- b. **Inserção Urbana:** o contexto geográfico e urbano, a sua localização e relação com a cidade e com a envolvente;
- c. **Análise Arquitectónica** – inclui três caracterizações do edifício: físico-espacial, funcional e formal (capítulo 1) ou construtiva (capítulos 2 e 3).

Deste modo procurou-se criar uma base comum aos diversos casos de estudo, facilitando a sua comparação e a obtenção das características comuns fundamentais para a construção do objectivo principal desta dissertação, a evolução do conceito do edifício de mercado.

PARTE I

O CONCEITO DE MERCADO
O Tema e a sua Evolução Histórica

1 O MERCADO

Os espaços comerciais, mais concretamente os mercados, são locais de extrema importância no desenvolvimento e vivência de uma cidade, tanto em termos económicos como sociais. O mercado, nas suas mais variadas tipologias – rua, praça ou edifício –, foi durante muito tempo o centro da vida comercial e social da cidade. Contemporâneo das primeiras civilizações, o seu surgimento resultou de uma necessidade de assegurar os bens essenciais e indispensáveis, mas a sua importância ultrapassa a de um espaço meramente utilitário e funcional, assumindo-se como um espaço colectivo significativa na evolução dos espaços urbanos.

As formas de venda, compra ou troca de bens foram, ao longo da história, as mais diversas e adaptaram-se ao contexto geográfico, cultural e social em que se inseriam. Nesse sentido, é necessário compreender que o edifício do mercado, como o vemos e entendemos hoje, é o resultado de uma evolução histórica e arquitectónica, que não diz só respeito à nossa tradição e aos nossos costumes, como aos de todos os que directa ou indirectamente nos foram influenciando.

É no espaço urbano que o mercado se assume, ou seja, na relação que estabelece com a cidade e com o público, sendo indissociável do seu contexto urbano, social e cultural. O seu surgimento numa cidade deve-se a aspectos como a história, a geografia, as condicionantes urbanas e as necessidades colectivas. No entanto, a localização do mercado não é só influenciada pela cidade, como também ela influencia e modifica o espaço urbano, a sua organização e os seus fluxos. É comum a implantação de mercados em zonas movimentadas da cidade ou de fácil abastecimento de produtos, mas a sua posição pode também influir no processo de urbanização e edificação da cidade actual.

O comércio e o espaço comercial a ele associado podem materializar-se em dois conceitos, ou se quisermos, em dois tipos distintos. O primeiro conceito, habitualmente designado de *feira*, assume-se no comércio feito ao longo das ruas ou em praças públicas movimentadas, que usam os percursos e espaços públicos urbanos para deles tirarem partido na sua passagem obrigatória. O segundo conceito prende-se sobretudo com a ideia de limite físico, em que o comércio decorre num espaço circunscrito, onde o controlo sobre os bens é maior. Estes dois conceitos estabelecem diferentes relações com o espaço urbano e o seu surgimento está em grande parte relacionado com diferentes contextos, sejam eles geográficos, históricos ou temporais².

No parágrafo acima são usadas intencionalmente as expressões *comércio* e *espaço comercial* ao invés de *mercado*, uma vez que quando fazemos a leitura de um texto dificilmente conseguimos alhear-nos da carga cultural que atribuímos ao significado das palavras. A expressão *mercado* surge

² Na cidade medieval, segundo Paul Zucker (*cit. in* Costa, 1996: 24) os dois tipos mais comuns de mercado situavam-se, o primeiro no alargamento da rua principal e o segundo numa praça destinada a esse fim.

actualmente associada ao segundo conceito, o de um edifício fechado e regulamentado, o que é justificado pelo predomínio dos produtos alimentares e pelas exigências técnicas a eles associadas, enquanto *feira* se associa a um espaço aberto com venda dos mais variados produtos. De uma maneira geral, dificilmente chamaríamos de mercado uma rua de lojas, como a Rua Augusta em Lisboa ou a “Ponte Vecchio” em Florença, mas ambas representam espaços comerciais importantes na estrutura das cidades a que pertencem.

Esta dissertação centra-se no estudo do edifício de mercado, fisicamente delimitado, coberto ou não na sua totalidade e no qual se vendem os mais variados produtos, sobretudo géneros alimentares. Este conceito de mercado coberto e fisicamente delimitado tem as suas primeiras experiências na Roma Antiga³, mas é a partir do século XIII, em países como a França e a Holanda, que se difunde em edifícios denominados de *Halles*⁴, atingindo o seu apogeu no século XIX com a arquitectura do ferro (Costa, 1996: 25). Esta necessidade de um espaço fechado surge associada a preocupações económicas, higiénicas, de segurança e de conforto, que se foram acentuando com o crescimento e desenvolvimento dos espaços urbanos e das necessidades dos seus utilizadores.

Actualmente, os mercados municipais, que em tempo representaram a forma essencial de abastecimento das cidades, estão em crescente desvalorização, competindo hoje com as grandes superfícies comerciais – supermercados e hipermercados. Não podemos esquecer que as necessidades das actuais gerações são distintas das dos séculos anteriores e que as grandes superfícies oferecem variedade de produtos, a preços concorrenciais e com grande conforto na acessibilidade automóvel. O mercado tradicional, no seu simples conceito de espaço de venda de produtos alimentares, talvez já não seja suficientemente atractivo para que o homem actual e futuro recorra a este tipo de espaço comercial. O edifício do mercado evoluiu ao longo do tempo forçado pelas exigências que a sociedade lhe foi impondo e se neste momento se assiste à sua desvalorização como espaço comercial, penso que é um sinónimo de que será necessário repensar o mercado e adaptá-lo.

³ P.e. Mercado de Trajano.

⁴ Palavra francesa cujo significado é o de *mercado coberto*.

2 A EVOLUÇÃO HISTÓRIA DO MERCADO – Antecedentes

Egipto, Grécia, Roma, Época Medieval, Renascimento, Séc. XVIII, Meados do Séc. XIX

Os mercados têm uma história anterior à do surgimento dos edifícios construídos com esse fim, sendo os primeiros realizados ao ar livre em reuniões cujo intuito era o da mera troca de bens.

Os egípcios realizavam os seus mercados no exterior, junto aos templos, em épocas festivas ou em praças destinadas ao comércio, que eram os únicos espaços abertos das suas estruturas urbanas.

Na Grécia antiga, os mercados começaram por se realizar ao ar livre, na *ágora*, espaço que se destinava primariamente às reuniões ou assembleias populares. O mercado grego era o centro da vida dos cidadãos e a sua crescente importância levou a que se construíssem edifícios dedicados unicamente ao comércio, em cidades como Corinto, Atenas, Pérgamo, entre outras.

O mercado grego, ou *macella*, na sua tipologia mais comum possui uma forma rectangular e é constituído por uma praça rodeada de pórticos nos quatro lados, para os quais se abrem as lojas que circundam todo o espaço central. Este modelo, que tem como exemplos os Mercado de Corinto [Fig. I.1] e de Atenas, desenvolve-se sobretudo no século II a.C. no mundo helenístico.

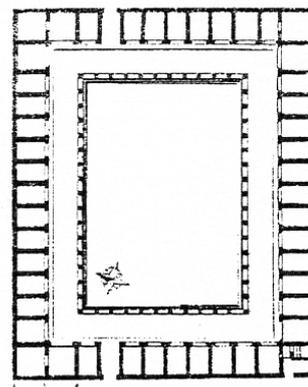


Fig. I.1 – Mercado de Corinto

O mercado na Roma antiga, tal como sucedera na Grécia, começou por realizar-se em espaço aberto, no *forum*, o espaço romano equivalente à *ágora* grega. Os primeiros edifícios romanos dedicados exclusivamente ao mercado, designados de *fora*, eram inicialmente especializados e exclusivos de determinados produtos, de que são exemplo o *piscarium* ou *piscatorium*, para a venda de peixe, o *holitorium*, para as hortaliças, o *boarium*, para gado bovino, e o *suarium*, para gado suíno. Estes localizavam-se preferencialmente junto ao *forum*, como nos Mercados de Pompeia [Fig. I.2] e Trajano [Fig. I.3], construídos nas cidades de Pompeia e Roma, respectivamente.

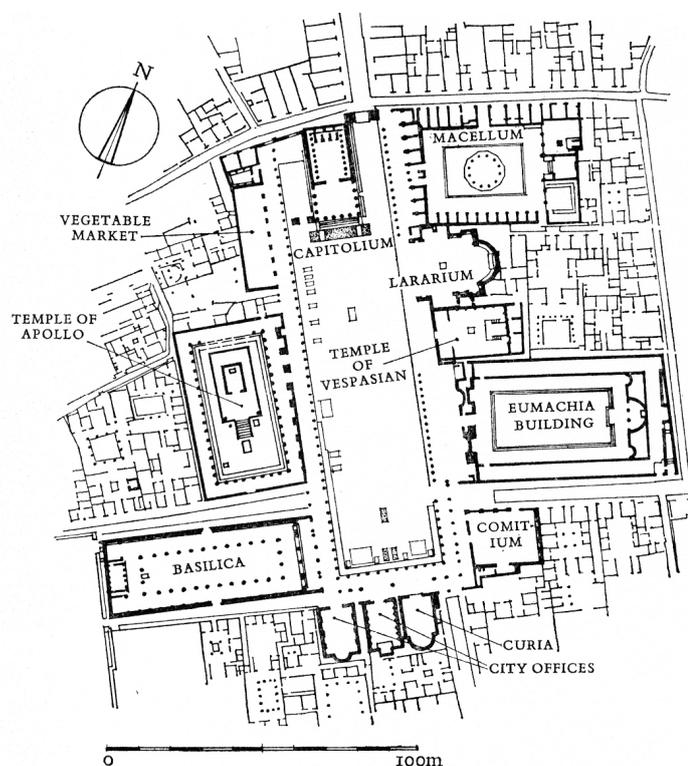


Fig. I.2 – Planta de Pompeia, em reconstrução no ano de 79

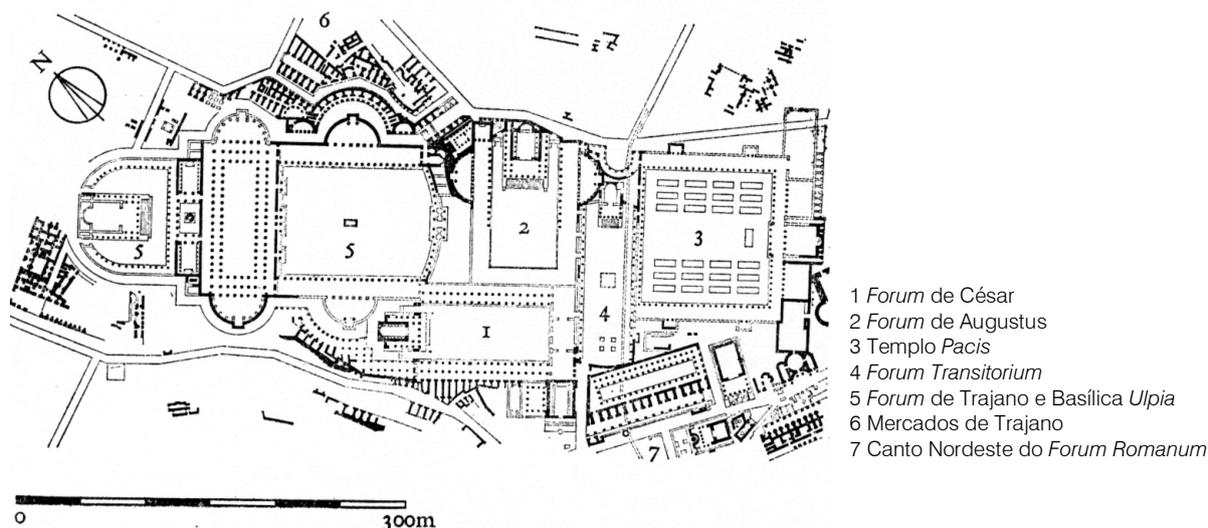


Fig. I.3 – Planta do *Forum Imperial*, Roma

A evolução do edifício do mercado romano conduziu ao designado *macellum*, cuja localização já não se resumia ao entorno do *forum* e onde se vendiam os mais diversos produtos, embora esta designação fosse habitualmente atribuída aos mercados de carne e peixe.

O *macellum* romano teve como origem o mercado grego, utilizando o seu vocabulário arquitectónico clássico associado aos métodos construtivos romanos e a influências como a tradição dos templos Etrusco-Italianos, as filas de lojas dos seus antigos espaços de mercado e as praças helenísticas de forma rectangular rodeadas de pórticos (Boëthius, Ward-Perkins, 1970: 121-122). Este mercado tinha na sua tipologia mais comum, à semelhança do *macella* grego, uma forma rectangular com um pátio central descoberto, em torno do qual se dispunham pórticos e lojas a toda a volta⁵. De uma forma geral, este possuía no centro do seu pátio um pavilhão circular (*tholos*⁶), que dá a estes mercados a designação tipológica de *tholos macelli*, cujo exemplar mais antigo conhecido é o Mercado de Morgantina, de fins do século II a.C. O mercado romano possuía, nalguns casos, como no Mercado de Puteoli [Fig. I.4], do séc. I, um templo dedicado possivelmente à divindade que protegia o mercado (*Genius Macelli*).

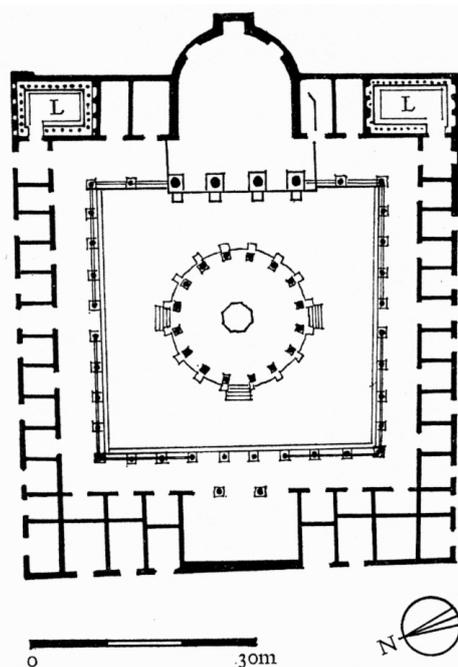


Fig. I.4 – Mercado de Puteoli ou Pozzuoli
 L - Lavatórios

⁵ Contrariamente ao que sucedia no mercado grego, as lojas, não se encontravam todas viradas para o interior, podendo algumas das alas ser viradas para o exterior (ex. Mercado de Pompeia) ou até mesmo as lojas abrirem alternadamente para o interior e para o exterior (ex. Mercado de Puteoli).

⁶ Estrutura assim designada pela sua forma circular, embora nalguns mercados tivesse formas distintas, como nos mercados de Pompeia (*tholos* dodecagonal), de Cuicul (hexagonal) e de Lepcis Magna (duas octogonais).

No entanto, nem todos os mercados romanos correspondiam a esta tipologia. Alguns possuíam plantas idênticas a basílicas (ex. Mercado de Sertius) e outros eram meros percursos lineares ladeados de lojas (ex. Mercado de Ferentino). De todos, o Mercado de Trajano (séc. II) é o que mais se afasta da tipologia comum do *macellum* romano, numa grande obra de arquitectura utilitária, que segundo MacDonald (*cit. in Costa, 1996: 20*) substituiu as colunas, as arquitraves e os pátios por um mercado coberto com galerias, arcadas e abóbadas transversais em betão. Este mercado, com mais de 150 lojas, situava-se a Nascente do *Forum* de Trajano [Fig. I.3] e era constituído por dois corpos, ou dois edifícios, assentes em dois níveis, o do *forum* e o da *Via Biberatica* [Fig. I.5]. Ao nível do *forum* o mercado era formado por uma fachada semicircular, em forma de êxedra, constituída por três pisos, em que o terceiro era recuado e as lojas acessíveis pela *Via Biberatica*. Era ao nível desta via que se desenvolvia, do seu lado nascente, o segundo corpo do mercado, um espaço comercial coberto de três pisos com lojas (*tabernae*), no primeiro piso viradas para o exterior e nos restantes pisos acessíveis pelo interior [Fig. I.6].

Os mercados romanos herdaram dos gregos a simetria, mas conferiram-lhe características próprias, como a axialidade, o respeito pelos alinhamentos e a definição de hierarquias nas fachadas.

Em Portugal, há indicações de que possa ter existido um mercado romano junto à Sé de Braga, pela descoberta de uma inscrição dedicada ao *Genius Macelli*.

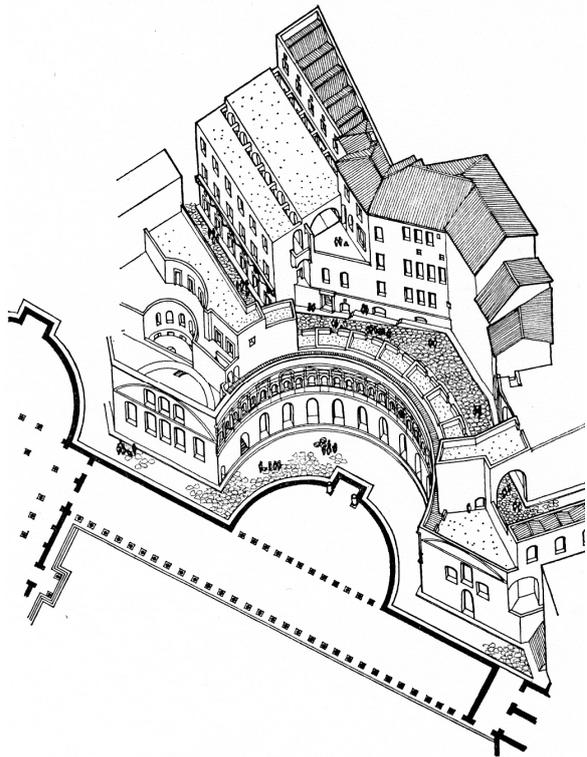


Fig. I.5 – Axonometria do Mercado de Trajano, Roma

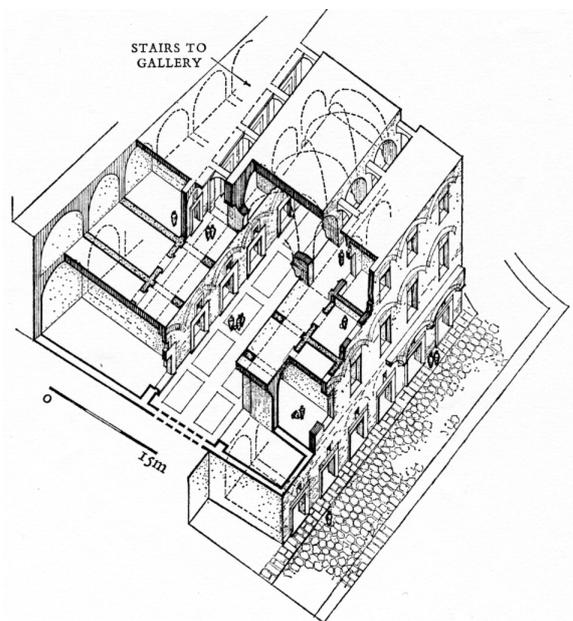


Fig. I.6 – Axonometria do Mercado de Trajano
Espaço Comercial acessível pela *Via Biberatica*

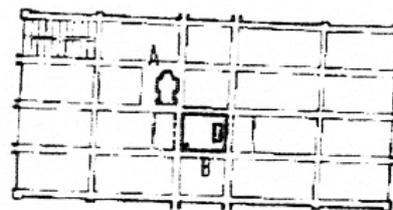
A **Época Medieval**⁷ foi um período extenso em que o comércio e o mercado sofreram mutações, em grande parte relacionadas com o domínio ou presença de diferentes culturas (Bárbaros, Germanos, Godos, Anglos e Saxões, Francos, Bizantinos, Árabes, entre outros) que serviram de base à civilização medieval, que por sua vez está na base da formação da civilização actual.

O século IX caracterizou-se por uma economia doméstica, em que o abastecimento era garantido por pequenos mercados na cidade – *mercata ou mercatus* –, nos quais se vendiam produtos alimentares provenientes do campo. No século XI, assiste-se ao renovar da actividade comercial, com o restabelecimento do comércio marítimo no Mediterrâneo e com uma economia cuja base era a agricultura.

Durante a Idade Média, o mercado assumiu um papel preponderante na estrutura da cidade medieval, cujos principais espaços públicos eram as praças da Igreja e do Mercado [Fig. I.7]. As cidades possuíam um ou mais espaços para a realização do mercado, que era complementado pelo comércio que se fazia por toda a parte, tanto em edifícios nas fachadas que se abriam para a rua, como nas vias principais que ligavam as portas ao centro da cidade.

Podiam distinguir-se nesta época dois tipos de espaço de mercado, segundo Paul Zucker (*cit. in Costa, 1996*): o primeiro situava-se no alargamento das ruas principais [Fig. I.8] e o segundo numa praça própria destinada a este fim, localizada no centro urbano, na sua proximidade, ou ainda, em torno da entrada da cidade [Fig. I.9]. A praça do mercado era um espaço aberto, cuja forma geralmente irregular era determinada pela disposição dos edifícios que a circundavam.

A partir do século XIII, desenvolveu-se um novo tipo de espaço destinado ao mercado, os *Halles* comerciais⁸. Estes eram grandes espaços cobertos com um elevado número de lojas⁹ e contrastavam com os mercados construídos até à época – estes últimos abertos e rodeados de barracas unidas por percursos cobertos. Este tipo de edifício de mercado – *Halle*¹⁰ – vai desenvolver-se durante o



A – Igreja
B – Praça do mercado

Fig. I.7 – Monpazier, França
Idade Média

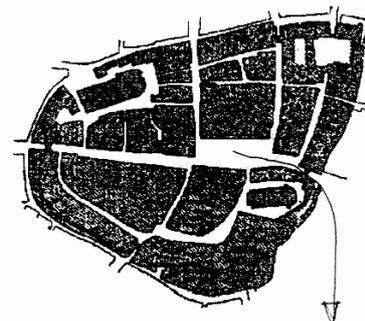
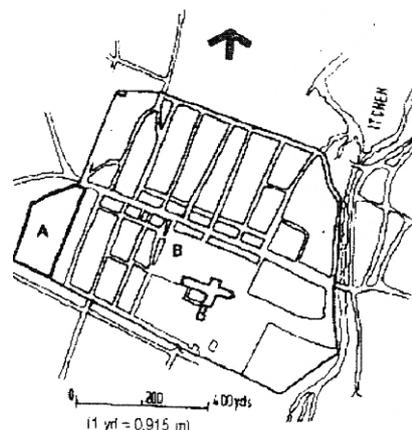


Fig. I.8 – Planta de Munich, Alemanha
Idade Média
Mercado no alargamento da rua principal



A – Castelo
B - Mercado

Fig. I.9 – Planta de Winchester,
Inglaterra
Idade Média

⁷ Após o declínio do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., a Europa sofre variadas transformações, consequência das invasões de diversas civilizações, entrando no período designado de Idade Média.

⁸ P.e. Cloth Hall, na Holanda, datado de 1200.

⁹ Os romanos já haviam experienciado este tipo de espaço no Mercado de Trajano.

¹⁰ Palavra francesa que designa mercado coberto.

Renascimento e durante os séculos seguintes, atingindo o seu apogeu durante o século XIX com a utilização do Ferro.

Em Portugal, este tipo de mercado, formado por telheiros e barracas, vai prolongar-se por muitos anos até ao século XIX, como o Mercado da Ribeira Nova, em Lisboa [Fig. I.10]. Este, só em 1882 é demolido e substituído pelo Mercado 24 de Julho, um edifício do tipo *Halle*, projectado pelo Eng.º Frederico Ressano Garcia.



Fig. I.10 – O Mercado da Ribeira Nova na sua forma primitiva (Aguarela existente no Museu da Cidade, Séc. XIX)

Durante o **Renascimento**, na maioria das cidades italianas conserva-se a ideia da praça de mercado, em que os pórticos romanos em torno do espaço central são substituídos por arcadas apoiadas nas colunas das casas que rodeavam a praça. A *Loggia¹¹ del Mercato* na *Piazza Grande* em Arezzo (1573-81) [Fig. I.11], de Giorgio Vasari, é um exemplo deste tipo de mercado. Desta época, é também o Mercado Novo de Giovanni Battista del Tasso, em Florença (1547-48), habitualmente conhecido por *Loggia del Mercato Nuovo* ou *Loggia del Porcellino¹²*. Este mercado é um espaço coberto por abóbodas de arestas, situado no centro da praça e aberto em toda a sua envolvente [Fig. I.12].



Fig. I.11 – *Loggia del Mercato* na *Piazza Grande* em Arezzo



Fig. I.12 – *Loggia del Mercato Nuovo*, Florença

Nos Tratados da época são feitas referências aos edifícios destinados ao mercado, nomeadamente no Tratado de Filarete, em que é apresentado o projecto de um mercado ideal elaborado em 1460. Este mercado possuía uma estrutura espacial tipo claustro com um espaço

¹¹ «Galeria ou sala aberta pelo menos de um lado. Pode ser uma parte de um edifício ou um elemento separado, e pode ter pilares ou colunas.» (Emily Cole – *A Gramática da Arquitectura*, 2003, p. 337).

¹² Nome popular atribuído devido à presença de uma fonte junto ao mercado, a *Fontana del Porcellino*, realizada no início do *Seicento* por Pietro Tacca.

central, para bancas e barracas, rodeado por arcadas que permitiam o acesso a várias áreas correspondentes à venda de diferentes produtos.

A partir do **século XVIII** os mercados começam a sofrer transformações causadas pelas exigências e necessidades da época – questões funcionais, sociais e de higiene e segurança – que conduziram à submissão destes às autoridades municipais. Isto demonstra o papel relevante dos mercados no abastecimento das populações e a sua importância para as cidades que se encontravam em grande crescimento populacional, exigindo novos mercados fechados uma vez que os da época já não respondiam adequadamente às necessidades.

Os edifícios de mercado, nos finais do século XVIII, apresentavam uma regra comum formalizada num pátio aberto com arcada na envoltura – *Hantecoeur*. As arcadas continuaram a ser aplicadas ainda durante os primeiros anos do século XIX em mercados como o de Saint-Germain (1813-16), em Paris, do arquitecto Jacques-François Blondel [Fig. I.13].

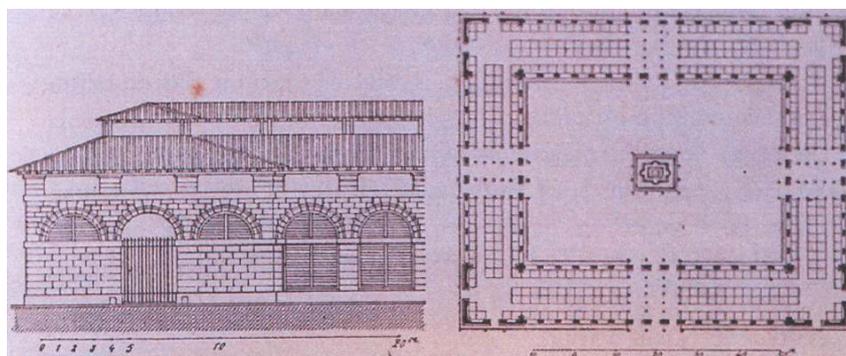


Fig. I.13 – Mercado de Saint-Germain, Paris

Só na segunda metade do **século XIX**, a arquitectura se liberta do passado e adere ao espírito da época, associado aos progressos técnicos e ao desenvolvimento da indústria siderúrgica, aproveitando as potencialidades do ferro em espaços como os mercados e as estações de comboios, de que é exemplo o projecto de renovação de Victor Baltard para o Mercado Central (*Halles Centrales*) de Paris (1853-58) [Figg. I.14 e I.15].



Fig. I.14 – Interior dos *Halles Centrales*

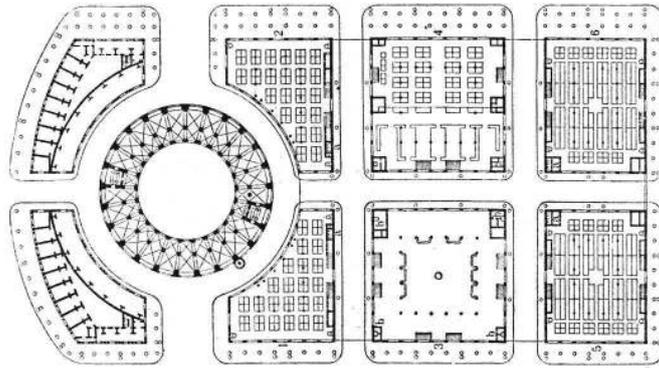


Fig. I.15 – Planta de parte dos *Halles Centrales* de Paris

O ferro não era visto pelos arquitectos como um material nobre, pelo que a sua aplicação era justificada pelas suas características vantajosas na construção e recaía principalmente em edifícios utilitários que possuíam grandes necessidades de espaços abertos (amplos) e iluminados.

A arquitectura do ferro é, assim, o ponto de partida do estudo que se segue, cujo tema serve de título a esta dissertação, a *Evolução do Conceito do edifício de Mercado* (em Portugal). O estudo parte dos finais do século XIX, altura em que o ferro assume em Portugal a importância que já havia encontrado, desde meados do século, noutros países da Europa como França e Inglaterra.

A escolha do final do século XIX como período a partir do qual é aprofundado o estudo deve-se também à sua importância como “ponto de partida temporal, simbólico e operativo para uma análise da génese da arquitectura moderna em Portugal” (Fernandes, 1993: 11), sem esquecer “o papel determinante das novas técnicas e matérias industriais na sua invenção” (Fernandes, 1993: 23).

PARTE II

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADO em Portugal
Análise dos Casos de Estudo

PARTE II

CAPÍTULO 1 – Arquitectura do Ferro em Portugal: Finais do Séc. XIX – Início do Séc. XX

1

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Após uma estagnação da população, desde os finais do século XVIII até meados do século XIX, assiste-se nos finais de Oitocentos a uma consciencialização da necessidade de industrialização, que se manifesta de modo mais intenso no Porto do que na capital¹³ (França, 1966, vol. I: 339-340).

Até aos anos 80 do século XIX a população lisboeta cresceu lentamente, o que se reflectiu também no plano urbanístico, uma vez que “não tinha necessidade de alterar as suas estruturas para acolher um aumento demográfico” (França, 1966, vol. I: 308). No entanto, a partir da segunda metade do século, Lisboa e as áreas circundantes viviam um período industrial mais próspero, após uma primeira metade de século em que esse desenvolvimento industrial era mais visível no Norte do país. De qualquer maneira, é de salientar que, neste período, a indústria em Portugal era representada quase na sua totalidade pelas cidades mencionadas, continuando a agricultura a predominar em grande parte do território¹⁴ (Santos, 1989: 314-315).

A Revolução Industrial no nosso país revelou-se tardiamente quando comparada com outros países europeus, como Inglaterra e França, e nunca teve em Portugal a mesma dimensão social, tendo sido na capital nortenha que atingiu as maiores proporções (Pedreirinho et al., 1989: 7). A industrialização originou alterações nas estruturas sociais e urbanas, reflectindo-se num crescimento das cidades desencadeado pelo movimento da população rural à procura de trabalho na indústria¹⁵. Este êxodo rural foi, assim, causa e consequência das necessidades habitacionais do proletariado que levaram à formação de áreas urbanas como as *vilas* e os *pátios* em Lisboa e as *ilhas* no Porto, numa tentativa de organizar este excedente de população das classes sociais mais pobres. Por outro lado, o excedente de mão-de-obra e as más condições que as cidades ofereciam, por não se encontrarem preparadas para esta migração da população, conduziram à exploração da classe operária. É esta classe proletária que, sujeita a pressões económicas, vai formar uma consciência política e protagonizar, nas primeiras décadas do século XX, as tensões sociais que opunham esta classe às classes burguesas¹⁶.

Neste cenário, a transição de século é marcada pelo grande desenvolvimento dos aglomerados urbanos, que se expandem e reestruturam os seus tecidos, adaptando-os às infra-estruturas e meios de transporte. A ruptura com o passado processa-se também no plano urbanístico ao nível do

¹³ Esta consciência do Porto, em meados do século XIX, é traduzida “claramente por três monumentos começados entre 42 e 61: a Bolsa, a Alfândega e o Palácio de Cristal” e que de resto “fazem parte dum equipamento moderno que Lisboa negligenciava” (França, 1966, vol. I: 339-340).

¹⁴ P.e. o caso do Algarve que “esperou até muito tarde para o despoletar do seu surto industrial” (Marques, 1999: 393), mas que em 1917 tinha mais de metade do número de fábricas existentes na totalidade do país (Marques, 1999: 401).

¹⁵ “Será sobretudo a partir de 1860 que veremos ganhar volume a deslocação dos campos para a cidade” (Saraiva, 1983: 479).

¹⁶ As classes burguesas que, “embora mantivessem interesses conflituais entre si, se aliavam na sua oposição em relação ao operariado” (Almeida & Fernandes, 1993: 10).

entendimento da cidade, interpretando-a “como estrutura viva e em plena transformação, que necessariamente terá de ser planeada” (Marques, 1999: 453), uma vez que, as novas necessidades e a nova realidade social assim o exigiam.

Isto é perceptível em Lisboa que, como foi referido anteriormente, embora até aos anos 80 pouco se tenha desenvolvido, nos últimos anos do século XIX seguia já urbanisticamente as cidades europeias¹⁷, em contraponto com o Porto que continuou até ao fim do século sem urbanização definida e agarrado às suas estruturas tradicionais (França, 1966, vol. II: 341).

A dinâmica das cidades, em constante crescimento, gerou necessidades de novos e vastos espaços públicos que respondessem às exigências funcionais e de salubridade deste período – mercados, estações de comboios, pavilhões de exposições, entre outros. Deste modo, o ferro, pelas características que apresenta¹⁸, surge na época como material capaz de dar resposta a estas construções, que pelo seu carácter utilitário eram passíveis de ver este material aplicado de forma mais expressiva e assumida. Os equipamentos urbanos adoptam, então, novas tipologias e novos sistemas construtivos, baseados na construção metálica (Marques, 1999: 454), que originam ou possibilitam novos conceitos espaciais através de espaços amplos e fortemente iluminados.

Os **mercados**, neste período, desempenham um importante papel na estrutura urbana e na vivência das cidades, afirmando-se como uma relevante transformação comercial do final do século XIX, em particular na cidade do Porto¹⁹ (Cerva, 2000: 4).

1.1.1 A Arquitectura

No plano arquitectónico o século XIX é caracterizado, tanto em Portugal como noutros países europeus, por “uma imagem de evidente eclectismo histórico” (Santos, 1989: 287), resultante do surgimento de uma série de revivalismos e de outras produções singulares durante este período. Em Portugal o Revivalismo ou Historicismo manifesta-se principalmente através do nacionalista Neomanuelino e do Neo-românico, que se estendem até aos primeiros anos do século XX numa tentativa de prolongar o pensamento oitocentista.

No entanto, o período compreendido entre os finais do século XIX e o princípio do XX é dominado por uma produção inspirada nos modelos “*Beaux-Arts*”²⁰, proveniente da formação adquirida pelos principais arquitectos portugueses na Escola de Belas Artes de Paris²¹ (Nonell et al., 1992: 117).

¹⁷ Frederico Ressano Garcia, cuja formação foi adquirida em Paris, teve um papel importante na cidade de Lisboa, onde “definia, na Câmara Municipal (para onde entrara em 74), uma nova mentalidade na acção urbanística” (França, vol.II, 1966: 124).

¹⁸ A aplicação do ferro como material de construção responde de forma satisfatória às exigências dos espaços mencionados, não só pela economia de tempo e de meios, como também por permitir a criação de vastos espaços com maiores distâncias entre apoios e maior iluminação no interior.

¹⁹ Essa transformação comercial está “directamente relacionada com o declínio da venda ambulante e a migração das feiras para a periferia” da cidade (Cerva, 2000: 4).

²⁰ Nome atribuído pelos historiadores americanos ao “gosto ecléctico de tendência classicizante que se ensinava nas escolas de arquitectura” (Carvalho, 1993: 8).

²¹ Arquitectos como José Luís Monteiro, José Marques da Silva, Ventura Terra, Correia da Silva, entre outros formaram-se na “*École des Beaux-Arts*” de Paris.

Assim, as escolas de arquitectura tinham como referência a de Paris²² e nestas “os arquitectos aprendiam principalmente a gramática dos estilos” (Santos, 1989: 295).

Durante este período destacam-se em Lisboa e no Porto dois arquitectos, José Luís Monteiro e José Marques da Silva respectivamente, cujos trabalhos desenvolvidos na arquitectura – no campo profissional e no ensino – representam de certo modo a transição, nessas cidades, para a arquitectura moderna. A importância de José Luís Monteiro revela-se por exemplo na Sala de Portugal da Sociedade de Geografia (1897) [Fig. II.1.1], em que o ferro é aplicado como material legítimo e arquitectónico, passível de uma expressão própria²³.

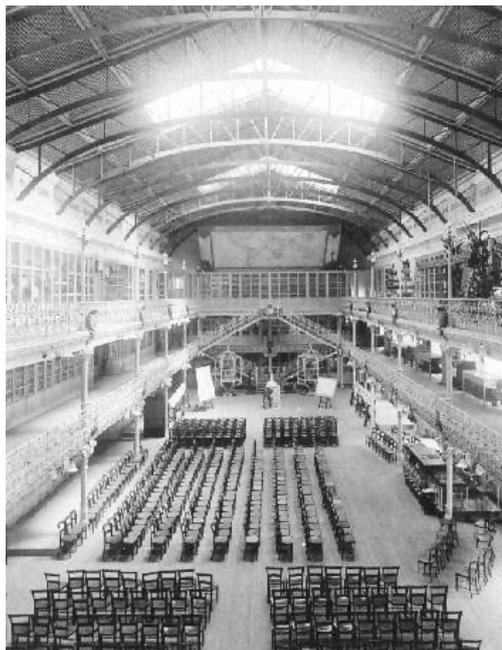


Fig. II.1.1 – Sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa (foto ant. a 1910)
Foto: Paulo Guedes

Nos primeiros anos do século XX começam a definir-se duas “correntes” ou modelos opostos, associados a dois arquitectos portugueses, que contrapunham os ideais progressistas e cosmopolitas de Ventura Terra, aos ideais culturais, históricos e nacionais de Raul Lino e do “movimento” da “Casa Portuguesa”. Estes dois modelos iriam representar duas faces opostas na evolução da arquitectura portuguesa durante a primeira metade de Novecentos.

De forma quase paralela a esta arquitectura tradicional e aos estilos históricos surgem novas possibilidades ao academismo dominante, através da arquitectura do ferro e da Arte Nova. O “episódio” Arte Nova em Portugal não terá um papel relevante na arquitectura, porque embora traga uma nova linguagem, esta será referenciada em motivos geometrizados de plantas e animais em

²² “Era aí que se ditavam os gostos”, era “uma fonte de modelos, onde os arquitectos da época (...) podiam encontrar uma filosofia, uma maneira de encarar a arquitectura e, mais do que isso, um método de projecto” (Nonell et al., 1992: 117)

²³ Na mesma década, em 1891, surge no Porto o Pátio das Nações do Palácio da Bolsa, projectado por Tomás Augusto Soller, que “consagra finalmente o prestígio associado ao ferro” (Fernandes, 1993: 15).

estreita relação com a utilização do ferro. Este material irá encontrar nos motivos Arte Nova uma forma de se expressar como material plástico.

A arquitectura do ferro, em estudo neste primeiro capítulo, representa a tentativa de ruptura com o passado e vai “impor as novas tecnologias, os novos materiais, os novos conceitos e exigências de outros objectivos” (Santos, 1989: 296). O seu estudo revela-se indispensável não só para a evolução do conceito do edifício de mercado, uma vez que o ferro foi neste grandemente aplicado, como também para a compreensão da arquitectura moderna, à qual serve de charneira.

1.1.2 A Arquitectura do Ferro

A aplicação do ferro na arquitectura, em Portugal, é feita com o habitual desfasamento em relação a outros países europeus, iniciando-se na segunda metade do século XIX e de forma mais intensa nas últimas décadas. À semelhança do que sucedeu nos países pioneiros, o ferro foi primeiramente aplicado em edifícios afastados do contexto urbano e com preocupações quase exclusivamente funcionais (*funcionalidade mecânica*) (Fernandes, 1993: 12). As primeiras manifestações neste material surgem associadas à indústria²⁴ e à engenharia ferroviária – pontes e gares –, estas últimas sobretudo a partir de 1860. É de salientar que a arquitectura do ferro não teve na época a importância que hoje lhe atribuímos no plano arquitectónico, tendo sido inicialmente considerada como engenharia²⁵.

A afirmação do ferro na cidade foi feita gradualmente entre as décadas de 70 e 90 em edifícios públicos de carácter utilitário, por exemplo, em Lisboa com os mercados de Santa Clara (1877), de São Bento (1881) [Fig. II.1.2] e da Ribeira (1882) [Fig. II.1.3]. Os anteriores exemplos do ano de 1865, a Estação de Santa Apolónia (Lisboa) [Fig. II.1.4] e o Palácio de Cristal (Porto)²⁶ [Fig. II.1.5], denotam ainda uma reduzida relação com a cidade e será em 1885, com o Mercado da Praça da Figueira (Lisboa) [Fig.



Fig. II.1.2 – Mercado de São Bento (foto ant. a 1938)
Foto: Eduardo Portugal



Fig. II.1.3 – Mercado 24 de Julho (da Ribeira)
(foto ant. a 1893)

²⁴ Como também irá suceder com o betão, em que a primeira obra em que foi aplicado foi a Fábrica da Moagem do Caramujo (1896), em Almada (Almeida & Fernandes, 1993: 99-100).

²⁵ As necessidades de cálculo matemático na concepção dos edifícios que utilizavam o ferro conduziram a um conflito entre as profissões de arquitecto e engenheiro, em que este último via a sua importância acrescida na concepção de novos edifícios (Fernandes, 1993: 11).

²⁶ Este exemplar não chegou aos dias de hoje, tendo sido demolido em 1951.

II.1.6] e o Mercado Ferreira Borges (Porto) [Fig. II.1.7], que o ferro se vai afirmar num contexto urbano e na sua aplicação como material aparente. Assim, a partir de 1890, os arquitectos foram gradualmente utilizando este material em edifícios de prestígio ou responsabilidade social, com uma inserção cuidada e complementada por outros materiais mais nobres (pedra e madeira) ou tradicionais (tijolo)²⁷, embora a substituição destes materiais pelo ferro nunca tenha ocorrido de forma definitiva (Fernandes, 1993: 16-18; 23). São do final do século a Estação do Rossio, de José Luís Monteiro, e a cúpula do Coliseu dos Recreios, do arquitecto alemão Bauer, ambas de 1890, e a já referida Sociedade de Geografia, de 1897.

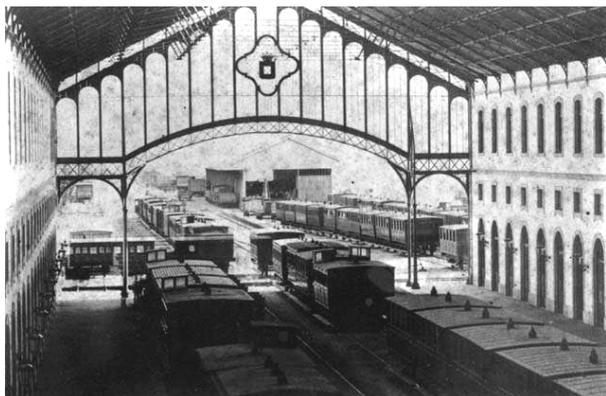


Fig. II.1.4 – Estação de Santa Apolónia

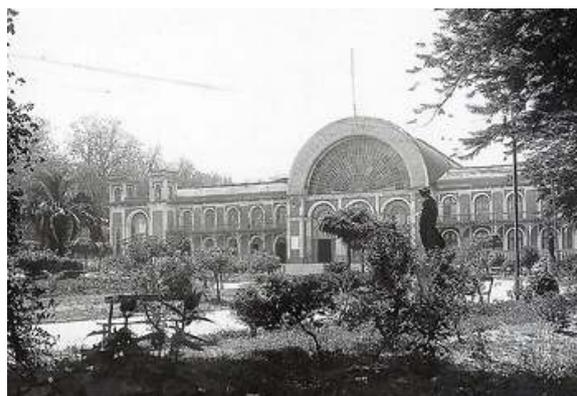


Fig. II.1.5 – Palácio de Cristal (demolido em 1951)



Fig. II.1.6 – Mercado da Praça da Figueira (foto ant. a 1949, data da sua demolição)
Foto: Eduardo Portugal



Fig. II.1.7 – Mercado Ferreira Borges (foto ant. a 1983)

Nos edifícios de **Mercado**, de um modo geral, o ferro não era aplicado na totalidade do edifício, mas antes combinado com alvenaria e servindo habitualmente para sustentar um pavilhão ou espaço central com cobertura de ferro e vidro. Estes mercados, embora com variações justificadas por diversos factores²⁸, apresentavam características comuns que são também reflexo das necessidades funcionais impostas nesta época – higiene, ventilação, limpeza. Para além dos mercados acima

²⁷ P.e. edifício do Banco Lisboa & Açores, de Ventura Terra, em que a fachada frontal em pedra se contrapõe ao uso do ferro no interior, de 1908.

²⁸ Esses factores podem ser “condicionantes locais, possibilidades técnicas do meio em que se inserem, intenções, gostos do cliente e exigências programáticas” conjugadas com a própria interpretação do arquitecto dos modelos arquitectónicos da época (Costa, 1996: 33).

mencionados, são também deste período o Mercado D. Pedro V, em Coimbra (1867), o antigo Mercado Municipal de Tavira (1887) [Fig. II.1.8], as cúpulas do Mercado Central dos Gados, em Lisboa (1888) e o Mercado do Bolhão, no Porto (1915) [Fig. II.1.9].



Fig. II.1.8 – (Antigo) Mercado Municipal de Tavira (foto de 1998)



Fig. II.1.9 – Vista Aérea do Mercado do Bolhão (postal c. 1932)

A utilização do ferro atinge o seu ponto alto na construção urbana entre 1900 e 1920, em edifícios de habitação²⁹, com aplicação estrutural nas traseiras dos edifícios (marquises) e, nalguns casos, também ao nível das fachadas, em equipamentos urbanos³⁰ e até nas lojas e no mobiliário urbano.

Esta nova arquitectura, se por um lado utilizava novas técnicas e materiais, entrando em ruptura com a arquitectura tradicional, por outro, no plano estilístico, inspirava-se “em movimentos artísticos anteriores, nomeadamente o gótico e românico” (Santos, 1989: 298). É este conflito que poderá estar na base da difícil afirmação do ferro, em que a técnica e a expressão estilística se encontram desfasadas.

A partir dos anos 20 do século XX, o ferro perde parte da sua importância como material estrutural base, vendo a sua aplicação novamente secundarizada em detrimento do betão armado – com o qual será aplicado de forma mista nas primeiras experiências.

²⁹ “campo onde o ferro se vulgarizou e implantou mais profundamente em Portugal” (Fernandes, 1993: 18).

³⁰ “Novo” Mercado da Ribeira (1902); Gare de São Bento (1903); Mercado de Alcântara (1906); cúpula do Teatro-Circo de Braga (1911).

1.2 CASOS DE ESTUDO

1.2.1 Mercado Ferreira Borges

Porto
Engenheiro João Carlos Machado
1885 - 1888



Fig. II.1.10

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O Mercado Ferreira Borges, como foi referido na contextualização histórica deste capítulo, juntamente com o Mercado da Praça da Figueira (Lisboa) desempenharam, por volta de 1885, um importante papel na arquitectura do ferro em Portugal, não só pela forma como assumem este material, mas também porque se localizam dentro da cidade, em pleno contexto urbano.

As primeiras intenções da Câmara Municipal do Porto para a construção de um mercado coberto no local da cerca do extinto Convento de S. Domingos remontam a 1839, com o objectivo de substituir o Mercado de Levante da Ribeira no abastecimento da zona baixa da cidade e de resolver o problema das cheias associado à proximidade deste último com o rio. No entanto, só em 1881, numa política de melhoria das infra-estruturas de abastecimento de géneros e baseado na tese de dispersão dos mercados na cidade, a Câmara propõe a construção do Mercado Ferreira Borges conjuntamente com seis novos mercados fixos (Cruz, 1997: 65-66).

O ante-projecto do Mercado é apresentado pela Câmara em Janeiro de 1884, seguido pela abertura do primeiro concurso para a sua construção, anunciado unicamente em jornais nacionais. Este viria a ser anulado e em Junho do mesmo ano abria-se um novo concurso, este segundo já publicado em jornais nacionais, ingleses, franceses e belgas. Dos seis concorrentes apresentados³¹, a proposta vencedora foi a da Companhia Aliança (Fundição de Massarelos), que após proceder às alterações que lhe foram exigidas pôde iniciar a construção em Setembro de 1885.

O Mercado Ferreira Borges ficou concluído em Maio de 1888 com projecto do engenheiro João Carlos Machado, embora o edifício construído apresentasse diferenças relativamente ao projecto original apresentado pela Companhia Aliança³².

O funcionamento do edifício para o fim que fora projectado, o de mercado, foi de curta duração pois foi encerrado em 1900 devido à pouca afluência resultante da construção do Mercado do Bolhão e à sobrevivência do velho Mercado da Ribeira. Após diversas utilizações, só em 1939 volta à sua função como Mercado Abastecedor de Frutas, que aí funcionou até 1978. O edifício do Mercado Ferreira Borges encontrava-se já degradado e este processo agrava-se após o seu encerramento em 78.

Em 1979 surgem as primeiras intenções de recuperação, com um projecto do arquitecto Viana de Lima, propondo a conversão em espaço cultural, mas abandonado pelos elevados custos que apresentava. Em 1983, com o subsídio que a Fundação Calouste Gulbenkian já anteriormente garantira

³¹ Companhia Aliança; António d'Almeida Costa e Companhia; Empresa Industrial Portuguesa; Fábrica Tejo; Loureiro e Figueiredo; e Teophile Seyrig, o único estrangeiro a apresentar-se a concurso (Tavares, 1988).

³² P.e. na aplicação de venezianas em substituição dos envidraçados ou mesmo a modulação da estrutura, que no projecto apresentava nos alçados laterais vãos com o dobro da largura dos do alçado principal e que no edifício actual apresentam a mesma dimensão (Tavares, 1988).

para o projecto de Viana de Lima, a Câmara Municipal, com a orientação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, decide recuperar o Mercado ficando as obras a cargo da mesma empresa que havia procedido à sua construção, a Companhia Aliança (Ribeiro, 1983).

O edifício do Mercado Ferreira Borges é hoje um espaço polivalente destinado a actividades diversas, de índole cultural, social, recreativa e turística.

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado Ferreira Borges localiza-se no Centro Histórico do Porto, freguesia de S. Nicolau, na zona da baixa da cidade, próximo do Rio Douro. Situado na Praça do Infante D. Henrique, junto ao Palácio da Bolsa, o edifício ocupa parte do quarteirão a norte da praça e é delimitado a nascente pelas ruas Mouzinho da Silveira e Sousa Viterbo e a poente pela Rua Ferreira Borges [Fig. II.1.11 e II.1.12].

A topografia do local, com as diferenças de cotas entre as ruas que o circundam, obrigou à construção de uma plataforma artificial de granito com o intuito de nivelar a base sobre a qual assenta o edifício e assim responder aos requisitos de estabilidade da construção metálica. Esta plataforma coloca o edifício do Mercado numa posição de destaque em relação à envolvente que é reforçada quer pela sua materialidade em ferro aparente, quer pela topografia, uma vez que, o edifício está situado na parte mais alta da praça.



Fig. II.1.11 – Ortofotomapa da Zona da Ribeira, Porto



Fig. II.1.12 – Vista geral da Praça Infante D. Henrique
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise arquitectónica do Mercado Ferreira Borges foi realizada com base em elementos gráficos do projecto original, nas visitas efectuadas ao edifício e em descrições de elementos presentes na bibliografia. Dos elementos gráficos respeitantes ao projecto só foi possível localizar o alçado lateral Nascente, um corte transversal e alguns detalhes da estrutura, não tendo sido encontrados no Arquivo Histórico Municipal do Porto, dados relativos às plantas do edifício.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado Ferreira Borges está inserido numa planta rectangular de 35m x 45m e é composto **volumetricamente** por dois corpos simétricos (15m x 45m cada) unidos por uma nave central de 5m de largura, formando no interior um só espaço de um piso com cobertura em estrutura metálica, vidro e chapas metálicas [Fig. II.1.13 e II.1.14].

Os corpos laterais, de forma paralelepípedica e cobertura de duas águas, têm uma altura mínima de 7.75m nas extremidades e máxima de 11m ao centro. A nave central, apresenta igualmente uma cobertura de duas águas com alturas mínima e máxima de 10.35m e 12m, destacando-se verticalmente dos corpos laterais em cerca de 1m.

O Mercado está construído sobre um grande envasamento de granito que permite o acesso de nível ao edifício, sendo a plataforma acessível a Sul e a Nascente através de duas grandes escadarias. O edifício inaugurado em 1888 encontrava-se isolado de todos os lados, contrariamente ao apresentado no projecto original da Companhia Aliança, o qual previa a existência de um anexo no tardo do mercado³³ (Tavares, 1988: 2).



Fig. II.1.13 – Representação Axonométrica
Autor: Arqº. Marco António Carneiro



Fig. II.1.14 – Interior: nave central e pavilhões
Vista de Sul para Norte
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

No que respeita à **organização espacial**, a planta está estruturada de forma simétrica em relação a dois eixos ortogonais, com direcções Norte-Sul e Nascente-Poente [Fig. II.1.15]. Esses eixos coincidem com as entradas do edifício³⁴, sendo o eixo principal o Norte-Sul, definido pela nave central que se demarca dos dois pavilhões através de duas filas de colunas de módulo correspondente ao das fachadas (5m). O mercado funciona, assim, como um único espaço subdividido em quatro áreas definidas pelos dois eixos que se intersectam, áreas nas quais se distribuíam os espaços de venda.

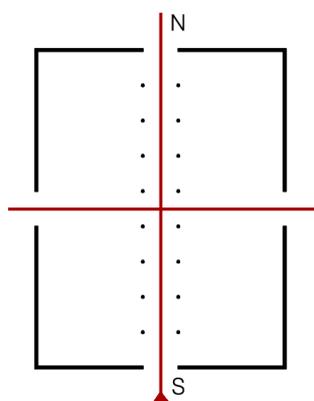


Fig. II.1.15 – Planta esquemática: eixos estruturantes

³³ Presentemente, após a intervenção realizada em 1983, o edifício possui um anexo na parte posterior construído para apoiar o mercado na sua função de espaço polivalente.

³⁴ À excepção do portão Norte que dá acesso a um anexo construído na parte posterior do edifício.

O **sistema de circulação** assenta em dois circuitos principais definidos pelos dois eixos referidos [Fig. II.1.15], embora não haja dados que nos permitam tirar conclusões quanto à forma como as quatro áreas, resultantes da intersecção dos eixos, funcionavam quando o edifício desempenhava a função de mercado. Através de um corte do projecto realizado para o Mercado Ferreira Borges³⁵, podemos supor que, para além dos circuitos transversal e longitudinal, existiria um percurso a circundar todo o espaço interior formando um polígono fechado que intersectava os circuitos principais nas suas extremidades.

Os **alçados** possuem uma clara hierarquia funcional definida pela composição volumétrica do edifício (que se reflecte na composição dos alçados) e pela envolvente através da posição relativa do edifício com a Praça do Infante D. Henrique [Fig. II.1.12]. Os alçados apresentam no seu conjunto homogeneidade de composição, respeitam a mesma métrica (módulos de 5m) e são estruturados a partir das entradas, que correspondem aos eixos de circulação e regulam a simetria das fachadas [Figg. II.1.16 e II.1.17].

A fachada Sul assume o papel de fachada principal e é marcada pelo corpo da entrada que se destaca verticalmente dos dois corpos laterais. Este corpo central possui uma cobertura de duas águas e o acesso ao interior é feito através de um vão rematado com um arco de volta inteira, fechado por envidraçado praticamente até ao portão em ferro fundido. O alçado possui uma composição simétrica, constituída por sete módulos de 5m, em que cada um dos corpos laterais é formado por três módulos. Os corpos laterais são formados por três vãos, correspondentes à modulação estrutural, cada um constituído por uma parte inferior em alvenaria (2.95 m de altura) e uma abertura superior (4.80m de altura), preenchida por venezianas e rematada por um arco rebaixado.

As fachadas laterais, Nascente e Poente, são idênticas e formada cada uma por nove módulos de 5m, iguais aos da fachada principal. Estas apresentam composição simétrica em relação à entrada do edifício, correspondente ao eixo de circulação Nascente-Poente. Presentemente

A fachada Norte, ou tardoz do edifício, segue a mesma composição que a fachada principal, mas encontra-se voltada para a empena do edifício a Norte e está agregada a um anexo correspondente à altura da parede de alvenaria que circunda todo o mercado.



Fig. II.1.16 – Perspectiva de Sudeste: fachadas sul (principal) e nascente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.1.17 – Fachada poente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

³⁵ Embora este possa não ser fidedigno já que na bibliografia consultada se fazem referências a diversas diferenças entre o projecto e o resultado final do edifício.

Caracterização Funcional

Ao nível da organização espacial das funções não existem informações que nos possam orientar na forma como estava prevista a disposição dos vários produtos, o que pode ser justificado pela curta vida deste edifício no desempenho da função para a qual foi projectado, a de mercado. No entanto, a definição das quatro áreas através dos eixos principais poderia ser uma forma de dividir o espaço do mercado em secções para a venda dos diversos géneros alimentares [Fig. II.1.18].

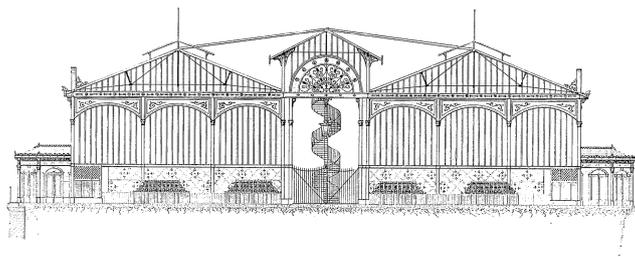


Fig. II.1.18 – Corte transversal
Projecto do Mercado Ferreira Borges – Companhia Aliança, (s.d.)

Caracterização Formal

O Mercado Ferreira Borges é um dos bons exemplos de arquitectura do ferro em Portugal, utilizando este material de forma estrutural e aparente, combinando-o com o vidro e com as paredes de alvenaria (fornadas interiormente a azulejo), estas últimas não desempenhando qualquer função estrutural, mas apenas de compartimentação [Fig. II.1.19]. O edifício é um espaço amplo no seu interior, sendo a sua cobertura em estrutura metálica revestida a vidro e chapas também metálicas (zinco).

No plano estilístico, o edifício apresenta um vocabulário clássico (neoclassicismo), visível em elementos como os frontões, os arcos que rematam os vãos, as colunas com capitéis coríntios e os motivos vegetais (rosáceas, grinaldas e folhagem de acanto) e animais (cabeças de felinos) [Fig. II.1.20]. As colunas, de secção circular vazada, escondem as condutas de águas pluviais no seu interior, numa solução em que a técnica e a estética se aliam.



Fig. II.1.19 – Fachada sul (principal)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.1.20 – Interior: pormenor colunas
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

1.2.2 Mercado 24 de Julho (da Ribeira)

Lisboa
Engenheiro Frederico Ressano Garcia
1882
Arquitecto João A. Piloto
1930



Fig. II.1.21

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

As primeiras referências históricas ao Mercado da Ribeira (Velha) remontam ao século XVII, numa altura em que este se realizava ao ar livre na zona do actual Campo das Cebolas. O comércio alimentar sofreu transformações com o terramoto de 1755, despoletadas pela destruição da zona da Ribeira Velha que teve como consequência a deslocação do centro do comércio da zona ribeirinha para ocidente do Terreiro do Paço³⁶ (Maio et al., 1991: 4). Em 1765, após um período em que o abastecimento era garantido por mercados provisórios e vendedores ambulantes, os planos do Marquês de Pombal para dotar Lisboa de uma rede de Mercados fixos marcaram o começo de um novo ciclo, no qual se inseriu o Mercado da Ribeira Nova. Este mercado entrou em funcionamento a 13 de Abril de 1771 mas, tal como o da Ribeira Velha, era ainda ao ar livre num espaço organizado e constituído por telheiros e cabanas.

Só no séc. XIX, motivado também pelas necessidades de higiene, este mercado foi repensado para se tornar num espaço coberto e fechado, o Mercado 24 de Julho. A construção do novo mercado, da Praça D. Luís e do primeiro troço da Av. Vinte e Quatro de Julho³⁷ fizeram parte de um plano de expansão da cidade para ocidente, do qual fazia parte a realização do aterro (da praia) da Boavista, entre o Cais do Sodré e Santos.

O Mercado 24 de Julho, popularmente designado de Mercado da Ribeira, foi inaugurado a 1 de Janeiro de 1882, depois de o seu projecto ter sido aprovado em sessão camarária a 17 de Julho de 1876. O projecto foi realizado pela repartição técnica da Câmara Municipal de Lisboa e esteve a cargo do Eng.º Frederico Ressano Garcia. A abertura do mercado conduziu ao encerramento definitivo do Mercado da Ribeira Nova (cujas condições higiénicas e sanitárias já não eram satisfatórias) e à sua substituição por este novo espaço coberto, com bancas no seu interior e com um “corredor central onde os vendedores dispunham de água em abundância” (Varanda, 2001: 12). O edifício era constituído pela placa central dedicada à venda por grosso e por dois volumes periféricos, com corredores de “lojas” dedicados à venda a retalho.

Em 1893, um incêndio destruiu parcialmente o edifício do mercado no seu lado Nascente. A sua reconstrução foi rápida e imediata originando um funcionamento precário que, aliado a um aumento da procura³⁸, conduziu a uma perspectiva de ampliação deste mercado por parte da Câmara de Lisboa. O

³⁶ Para a zona onde se encontra actualmente o Mercado da Ribeira.

³⁷ Para a sua construção foi necessário demolir o Forte de S. Paulo, cuja ordem de demolição foi comunicada pelo Ministério da Marinha à Câmara Municipal, em Setembro de 1864 (Maio et al., 1991: 5).

³⁸ Gerado pelas populações que se instalaram nesta área após a construção do aterro e pelas dos bairros a ocidente (Maio et al., 1991: 8).

primeiro projecto data de 1902, mas só em 1917 foi apresentado o projecto definitivo e as obras do mercado concluídas em 1930, com uma configuração próxima da actual. O projecto de ampliação estendeu o edifício para Nascente, através da criação de um novo espaço de venda por grosso³⁹ (de dimensões idênticas ao já existente) e de uma ala de venda a retalho. Isto fez deslocar o centro da fachada Sul marcado agora por uma cúpula, de 1930 com projecto de João A. Piloto, e que valeu ao mercado na época o nome de “Mesquita do nabo” (Varanda, 2001: 14).

O projecto final do mercado, quando comparado com a construção original de 1882 [Figg. II.1.22 e II.1.23], apresenta grandes preocupações estéticas, ao nível dos interiores, com painéis de azulejos de Vitória Pereira, frescos de Gabriel Constanti e pavimento em madeira na sala redonda do piso superior, e ao nível dos exteriores, através da cúpula, do relógio fabricado em França no séc. XIX, das aplicações em ferro fundido e do brasão da cidade de Lisboa.



Fig. II.1.22 – Mercado 24 de Julho: fachada sul (foto ant. 1893)

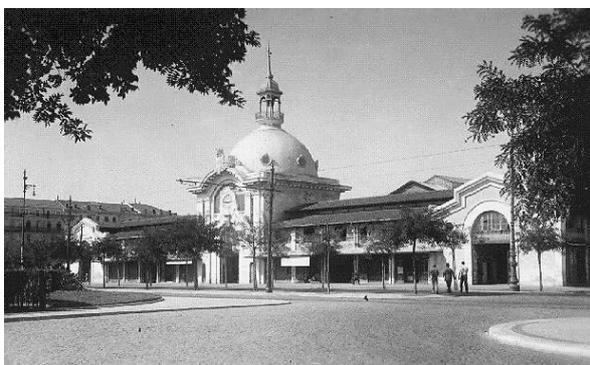


Fig. II.1.23 – Mercado 24 de Julho: fachada sul (foto 1936)
Foto: Eduardo Portugal

Após 1930, o edifício do Mercado 24 de Julho sofreu diversas transformações, nomeadamente em 1940 e em 1980. Na primeira destas intervenções, os panos de alvenaria das fachadas foram substituídos por vidros com caixilharia de ferro, foram ainda construídas a área em cave e a galeria central. A extinção do Matadouro da Criação (das Aves), em 1980, originou a segunda intervenção com a recuperação do espaço onde este se encontrava e com a criação de lojas na fachada Norte.

O mercado funcionou até 2000, não só como mercado retalhista (de manhã), mas também como mercado abastecedor, de produtos horto-frutícolas e de flores, função essa que lhe foi retirada nesse ano pela criação do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

Actualmente, o Mercado da Ribeira, para além da sua função de mercado retalhista (legumes, frutas, carne, peixe e flores), tem uma nova função, a de espaço cultural, que lhe foi conferida em Novembro de 2001, com a requalificação e aproveitamento do piso superior para actividades culturais, sociais e recreativas. Neste piso funcionam um restaurante, um bar/café, duas lojas de artesanato e produtos regionais, uma área para venda de livros e uma área para exposições temporárias.

³⁹ O novo espaço de venda por grosso e o já existente, após a ampliação, são já espaços cobertos, com estrutura metálica e vidro, contrariamente ao edifício inicial em que o espaço central era descoberto e em que as coberturas eram em telha cerâmica.

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado da Ribeira está implantado na zona de serviço do Bairro Alto/Santos, na freguesia de S. Paulo em Lisboa. A entrada principal, na fachada Sul, dá para a Av. 24 de Julho, nome também atribuído na época ao mercado, que no entanto continuou a ser conhecido por Mercado da Ribeira.

O edifício ocupa um quarteirão, isolado e acessível pelas várias fachadas. É delimitado a norte pela Rua da Ribeira Nova, a sul pela Avenida 24 de Julho, a nascente pela Rua do Instituto D. Amélia e a poente pela Praça D. Luís I (e pelo seu jardim).

Como foi mencionado no *Historial*, o mercado foi construído nos terrenos do antigo Forte de S. Paulo, após ter sido feito o aterro da Boavista, estando a fachada Sul numa área que de origem era domínio do Rio Tejo. É de notar que, tanto a Praça como o Mercado, ignoram a orientação da malha já existente e se regem pela da Av. 24 de Julho. A própria relação entre a Praça e o Mercado se encontra reduzida aos acessos pela fachada lateral, estando a fachada principal voltada para a Avenida e para o Rio Tejo [Figg. II.1.24 e II.1.25].

Esta estreita relação com o Rio está na origem da própria existência do Mercado da Ribeira Nova em 1771, já que neste período a população desta área da cidade se dedicava principalmente às actividades marítimas. No entanto, com o tempo, esta proximidade foi-se diluindo devido à construção de um novo aterro a sul do Mercado, à Estação de Caminho de Ferro e ao carácter de via arterial assumido pela Av. 24 de Julho.

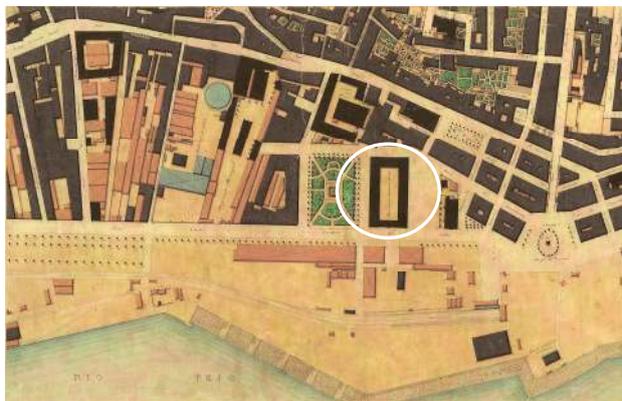


Fig. II.1.24 – Levantamento da Planta de Lisboa:
1904-1911



Fig. II.1.25 – Panorâmica da Ribeira
(foto ant. 1893)

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A caracterização do Mercado 24 de Julho irá incidir sobretudo no projecto do edifício construído em 1882, da autoria do Eng.º Frederico Ressano Garcia. A análise do edifício na sua forma primária vai de encontro aos objectivos deste estudo, que é o da compreensão do conceito do edifício de mercado no período compreendido entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. Nesse sentido, a construção original reflecte de forma mais clara o conceito, embora, quando necessário, se façam referências ao edifício resultante da ampliação terminada nos anos 30.

Deste modo, a análise foi realizada com base em elementos gráficos do projecto de 1879, na visita ao local (no seu estado actual) e em descrições presentes nas fontes bibliográficas apresentadas.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado da Ribeira (1882) estava implantado numa base rectangular de 50m x 88m e era constituído por um volume periférico encerrado, que se estruturava em torno de um pátio central descoberto, também de planta rectangular (24m x 66m) [Fig. II.1.24].

Volumetricamente, o mercado era formado por dois corpos (13m x 88m x 10m⁴⁰), simétricos em relação ao eixo Norte-Sul, que se desenvolviam longitudinalmente a nascente e a poente do pátio [Fig. II.1.26]. Estes volumes eram unidos, nos topos Norte e Sul, por dois corpos transversais ligeiramente recuados em relação às fachadas exteriores. Os dois corpos transversais não possuíam a mesma largura, sendo a largura do corpo transversal Sul 2/3 da do corpo Norte (13m x 24m), este último com a mesma largura que os corpos longitudinais (13m). O edifício resultava assim num volume de planta em “U”, fechado a sul por um corpo transversal de diferentes características, definindo no seu centro um espaço rectangular amplo [Fig. II.1.27].

Os corpos laterais e o transversal Norte eram formados por um piso, com pé-direito duplo de 6.80m (na parte mais baixa da cobertura) correspondente aos dois pisos do corpo transversal sul.

Todo o edifício era rematado por uma estrutura metálica invisível do exterior, coberta de telha cerâmica, com uma parte central elevada, para permitir a entrada de luz.

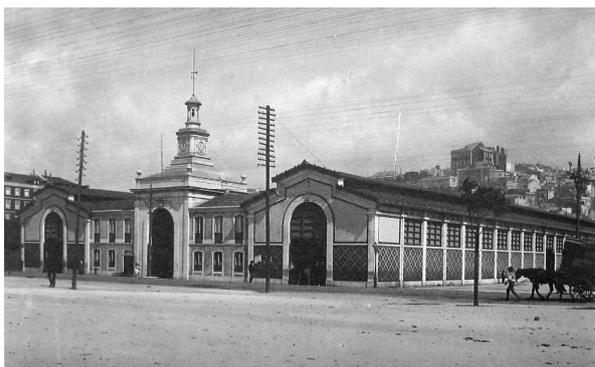


Fig. II.1.26 – Mercado 24 de Julho: fachada orientada para a Av. 24 de Julho (foto c. 1900)
Foto: Eduardo Portugal



Fig. II.1.27 – Venda do peixe (por grosso) no pátio central (foto 1912)

Ao nível da **organização espacial**, o edifício estava disposto simetricamente segundo dois eixos principais e ortogonais com direcções Norte-Sul e Nascente-Poente, que definiam as entradas nas fachadas respectivas [Fig. II.1.28]. O eixo Norte-Sul encontrava-se, do seu lado Sul, coincidente com a entrada principal e marcado pelo volume da torre do relógio.

O edifício estruturava-se, ainda, segundo outros dois eixos secundários – paralelos ao eixo Norte-Sul e intersectados a meio pelo eixo Nascente-Poente – que percorriam longitudinalmente os dois volumes laterais e marcavam as entradas Norte e Sul nesses corpos. Estes eixos longitudinais (de direcção Norte-Sul) eram depois intersectados e ligados através de eixos transversais, de hierarquia inferior, que estabeleciam a ligação entre a orientação principal (Norte-Sul) e a orientação Nascente-Poente.

⁴⁰ Altura máxima dos corpos.

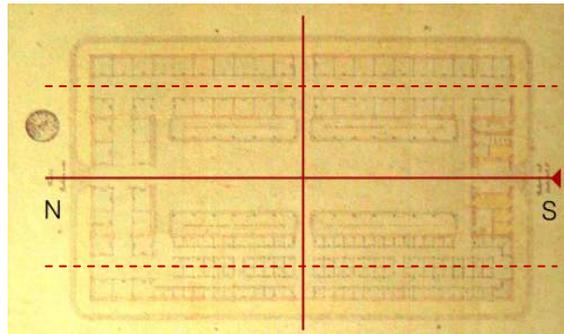


Fig. II.1.28 – Planta esquemática: eixos estruturantes
Projecto de Ressano Garcia, 1879

O **sistema de circulação** tinha como base os eixos definidos e era constituído por três grupos de circuitos. O primeiro grupo é formado pelos circuitos definidos pelos eixos principais Norte-Sul e Nascente-Poente, que atravessam longitudinal e transversalmente o edifício, ligando-o ao exterior nas quatro fachadas correspondentes. Estes percursos estabelecem a ligação com os restantes circuitos e cruzam o pátio central, definindo nele dois eixos de atravessamento.

O segundo grupo é constituído pelos circuitos dos corpos Nascente e Poente: o circuito do corpo Nascente é definido por um único percurso longitudinal que atravessa o corpo a partir dos acessos, no sentido Norte-Sul, e é intersectado a meio pelo circuito principal Nascente-Poente; o circuito do corpo Poente representa uma variante do circuito anterior, em que as diferentes características dos espaços de venda – justificadas pela diferente natureza dos produtos – originaram um circuito fechado definido em torno das bancas dispostas ao longo do eixo Norte-Sul.

O terceiro grupo é formado pelos circuitos transversais secundários que ligam os dois circuitos do segundo grupo e intersectam o circuito principal Norte-Sul. Estes, combinados com os circuitos do segundo grupo (sem os acessos ao exterior), desenham um circuito fechado que liga a todos os espaços de venda do mercado.

Os **alçados** do Mercado da Ribeira, no projecto de 1882, transmitiam claramente a hierarquia funcional a que respondiam, quer através da composição volumétrica, quer através de um elemento distinto que marcava a fachada principal, a torre do relógio [Fig. II.1.29 e II.1.30].

A composição destes alçados reflecte a volumetria do edifício através da marcação dos limites dos corpos laterais, do seu ligeiro avanço em relação às fachadas Norte e Sul e da definição clara do volume da torre do relógio, saliente em profundidade e em altura. Os alçados respondem, ainda, aos princípios usados na organização espacial, com uma composição simétrica estruturada nos acessos ao edifício, ou seja, nos eixos de circulação.

A fachada Sul, virada para o Rio Tejo e para a Av. Vinte e Quatro de Julho desempenhava o papel de fachada principal, com a torre do relógio a regular a simetria. As três entradas existentes nesta fachada, uma principal e duas secundárias, são rematadas por um arco de volta perfeita em cantaria que se define acima dos portões em ferro e, no caso das entradas laterais, o espaço sobejante acima dos portões era preenchido com venezianas. O troço central desta fachada tem uma leitura distinta do restante edifício, com dois pisos e vãos de dimensões idênticas às aplicadas em usos de habitação.

A fachada Norte, assume-se como tardoz do mercado, tendo os corpos laterais a mesma linguagem que na fachada principal, diferindo desta apenas no troço central.

As fachadas Nascente e Poente são idênticas e simétricas em relação à respectiva entrada no edifício. São constituídas por módulos de 4.17 m, ritmados pelos tubos de queda em ferro, que ocorrem a cada dois módulos, e interrompidos ao centro pela passagem e nos extremos por módulos distintos. Os módulos que percorrem toda a fachada, são formados por uma parte inferior em alvenaria forrada a azulejo, acima desta um vão preenchido por venezianas (que permite a ventilação do edifício) e por último um vão de pequena altura em vidro.

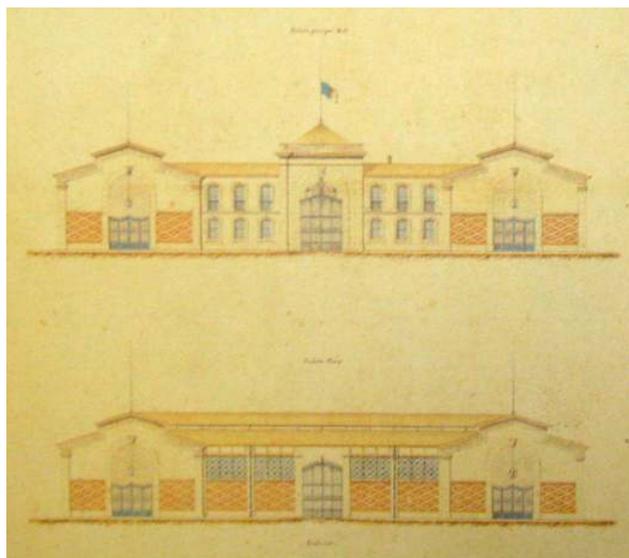


Fig. II.1.29 – Alçados Norte e Sul
Projecto de Ressano Garcia, 1879



Fig. II.1.30 – Torre do Relógio:
fachada sul (foto 1882-1893)

O edifício resultante da ampliação do mercado e com aparência próxima da actual, tentou responder aos mesmos princípios que o edifício original, movendo o centro do edifício, ou seja, o eixo Norte-Sul, para o eixo do anterior corpo lateral nascente. A simetria do edifício final não é perfeita, uma vez que este teve de se adaptar à fisionomia do local.

Caracterização Funcional

No Mercado da Ribeira, projectado em 1882, eram desenvolvidas actividades respeitantes à função de mercado, nomeadamente a venda de produtos alimentares (horto-frutícolas, peixe e carne) por grosso e a retalho.

A organização espacial das funções era dividida primeiramente em dois tipos de venda, a venda a retalho, directamente à população, e a venda por grosso. A primeira ocupava os dois volumes longitudinais a nascente e poente, organizando-se ao longo de corredores com espaços de venda definidos. A segunda, a venda por grosso, localizava-se no espaço central, sem definição de espaços de venda.

A venda a retalho, como foi referido, organizava-se ao longo dos dois corpos laterais, sendo cada um dos corpos destinado a um tipo de produto alimentar. Com base na planta e em cortes

respeitantes ao projecto de 1879 [Fig. II.1.31], podemos supor que o pavilhão poente era dedicado à venda de horto-frutícolas em quiosques e bancas de madeira, enquanto o pavilhão nascente era dedicado à venda de pescado em compartimentos equipados para o efeito, com bancas de ferro e pedra e paredes revestidas a azulejo. Na extremidade norte do corpo poente, uma zona formada por espaços encerrados serviria, provavelmente, para a venda das carnes (talhos).

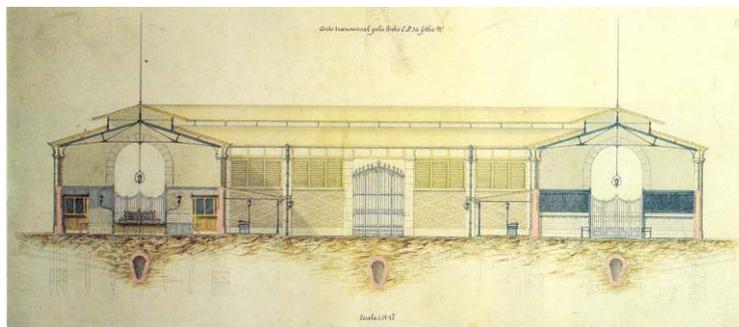


Fig. II.1.31 – Corte transversal do mercado: vista para Norte
Projecto de Ressano Garcia, 1879

Actualmente, desempenhando unicamente a função de mercado retalhista, as duas placas centrais⁴¹ (agora cobertas com estrutura metálica, vidro e chapas de zinco) são dedicadas à venda a retalho dos produtos horto-frutícolas em bancas dispostas ao longo do espaço em áreas definidas através de marcações no pavimento (nave poente) e plataformas de pequena altura (nave nascente).

Caracterização Formal

O Mercado da Ribeira é um exemplar da arquitectura do ferro no nosso país, apresentando o edifício de 1882 uma solução construtiva mista, típica na época, na qual as paredes exteriores e interiores em alvenaria e cantaria foram conjugadas com os suportes das coberturas em estrutura metálica, não visível do exterior [Fig. II.1.32]. Este edifício tinha uma leitura bastante maciça, transmitida pelos intercolúnios em alvenaria e pelos remates em cantaria, estando a aplicação do ferro reduzida à estrutura invisível (do exterior) da cobertura e a elementos como os portões, os tubos de queda das águas pluviais e as venezianas.

Nas naves de venda a retalho a expressão formal era dada pelas coberturas metálicas assumindo-se este material de modo mais evidente no interior.

Ao nível formal, o edifício apresenta alguns elementos que traduzem um modelo oitocentista, de leve expressão neoclássica, aplicado em Portugal, embora nestas fachadas residisse uma certa “pobreza formal” (Maio et al., 1991: 8). Entre esses poucos elementos de sabor neoclássico estão os vãos das entradas com remate em



Fig. II.1.32 – Interior de um dos corpos de venda a retalho
(foto 1882-1893)

⁴¹ A do edifício original e a criada com o projecto de ampliação.

arco de volta inteira⁴², a cornija que remata os corpos laterais e a torre do relógio (esta última também com uma balaustrada a encimar o volume) e as pilastras em cantaria que marcam o ritmo das fachadas laterais.

⁴² No caso dos corpos laterais preenchidos por venezianas na parte acima dos portões em ferro fundido.

1.2.3 Mercado da Ribeira (antigo Mercado Municipal de Tavira)

Tavira
Tenente José Ignácio de Melo Pereira Vasconcelos
1885-1887

Recuperação e adaptação *pele*

Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico com a CMT
1999-2000



Fig. II.1.33

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

Antes da construção do edifício do antigo Mercado Municipal de Tavira (1885-1887), as actividades de comércio alimentar realizavam-se na Praça da Constituição – actual Praça da República – em barracas e após o desaparecimento destas, nas arcadas do edifício da Câmara Municipal. A intenção de construir um edifício próprio para o mercado quotidiano surgiu em 1853, motivada pelas necessidades de melhoria das condições higiénicas, de um maior controlo das actividades comerciais, de desimpedir uma área que servia de Passeio Público e, ainda, para evitar que o barulho do mercado perturbasse o funcionamento laboral da Câmara.

Embora a construção deste mercado tivesse sido uma preocupação da Câmara durante anos, as dificuldades para obter licença de construção⁴³ e para contrair um empréstimo, fizeram com que este processo se arrastasse e só nos anos 70 (séc. XIX) foi elaborado o projecto e escolhido o local.

O projecto do Mercado de Tavira data de 1876 com a autoria do Tenente da Arma de Infantaria José Ignácio de Melo Pereira Vasconcelos. A escolha do Largo do Açougue dos Mareantes para a construção do edifício foi feita pelo engenheiro militar João António Ferreira Maia e aprovada pelo Concelho Municipal em Maio de 1877. No entanto, a decisão por este local foi alvo de um abaixo-assinado por parte de um conjunto de cidadãos que questionavam a sua localização exacta mais para montante ou jusante do Rio. A autorização para construir no Largo dos Mareantes foi dada em 1879, mas só em 30 de Junho de 1885 as obras foram finalmente começadas. A versão final do projecto será de António da Silva Meira, que segundo o Livro de Actas e Termos de Arrematação da Câmara Municipal de Tavira 1884-1887, foi quem acompanhou a obra do Mercado Municipal.

A construção deste mercado insere-se num conjunto de obras públicas realizadas em Tavira no final do século XIX, cujo objectivo foi o da renovação urbana da baixa da cidade. Para além do mercado, entre as obras públicas estavam também os muros de suporte (*barbacãs*) para regularizar as margens do Rio Gilão, o jardim ou passeio público (a poente do mercado) e o coreto [Fig. II.1.34]. Estas construções devem, ainda, ser entendidas no contexto político duma época em que Portugal tentava acompanhar a industrialização dos países europeus pela via da imagética dos seus espaços públicos, recriando conjuntos urbanos como o passeio público.



Fig. II.1.34 – Vista do Mercado a partir do jardim
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

⁴³ Era necessária uma licença dada pelo Governo para construir em locais banhados por água salgada.

Passados cerca de cem anos, no final do séc. XX, com o mercado ainda em pleno funcionamento, este já não tinha nem dimensão nem condições suficientes e, porventura, não eram grandes as possibilidades de expansão, pelo que a Câmara Municipal decidiu construir um novo mercado (inaugurado em Junho de 1999). A Câmara de Tavira iniciou rapidamente o processo de remodelação deste edifício que previa a reabilitação e adaptação do imóvel a novos usos, o seu enquadramento num projecto de renovação e requalificação urbana da área comercial do Centro Histórico e o papel de espaço de valorização social, cultural e turística da zona ribeirinha (Mercado de Tavira, 2002, pp. 8-10).

Nesse sentido, o edifício designado actualmente de Mercado da Ribeira, foi alvo de uma intervenção de adaptação e restauro realizada pelo Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico (ICIST)⁴⁴, entre 1999 e 2000, que resultou na reconversão e adaptação do mercado a espaço comercial polivalente [Figg. II.1.35 e II.1.36]. Este espaço comercial é dotado de lojas, nas alas Sul e Nascente, de restauração, nas alas Norte e Poente, e no pavilhão central de um espaço polivalente para actividades culturais e sociais (exposições, feiras, esplanada de Inverno, entre outras actividades).



Fig. II.1.35 – Fachada poente após a intervenção em 2000

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.1.36 – Interior do mercado após a intervenção em 2000

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado de Tavira localiza-se no Centro Histórico desta cidade, na freguesia de Santa Maria, numa zona actualmente designada de “Baixa Comercial”.

Situado na margem direita do Rio Gilão, o edifício ocupa um quarteirão isolado, regular (55m x 28m) e acessível de todas as fachadas. É delimitado a Norte pela Rua do Cais (entre o Rio e o mercado) e a Sul pela Rua José Pires Padinha. A Nascente e a Poente o edifício é confinante com a Lota do Peixe e o Jardim Público, respectivamente, estando separado destes através de vias de trânsito automóvel [Figg. II.1.37 e II.1.38].

O Mercado assume uma posição de destaque neste trecho de conjunto urbano ribeirinho, através do alinhamento da sua entrada Poente com o eixo principal do Jardim Municipal servindo, assim, de remate do conjunto [Fig. II.1.34].

⁴⁴ Projecto coordenado pela Prof. Teresa V. Heitor.



Fig. II.1.37 – Ortofotomapa de Tavira



Fig. II.1.38 – Vista do mercado a partir do Rio Gilão

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise arquitectónica e as respectivas caracterizações, bem como a inserção urbana, foram realizadas com base nas características, do edifício e da envolvente, existentes antes da intervenção realizada pelo ICIST (1999-2000). Deste modo pretende-se analisar o caso de estudo numa situação próxima daquela que se verificava quando o edifício foi construído, no final do século XIX. De referir que o estudo realizado foi feito com base no levantamento arquitectónico rigoroso executado pelo ICIST – uma vez que não foram encontrados elementos relativos ao projecto original –, no *Estudo de Recuperação do Edifício do Mercado Municipal de Tavira*, da mesma entidade, e na visita realizada ao edifício.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado de Tavira está inserido numa planta de base rectangular, de (aproximadamente) 28m x 55m, com 6.30m de altura. O seu **conjunto volumétrico** é representado por um paralelepípedo regular com uma leitura homogénea em toda a envolvente [Fig. II.1.38], “perturbada” apenas pela saliência do volume da entrada Sul e pelos frontões que marcam as entradas a Norte, Sul e Poente [Fig. II.1.39].



Fig. II.1.39 – Fachada Sul: Rua José Pires Padinha (foto 1998)

Desenvolvendo-se num único piso o mercado é formado por um amplo espaço central rectangular (20.5m x 35.2m) definido por um volume encerrado que o envolve a Norte, Sul e Poente⁴⁵ e por um espaço aberto a Nascente, de planta rectangular (28.2m x 10.6m) e que ocupa toda a largura do edifício [Fig. II.1.40 e II.1.41]. O volume que envolve a área central é constituído por vários espaços encerrados que se desenvolvem ao longo das fachadas respectivas, interrompidos no centro destas pelas passagens que permitem o acesso ao espaço central.



Fig. II.1.40 – Percurso correspondente ao eixo Nascente-Poente (foto 1998)



Fig. II.1.41 – Espaço central: percurso que circunda as áreas centrais *a* e *b* (foto 1998)

Em termos de **organização espacial**, a planta está estruturada de forma simétrica em relação a dois eixos ortogonais principais, com direcções Norte-Sul e Nascente-Poente [Fig. II.1.42]. Estes eixos definem as quatro entradas do edifício localizadas ao centro de cada uma das fachadas. Os eixos principais, conjuntamente com outros eixos de hierarquia inferior definem, através de uma malha de pilares, os espaços de circulação e duas áreas centrais rectangulares (*a* e *b*), com 11m x 13m cada.

As áreas centrais rectangulares referidas e a parte central do espaço Nascente (16.2m x 9.5m) têm estruturas de cobertura em ferro (fundido) forradas a chapas de zinco onduladas. O lanternim que envolve essas áreas centrais permite a entrada lateral de luz⁴⁶ e tem a sua cobertura também em estrutura de ferro mas forrada a chapa ondulada translúcida.

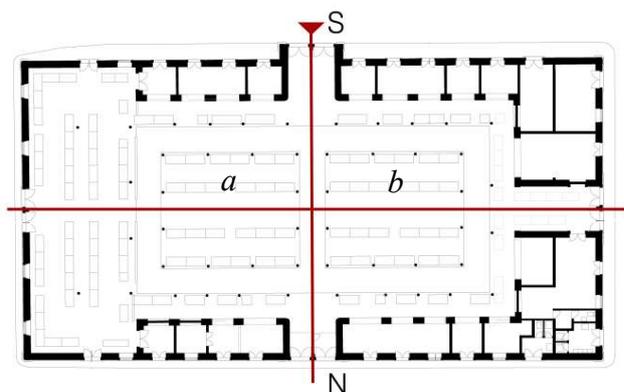


Fig. II.1.42 – Planta esquemática: eixos estruturantes
Levantamento realizado por ICIST/IST, 1998

⁴⁵ Com uma profundidade de 4m a Norte e Sul e de 8m a Poente.

⁴⁶ Eleva-se relativamente às extremidades inferiores da cobertura da área central.

O **sistema de circulação** é constituído por três grupos de circuitos definidos com base nos eixos referidos. O primeiro grupo (1) assenta nos dois percursos principais transversal e longitudinal [Fig. II.1.40], correspondentes aos eixos Norte-Sul e Nascente-Poente, que atravessam o espaço central e o ligam ao exterior nas quatro fachadas do edifício. Este primeiro grupo estabelece a ligação aos dois circuitos do grupo seguinte (2), intersectando-os e ligando-os entre si.

O grupo 2 é constituído por dois circuitos que conjuntamente com o grupo 1 definem o sistema de circulação do espaço central. O primeiro circuito⁴⁷ estrutura-se em torno dos dois pavilhões centrais (*a* e *b*), num polígono fechado e intersectado pelos dois circuitos do grupo 1 [Fig. II.1.41]. O segundo circuito desenvolve-se paralelamente ao primeiro e envolve-o dos lados Norte, Sul e Poente. É através deste que é feito o acesso aos compartimentos encerrados que delimitam o espaço central.

O último grupo (3) é formado por um único percurso que cruza o espaço Nascente longitudinalmente (na direcção transversal do edifício) ligando-o ao exterior nas fachadas Norte e Sul.

A homogeneidade volumétrica do edifício reflecte-se também ao nível da **composição dos alçados**, visível na igual altura das fachadas rematadas por uma balaustrada e na aplicação de vãos com a mesma métrica. Esta homogeneidade é interrompida por elementos compositivos que hierarquizam as fachadas, como por exemplo os frontões de vão duplo que marcam as entradas e a diferenciação dos vãos em janelas de peito e portas. Os alçados reflectem também os princípios de organização espacial, através de uma composição simétrica regulada pelos eixos principais (Norte-Sul, Nascente-Poente), ou seja, pelos acessos ao mercado [Figg. II.1.43 e II.1.44].

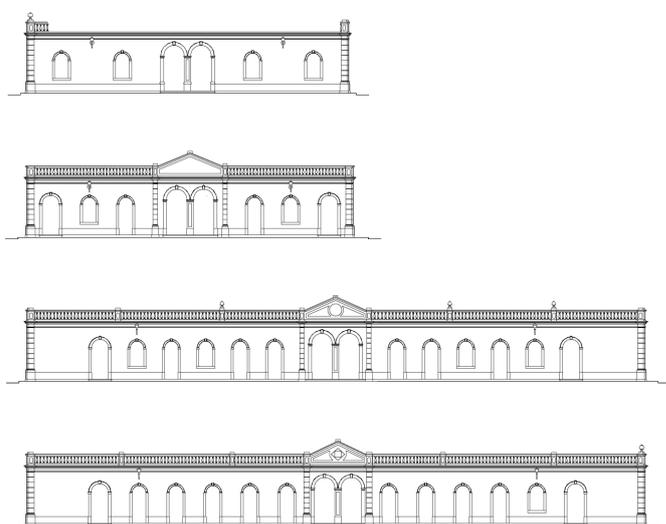


Fig. II.1.43 – Alçados: Nascente, Poente, Norte e Sul
Levantamento realizado por ICIST/IST, 1998



Fig. II.1.44 – Módulo de entrada da fachada Sul (foto 1998)

⁴⁷ Desnívelado do segundo circuito deste grupo e das áreas centrais.

Através dos elementos que compõem a fachada Sul⁴⁸ pode concluir-se que esta terá sido projectada para ser a fachada principal, no entanto, a posição da fachada Poente em relação ao conjunto urbano do Jardim e do coreto coloca-a numa posição de destaque.

As fachadas Norte, Sul e Poente são estruturadas de forma simétrica a partir do módulo da entrada, formado por um frontão a encimar os vãos (de verga curva), cada um com um portão em ferro forjado. A fachada Nascente não possui o frontão a rematar as entradas, o que, em conjunto com a existência apenas de vãos de peito, lhe confere claramente o sentido de tardo do edifício.

As fachadas Norte e Sul são constituídas por seis vãos de cada lado do módulo de acesso, enquanto a fachada Poente possui três e a Nascente apenas dois vãos. Os vãos dos extremos laterais que compõem os alçados Norte, Sul e Poente, apresentam maiores dimensões que os restantes vãos.

Todas as fachadas são percorridas por uma balaustrada com o remate dos cunhais feito por pinhas cerâmicas.

Caracterização Funcional

No Mercado de Tavira, as actividades comerciais que se desenvolveram até 1999 (quando encerrou) eram as respeitantes à sua função de projecto, e constituídas por espaços para a venda de produtos alimentares (horto-frutícolas, peixe e carne) e não-alimentares. As funções organizam-se de duas formas: em espaços abertos dotados de bancas fixas e móveis – horto-frutícolas e pescado – ou em espaços encerrados individuais – carne, pão, leite, artesanato, café, vestuário [Fig. II.1.45].

Os produtos horto-frutícolas situavam-se no espaço central do mercado e a venda era feita em regime de levante com bancas fixas dispostas em filas na direcção Nascente-Poente e bancas móveis junto à entrada Nascente. As bancadas fixas eram em alvenaria de tijolo e forradas a marmorite, o mesmo material usado nos tampos.

O pescado vendia-se no pavilhão Nascente, localizado no tardo do edifício, com acesso directo ao exterior e confinante com o edifício da Lota. A venda do peixe fresco era feita em bancas fixas, dispostas em filas maioritariamente na direcção Norte-Sul. As bancadas do pescado eram em alvenaria de tijolo, forradas a azulejo e com pedra calcária nos tampos.

A venda de carnes e o pequeno comércio ocupavam o corpo encerrado que envolvia o espaço central e eram acessíveis tanto do interior como do exterior.

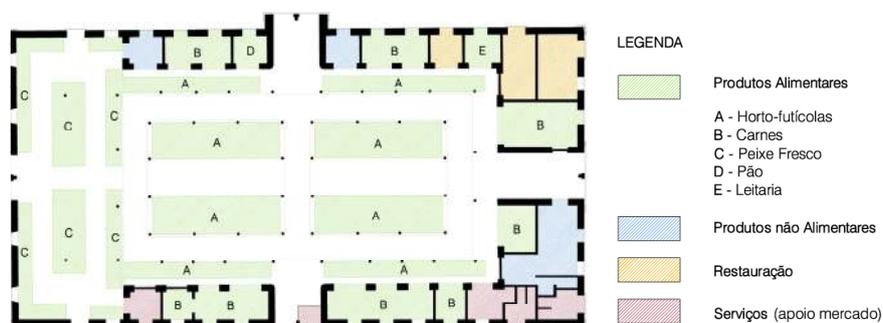


Fig. II.1.45 – Esquema funcional do mercado
Levantamento realizado por ICIST/IST, 1998

⁴⁸ A pormenorização do frontão; a inscrição em pedra existente no frontão, com a data de inauguração; a predominância das portas (onze portas para uma janela de peito).

Caracterização Formal

O Mercado de Tavira, tal como o anterior exemplar de arquitectura do ferro (Mercado da Ribeira), utiliza este material numa solução construtiva mista, típica na época, em que as paredes autoportantes exteriores e interiores de alvenaria de pedra e as paredes divisórias interiores em alvenaria de tijolo eram combinadas com uma estrutura metálica que suportava a cobertura dos espaços abertos [Fig. II.1.40]. No entanto, a leitura exterior do edifício é a de um corpo maciço e compacto em alvenaria, em contraste com o espaço central todo em estrutura metálica. Isto porque o ferro não foi utilizado de forma aparente e assumida neste edifício e os únicos elementos em ferro visíveis do exterior são os portões em ferro forjado.

Ao nível formal, o edifício apresenta elementos que traduzem um suave neoclassicismo, usado em Portugal no séc. XIX, tais como, os frontões e os portões duplos que marcam as entradas, a balaustrada que remata as fachadas, os vãos com arcos de volta inteira e os cunhais e pilastras em cantaria (Heitor, 1999: 7) [Fig. II.1.46].

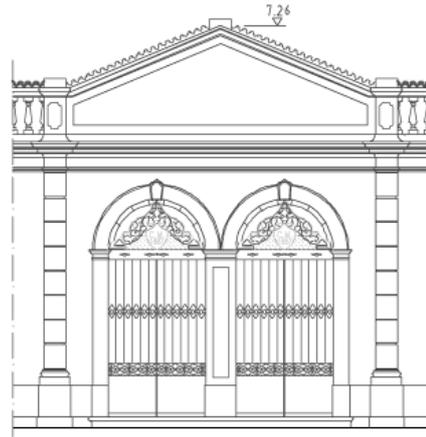


Fig. II.1.46 – Porta central poente
Levantamento realizado por ICIST/IST, 1998

1.3 NOTAS CONCLUSIVAS

O período em análise neste capítulo, compreendido entre a última metade de Oitocentos e as primeiras décadas de Novecentos em Portugal, é caracterizado por um conjunto de transformações sociais, económicas e técnicas associadas à crescente industrialização, reflectidas no desenvolvimento dos meios urbanos e dos seus espaços públicos. A dinâmica de crescimento das cidades foi responsável por novos planos de expansão dos quais muitas vezes os edifícios de mercado faziam parte, como sucedeu com os mercados 24 de Julho e de Tavira, o primeiro incluído na expansão da cidade de Lisboa para ocidente (após a realização do aterro da Boavista) e o segundo inserido num conjunto de obras públicas para a renovação da baixa de Tavira. As novas exigências de funcionalidade e salubridade originadas pelo contexto, espelhadas em preocupações como a melhoria das condições de higiene e um maior controlo das actividades comerciais, estiveram na base da construção de novos mercados cobertos e fechados, uma vez que até aí essas actividades se realizavam ao ar livre em praças ou em espaços delimitados constituídos por telheiros e barracas como sucedia no Mercado da Ribeira Nova. Os municípios adoptaram assim políticas de melhoria das infra-estruturas de abastecimento de géneros procurando dotar as cidades de mercados fixos que substituíssem os anteriores mercados provisórios e os vendedores ambulantes. Foi o caso do Mercado Ferreira Borges cuja intenção de construção surgiu conjuntamente com a de seis novos mercados fixos para a cidade do Porto. Os mercados cobertos e fisicamente delimitados assumem-se então como pólos da actividade social e espaços necessários ao abastecimento das populações, desempenhando um papel estruturante nas cidades durante este período temporal.

O carácter utilitário destas construções e as características construtivas do ferro, levaram à sua adopção neste tipo de edifícios possibilitando uma nova espacialidade conseguida através de espaços amplos, abertos e fortemente iluminados – a luz natural contribui também ela para a melhoria das condições de conforto e salubridade do espaço, principalmente quando controlada e associada a sistemas de ventilação. As necessidades de cálculo matemático deste tipo de sistema construtivo, baseado na estrutura metálica, conduziu a um conflito entre as profissões de engenheiro e arquitecto e de certo modo terá justificado a entrega dos projectos de alguns mercados a engenheiros – Mercado da Praça da Figueira, Mercado Ferreira Borges, Mercado 24 de Julho, Mercado D. Pedro V, Mercado Municipal de Tavira. Para isto terá também contribuído o facto de a arquitectura do ferro na época ter sido primeiramente reconhecida como uma engenharia e não ter obtido a importância que hoje lhe atribuímos. Isso reflectiu-se igualmente no modo conservador com que o ferro foi aplicado, mesmo em edifícios de carácter utilitário como os mercados, de um modo geral combinado com materiais tradicionais e só em casos pontuais, de que são exemplo o Mercado Ferreira Borges e o Mercado da Praça da Figueira, aplicado de forma aparente no exterior.

O panorama arquitectónico, cuja produção se inspirava muitas vezes em modelos e em projectos-tipo, terá certamente concorrido para a formação de um tipo comum de mercado que não terá sido igualmente indiferente à resposta que era necessário dar às novas exigências de segurança, conforto e higiene. A adopção de um modelo terá de certo modo condicionado a experimentação

espacial oferecida pelas características construtivas do ferro, que embora tenha sido fortemente utilizado nestes edifícios esgotou as suas possibilidades arquitectónicas numa certa aceitação de modelos pré-concebidos.

Após a análise dos casos de estudo e a observação de outros exemplares do mesmo período – Mercado de Sta. Clara, Mercado de São Bento, Mercado 24 de Julho, Mercado da Praça da Figueira, Mercado Ferreira Borges, Mercado Municipal de Tavira, Mercado D. Pedro V e Mercado do Bolhão –, foi possível encontrar um conjunto de características físicas, espaciais, funcionais, formais e construtivas que definem um tipo comum:

— Ao nível da *caracterização físico-espacial*, apresenta uma planta de base rectangular, isolada de todos os lados, desenvolvendo-se num único piso; a **organização espacial** é estruturada de modo simétrico segundo dois eixos principais ortogonais, geralmente de direcções Norte-Sul e Nascente-Poente; estes eixos estabelecem os percursos principais do **sistema de circulação** e definem as entradas nas quatro fachadas respectivas; os **alçados** respondem a uma composição simétrica regulada pelas entradas e assumem uma clara hierarquia funcional obtida através da composição dos volumes e dos alçados ou mesmo da sua posição relativa com a envolvente;

— Ao nível da *caracterização funcional* é de evidenciar a divisão dos espaços de venda em três produtos de natureza diferentes, claramente associados a requisitos de higiene distintos, nomeadamente produtos horto-frutícolas, em bancas, peixe, também em bancas, e carne, em espaços encerrados (talhos);

— Ao nível da *caracterização construtiva*, os edifícios adoptam uma **solução construtiva** mista em que as paredes autoportantes exteriores e as paredes divisórias interiores, ambas em alvenaria, são combinadas com uma estrutura metálica usada para suportar a cobertura; esta solução construtiva resulta num contraste entre um exterior maciço e um interior leve e iluminado; muitas vezes a estrutura metálica é disfarçada exteriormente por uma cobertura em telha cerâmica;

— Ao nível da *caracterização formal* utiliza elementos que traduzem um suave neoclassicismo usado em Portugal no séc. XIX, de que são exemplo os frontões, as pilastras, os cunhais, os portões em ferro, os arcos de volta inteira, entre outros.

De um modo geral os edifícios resultam num único volume definido por um corpo encerrado de lojas que delimita o exterior e no interior do qual se situa um espaço central aberto, uma espécie de pátio, muitas vezes caracterizado pela estrutura metálica da sua cobertura. A maioria dos mercados observados respondem se não a todas, a quase todas as características enunciadas, muitas vezes em resultado da adaptação destas às condicionantes do local. Os casos do Mercado Ferreira Borges e do Mercado da Praça da Figueira acabam por constituir excepções, no que respeita à caracterização construtiva, pela sua solução estrutural totalmente em ferro aparente, do mesmo modo que a planta triangular do Mercado de São Bento, originada pela forma do terreno, e os dois pisos do Mercado do

Bolhão, justificados pelo grande desnível da envolvente, representam excepções ao nível da caracterização físico-espacial.

É ainda de referir a situação actual destes edifícios: alguns deles demolidos, como o de São Bento e o da Praça da Figueira, este último possivelmente pela sua materialidade sugestiva de uma instalação provisória; outros mercados, como o 24 de Julho foram ampliados e recuperados para que continuassem a desempenhar a sua função, neste caso concreto a ampliação foi motivada pelo aumento da população dessa zona; e houve ainda os mercados que por terem deixado de responder às necessidades, fossem elas de salubridade, de higiene ou de dimensão, foram reconvertidos noutros usos, nomeadamente em espaços polivalentes, de uso cultural, social e recreativo como o Mercado Ferreira Borges ou de uso comercial como o Mercado de Tavira.

A partir dos anos 20/30 do século XX inicia-se um novo período estudado no capítulo seguinte (*Capítulo 2 – Arquitectura Moderna Portuguesa*), no qual o betão assumirá a sua importância enquanto material estrutural base, atingindo uma experimentação espacial e estrutural nunca obtida pelo ferro nestes edifícios, justificada quer pelo conservadorismo com que um material inovador como o ferro foi interpretado, quer pela aceitação que a tecnologia viria a ter posteriormente na aplicação do betão armado.

PARTE II

CAPÍTULO 2 – Arquitectura Moderna Portuguesa: Meados do Séc. XX

2

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A **arquitECTURA moderna portuguesa** tem como limites cronológicos 1920 e 1970, período durante o qual a produção moderna se desenvolve (com avanços e retrocessos) e que pode ser estudado em quatro tempos: o “efémero modernismo” dos anos 20 e 30, com as primeiras experiências de uma nova linguagem; a interrupção do projecto moderno nos anos 40 para dar lugar à arquitectura de tendência nacionalista-fascizante do Estado Novo; a fase de ruptura dos “verdes” anos 50⁴⁹, na direcção de uma continuidade do moderno; e a pluralidade dos anos 60, marcada pelas rupturas estéticas e pelas crises políticas e sociais (Tostões, 2004a: 145). Assim, a partir da década de 70 assiste-se ao declínio do projecto moderno no caminho de uma situação de pós-modernidade.

As duas primeiras décadas do século XX revelam um período de transição e reforçam os dois modelos ou vectores referidos no contexto histórico do capítulo anterior (Cap. 1), que opõem Raul Lino a Ventura Terra (e Marques Silva), ou seja, o nacionalismo da “Casa Portuguesa”⁵⁰ ao cosmopolitismo (*beaux-artiano*) dos novos programas. Nesse período a produção arquitectónica situava-se entre algumas preocupações funcionalistas e a continuidade da adopção *beaux-artiana* de estilos e modelos estabelecidos para os diferentes programas, em que as possibilidades (estruturais e plásticas) do betão armado não estavam ainda devidamente integradas (Tostões, 2004a: 105).

A aplicação do betão armado em Portugal irá fazer-se primeiramente com o álbi utilitário – fábricas, pontes e viadutos – ou em substituição da pedra, como “pedra factícia”, imitando este material nobre (Fernandes, 1993: 24). A partir dos anos 20, assistir-se-á a um novo ciclo em que experiências modernistas irão revelar já um uso das potencialidades do betão armado através de uma nova linguagem. No entanto, a concepção funcionalista e racionalista resultante de um novo modo de construir, nestes primeiros anos, terá sido interpretada por alguns arquitectos como mais um estilo (Caldas, 1997: 24).

2.1.1 Anos 20 e 30 – O experimentalismo do ciclo modernista

No começo dos anos 20, os trabalhos desenvolvidos pelos arquitectos acabados de formar, como Carlos Ramos (edifício de escritórios da Agência Havas, 1923), Pardal Monteiro (Estação do Cais do Sodré, 1925-1928) e Cristino da Silva (Cinema Capitólio, 1929-1931 [Fig. II.2.1]), traduziam já indícios de uma nova linguagem arquitectónica de expressão moderna. Esses trabalhos reflectiam a mudança e a renovação patentes nos gostos e hábitos de uma sociedade que, em cidades como Lisboa e Porto, ansiava por programas que traduzissem o progresso cosmopolita. É exemplo disso o cinema Capitólio,

⁴⁹ Para um estudo mais aprofundado da arquitectura moderna dos anos 50 ver Ana Tostões – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*.

⁵⁰ Este tema do nacionalismo ou “portuguesismo” será retomado no final dos anos 30 (e desenvolvido nos anos 40) através da “restauração cultural” implementada pela política do Estado Novo, adiando por mais uns anos o ímpeto moderno.

um programa inédito que materializava as alterações operadas na arquitectura portuguesa, através da exploração de uma nova espacialidade inerente à tecnologia do betão armado e de uma linguagem entre o gosto *Art Déco* e o purismo racionalista (Caldas, 1997: 23).



Fig. II.2.1 – Cinema Capitólio (foto c. 1960)
Foto: Arnaldo Madureira

Os anos 20 e 30 na arquitectura moderna serão claramente marcados por uma geração de arquitectos (Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Cassiano Branco⁵¹, Rogério de Azevedo, Jorge Segurado) formada por volta de 1920, designada por Carlos Ramos de “geração de compromisso”, pela relação que estes estabeleceram com o poder político. Foi esta geração, de formação ecléctica e revivalista, que procurou nas suas obras uma expressão moderna, explorando nas possibilidades do betão armado as inferências formais correspondentes (Tostões, 2004a: 110). No entanto, como referido anteriormente, esta nova linguagem foi interpretada por alguns arquitectos como mais uma disponibilidade estilística inerente a uma mudança de gostos. Há ainda a considerar a falta de uma geração de transição entre o ecletismo e o modernismo⁵² em Portugal, o que poderá ter sido a causa da ausência quer de uma reflexão teórica por parte desta geração, quer dos ideais que estavam na base do movimento moderno internacional, como as questões da habitação social, do meio urbano e da função social da arquitectura.

Esta primeira geração não se rendeu na totalidade ao modernismo internacional, continuando a aplicar em alguns dos seus trabalhos uma expressão ecléctica e regionalista, quase sempre sem dispensar a monumentalidade (reforçada muitas vezes pela simetria) e um mínimo de decoração. Esta monumentalidade irá servir os interesses da Ditadura Militar (1926-1933), e posteriormente do Estado

⁵¹ A obra de Cassiano em Lisboa, cuja produção se afasta da encomenda pública, está associada à sua contribuição para a imagem da cidade através do prédio de rendimento. São também deste arquitecto o projecto do Cine-Teatro Éden e o Hotel Vitória (1933-1941), na Av. da Liberdade.

⁵² A falta de “uma geração de pioneiros que, como Van de Velde ou Mackintosh, Behrens ou Hoffman, Loos ou Berlage, tivessem preparado o caminho ao advento moderno do pós-guerra” (Caldas, 1997: 24).

Novo⁵³ (1933-1974), que pretendia afirmar-se através da arquitectura numa renovação formal e simbólica dos edifícios públicos, e dará aos arquitectos estatuto profissional, permitindo-lhes trabalhar em obras de prestígio e visibilidade nacional.

Nesta primeira fase das obras do Estado Novo, em que a utilização de modelos internacionais⁵⁴ se vai conjugar com o sentido de monumentalidade da obra pública, o Instituto Superior Técnico (1927-1941) [Fig. II.2.2], projectado por Pardal Monteiro, constitui a primeira grande obra pública modernista deste regime. A sua dimensão e o seu indutor desenho urbano transportaram a arquitectura para a escala da cidade, apresentando uma coerente linguagem de conjunto, num desenho purista⁵⁵ conseguido por uma simplificação dos volumes. Este conjunto seria complementado pelo Instituto Nacional de Estatística (1931-1935), também de Pardal Monteiro, e influenciaria de perto as moradias modernistas da Av. António José de Almeida⁵⁶ e a Casa da Moeda (1933-1941) de Jorge Segurado [Fig. II.2.3]. Do mesmo ano do IST é o Pavilhão do Rádio do Instituto Português de Oncologia (IPO), projectado por Carlos Ramos, em que o pressupostos racionalistas reduzem a volumetria ao essencial num único volume, de superfícies lisas, e no qual os elementos decorativos são totalmente suprimidos.



Fig. II.2.2 – Instituto Superior Técnico



Fig. II.2.3 – Casa da Moeda (foto post. 1941)
Foto: Paulo Guedes

Os anos 30 constituirão a década de ouro das obras públicas, pelas quais era responsável Duarte Pacheco desde 1932, permitindo a construção e a divulgação do modernismo por todo o país. O regime contou com arquitectos como Cottinelli Telmo (Caminhos de Ferro), Adelino Nunes (Correios) e Pardal Monteiro (Gares Marítimas, Igreja de Fátima [Fig. II.2.4]) para essa divulgação, embora grande parte do seu investimento se tenha concentrado em Lisboa⁵⁷.

No final da década de 30, já não havia continuidade possível para a arquitectura modernista dentro de um contexto em que a defesa de um “portuguesismo” ia contra o internacionalismo das

⁵³ A 28 de Maio de 1926 um golpe militar pôs fim à 1ª República, dando origem ao período designado de Ditadura Militar, da qual António Oliveira Salazar era Ministro das Finanças; Após ter passado a chefiar o Governo em 1931, apresenta em 1933 uma nova Constituição e instaura o regime do Estado Novo.

⁵⁴ Fase em que “(...) a procura historicista e regionalista tende a suspender-se” (Tostões, 2004a: 110).

⁵⁵ “(...) os Institutos Superior Técnico e de Estatística, fizeram a passagem para o «purismo» dos anos 30, embora com evidentes reminiscências déco” (Gonçalves, 2002: 94).

⁵⁶ Projectadas por Cristino da Silva (Casa Bellard da Fonseca), Cassiano Branco, Cottinelli Telmo, entre outros.

⁵⁷ Uma excepção é o Liceu de Beja (1930-1934), de Cristino Silva, ganho no concurso lançado pelo Governo em 1930 para a elaboração de projectos de liceus em variados pontos do país.

construções modernas⁵⁸. O nacionalismo era abordado nos discursos oficiais de Salazar e Duarte Pacheco no quadro de uma “restauração cultural” pretendida pelo Estado Novo. Estes ideais serão primeiramente traduzidos por Cristino da Silva em modelos que, embora pretendessem ser nacionalistas, se revelavam pseudonacionalistas na sua identificação com os modelos em desenvolvimento noutros regimes ditatoriais de países europeus como Espanha, Itália e Alemanha.



Fig. II.2.4 – Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa (foto 1956)
Foto: Mário Novais

Será a formação de uma segunda geração de arquitectos (Keil do Amaral, Januário Godinho, Viana de Lima⁵⁹ e Arménio Losa) e a entrada de Carlos Ramos em 1940 para a EBAP (como professor) que permitirá após a segunda Guerra Mundial retomar o projecto moderno em Portugal.

2.1.2 Anos 40 – a arquitectura do Estado Novo

O internacionalismo que serviu de base à arquitectura da primeira fase das obras públicas rapidamente deixou de servir os intuitos de um regime político empenhado numa “restauração” em defesa de referências culturais e valores nacionais. Deste modo, a mudança de gostos do regime, consequência da mudança de objectivos, iria evoluir (ou retroceder) num sentido classicizante, pretensamente defendido como nacionalista embora se aproximasse dos modelos nazis e fascistas dessa época. Estas alterações foram acompanhadas, desde o final dos anos 30, pelos arquitectos numa linguagem em que o crescente monumentalismo se conjugava com o retomar de conceitos historicistas e regionalistas.

Neste contexto, a Exposição do Mundo Português (1940) [Fig. II.2.5] constitui um cenário em que a afirmação dos ideais defendidos pelo regime é conjugada ainda com apontamentos de uma

⁵⁸ Edifícios como o Liceu de Beja (criticado pela sua funcionalidade e internacionalismo que não serviam as condições climatéricas alentejanas) e a Igreja de Nossa Senhora de Fátima (levantava a questão da adequação do moderno a um programa religioso) conduziram a reacções a favor de um “portuguesismo” contra a modernidade na arquitectura.

⁵⁹ Na Casa da Rua Honório de Lima (1939-1940), no Porto, Viana de Lima assume os ideários do Movimento Moderno e em que os cinco pontos da arquitectura moderna, definidos em 1926 por Corbusier, são cumpridos a preceito (Caldas, 1997: 30-31).

linguagem modernista, num conjunto de pavilhões temáticos que recriavam as memórias do passado histórico. Esta exposição – na qual ironicamente trabalharam os arquitectos da primeira geração modernista – tornou visível a viragem que estava a operar-se na arquitectura portuguesa e marcou de modo definitivo o fim do primeiro modernismo.



Fig. II.2.5 – Exposição do Mundo Português (pormenor de foto 1940)
Foto: Eduardo Portugal



Fig. II.2.6 – Praça do Areeiro, Lisboa (actual Praça Francisco Sá Carneiro) (foto 1958)
Foto: Armando Serôdio

O Estado Novo, enquanto regime, empreendeu uma “política de espírito” que se afirmou através da arquitectura durante os anos 40 e cuja procura de raízes na história portuguesa se balizou entre a monumentalidade representativa de um Império – nos Monumentos e grandes conjuntos urbanos – e o regionalismo de um Portugal rural – nas Pousadas Regionais e na pequena escala dos bairros económicos e moradias da alta burguesia.

A intervenção nos Monumentos Nacionais foi justificada pela importância destes enquanto edifícios representativos de uma nação, através dos quais o regime pretendeu impor uma imagem simbólica do seu nacionalismo⁶⁰ e construir uma “nova” memória colectiva. A par desta campanha desenvolviam-se na escala urbana conjuntos monumentais, como os da Praça do Areeiro (1938-1949) [Fig. II.2.6], de Cristino Silva, e da Alameda D. Afonso Henriques (1940) na cidade de Lisboa, a “capital do Império”, e como a reconstruída Cidade Universitária na Alta de Coimbra.

Em contraponto com os ideais do regime desenvolver-se-ão ainda neste período, com personagens como as de Francisco Keil do Amaral e Fernando Távora⁶¹, as bases para um regionalismo crítico, isto é, para uma terceira via em que a aproximação às questões da tradição e da identidade cultural não abandonam o advento moderno.

⁶⁰ Das intervenções protagonizadas, a do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, reflecte de modo evidente o conceito ideológico subjacente aos “restauros” do Estado Novo, no qual a ausência de informação para a sua reconstrução fidedigna permitiu a construção de uma imagem representativa do regime.

⁶¹ Publicam as obras *A Arquitectura e a Vida* (Keil do Amaral em 1942) e *O Problema da Casa Portuguesa* (Távora em 1947).

2.1.3 Anos 50 – O retomar do projecto moderno

Os anos 50, no quadro de um pós-guerra que marca o fim da fase das obras públicas, permitem retomar o projecto moderno interrompido no final dos anos 30, revelando-se assim “fundamentais para clarificar a situação da própria contemporaneidade” (Tostões, 2004a: 124-125).

A ruptura é finalmente possível com uma nova geração progressista que se opõe ao regime na luta por uma arquitectura moderna. A ideologia do Movimento Moderno seria então assumida e interiorizada pelos arquitectos com a consciência da sua missão social, contrariamente ao que sucedera com a primeira geração. A forte convicção nesta ideologia, protagonizada por uma “nova” classe profissional ciente da necessidade de uma força colectiva, levaria à formação de organizações de arquitectos (ICAT, ODAM e MRAR⁶²) e à realização do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948. De extrema importância, após uma época de arquitectura comprometida com o poder, o Congresso serviu aos arquitectos como forma de reivindicar os princípios do Movimento Moderno nas suas dimensões social e urbanística.

O Porto assumirá primeiramente uma vontade de modernização, originada pelo distanciamento do poder e pela forte encomenda privada, exibida desde o pós-guerra (desde 1945) em projectos como: o Cinema Batalha de Artur de Andrade (1946), o Mercado de Ovar de Januário Godinho (1948-1951) [Fig. II.2.7], o Mercado do Bom Sucesso (1949-1952) [Fig. II.2.8] e o Palácio Atlântico (1946-1950) [Fig. II.2.9] do grupo ARS Arquitectos⁶³, o Bloco da Carvalhosa (1945-1950) e o edifício “DKW” (1946-1951) de Arménio Losa e Cassiano Barbosa. Na primeira metade de 50, o protagonismo portuense é reforçado por uma nova geração de arquitectos nascidos nos anos 20 (Mário Bonito, Celestino de Castro, José Carlos Loureiro, Fernando Távora, entre outros), formados na Escola do Porto, e cujos ideais modernos reflectiam já a renovação pedagógica desta Escola, sob a direcção de Carlos Ramos⁶⁴, que a distanciava da ainda académica Escola de Lisboa.



Fig. II.2.7 – Mercado de Ovar

⁶² As ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica), geradas em torno do arquitecto Keil do Amaral, surgem em Lisboa, no ano de 1946, apoiadas nas EGAP (Exposições Gerais de Artes Plásticas, 1946-1956) e na Revista *Arquitectura*; o ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) foi criado no Porto em 1947; o MRAR (Movimento de Renovação da Arte Religiosa), originado em Lisboa por volta de 1950, era um movimento que pretendia transformar a Arquitectura Religiosa através da arquitectura moderna.

⁶³ Atelier de arquitectura formado por Cunha Leão, Morais Soares e Fortunato Cabral.

⁶⁴ Carlos Ramos era professor na EBAP desde 1940 e torna-se director em 1952.

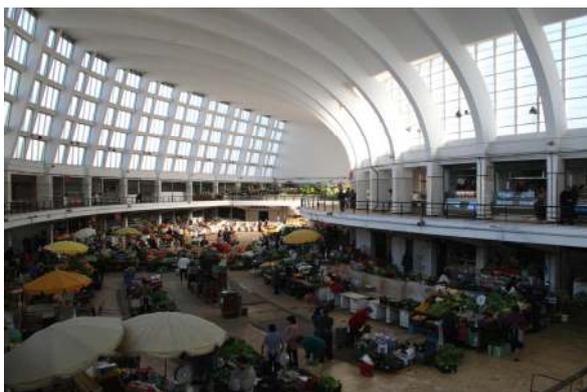


Fig. II.2.8 – Mercado do Bom Sucesso, Porto
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.9 – Palácio Atlântico, Porto
Foto: Marisa Bomba, 2007

A habitação acabou por dominar a encomenda privada e constituir o programa de afirmação do moderno no Porto, em obras como o bloco de habitação colectiva “Ouro” de Mário Bonito (1946-1950), a habitação da Rua do Ameal (1948) de Celestino de Castro ou a Casa Aristides (1949-1951) de Viana de Lima.

Em Lisboa é a encomenda pública, da Câmara Municipal, que introduz um novo fôlego para a cidade através das experiências realizadas pela nova geração de arquitectos no Bairro de Alvalade, onde estes introduziram os princípios racionalistas da *Carta de Atenas* em conjuntos como o do Bairro das Estacas (1949-1955) [Fig. II.2.10], de Ruy Jervis d’Athouguia e Formosinho Sanches. Ainda na produção de iniciativa municipal é de referir o conjunto da Av. Infante Santo (1955), projectado por Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, pela introdução dos ideais modernos no contexto da cidade tradicional.



Fig. II.2.10 – Bairro das Estacas, Lisboa (foto 1958)
Foto: Armando Seródio

Em meados da década de 50 começam a esboçar-se os primeiros sinais de mudança, num ambiente de dúvidas e inquietações em que era premente a reflexão do moderno em Portugal, um reflexo da crise que o movimento vivia no contexto internacional. A aplicação desvirtuada dos princípios modernos, que na década seguinte iria banalizar-se numa produção referenciada ao Estilo Internacional, levou a que paralelamente um conjunto de autores mais críticos se debatesse por uma arquitectura autêntica, sensível ao contexto e às referências locais, numa perspectiva integradora da

modernidade na tradição⁶⁵ (Tostões, 1997: 48). Os intentos destes autores iriam consubstanciar-se com o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-1961)⁶⁶ na revelação da existência de várias tradições, associadas às diversas regiões, que permitiram concluir a inexistência de um “estilo português” que continuasse a alimentar a questão da “casa portuguesa” (Tostões, 2004a: 141). Estes ideais já vinham sendo aplicados e defendidos, desde o final da década de 40, por arquitectos como Keil do Amaral, Januário Godinho, Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira, contribuindo para o desenvolvimento de um regionalismo crítico⁶⁷. O Inquérito iria assim revelar-se fundamental na necessária reflexão do moderno, num tempo de charneira em que se revia a linguagem arquitectónica numa perspectiva culturalista comprometida com a nossa realidade⁶⁸. Isto conduziu os arquitectos a uma leitura crítica dos códigos do Movimento Moderno, conjugando os princípios formais e funcionais modernos com os métodos ancestrais e materiais locais (aplicados num contexto). As limitações da indústria da construção, pouco inventiva no domínio das tecnologias, iriam também influenciar a produção arquitectónica neste período, direccionando os arquitectos para uma exploração formal e espacial de qualidade adaptada às possibilidades da indústria (Tostões, 1995: 143).

Fernando Távora constituiria neste tempo uma referência no panorama nacional e, no acerto que estabelecia com a arquitectura contemporânea internacional (Mercado de Vila da Feira, 1953-1959; Casa de Férias em Ofir, 1957-1958; Escola Primária do Cedro, 1957-1961) [Fig. II.2.11 e II.2.12], encetava o reconhecimento além-fronteiras da arquitectura portuguesa. A sua importância na Escola do Porto e a procura de uma arquitectura autêntica através da tradição iria reflectir-se na obra de Álvaro Siza. Este autor herda assim a sensibilidade ao contexto e o uso



Fig. II.2.11 – Mercado de Vila da Feira
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

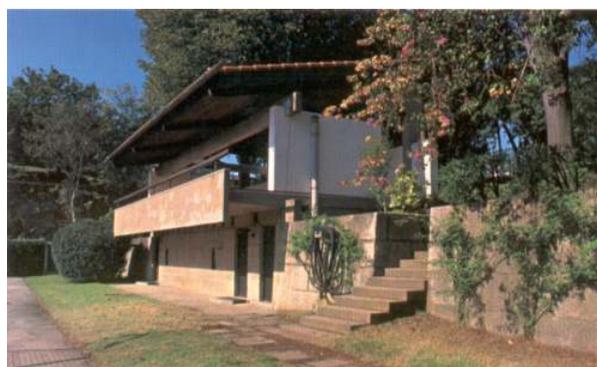


Fig. II.2.12 – Pavilhão de Ténis na Quinta da Conceição,
Matosinhos (Fernando Távora, 1956-1960)
Foto: Catarina Botelho

⁶⁵ A continuidade da tradição foi possível no contexto de um país de “periferia” em que as diferenças culturais e económicas originavam transformações lentas, num processo de modernização com avanços e retrocessos em parte justificados pela política do regime no período anterior (anos 40), o que “(...) deu lugar a uma série de perversas compensações, já que teve o efeito de atrasar o consumismo em Portugal” (Tostões, 2004a: 126).

⁶⁶ Este inquérito foi desencadeado por Keil do Amaral (que já desde 1947 que defendia a realização de um estudo sobre a arquitectura popular portuguesa) e tinha o apoio do Estado, que pretendia assim que a revelação de um estilo português servisse os seus intentos nacionalistas.

⁶⁷ A via do regionalismo crítico procurava contextualizar as suas obras modernas, conjugando os princípios modernos com a tradição e a referência cultural do lugar.

⁶⁸ Para isso irá contribuir o trabalho crítico desenvolvido na Revista *Arquitectura*, a partir de meados de 50, pela geração de arquitectos nascidos a 30 (Frederico Sant’Ana, Hestnes Ferreira, Pedro Vieira de Almeida, Carlos Duarte, Nuno Portas, entre outros).

de materiais tradicionais, usando as vanguardas históricas como referências nas suas primeiras propostas: Piscina da Quinta da Conceição (1956), Casa de Chá da Boa Nova [Fig. II.2.13] (1958-1963) (Tostões, 1997: 50).



Fig. II.2.13 – Casa de Chá da Boa Nova, Leça da Palmeira (foto 2004)

Em Lisboa, este período de transição de 50 para 60 é marcado por obras como a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian⁶⁹ (1959-1969) [Fig. II.2.14], da equipa Alberto José Pessoa, Pedro Cid e Ruy Jervis d'Atouguia, e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961-1970), da equipa Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e outros. Esta última, construída na década de 60, anuncia já uma nova forma de pensar a relação entre a arquitectura e a cidade – na interacção entre o edifício e o espaço público urbano – que será aprofundada ao longo dos anos 60 por Teotónio Pereira (Edifício “Franjinhas”, 1965-1969).

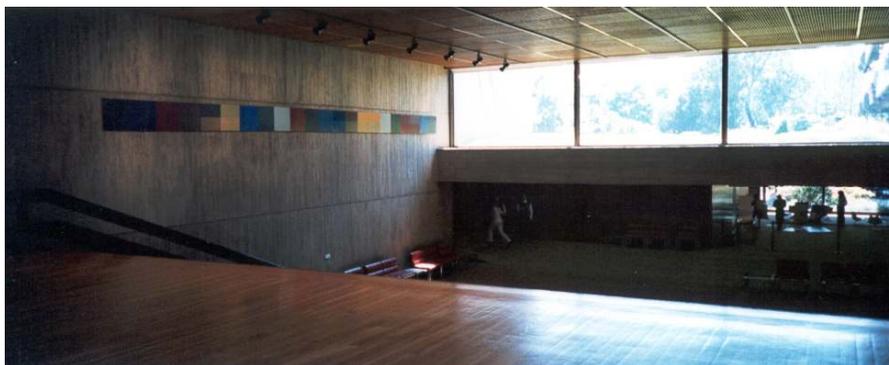


Fig. II.2.14 – Fundação Calouste Gulbenkian (interior), Lisboa
Foto: Ana Rita Oliveira, 2003

2.1.4 Anos 60

O início da Guerra Colonial (1961), nas províncias ultramarinas, definiu o começo de uma década, a de 60, que seria marcada por um contexto político e social em crise e em transformação⁷⁰. No mesmo ano, os resultados do Inquérito iniciado em 55, são publicados com o nome *Arquitectura*

⁶⁹ Aliando o racionalismo ao organicismo, esta obra cria uma íntima relação entre o exterior e o interior, entre o edifício e a natureza, num projecto global que revela a maturidade da arquitectura moderna em Portugal (Tostões, 2004a: 51).

⁷⁰ O contexto político é também assinalado pelo período final do regime ditatorial, durante o qual Marcelo Caetano subirá à chefia do Governo (1968) para substituir Salazar (por motivo de doença).

Popular em Portugal e servirão como forma de registar o saber construtivo popular (e rural) num período de forte crescimento urbano e suburbano.

O aumento das populações nas cidades, vindas do meio rural, iria provocar a expansão dos centros urbanos e o conseqüente alastramento para as periferias. A problemática da habitação social tornava-se assim uma temática “actual” e seria desenvolvida ao longo da primeira metade da década em conjuntos urbanos: o primeiro grande conjunto social moderno de Lisboa, os Olivais Sul, com plano de Rafael Botelho e Carlos Duarte (1959)⁷¹; o da Pasteleira portuense, de Bartolomeu da Costa Cabral (1961); e o bairro de Chelas, com plano de Silva Dias (1967). Neste cenário, o tema do planeamento urbano ganha dimensão, mas as mudanças serão sobretudo ao nível de uma nova escala de intervenção – a do ordenamento do território – em que se tornam prementes as preocupações com o controlo da expansão das cidades e com a protecção e preservação das áreas ecológicas (Parques e Reservas)⁷².

A produção arquitectónica acompanhou o crescimento e a especulação capitalista respondendo à encomenda da indústria turística e aos resultados da terciarização da cidade – grandes edifícios de serviços e comércio. A imagem usada era a do moderno referenciado ao Estilo Internacional, numa aplicação desvirtuada das intenções (sociais) originais que conduzia gradualmente à sua banalização. Tempos de pluralidade, estes anos serão marcados pela diversidade, onde a par com o Estilo Internacional se assumiam o organicismo, a corrente brutalista inglesa, a cultura *pop* e a valorização do vernáculo e da arquitectura do detalhe (Tostões, 2004a: 147).

É neste período que se formam as grandes empresas de projecto⁷³, para dar resposta à criação de empreendimentos imobiliários e turísticos, que actuavam maioritariamente em Lisboa, Porto e na região do Algarve (Lôbo, 1997: 114). Às primeiras experiências do novo programa hoteleiro, reveladoras de uma cuidada inserção no sítio – Hotel do Garbe (Frederico Santana e Jorge Chaves, 1959) e Hotel do Mar (Francisco Conceição Silva, 1958-1964) –, seguiu-se um período em que a forte encomenda turística e as suas exigências conduziram a intervenções que transformavam, muitas vezes de modo irreversível, o território através de empreendimentos e loteamentos (aldeamentos) turísticos.

Paralelamente, a resistência a uma produção que respondia à especulação imobiliária e turística, desenvolve-se nos anos 60 na produção erudita e matura da arquitectura de autor: atelier de Nuno Teotónio Pereira com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961-1970) [Figg. II.2.15 e II.2.16] ou o edifício de escritórios “Franjinhãs”⁷⁴ (1965-1969); Viana de Lima com a Faculdade de Economia do Porto; Fernando Távora com o Convento das Irmãs Franciscanas de Calais em Gondomar (1961-1971);

⁷¹ “(...) requalificou inovadoramente o espírito das New-Towns inglesas” e constituiu um “laboratório do urbanismo, da tecnologia da construção, da metodologia do projecto e, finalmente, da concepção habitacional” (Tostões, 2004a: 146).

⁷² Plano Director de Lisboa (1967); Plano de Urbanização do Funchal (Rafael Botelho, 1969); Plano Director do Parque Nacional da Península de Setúbal (Rafael Botelho, 1963); Plano Director do Parque Natural da Arrábida (Caldeira Cabral, 1971).

⁷³ Um exemplo é o atelier Conceição Silva (onde Tomás Taveira colaborava), cuja estrutura organizativa era a de uma grande empresa que integrava todas as unidades de projecto.

⁷⁴ “Imagem inovadora no quadro dos correntes e anónimos edifícios de escritórios que transformaram Lisboa ao longo dos anos 60, propõe um novo entendimento da cidade, rompendo a fachada e fazendo penetrar a rua no próprio edifício” (Tostões, 2004a: 151).

Álvaro Siza Vieira com a Piscina de Leça da Palmeira (1961-1966); Manuel Tainha com a Escola dos Regentes Agrícolas em Évora (1960-1971); Raul Hestnes Ferreira com a Casa de Queijas (1974); entre outros. É ainda de salientar a contribuição teórica de Nuno Portas, apresentando as suas “reflexões pioneiras” (Tostões, 2004a: 154) nas obras *A Arquitectura para Hoje* de 1964 e *A Cidade como Arquitectura* de 1969.



Fig. II.2.15 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa
Autor: Catarina Botelho



Fig. II.2.16 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus (interior), Lisboa
Autor: Catarina Botelho

Seria ainda através desta produção arquitectónica de autor que, na viragem para a década de 70, se desenhavam os contornos de um novo panorama que punha fim ao projecto moderno. Num quadro de ambiguidade, em que se valorizava a diversidade de tendências e linguagens e a exploração formal, muitas vezes de grande complexidade (Banco de Oliveira de Azeméis, Siza Vieira, 1971 [Fig. II.2.17]), abria-se caminho no sentido de uma produção pós-moderna (Tostões, 2004a: 154-155).



Fig. II.2.17 – Banco de Oliveira de Azeméis
Foto: Catarina Botelho

2.2 CASOS DE ESTUDO

2.2.1 Mercado Municipal de Arroios

Lisboa
Arquitecto Luís Benavente
1939 - 1942



Fig. II.2.18

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O Mercado Municipal de Arroios, projectado pelo arquitecto Luís Benavente no final da década de 30⁷⁵, foi inaugurado a 28 de Fevereiro de 1942. A sua criação permitiu dotar o Bairro dos Actores de um mercado retalhista fixo que servisse esta área, em substituição do velho Mercado do Poço dos Mouros. A sua construção coincidiu com um período de transformações no que respeita ao funcionamento dos mercados da capital, reflectidas no Regulamento Geral de Mercados de Lisboa de 1941. O Mercado de Arroios apresentava assim três características inovadoras: um posto sanitário dotado do equipamento necessário para a inspecção dos produtos alimentares; um matadouro (aves, animais pequenos e caça) situado na cave, favorecendo a sua separação da zona de vendas; e alterações ao nível do comportamento dos vendedores⁷⁶ referenciadas ao Regulamento.

No final da década de 80 foi feito um levantamento para averiguar o estado de conservação do edifício, realizado pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) num acordo com a Câmara Municipal. O mercado apresentava variadas anomalias (degradação de materiais, deficiências de impermeabilização e de abastecimento de água, entre outras) que conduziram à sua recuperação e remodelação respondendo às novas exigências de salubridade deste tipo de equipamento. A intervenção realizada, além da renovação necessária das infra-estruturas, dotou o mercado de seis novas lojas na parte central da cave e de espaços de venda encerrados no polígono que circunda o pátio central do piso térreo⁷⁷.

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado localiza-se na freguesia de S. Jorge de Arroios em Lisboa, no Bairro dos Actores. Está situado numa área definida a norte pela Alameda D. Afonso Henriques, a sudoeste pela Praça do Chile e a poente pela Av. Almirante Reis [Fig. II.2.19]. O edifício está implantado na Rua Ângela Pinto – circunda todo o mercado – e ocupa um quarteirão isolado de forma poligonal (12 lados) cuja planimetria é definida pela estrutura radiocêntrica das ruas envolventes. Deste modo, urbanisticamente, “resolve de modo regularizador o difícil e desequilibrado espaço-praça preexistente” (Fernandes, 1997: 39-40).

A disposição dos quarteirões adjacentes, à qual a forma do edifício se “moldou”, atribui ao quarteirão do mercado a conotação de espaço público, em continuidade com o espaço exterior envolvente, como se de uma praça coberta se tratasse. Isto porque as quatro entradas do mercado estão orientadas às quatro ruas que para ele convergem: a nordeste (NE) a Rua Lucinda Simões, a

⁷⁵ Um dos primeiros trabalhos que este arquitecto realizou em Lisboa.

⁷⁶ No modo de apresentação e venda dos produtos e no respeito pela disposição e organização dos espaços de venda (Velasco, 1996: 14).

⁷⁷ Destinados à venda de frutas e flores, nos postos com abertura para o interior do mercado, e de roupa, vergas e quinquilharias, nos postos orientados para o pátio central.

sudeste (SE) a Rua de José Ricardo, a sudoeste (SO) a Rua Eduardo Brasão e a noroeste (NO) a Rua Ferreira da Silva [Fig. II.2.20].



Fig. II.2.19 – Ortofoto-mapa do Bairro dos Actores, Lisboa



Fig. II.2.20 – Vista a partir da Rua Ferreira da Silva
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise arquitectónica do Mercado de Arroios teve por base o traçado original de Luís Benavente, presente em elementos de projecto de 1939, ou seja, analisou-se a construção inicial antes das alterações realizadas no final do século XX. Deste modo, recorreu-se aos elementos gráficos mencionados, bem como a visitas ao edifício e a descrições presentes em fontes bibliográficas.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado de Arroios está implantado numa base poligonal regular de doze lados (dodecágono de 70.5m de diâmetro⁷⁸) com uma área de aproximadamente 3 995m². É constituído por dois pisos, ligados entre si por duas escadas simétricas⁷⁹: o piso térreo, correspondente à área de implantação; e a cave de planta também poligonal de doze lados (≈ 1000 m²), com centro coincidente com o do piso térreo.

Em termos de **volumetria** resulta num único volume, de um piso, composto por corpos de diferentes alturas e profundidades cuja leitura é homogénea em toda a envolvente [Figg. II.2.21 e II.1.22]. O conjunto volumétrico é formado por três corpos – três “anéis” de base poligonal extrudidos – estruturados em sucessão do limite exterior para o centro do edifício, definindo e envolvendo um pátio interior descoberto [Figg. II.2.23 e II.2.24]. O pátio interior, um dodecágono de diâmetro 15m com cerca de 180m², possui ao centro uma abertura no pavimento (5m de diâmetro) rodeada por quatro fontes, permite a iluminação e ventilação naturais da cave⁸⁰.

⁷⁸ Neste caso de estudo, sempre que é feita referência ao diâmetro de um dodecágono este valor corresponde ao diâmetro da circunferência nele inscrita.

⁷⁹ Em relação ao eixo Nascente-Poente, um dos eixos de simetria do edifício.

⁸⁰ Nos elementos de projecto analisados (1939) o espaço central é representado descoberto, embora actualmente esta área apresente uma cobertura com estrutura metálica radial; as fontes existentes actualmente não correspondem às presentes nos elementos de projecto, deixando as actuais uma maior área de abertura.



Fig. II.2.21 – Entrada Nordeste orientada para a Rua Lucinda Simões (foto s.d.)

Foto: Eduardo Portugal

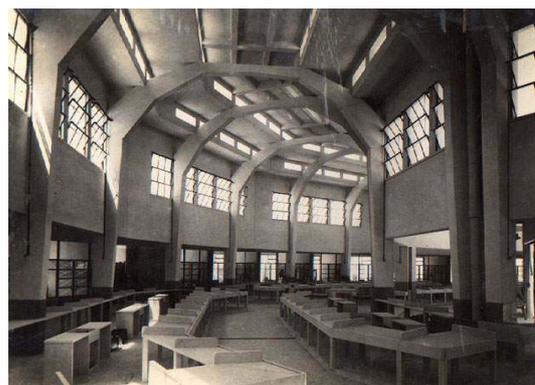


Fig. II.2.22 – Interior do volume B (foto 1939)

O corpo A desenvolve-se em todo o limite exterior do mercado definindo um volume de profundidade constante 10m e com uma cobertura plana de 5.1m de altura⁸¹. Interiormente corresponde a dois espaços distintos: o primeiro, de 6m de profundidade, formado por espaços encerrados destinados a lojas que ocupam toda a área limítrofe do edifício, apenas interrompido pelas quatro entradas; o segundo, de 4m de profundidade, é um espaço aberto destinado à circulação – de modo circular – em contacto com o corpo B [Fig. II.2.26].

O corpo B possui uma profundidade de 12m, invariável em todo o contorno, e eleva-se à altura máxima de 11.8m, na parte central da sua cobertura (escalonada) formada por consecutivos planos horizontais. Interiormente este volume resulta numa grande área coberta e ampla – possibilitada pela estrutura porticada em betão armado –, numa grande nave de percurso “circular” que constitui o espaço principal do mercado [Figg. II.2.22].

O corpo C, da mesma altura que o corpo A e profundidade de 5.75m, remata interiormente o edifício fazendo a ligação ao pátio central. Interiormente é constituído por dois espaços distintos, um de circulação com 3.80m de profundidade, adjacente ao corpo B, e um de cerca de 2m de profundidade delimitado pelo anterior e pelo pátio.

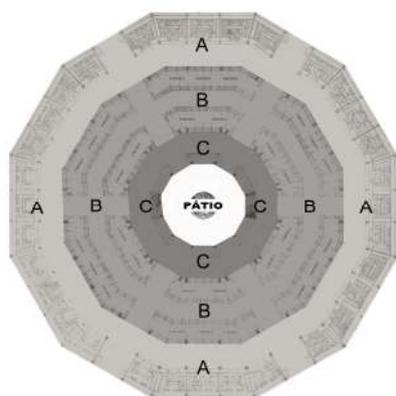


Fig. II.2.23 – Planta: esquematização dos volumes

Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939



Fig. II.2.24 – Corte Nascente-Poente: esquematização dos volumes

Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939

⁸¹ Esta possui uma ligeira variação em função da cota do pavimento exterior.

A planta do edifício está disposta simetricamente em relação a dois eixos ortogonais, com as direcções Norte-Sul e Nascente-Poente, cuja intersecção é feita no centro da base poligonal. No entanto, estes eixos de simetria, contrariamente ao que sucedia nos casos de estudo do capítulo anterior (1), não têm representatividade ao nível da **organização espacial** enquanto eixos de circulação [Fig. II.2.25].

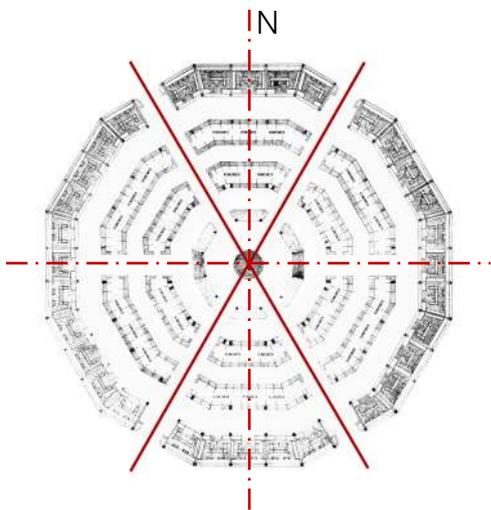


Fig. II.2.25 – Planta esquemática: eixos estruturantes
Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939



Fig. II.2.26 – Espaço de circulação: volume A
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Assim, o mercado é estruturado espacialmente segundo dois eixos radiais que atravessam o edifício de um lado ao outro (Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste), definindo as quatro entradas, ou seja, os acessos do exterior ao interior do mercado e os acessos do interior do mercado ao pátio central. Estes eixos assumem um papel estruturante no **sistema de circulação** ao intersectarem e distribuírem os utentes pelos três circuitos poligonais fechados e tendencialmente circulares⁸². Nos interstícios dos espaços de circulação distribuem-se então os “módulos” das bancas de venda, constituídos por pequenos segmentos da forma poligonal de doze lados presente em todo o conjunto.

Os espaços de circulação são definidos pelos “módulos” de lugares de venda e reforçados quer pelos sucessivos pórticos em betão armado que definem o “anel” central (B), quer pela diferenciação de pé-direito entre o corpo B e os percursos circulares que o delimitam [Fig. II.2.26]. A estrutura porticada não só demarca o espaço de mercado propriamente dito (venda dos produtos em bancas) como confere dinamismo ao espaço interno.

A homogeneidade existente em termos volumétricos está também presente ao nível da **composição dos alçados** do edifício. As doze fachadas são idênticas na métrica dos vãos, tanto das montras das lojas (3 módulos por cada) como das fenestrações, à excepção das quatro fachadas onde se processa o acesso ao interior e em que a entrada ocupa o módulo central [Fig. II.2.27]. Deste modo, a hierarquia funcional das fachadas não é feita através de elementos compositivos ou volumétricos,

⁸² A forma circular é induzida pelo “elevado” número de lados (12) da forma poligonal.

mas antes através da relação com o espaço urbano, ou seja, através do posicionamento das entradas do mercado na continuidade das ruas que para ele convergem.

As fachadas possuem uma leitura conjunta marcadamente horizontal conseguida através da marcação do remate superior dos corpos e da visibilidade de diversas faces em simultâneo, o que permite intuir a continuidade formal do edifício. As superfícies exteriores e interiores lisas (rebocadas) e a quase total ausência de decoração⁸³ podem, em parte, ser justificadas pelo carácter utilitário do edifício que lhe confere preocupações funcionais acrescidas. Estas características de depuração decorativa, aliadas a uma volumetria uniforme e geométrica, ao uso da cobertura plana e ao manuseamento do betão e das novas técnicas construtivas, deixam transparecer ainda a linguagem “purista” desenvolvida em Portugal na década de 30 (Fernandes, 1997: 39) [Fig. II.2.21].



Fig. II.2.27 – Alçado Norte ou Sul
Projecto do Mercado de Arroios, de Luiz Benavente Arquitecto, 1939

Caracterização Funcional

A caracterização funcional foi também firmada nas disposições previstas no projecto de Luís Benavente e em descrições relativas à distribuição das funções no período de inauguração do mercado.

O Mercado Municipal de Arroios foi concebido para funcionar como mercado retalhista – função que continua a desempenhar – vendendo directamente ao consumidor os mais variados produtos alimentares (hortícolas, frutícolas, lacticínios, criação, carne e pescado) e não-alimentares (flores, plantas, vasos e sementes)⁸⁴. As funções estavam distribuídas pelos dois pisos do mercado, no piso térreo era feita a venda dos produtos, em lojas e bancas, e na cave situavam-se os serviços de apoio ao funcionamento do mercado, tais como, um matadouro de criação, um espaço para embalagem de produtos, instalações sanitárias, vestiários e chuveiros para os comerciantes e um espaço destinado à arrumação dos produtos [Fig. II.2.24].

A venda dos produtos realizava-se de dois modos distintos: em espaços encerrados individuais (lojas) situados em toda a área limítrofe do edifício, com acesso pelo interior e pelo exterior do mercado, destinados à comercialização de carnes (talhos, salsicharias, criação e ovos), frutas e lacticínios⁸⁵; e em espaço aberto (pavilhonar) dotado de lugares fixos (bancas) dispostos em grupos ou sectores, destinados à venda de peixe, aos produtos hortícolas e criação (e ovos) e às frutas e plantas [Fig. II.2.28]. No pátio central descoberto eram vendidos vasos, flores, plantas e sementes [Fig. II.2.29].

⁸³ Pequenos apontamentos decorativos: os remates inferiores das lojas em pedra; elementos metálicos lineares junto ao pavimento, no exterior; placas em pedra sob as entradas, com o símbolo da cidade de Lisboa e com o ano de construção, possivelmente de imposição municipal. A sinalização em néon com o nome do mercado é do final do século XX.

⁸⁴ Contrariamente ao que sucede actualmente, no início do seu funcionamento não foi permitida a venda de géneros não-alimentares por parte do município, como p.e. vestuário (Velasco, 1996: 14).

⁸⁵ Um dos espaços encerrados era ocupado pela administração.

A organização dos lugares em sectores (grupos de bancas) permitia que esses sectores fossem ocupados por um só tipo ou género de produto alimentar favorecendo as condições de higiene. As bancas projectadas em 39 eram em mármore e foram remodeladas no final do século XX para responder a novas exigências de higiene.



Fig. II.2.28 – Percurso poligonal (central) do mercado: volume B
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.29 – Pátio interior coberto (fontes)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

A funcionalidade está ainda patente nas preocupações de ventilação e iluminação adequadas a este tipo de espaço e que foram pensadas de raiz. Estas eram asseguradas no piso térreo por inúmeras fenestrações e pelo pátio interior, que permitia também a iluminação e ventilação da cave pela abertura ao centro. A cave era ainda ventilada por mais quatro aberturas localizadas no corpo (C) que envolve o pátio. Para este eficaz sistema de ventilação e iluminação naturais contribuíam em muito as aberturas na cobertura, obtidas através escalonamento de planos horizontais apoiados na estrutura em betão armado (Fernandes, 1980: 24) [Fig. II.2.28].

Caracterização Construtiva

O sistema construtivo do Mercado de Arroios assenta numa estrutura reticulada em betão armado, simétrica radialmente. O espaço amplo do corpo principal (B) é suportado por uma estrutura de sucessivos pórticos dispostos circularmente que lhe conferem um pé-direito máximo de 11.6m num vão transversal de 11.4m [Fig. II.2.30]. A estrutura é preenchida por alvenaria de tijolo, o material usado tanto nas paredes exteriores como interiores.

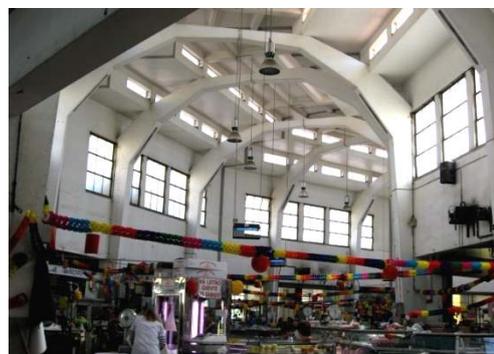


Fig. II.2.30 – Espaço principal do mercado: estrutura porticada do volume B
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

2.2.2 Mercado do Bom Sucesso

Porto
ARS Arquitectos
1949 - 1952



Fig. II.2.31

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

As intenções de construção do Mercado Municipal do Bom Sucesso resultaram das necessidades de dar resposta ao crescimento da zona oeste da cidade do Porto e de solucionar o problema dos Mercados do Anjo e do Peixe (a funcionar na Cordoaria), cujas instalações não respondiam às exigências da época.

O projecto foi encomendado pela Câmara Municipal do Porto ao grupo ARS⁸⁶, que apresentou em 1949 um ante-projecto baseado nas premissas do programa elaborado pela câmara. O programa, para além da definição das formas de venda (em lojas, bancas e terrado), dos produtos a ser vendidos, das dependências necessárias e de uma variedade de condicionantes funcionais, revelava ainda preocupações de higiene, iluminação, ventilação e acessibilidades. Em 1951, as obras do mercado iniciam-se e, cerca de um ano depois, é inaugurado em Maio de 52.

Na década de 90, ao fim de quarenta anos de funcionamento, começaram a verificar-se alterações na actividade do mercado, visíveis no volume de venda grossista, em parte justificadas pela terciarização da área envolvente (Dias e Real, 1992: 28). A diminuição da clientela e alguma degradação do próprio edifício levaram a Câmara do Porto a anunciar, em Fevereiro de 2008, a sua pretensão de concessionar o Mercado do Bom Sucesso a privados, através de concurso público, para a sua requalificação e exploração.

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado do Bom Sucesso está localizado na freguesia portuense de Massarelos, na proximidade da Praça de Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista). O edifício ocupa um quarteirão isolado delimitado a Poente pela Praça do Bom Sucesso e a Norte, Sul e Nascente pelo Largo de Ferreira Lapa [Fig. II.2.32]. A forma desse quarteirão reflecte a curva (horizontal) da planta do mercado cujos lados, convexo e côncavo, estão orientados a poente e a nascente, respectivamente.

A fachada principal do mercado impondo-se na convexidade da sua forma está estruturada no eixo da Praça do Bom Sucesso, eixo esse que coincide com a entrada principal, a do público, localizada ao centro da fachada [Fig. II.2.33]. O tardo do mercado é definido pela concavidade onde é criada uma praça de serviço destinada às descargas de mercadorias [Fig. II.2.34].

O declive do terreno onde foi implantado o mercado foi aproveitado através da disposição do edifício em três pisos, que estabelecem três cotas de piso interiores referenciadas a três cotas exteriores: a cota da entrada na fachada Norte, com acesso ao Piso 3; a cota das entradas nas fachadas nascente e poente, com acesso directo ao Piso 2; e a cota das entradas na fachada sul, com acesso ao Piso 1 (zona do Peixe) [Fig. II.2.35].

⁸⁶ O grupo portuense, constituído por Cunha Leão, Morais Soares e Fortunato Cabral, foi o responsável por outras obras no Porto, p.e. o Mercado de Matosinhos (1936) e o Palácio Atlântico (1946-1950).



Fig. II.2.32 – Ortofotomapa da área envolvente ao mercado, Porto



Fig. II.2.33 – Vista geral da praça e do mercado do Bom Sucesso a partir da Rua de Gonçalo Sampaio (fachada poente)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.34 – Fachada Nascente orientada para o Largo Ferreira de Lapa (praceta de serviço no tardo)
Foto: João Pereira de Sousa

A solução formal encontrada, concebida com as possibilidades estruturais do betão armado, resulta num conjunto marcante que se assume claramente como uma referência no contexto urbano em que se insere. O Mercado do Bom Sucesso acaba, assim, por cumprir as intenções da Câmara Municipal que pretendia um edifício que assinalasse “a sua época e o seu fim” (ARS, 1949: 6).

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise do Mercado do Bom Sucesso e as respectivas caracterizações foram realizadas com base no ante-projecto apresentado em 1949 pelo grupo ARS Architectos, do qual fazem parte peças escritas – memória descritiva e estimativa orçamental – e peças desenhadas. Tendo em consideração que se pretende analisar tanto as intenções projectuais como o produto final terminado em 52 (e que este apresenta algumas diferenças relativamente ao ante-projecto), a análise foi complementada por descrições do edifício presentes em elementos bibliográficos e pela visita ao mesmo.

Deste modo, deverá ter-se em linha de conta que as dimensões apresentadas serão baseadas nos elementos gráficos do ante-projecto, podendo por isso ostentar valores ligeiramente divergentes do existente.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado do Bom Sucesso está inserido numa planta cuja forma geométrica, ligeiramente em curva, “resultou do partido urbanístico adoptado pela Câmara”⁸⁷. O desenho da implantação (c. 4400 m²) parece surgir da acção de duas forças sobre uma base rectangular⁸⁸ criando ao centro uma deformação ou flexão radial.

Em termos de **volumetria** o edifício constitui um único corpo resultante da conjugação de dois volumes numa composição formal simples entre o volume base (A), extrudido a partir da implantação, e a abóbada (B) à qual este serve de envasamento [Figg. II.2.35 e II.2.36].



Fig. II.2.35 – Fachadas Poente e Sul
(acesso ao Piso 1, zona do peixe)
Foto: João Pereira de Sousa

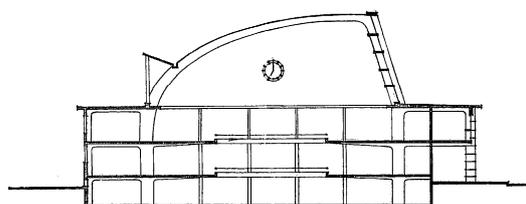


Fig. II.2.36 – Corte transversal (AB)
Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS
Arquitectos, 1949

O primeiro corpo mencionado (A), com profundidade de cerca de 36.5m⁸⁹, define todo o limite exterior de contacto com as ruas envolventes. A cobertura é plana, em terraço, mas a sua altura é variável em função da cota do pavimento, ou seja, é de aproximadamente 5.5m na fachada Norte, 8.3m ao centro das fachadas Nascente e Poente e 9.5m na fachada Sul.

O segundo corpo (B), formado pelo volume abobadado, ergue-se a partir do corpo A até uma altura máxima de 10.7m acima deste. Interiormente constitui uma grande nave marcada pelos sucessivos pórticos curvos da estrutura (dispostos radialmente) e pela luz natural proveniente dos amplos lanternins que percorrem a cobertura nas fachadas nascente e poente.

A homogeneidade formal do conjunto, assumida pelo corpo A, é quebrada pela abóbada do corpo B na sua díspar leitura envolvente⁹⁰. No entanto, é esse volume, resultante das possibilidades construtivas do betão armado, que confere ao edifício a sua original e qualificada dimensão espacial caracterizada pelo modo como a luz invade e modela o interior. Como afirma Ana Tostões (1995: 112), o mercado constitui um espaço “notável pelo expressionismo, resultante da conjugação da curva horizontal da planta com o dinamismo do perfil da cobertura, definido igualmente pela qualidade luminosa” [Fig. II.2.38].

⁸⁷ ARS Arquitectos – *Memória Descritiva do Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso*, 1949, p.18.

⁸⁸ Forças essas aplicadas nas extremidades de um dos lados de maior dimensão da base.

⁸⁹ Dimensão correspondente aos extremos norte e sul, ou seja, à largura das fachadas Norte e Sul.

⁹⁰ Possivelmente legitimada na hierarquização das fachadas assumida pelos arquitectos.

No que respeita à **organização espacial**, o declive do terreno originou/possibilitou a disposição em três pavimentos num total de cerca de 10 000m² [Fig. II.2.36]. Todos os pisos são acessíveis directamente a partir do exterior e estão ligados entre si, interiormente, por três zonas de escadas distribuídas pelas áreas norte, sul e poente do mercado. O piso 1 ocupa a zona sul da área de implantação (c. 1150 m²), tem acesso independente pela fachada sul e um pé-direito duplo dado pelo tecto correspondente ao pavimento do piso 3⁹¹. O piso 2 (c. 4 400m²) constitui o espaço principal do mercado, definido ao centro pela ampla área (de bancas e terrado) aberta sob a grande abóbada e a norte por uma área de apoio encerrada [Fig. II.2.37]. Sobre o piso 2 desenvolvem-se as galerias do piso superior (3) que circundam o espaço central mencionado. O piso 3 (c. 4 400 m²) é ainda constituído, em todo o perímetro do edifício, por lojas individuais orientadas para o interior e, nas zonas norte e sul, por duas áreas amplas de venda em bancas [Fig. II.2.40].



Fig. II.2.37 – Vista geral do interior do mercado a partir do lado sul do piso 3
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

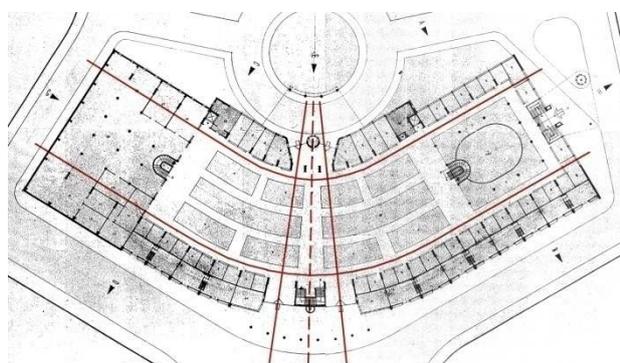


Fig. II.2.38 – Planta esquemática (Piso 2): eixos estruturantes
Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949

As plantas do mercado estruturam-se simetricamente a partir do eixo de direcção Nascente-Poente que atravessa o edifício transversalmente [Fig. II.2.38], embora a simetria seja conseguida dentro das possibilidades permitidas pelas condicionantes programáticas e também topográficas. Se no ante-projecto de 49 este eixo de simetria coincide com o eixo de circulação principal, na solução final construída (tal como sucede no Mercado de Arroios) este não tem representatividade como circuito ao nível da organização espacial.

Deste modo podemos considerar, de uma forma sintética, que os eixos estruturantes espaciais da solução final – a existente – são quatro: os dois eixos transversais simétricos e radiais que ligam as entradas da fachada poente às da fachada nascente; e os dois eixos curvos que percorrem longitudinalmente o edifício a nascente e poente (correspondentes no piso 3 aos passadiços) [Fig. II.2.38 e II.2.39]. Estes quatro eixos desempenham um papel estruturante em termos espaciais e consequentemente também ao nível do sistema de circulação.

O **sistema de circulação** actual é composto por diversos circuitos, resultado de um edifício relativamente complexo do ponto de vista programático. O do piso 2 assenta em dois circuitos

⁹¹ Consequentemente o piso 2 é totalmente vazado na zona sul, contrariamente aos desenhos do ante-projecto em que só parte da zona sul era vazada.

principais, o primeiro formado pelos eixos na continuidade das entradas frontais e o segundo, intersectando o primeiro, constitui um circuito fechado em torno da área central de venda de produtos. A circulação do piso superior (3) é fundamentalmente estruturada no circuito fechado que delimita interiormente os espaços encerrados das lojas e do qual fazem parte os dois eixos longitudinais mencionados [Fig. II.2.39].



Fig. II.2.39 – Galeria do piso 3
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.40 – Área sul do mercado vista a partir da galeria do piso 3
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Quanto às **fachadas** do edifício estas respondem a uma clara hierarquia funcional conseguida através da composição volumétrica do conjunto que se reflecte na diferenciada composição dos alçados, da relação com a envolvente urbana e ainda através de elementos marcantes, como os pórticos nas fachadas nascente e poente.

Assim, a fachada Poente, orientada para a Praça do Bom Sucesso, assume o papel de fachada principal e é marcada ao centro por um pórtico sobre as duas entradas⁹² [Fig. II.2.41]. As fachadas são, de um modo geral, fortemente caracterizadas pelos alçados da cobertura em abóbada: a nascente e a poente pelos imensos lanternins que a percorrem; e a norte e sul pelas paredes lisas que deixam revelar o perfil da cobertura. O corpo inferior das fachadas é marcado pelas fenestraçãoes com caixilho metálico, pelos elementos revestidos a pedra (granito)⁹³, pelo soco também em pedra e pelo azulejo de cor creme.

É de mencionar o contraste entre a materialidade do exterior e a do interior do mercado, em que a última, toda de cor branca (à excepção do pavimento), contribui para a qualidade luminosa proporcionada pelos envidraçados da cobertura.

⁹² As fachadas poente e norte são de acesso exclusivo do público, sendo as cargas e descargas feitas obrigatoriamente pela fachada sul para o peixe e pela fachada nascente para os restantes produtos.

⁹³ O corpo inferior da fachada frontal (nascente) é marcado pelos sucessivos elementos verticais (pilares) da estrutura revestidos a pedra.



Fig. II.2.41 – Fachada Principal, Poente (orientada para a Praça do Bom Sucesso)
Foto: Carlos Romão

Caracterização Funcional

O Mercado do Bom Sucesso continua à data deste estudo a desempenhar a função para a qual foi projectado, a de mercado retalhista, vendendo os mais variados produtos alimentares (hortícolas, frutícolas, lacticínios, carne, criação⁹⁴ e peixe) e não alimentares (flores, plantas, entre outros). O ante-projecto revelava a intenção de que existisse no mercado um espaço destinado à venda de hortícolas por grosso, embora sem zonamento definido.

A venda dos produtos no interior do edifício é feita de três modos distintos, tal como previa o programa elaborado pela Câmara: em lojas individuais, em bancas e em lugares de terrado. O mercado conta com 16 lojas individuais para fins diversos, acessíveis unicamente pelo exterior e de funcionamento independente do mercado. Estas percorrem toda a fachada frontal enquanto os seus pavimentos acompanham o declive do terreno⁹⁵. As lojas, tanto as interiores como as exteriores, foram projectadas de forma a poderem unir-se duas ou mais, flexibilizando assim o seu uso.

O piso inferior (1) é destinado exclusivamente à venda de peixe em espaço aberto dotado de lugares de venda em bancas [Fig. II.2.42]. No ante-projecto, o espaço central deste piso era rodeado de lojas individuais (orientadas para o interior) que não chegaram a ser construídas. O mesmo sucedeu com a entrada ao centro da fachada sul que deu lugar a duas entradas nos extremos, uma delas destinada à descarga de mercadorias.

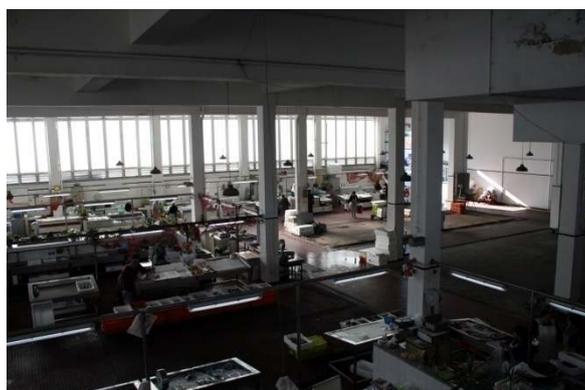


Fig. II.2.42 – Vista da zona de venda de peixe (piso 1), a partir do piso 2
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

⁹⁴ Actualmente já não é permitida a venda de criação nos mercados.

⁹⁵ Segundo o Inquérito sobre matadouros e mercados, publicado em suplemento do Diário do Governo nº. 127 de 1935, não eram aconselhadas lojas no exterior do mercado. No entanto, a Câmara do Porto previu a existência destas no programa para o Mercado do Bom Sucesso por entender que o comércio local era insignificante (ARS, 1949:11).

No piso 2 e no piso 3 são vendidos os restantes produtos, alimentares e não-alimentares, organizados por zonas em áreas abertas de bancas e terrado ou em lojas individuais. O piso 2 é dotado de uma zona central ampla (sob a cobertura em abóbada) com lugares de venda em bancas e terrado, destinados aos produtos hortícolas e frutícolas [Fig. II.2.37]. Este piso era também dotado de uma ampla área de serviços de apoio⁹⁶ com cerca de 860m², situada na zona norte com o intuito de aproveitar a área em subsolo resultante do declive do terreno. O piso 3 tem duas zonas de bancas, nas áreas norte e sul, ambas destinadas à venda de flores [Fig. II.2.40]. As lojas individuais, localizadas em ambos os pisos, estão orientadas para o interior e destinam-se à venda dos mais variados produtos – carne (talhos e aviários), horto-frutícolas, flores, plantas, pão, lacticínios –, situando-se as lojas de horto-frutícolas e de flores na proximidade das áreas de bancas correspondentes.

O programa do mercado previa também uma série de princípios funcionais – acessibilidade, iluminação, ventilação – claramente associados ao bom desempenho de um edifício de carácter utilitário. Em termos de acessibilidade, na memória descritiva estão patentes as preocupações com o abastecimento do mercado a fim de que este não interfira nem com o movimento habitual do público, nem com a normal circulação das vias de trânsito [Fig. II.2.34]. Assim, libertou-se a fachada principal para o acesso exclusivo dos utentes e desenharam-se duas pracetas de serviço em frente das fachadas nascente e sul, onde são feitas obrigatoriamente as descargas de mercadorias. As questões relativas à ventilação e à iluminação do mercado são garantidas pelos lanternins nas fachadas nascente e poente e pelos envidraçados e grelhas situados em toda a envolvente.

Caracterização Construtiva

O sistema construtivo do Mercado do Bom Sucesso, assente nas possibilidades técnicas do betão armado, é composto por uma malha reticulada⁹⁷ simétrica interrompida na área central para dar lugar a um espaço aberto com um pé-direito máximo de 18m e um vão transversal (o de menores dimensões) de cerca de 23m. Isto é conseguido através de uma cobertura em abóbada (resultante da forma hiperbólica) sustentada por uma estrutura em sucessivos pórticos em betão armado dispostos radialmente [Fig. II.2.43]. Os pórticos curvos são quebrados a



Fig. II.2.43 – Cobertura em abóbada, vista a partir do piso 3

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

⁹⁶ Esta área no ante-projecto era constituída por espaços para arrecadação e depósito de produtos, câmaras e máquinas frigoríficas, matadouro de aves e coelhos e venda de gelo.

⁹⁷ A malha de pilares segue a forma da curva horizontal da planta, ou seja, na parte central os pilares estão dispostos em eixos radiais transversais. A estrutura está organizada simetricamente em relação ao eixo Nascente-Poente mencionado na *Caracterização Físico-espacial*.

poente para formar, em conjunto com os vidros e com os caixilhos em cimento “gracifer”, um grande plano que remata superiormente a fachada principal.

O mercado reflecte uma tendência característica da arquitectura moderna portuguesa da década de 50, em que os códigos do Movimento Moderno internacional eram interpretados à luz de uma arquitectura tradicional, resultando na conjugação das premissas funcionais e formais modernas com os materiais e técnicas locais (Tostões, 1995:143). Tal é visível no uso de materiais como o granito, uma pedra local [Fig. II.2.35]. De qualquer modo estas intenções estão presentes no seguinte excerto da memória descritiva do ante-projecto⁹⁸:

“Neste sentido estamos certos de que o Novo Mercado do Bom Sucesso será, mercê da imponência sóbria do seu conjunto, uma manifestação de arquitectura moderna no nosso país, sem prejuízo da cor local que lhe será emprestada por certos elementos tradicionais adoptados na sua construção.”

⁹⁸ ARS Architectos – *Memória Descritiva do Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso*, 1949, p. 20.

2.2.3 Mercado de Vila da Feira

Santa Maria da Feira
Arquitecto Fernando Távora
com Alberto Neves, Álvaro Siza e Fernando Lanhas
1953 - 1959



Fig. II.2.44

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O Mercado Municipal de Vila da Feira, inaugurado em 1959, foi desenhado pelo arquitecto Fernando Távora em colaboração com os arquitectos Alberto Neves, Álvaro Siza e Fernando Lanhas. Edificado numa área rural em desenvolvimento⁹⁹ cuja actividade económica se centrava na agricultura, a construção deste local, para a venda dos produtos cultivados e para o abastecimento da população, terá sido certamente acompanhada do maior significado cultural e social.

O edifício encontra-se desde 2004¹⁰⁰ em vias de classificação pelo IPPAR na categoria (tipologia) de Arquitectura Civil/Mercado. A sua importância para a arquitectura moderna portuguesa surge na continuidade do pensamento de Távora e do regionalismo crítico encetado no final dos anos 40 como alternativa tanto ao Estilo Internacional como à questão da “Casa Portuguesa”. Mas a mais-valia desta obra ultrapassa as fronteiras nacionais e valoriza o panorama arquitectónico internacional com a sua aproximação à tradição e à cultura (Carvalho, 1997: 222). Sobre o mercado, no Congresso de Otterlo (CIAM), Aldo Van Eyck (*cit. in* Távora, 1993) “sugeriu que a noção corrente de espaço e tempo deveria ser substituída pelo conceito mais vital de lugar e ocasião”.

b. INSERÇÃO URBANA

O mercado, projectado para Vila da Feira, situa-se na actual cidade de Santa Maria da Feira, no distrito de Aveiro. Localizado numa zona de vale, tem na sua proximidade a ribeira que atravessa o aglomerado, a Ribeira de Cáster. O edifício, implantado num lote (52m x 52m) lado a lado com habitações da antiga vila, possui uma única frente urbana orientada a nascente para a Rua dos Descobrimientos [Figg. II.2.45-II.2.47].



Fig. II.2.45 – Ortofoto-mapa da área envolvente ao mercado, Santa Maria da Feira



Fig. II.2.46 – Fachada Nascente, perspectiva obtida da Rua dos Descobrimientos

⁹⁹ Vila da Feira só cerca de vinte e seis anos depois da construção do mercado seria elevada a cidade com o nome de Santa Maria da Feira, em 1985.

¹⁰⁰ Despacho N.º 50/2004-PRES., de 23 de Abril de 2004



Fig. II.2.47 – Vista aérea da área envolvente ao mercado



Fig. II.2.48 – Vista da Rua dos Descobrimentos, obtida do terraço na frente do mercado
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

O declive da rua, descendente no sentido norte-sul, e a topografia do terreno foram aproveitados através da disposição do edifício em dois níveis, estendendo-se o nível superior até ao exterior numa plataforma de envasamento granítico que determina a cota de entrada no mercado [Fig. II.2.46 e II.2.48]. O acesso é feito através de duas escadarias na fachada nascente, distribuídas pelos lados norte e sul da mesma. Sobre o terraço definido pela plataforma, na frente do edifício, abrem os estabelecimentos comerciais do corpo nascente (C1), dispostos em correnteza e abrigados pela consola que surge na continuidade da sua cobertura. Existe ainda, na extremidade sul da fachada Nascente, uma terceira entrada destinada à descarga dos géneros alimentares.

A inserção deste mercado no contexto é marcada por uma grande simbiose, conseguida não só pela concepção de um espaço aberto ao exterior, como também pelo simbolismo impresso na fonte ao centro do pátio – “um convite para que os homens se reúnam” (Távora, 1980: 58) [Fig. II.2.49]. A quase total ausência de limites visuais, e também físicos, a que Nuno Portas (1961: 16) chamou de especialização do espaço urbano na recusa de um edifício, permite obter do interior variados enquadramentos da vila e do castelo [Fig. II.2.50]. A integração no aglomerado e o respeito pela identidade do lugar são também visíveis na cuidada escolha e aplicação dos materiais, desde a textura do betão bujardado, aos cubos de granito e à pedra artificial nos pavimentos, sem esquecer a tijoleira nas coberturas.



Fig. II.2.49 – Pátio, vista obtida a partir do nível inferior
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.50 – Vista da Igreja de Santa Maria da Feira obtida a partir do mercado

O interesse desta obra não reside apenas na aplicação das tradições arquitectónicas portuguesas e dos materiais locais, mas sobretudo na conjugação dessa aplicação com princípios modernos “como a oposição artefacto/natureza ou a manifestação da tecnologia” (Carvalho, 1997: 222).

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise arquitectónica foi realizada tendo em consideração peças desenhadas (plantas, cortes e alçados) do projecto de Fernando Távora, bem como descrições do edifício, ambas presentes em elementos da bibliografia. O estudo foi ainda complementado pela visita ao mercado.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado de Vila da Feira está implantado num lote de planta quadrada, de 52 metros de lado, delimitado por um muro que percorre os lados norte, poente e sul. A distribuição dos corpos no lote tem por base um módulo quadrado de 1x1 metros materializado nas dimensões dos blocos de pedra do pavimento. O rigor geométrico conferido pelo módulo torna-se quase imperceptível num conjunto dominado pela dinâmica das plataformas e das coberturas.

O seu **conjunto volumétrico** é composto por quatro corpos distintos, distribuídos pelos dois níveis (dois em cada nível), definindo ao centro um espaço de pátio¹⁰¹ [Figg. II.2.51 e II.2.52]. Em termos formais, estes corpos são marcados pelas suas coberturas em betão armado com o perfil designado de “borboleta”, típico da arquitectura moderna [Fig. II.2.47].



Fig. II.2.51 – Planta: designação dos corpos

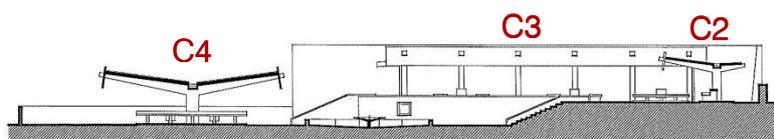


Fig. II.2.52 – Corte: designação dos corpos

¹⁰¹ O espaço é central na sua relação com os volumes e não como centro geométrico do conjunto.

Os dois corpos do nível superior (C2 e C3¹⁰²), situados a poente e a norte, são totalmente abertos e formados apenas pelas bancas de venda e pela cobertura – e respectiva estrutura de suporte – que sobre elas paira [Figg. II.2.53 e II.2.54]. Os dois corpos assentes no nível inferior (C1 e C4), situados a nascente e a sul, constituem volumes encerrados¹⁰³, o que contribui, juntamente com o muro da plataforma superior, para a definição dos limites do pátio [Figg. II.2.55 e II.2.56]. O corpo nascente (C1) é formado por dois pisos correspondentes aos dois níveis do mercado, abrindo o piso inferior para o pátio e o piso superior para o terraço no exterior.



Fig. II.2.53 – Corpo C3 ao fundo, corpo C2 à direita
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.54 – Corpo C2, venda de flores
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.55 – Fachada Poente do corpo nascente C1 (talhos)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.56 – Corpo C4, área encerrada
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Esta decomposição do mercado em quatro corpos foi permitida pelas especificidades programáticas deste tipo de edifício, em que a diversidade de géneros alimentares possibilitou a organização em pavilhões destinados a grupos de produtos.

O fraccionamento do mercado em volumes cria a noção de um espaço aberto em contacto com a envolvente, enquanto a disposição dos volumes, formando dois “Ls” encaixados em torno do pátio, cria uma sensação de protecção e envolvimento. A combinação destes dois conceitos espaciais aparentemente contraditórios introduz, como refere Ana Tostões (1995: 112), “(...) a noção de espaço aberto, com a ideia de acolhimento, criando um ambiente de intimidade colectiva”.

¹⁰² Designação encontrada nos elementos do projecto de Fernando Távora, datados de Setembro de 1955.

¹⁰³ Seja só em parte, como é o caso do corpo C4, ou na sua totalidade, como o corpo C1.

Espacialmente, o mercado resulta da **organização** dos corpos em torno do pátio, cujo significado simbólico, de espaço de encontro e reunião, é materializado através de uma fonte [Fig. II.2.57 e II.2.58]. Esta disposição dos elementos – agregados em volta de um espaço central –, conjuntamente com a abertura dos corpos ao pátio e do edifício ao exterior, assemelha-se aos mercados em regime de levante instaurados em praças públicas (Carvalho, 1997: 222).

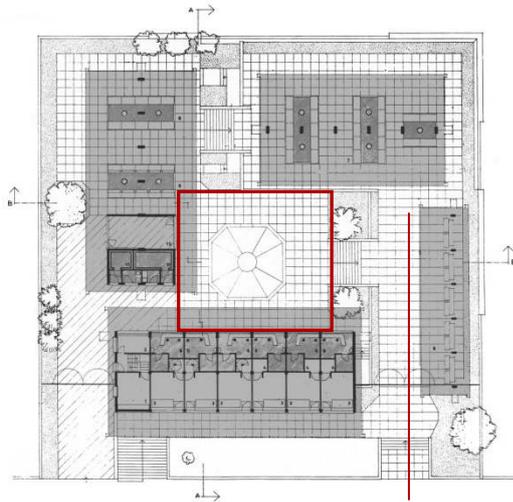


Fig. II.2.57 – Planta esquemática: organização espacial



Fig. II.2.58 – Pátio, vista a partir do nível superior

Contrariamente ao que sucede nos dois casos de estudo anteriores (Arroios e Bom Sucesso), o edifício não apresenta uma estrutura espacial baseada em eixos de simetria, ou seja, a simetria característica das *Beaux-Arts* é posta totalmente de parte num projecto em que o organiza o conjunto não são eixos mas antes um espaço simbólico.

No entanto, existe um eixo que pela sua função no sistema de circulação assume também um papel estruturante na organização espacial, transpondo os utentes do exterior para o interior do mercado – o eixo Nascente-Poente correspondente com a entrada do público [Fig. II.2.57 e II.2.60].

O **sistema de circulação** do mercado resulta directamente da estrutura espacial do edifício e da necessidade de fazer os utentes aceder às placas de bancas e às lojas distribuídas por todo o espaço. A organização do espaço reflecte-se nos circuitos do sistema, caracterizado de um modo geral por circuitos fechados em torno dos corpos e do pátio, ligados entre si. A excepção é o eixo Nascente-Poente, acima mencionado, que constitui o circuito de acesso ao interior e por esse motivo estabelece o “ponto de partida” do percurso pelo mercado [Fig. II.2.60]. Este circuito distribui os utentes pelo edifício através da sua ligação ao espaço central situado no nível inferior, ou seja, através da sua ligação ao circuito fechado desenvolvido em torno da fonte.

No que respeita aos **alçados** do mercado, o conjunto é caracterizado pela homogeneidade visual conseguida através das coberturas dos corpos: o perfil de “borboleta brasileira”; as palas encastradas na laje que rematam a cobertura; e os elementos estruturais de betão armado, em forma de “Y”, que perfuram as palas e se projectam para o exterior dos volumes [Fig. II.2.59]. A

homogeneidade está também presente na composição dos alçados, claramente associada à métrica usada na modulação estrutural, em que o valor de 4m impõe o ritmo marcado pelas extremidades (salientes) dos elementos estruturais.



Fig. II.2.59 – Fachada Nascente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.60 – Entrada do público a norte
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

A existência de uma única frente urbana estabelece a hierarquia funcional, atribuindo ao alçado Nascente do corpo C1 a função de fachada principal. Os restantes alçados dos corpos acabam por constituir alçados interiores, dos quais os orientados para o centro desempenham um importante papel na perspectiva interior obtida a partir do pátio. Esses alçados possuem uma leitura predominantemente horizontal reforçada pela pala que percorre os alçados de maior dimensão e os remata superiormente. De resto, a leitura destes alçados é idêntica à do alçado principal que acaba por reflectir para o exterior a imagem do conjunto.

Caracterização Funcional

O Mercado de Vila da Feira foi projectado para desempenhar a função de mercado municipal disponibilizando à população os mais variados produtos alimentares (hortaliças, frutas, carne, peixe e criação) e não alimentares (flores, entre outros).

A concepção volumétrica do edifício, respondendo às exigências específicas deste tipo de programa, substitui a habitual divisão do espaço interior, em zonas de produtos, pelo fraccionamento do mercado em volumes. Deste modo, as funções foram distribuídas pelos quatro corpos, formando pavilhões destinados a sectores de produtos. Assim, de acordo com a natureza dos produtos a ser vendidos, a comercialização realizava-se de dois modos diferenciados: em placas de bancas fixas dispostas em sectores de produtos, com bancas especializadas consoante a natureza dos mesmos; e em estabelecimentos ou lojas individuais.

O corpo C1 é composto por dois pisos de lojas: as seis lojas do piso inferior que abrem para o pátio destinam-se à venda de carne (talhos) e estão dotadas de arrecadações individuais [Fig. II.2.55 e II.2.61]; e as seis lojas do piso superior, para fins diversos, estão orientadas para o exterior e são também providas de arrecadações, três delas em cave [Fig. II.2.59]. Os corpos C2, C3 e C4 são constituídos por lugares de venda em bancas destinados respectivamente a flores e frutos, hortaliças e

peixe e criação [Fig. II.2.62]. De um modo geral, as bancas estavam agrupadas em placas de dez lugares¹⁰⁴, com tampos de ardósia, pavimento em mosaico hidráulico e pias de lavagem em mármore.



Fig. II.2.61 – Pormenor de um estabelecimento (talho):
corpo C1
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.2.62 – Corpo C4, bancas da
criação
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Para identificar os produtos vendidos em cada um dos pavilhões foram embutidos junto destes, no pavimento de pedra, mosaicos decorativos policromáticos relativos aos produtos respectivos.

O edifício é ainda dotado de um conjunto de espaços destinados aos serviços de apoio do mercado, tais como: veterinário e administração, sala de fiscalização, instalações sanitárias e vestiários para o pessoal, arrecadações, garagem, duas câmaras frigoríficas (carne e peixe), fabricação de gelo, matadouro da criação e instalações sanitárias do público. Estes espaços situavam-se em zonas estratégicas, quer aproveitando as áreas parcialmente enterradas, quer localizando-os na zona sul próximo da entrada de géneros.

A funcionalidade do edifício está também patente na repetibilidade de elementos, como as bancas, as coberturas e os elementos estruturais, e na utilização de um módulo para a composição geométrica. Segundo Jorge Carvalho (1997: 222) isto “clarifica a intenção de caracterizar o lugar com um sistema, antes de mais não especializado funcionalmente, mas também de potencial multiplicação.”

Caracterização Construtiva

O edifício é representado por um conjunto de coberturas suportadas por um sistema construtivo assente em sucessivos elementos estruturais, dispostos em correnteza numa modulação estrutural com vãos de 4m. Estes elementos de betão armado conjugam numa só

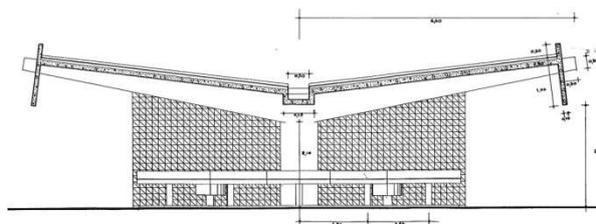


Fig. II.2.63 – Corte corpo C4

¹⁰⁴ A exceção é o corpo C2, em que as bancas para as flores e frutas em número de dez, as bancas estão agrupadas duas a duas em correnteza.

peça a função de pilar e viga, apresentando em alçado uma forma semelhante a um “Y”, em que ao apoio com 2.1m de altura estão encastrados dois braços em consola que acompanham a inclinação da laje de cobertura [Fig. II.2.63].

As diferentes características entre o corpo C1 e os restantes levaram à adopção de um sistema construtivo divergente que alia os elementos estruturais mencionados a paredes resistentes em granito. Assim, os braços de betão das extremidades suportam a sua consola nessas paredes, encastrando-se nelas através de apoios verticais visíveis nas fachadas laterais de C1 [Fig. II.2.60].

Como já foi anteriormente mencionado, na inserção urbana, o Mercado de Vila da Feira acusa, tal como o do Bom Sucesso, a tendência modernista portuguesa dos anos 50 da conjugação dos princípios Modernos internacionais com as tradições arquitectónicas locais. Porque, se por um lado temos o domínio da tecnologia com a aplicação do betão à vista explorando as suas características plásticas, por outro temos a textura do betão bujardado, o azulejo, a ardósia e o granito, que remetem definitivamente para o respeito pela identidade do lugar.

2.3 NOTAS CONCLUSIVAS

Os casos de estudo, em conjunto com outros edifícios de mercado tidos em consideração nesta análise, distribuem-se pelos quatro tempos da arquitectura moderna portuguesa correspondentes às décadas de 20/30, 40, 50 e 60, inserindo-se nos respectivos contextos sociais, políticos e económicos e no panorama arquitectónico de cada um deles. A construção de variados mercados, para responder ao crescimento da população (Mercado do Bom Sucesso) ou em substituição de outros já obsoletos e sem condições no abastecimento de um aglomerado urbano ou de uma área da cidade (Mercado de Arroios), evidencia neste período a importância que estes espaços ainda desempenhavam enquanto elementos essenciais ao funcionamento das cidades no seu necessário abastecimento de géneros.

Durante os **anos 20 e 30** a experimentação de uma nova linguagem de expressão moderna, inerente ao uso do betão armado e às correspondentes ilações formais e espaciais, não se rendeu na totalidade ao moderno internacional revelando ainda, em alguns trabalhos, uma expressão ecléctica e regionalista não dispensando nem a monumentalidade (muitas vezes associada à simetria) nem um mínimo de decoração. A renovação simbólica e formal pretendida pelo regime para os seus edifícios públicos iria de certo modo atingir também os mercados, que foram na capital alvo de um novo regulamento geral em 1941. A monumentalidade está presente no Mercado de Matosinhos (1936) através de um imponente conjunto volumétrico marcado pela simetria, num edifício ainda de planta rectangular, mas já caracterizado pela forma hiperbólica da sua cobertura em betão armado que define o exterior e qualifica o espaço interior.

A construção do Mercado de Arroios (1939-1942) no **final dos anos 30**, embora coincida já com o período de transição para a “restauração cultural” implementada pelo regime nos anos 40, revela ainda a linguagem purista desenvolvida em Portugal na década de 30 através de uma depuração decorativa aliada a uma volumetria uniforme e geométrica e ao uso da cobertura plana. O edifício, cujo espaço interior resulta das possibilidades construtivas do betão armado, não prescinde da simetria, mas substitui a concepção espacial baseada em eixos de simetria por uma organização que assenta em dois eixos definidos pela relação do edifício com as ruas envolventes. A dinâmica conferida pelos elementos estruturais e o modo como o espaço interno traduz esse movimento e se adapta à geometria da planta, introduz um novo conceito espacial no qual a área do mercado (a zona de bancas) é transformada ela mesma num circuito tendencialmente circular substituindo a habitual ideia de pavilhão.

O início da **década de 40**, assinalado pela Exposição do Mundo Português, ditou o fim do primeiro modernismo, na impossibilidade de conciliar as influências internacionais com a “política de espírito” empreendida pelo regime, na afirmação de uma arquitectura pretensamente nacionalista. Os anos que se seguiram ao pós-guerra permitiriam, durante os **anos 50**, retomar o interrompido projecto moderno e desenvolver junto dos arquitectos mais críticos uma arquitectura autêntica na continuidade da via do regionalismo crítico encetada no final de 40. A vontade de modernização primeiramente assumida pela cidade do Porto, num certo distanciamento com a “capital do império”, revela-se no Mercado do Bom Sucesso (1949-1952), cuja imponente imagem exterior parece ultrapassar a monumentalidade da obra pública para assumir a sua força enquanto elemento estruturante numa área

da cidade e referência do contexto urbano em que se insere. Se por um lado este mercado reflecte a aceitação da tecnologia do betão armado no processo criativo resultando num espaço interior notável pela sua dinâmica e pelo modo como a luz o modela, por outro anuncia de um modo subtil uma tendência característica da arquitectura moderna portuguesa dos anos 50, conjugando os princípios formais e espaciais modernos com elementos e materiais tradicionais que lhe conferiam uma melhor integração no local. No sentido desta sensibilidade ao contexto, o Mercado de Vila da Feira (1953-1959), construído na segunda metade de 50, resultava já numa plena interiorização dos princípios modernos e na sua aplicação contextualizada na aproximação à tradição, à cultura e à identidade do lugar. As influências retiradas do Mercado de Ovar (1948-1951) são visíveis na composição volumétrica do edifício (fraccionada em volumes), no uso do perfil “borboleta” e na abertura dos corpos ao pátio à semelhança de um mercado de levante. A excepcionalidade do edifício projectado por Távora reside na sua concepção espacial, na substituição da habitual disposição baseada em eixos, por uma estrutura espacial assente num espaço simbólico, o pátio, em torno do qual se organizam os corpos. A abertura deste edifício ao exterior e a atribuição de um significado simbólico ao pátio, devolve ao edifício de mercado o seu carácter social de espaço de encontro e reunião, desenvolvendo um processo inverso ao do surgimento dos mercados nas praças públicas, no qual o espaço de encontro é criado para dar sentido ao mercado. Esta *terceira via*, a da conjugação dos princípios modernos com a tradição, estaria na base da original contribuição da arquitectura portuguesa no panorama moderno, através da adaptação dos princípios do Movimento Moderno internacional à realidade concreta do nosso país.

Os **anos 60**, marcados por um contexto político e social em transformação, pelo crescimento das cidades e das periferias e por uma inevitável especulação capitalista, constituiriam a década final da produção de carácter moderno em Portugal. A década de 70 anunciaria o declínio do projecto moderno, num cenário arquitectónico caracterizado pela diversidade de tendências e expressões e pela exploração formal. A Revolução de 25 de Abril de 1974 estabelece então o ponto de partida do período em análise no capítulo seguinte: *Capítulo 3 – Arquitectura Portuguesa Contemporânea*.

Os edifícios de mercado desenvolvidos no quadro da arquitectura moderna portuguesa foram fortemente influenciados pelas transformações operadas no meio construtivo e pela descoberta de dois materiais artificiais cuja conjugação resulta numa adequada resistência à tracção e à compressão: o betão armado. A aceitação da tecnologia e a consciência das possibilidades deste novo sistema construtivo tornaram apetecível a sua aplicação em edifícios de amplas áreas cobertas, como os mercados, onde a construção de grandes vãos se tornava uma resposta necessária.

A ideia de um modelo de mercado, presente nos edifícios do *Capítulo 1*, é aqui abandonada para dar lugar à experimentação das técnicas construtivas e à exploração de uma nova espacialidade intrínseca à tecnologia do betão armado. As características comuns aos casos de estudo e a outros exemplares observados resultam grandemente do uso desta nova tecnologia e da referência conceptual e formal que os edifícios construídos ao longo deste período acabaram por representar entre si. Na necessária e inevitável comparação com os mercados do capítulo anterior, foi observado

um conjunto de características físicas, espaciais, funcionais e construtivas que, ou se distanciam das anteriores, ou constituem características comuns entre os edifícios deste período:

— Ao nível da caracterização físico-espacial, a geometria das plantas é variada, desde o dodecágono de Arroios à base curva em que se insere o Bom Sucesso; o isolamento da construção continua a ser aplicado até meados do século, mas a partir dos anos 50 os mercados inserem-se num contexto urbano concreto, podendo ou não corresponder a uma construção isolada; o piso único é também abandonado como premissa adaptando-se o número de pisos às necessidades programáticas ou à envolvente; se nas primeiras décadas a **organização espacial** era feita segundo eixos estruturantes, a partir dos anos 50 edifícios como o mercado de Vila da Feira assumem a possibilidade de novas concepções espaciais e volumétricas, neste caso num edifício composto por quatro corpos organizados em torno de um pátio; a simetria (aplicada igualmente na composição dos alçados) deixa de ser uma característica comum para estar mais enraizada nos anos anteriores a 50, associada claramente à monumentalidade característica dessas décadas¹⁰⁵; no caso dos edifícios cuja organização se baseava em eixos, estes estabelecem os circuitos principais do **sistema de circulação** e definem as entradas nas fachadas por eles interseccionadas; os alçados apresentam de um modo geral uma certa depuração decorativa, de certo modo associada ao carácter utilitário e funcional destas construções; Isto permite concluir que existe uma clara separação conceptual entre os edifícios projectados antes da década de 50 e os edifícios projectados a partir da década de 50, em que os primeiros parecem absorver ainda muitas das características do período anterior, introduzindo os segundos novos conceitos espaciais;

— Ao nível da caracterização funcional, os mercados denotam novas exigências patentes na materialidade das bancas¹⁰⁶ e na criação de novas áreas de apoio (veterinário, fiscalização dos produtos, balneários do pessoal); tornam-se acrescidos de preocupações funcionais com a acessibilidade, a ventilação e a iluminação;

— Ao nível da caracterização construtiva, os edifícios adoptam um sistema construtivo assente na tecnologia do betão armado; a maioria dos edifícios acaba por se apoiar formalmente na solução estrutural: a cobertura escalonada apoiada em sucessivos pórticos no Mercado de Arroios, a grande abóbada do Bom Sucesso e as coberturas em “perfil de borboleta” de Ovar e de Vila da Feira; a inevitável função estrutural deste material foi muitas vezes ultrapassada quer pelo expressionismo obtido com os elementos estruturais (Arroios e Bom Sucesso), quer pela exploração das suas características plásticas (Vila da Feira).

Os mercados analisados, actualmente com cerca de 50 a 70 anos de vida, continuam a desempenhar a sua função embora na maioria dos casos necessitem não só de intervenções que melhorem as suas condições de funcionamento, como também de transformações que sirvam para atrair uma população consumista cada vez mais distante deste modo de abastecimento.

¹⁰⁵ O eixo que estabelece a simetria deixa de constituir necessariamente um eixo estruturante da organização espacial e no sistema de circulação, podendo desempenhar apenas uma função compositiva.

¹⁰⁶ A madeira das bancas horto-frutícolas é substituída pela aplicação generalizada da pedra.

PARTE II

CAPÍTULO 3 – Arquitectura Contemporânea Portuguesa: Finais do Séc. XX – Início do Séc. XXI

3

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Os primeiros anos da década de 70 surgem na continuidade das premissas traçadas ao longo da década anterior: a expansão dos centros urbanos e a formação das periferias, os empreendimentos imobiliários e turísticos, os edifícios de serviços resultantes da terciarização das cidades e o conseqüente desenvolvimento de grandes empresas de projecto em resposta à especulação capitalista. O resultado foi a transfiguração do território com intervenções muitas vezes irreversíveis, introduzindo uma nova escala de intervenção e uma nova temática, a do planeamento e ordenamento desse mesmo território.

A produção arquitectónica era marcada por duas vertentes opostas, a dos que respondiam às solicitações capitalistas usando modelos referenciados ao Estilo Internacional, entretanto banalizado na sua generalização, e a produção erudita dos arquitectos modernos que revelavam a sua maturidade construtiva em edifícios de qualidade. Será esta pesquisa de autor a revelar, no começo dos anos 70, através da diversidade de linguagens e referências, a proximidade do fim da produção moderna e a definição de uma nova situação: a pós-modernidade¹⁰⁷.

O cenário descrito constituía o panorama geral da arquitectura portuguesa quando a 25 de Abril de 1974 se deu a revolução que pôs fim ao regime ditatorial iniciado em 1926. Os dois anos que se seguiram – **os anos da Revolução** – corresponderam a um período de transição e fixação de profundas mutações de carácter político, social e económico. A instabilidade do país revelou-se também ao nível do ensino da arquitectura com a suspensão da prática nas escolas de Lisboa e do Porto, num período em que internacionalmente a produção portuguesa era finalmente reconhecida pela



Fig. II.3.1 – Complexo Habitacional “Pantera Cor-de-Rosa”, Lisboa
(Gonçalo Byrne no atelier Teotónio/Portas, 1972-1974)
Foto: Catarina Botelho



Fig. II.3.2 – Habitações Sociais na Quinta da Malagueira, Évora
(Álvaro Siza, 1977-)

¹⁰⁷ A ruptura com a modernidade havia já sido encetada no final da década de 60 pelo americano Robert Venturi, com o livro *Complexity and Contradiction in Architecture*, e pelo italiano Aldo Rossi, com *La Architettura de la Ciudad*, ambos os originais de 1966.

singularidade das suas experiências. Durante esta fase foi ainda criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) cujas operações (1974-1976), actuando principalmente em Lisboa, Porto e Algarve, pretendiam responder às carências habitacionais provocadas pelo crescimento urbano e suburbano¹⁰⁸. De resto, a problemática da habitação social iria estar no centro dos investimentos institucionais até ao final da década de 70.

3.1.1 De 1976 ao final do Século

Após o período revolucionário, desenham-se os contornos de um novo tempo constituído por dois momentos correspondentes a diferentes conjunturas sociais, económicas e políticas, reflectidas também no valor do arquitecto e da arquitectura na sociedade.

O primeiro momento, definido entre 1976 e 1985, é marcado pela crise na actividade construtiva que sofre um abrandamento devido à falta de mercado imobiliário, à suspensão do investimento do sector terciário e à interrupção das grandes operações turísticas. A arquitectura, então apoiada por encomendas de menores dimensões, deixava de estar no primeiro plano pela falta de uma produção visível que a sustentasse num contexto social em que o seu papel era o de mera actividade profissional. Os novos arquitectos dispersavam pelo país na procura de mercados de trabalho fora dos grandes centros urbanos, muitos arranjando emprego nos gabinetes técnicos de apoio local (GAT)¹⁰⁹. Esta dispersão iria servir os interesses das autarquias – aumentadas nos seus poderes executivos pretendiam diminuir as diferenças entre os meios rural e urbano através da construção de equipamentos municipais – reflectindo-se na dispersão geográfica da própria produção arquitectónica.



Fig. II.3.3 – Casa da Cultura, Beja
(Raul Hestnes Ferreira, 1975-1983)



Fig. II.3.4 – Centro comercial, habitação e escritórios, Amoreiras, Lisboa
(Tomás Taveira, 1980-1985)

No panorama arquitectónico, a conjuntura internacional revelava, desde os anos 70, uma multiplicidade de orientações divergentes do percurso de rigor e inovação traçado ao longo do século XX, desenvolvendo-se no sentido de uma valorização e recuperação do passado nas resoluções presentes e no sentido de um desejo de forma – de um “mero gosto da forma pela forma” (Almeida,

¹⁰⁸ As operações SAAL serviram também como laboratório no qual os arquitectos viram a oportunidade de intervir a outra escala e participar na construção de cidade (Becker et al., 1997: 12).

¹⁰⁹ “(...) dispersão dos novos arquitectos pela província, ora como funcionários públicos, ora como projectistas locais, quer por conta própria, quer como técnicos de gabinetes de apoio local.” (Almeida, 1997: 73).

1997: 75). No cenário português, as tendências que iriam consolidar-se durante a década de 80 desenhavam-se nos últimos anos de 70 espelhadas no antagonismo do ensino das duas Escolas de Arquitectura: a de Lisboa assente numa diversidade de expressões em ruptura com os valores modernos e comprometida com os valores figurativos do passado, através de um historicismo figurativo associado a arquitectos como Tomás Taveira [Fig. II.3.4] e Luís Cunha; e a Escola do Porto, formando um grupo coeso centrado na figura de prestígio de Álvaro Siza e da sua produção em crescente afirmação internacional¹¹⁰, na defesa de uma arquitectura pós-moderna em que não se operava uma ruptura definitiva com o movimento moderno. A exposição «Depois do Modernismo», realizada em 1983, serviria como ponto de situação da pluralidade na arquitectura portuguesa e como afirmação do historicismo figurativo, mas acentuaria também a dicotomia entre os arquitectos formados em Lisboa e no Porto¹¹¹. A tendência mencionada, que segundo Almeida (1997: 84) ficou conhecida como pós-modernismo figurativo, teve o seu auge nos anos que se seguiram à exposição e entrou em declínio após 1988, no mesmo período em que se dá o reconhecimento público de Siza em Portugal.



Fig. II.3.5 – Mercado Municipal de Braga (Eduardo Souto de Moura, 1980-1984)



Fig. II.3.6 – Paços do Concelho, Matosinhos (Alcino Soutinho, 1981-1987)

Nos primeiros anos da década de 80 começam a traçar-se os contornos de um novo momento, definido a partir de 1985 pelas transformações na conjuntura do país. A estabilização política e a retoma económica¹¹² conjugam-se com a alteração do papel da arquitectura na sociedade e com o reconhecimento da produção portuguesa, primeiro no estrangeiro e depois em Portugal.

¹¹⁰ Em 1976 este arquitecto inicia o plano de habitações sociais para a Quinta da Malagueira (Évora) e no mesmo ano surgem vários convites para concursos na Alemanha (Berlim), onde constrói o edifício de habitação colectiva *Bonjour Tristesse* (1980-1984); Ao longo dos anos seria ainda solicitado para trabalhos em diversos países (Holanda, Itália, Estados Unidos, Espanha, França) e ser-lhe-iam atribuídos variados prémios nacionais e internacionais como o Prémio Secil Arquitectura em 1996 e em 2000 e o Prémio *Pritzker* em 1992.

¹¹¹ Esta oposição foi reforçada pela recusa de um grupo de arquitectos portuenses em participar por rejeitarem a validade da multiplicidade de figurações no percurso evolutivo da arquitectura portuguesa; No entanto, como refere Almeida (1997: 77), a dicotomia entre as duas Escolas e a arquitectura dos que nelas se formavam esgotava-se na individualidade produtiva de cada arquitecto.

¹¹² Conseguida também pela adesão à CEE e pelos fundos comunitários.

A transformação do significado da arquitectura, num esforço de afirmação enquanto disciplina estabelecida e prática actuante na realidade construída, verificava-se no aumento das exposições, dos prémios, dos concursos, dos congressos e das conferências, tornando-se uma temática usual nos meios de comunicação. O protagonismo que a profissão adquiriu originou um crescente número de alunos nos cursos de arquitectura e conseqüentemente o aumento dos profissionais e a criação de novas escolas, tanto de iniciativa pública como privada. O prestígio obtido pela profissão iria reflectir-se ainda na procura destes profissionais, por parte das instituições públicas¹¹³, para a realização dos seus edifícios.



Fig. II.3.7 – Piscinas Municipais, Campo Maior
(João Luís Carrilho da Graça, 1985-1990)
Foto: Catarina Botelho



Fig. II.3.8 – Escola Superior de Educação,
Setúbal
(Álvaro Siza, 1986-1994)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2002

Os fenómenos urbanos associados ao crescimento da população, despoletados na década de 60, conduziram à transformação descontrolada do território e a alterações na dimensão e estrutura das cidades. Esta situação prolongou-se até meados da década de 80 pela carência (e até inexistência) de planos de ordenamento territorial e de regulamentação na área da gestão do património. A partir de 1985 assiste-se a uma tomada de consciência dos problemas associados a estas temáticas e à elaboração de instrumentos legais aplicáveis ao ordenamento do território e ao património (Almeida, 1997:80).

Na produção arquitectónica, depois de 1985, a recuperação da actividade construtiva foi acompanhada por um novo fôlego projectual dos arquitectos formados na década de 50 (Fernando Távora, Manuel Taíña, Nuno Teotónio Pereira, Vítor Figueiredo) e pela afirmação de arquitectos acabados de formar na transição para os anos 80 (Eduardo Souto de Moura, Manuel Graça Dias, João Luís Carrilho da Graça). Os últimos dez anos do século XX, como refere Grande (2001: 25), seriam marcados por um

¹¹³ Na construção de grandes equipamentos, como pólos universitários e politécnicos, centros de investigação ou pólos de cultura (p.e. Centro Cultural de Belém, 1988-1992).

panorama resultante da convergência de três gerações de arquitectos: a primeira formada entre os anos 50 e 70, associada ao espírito da “Escola do Porto” e ao regionalismo crítico, mostrava nos anos 90, pela diversidade de percursos, um esbater da anterior tendência unitária¹¹⁴; a segunda geração, formada na transição para a década de 80, com uma maior multiplicidade de linguagens e de conceitos representava a clara “superação” do Modernismo¹¹⁵; a terceira geração, em afirmação nos anos 90, na qual os percursos pessoais divergem entre os que procuram aprender com os arquitectos portugueses de prestígio nos seus ateliers¹¹⁶ e os que procuram formação e experiências profissionais no estrangeiro¹¹⁷.



Fig. II.3.9 – Centro Cultural de Belém, Lisboa
(Manuel Salgado/Vittorio Gregotti, 1988-1992)



Fig. II.3.10 – Instituto Superior de Economia e Gestão,
Lisboa
(Gonçalo Byrne, 1992-2002)
Foto: Catarina Botelho



Fig. II.3.11 – Corpo de Anfiteatros do Campus Universitário,
Aveiro
(Vitor Figueiredo, 1995-2000)
Foto: Catarina Botelho



Fig. II.3.12 – Estação do Metropolitano do Cais do
Sodré, Lisboa
(Nuno Teotónio Pereira, com Pedro Botelho, 1992-1998)
Foto: Catarina Botelho

¹¹⁴ Geração da qual faziam parte os arquitectos já mencionados formados em 50 – Fernando Távora, Manuel Tainha, Nuno Teotónio Pereira e Vítor Figueiredo – e à qual pertencem também Álvaro Siza, Gonçalo Byrne e Raul Hestnes Ferreira, formados nos anos 60.

¹¹⁵ Desta geração fazem parte Manuel Graça Dias, Eduardo Souto de Moura, João Luís Carrilho da Graça e António Belém Lima e Ricardo Santelmo (grupo Arquitectos Pioledo).

¹¹⁶ Como Manuel e Francisco Aires Mateus, Inês Lobo, Ricardo Bak Gordon, entre outros.

¹¹⁷ Como Fátima Fernandes e Michele Cannatà, João Pedro Serôdio, Pedro Costa e Célia Gomes (Atelier de Santos, entre outros).

3.2 CASOS DE ESTUDO

3.2.1 Mercado Municipal de Braga (do Carandá)

Braga
Arquitecto Eduardo Souto de Moura
1980 - 1984
Remodelação pelo Arquitecto Eduardo Souto de Moura
1999 - 2001



Fig. II.3.13

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O Mercado Municipal do Carandá, inaugurado em 1984, foi projectado em 1980 pelo arquitecto Eduardo Souto de Moura para a cidade de Braga¹¹⁸. A sua construção, num terreno antes ocupado por uma quinta no limite urbano, fazia parte de um plano municipal de expansão da cidade para Sul ao longo dos eixos paralelos das avenidas da Liberdade e 31 de Janeiro – antigas Marechal Gomes da Costa e Oliveira Salazar, respectivamente. Através da criação de um percurso pedonal de ligação entre os dois eixos, o arquitecto pretendia que o edifício se transformasse num “(...) fragmento de cidade capaz de propor uma malha urbana” (Moura, 1998: 105), capaz de se integrar na cidade existente e de se adaptar às suas transformações influenciando-a.

O crescimento da área envolvente, respondendo à especulação imobiliária, acabou por estrangular o edifício entre as construções e, conjuntamente com os efeitos de uma sociedade de consumo, conduzir ao seu progressivo abandono. Esta situação levou a que, ainda durante a década de 90, a Câmara colocasse a possibilidade de demolição do edifício – à qual Souto Moura terá reagido com a naturalidade de quem acredita que cada edifício tem o seu período de vida (Gadanh, 2008), hipótese essa que nunca chegou a concretizar-se. A decisão final da Câmara foi reabilitar o mercado, propondo ao arquitecto que vinte anos antes o tinha projectado a sua reconversão num novo programa – o de espaço cultural.



Fig. II.3.14 – Entrada poente após a intervenção de 2001
O percurso longitudinal (Nordeste-Sudoeste) manteve-se após a intervenção
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.15 – Vista do antigo espaço de venda do mercado
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Em 1999, Souto Moura apresenta o projecto para o Mercado Cultural do Carandá, o qual incluía uma escola de dança, uma escola de música e uma série de espaços comerciais destinados a usos

¹¹⁸ No mesmo ano é ainda inaugurado o “Café do Mercado”, um projecto realizado pelo mesmo arquitecto em 1982, resultante da transformação de uma antiga construção agrícola, situada na colina a sudeste do mercado.

culturais e sociais. A remodelação do mercado foi dividida em duas fases: a primeira fase, concluída em 2001, correspondeu à intervenção no lado poente, a qual abrangeu a construção de um novo edifício destinado à escola de dança – a norte da zona de bancas do antigo mercado – e a transformação dos espaços encerrados de venda em estabelecimentos comerciais [Fig. II.3.14 e II.3.15]; a segunda fase, que deverá estar concluída em 2009, incide no lado nascente onde será instalada a escola de música.

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado localiza-se no Bairro do Carandá, na freguesia S. José de S. Lázaro em Braga, numa área definida a norte pela Av. João XXI, a nascente pela Av. 31 de Janeiro, a sul pelo Rio Este e a poente pela Av. da Liberdade [Fig. II.3.16].

O sítio escolhido para a construção do mercado, anteriormente pertencente a uma quinta, era caracterizado por uma colina no topo da qual se situava uma casa, na confluência de dois percursos existentes [Fig. II.3.17]. O edifício, disposto ao comprido na direcção Nordeste-Sudoeste, foi implantado de nível no local da antiga casa, recuperando o caminho longitudinal que atravessava o terreno e desenvolvendo-se ao longo deste, entre dois muros de suporte (de terras) paralelos que delimitam o mercado a Sudeste e a Noroeste [Fig. II.3.18].



Fig. II.3.16 – Ortofotomapa do Bairro do Carandá, Braga



Fig. II.3.17 – Vista aérea do mercado

O caminho é materializado através de dois percursos pedonais: a “rua coberta” (Moura, 1998:105) que atravessa o interior do mercado e a passagem pelo exterior através de uma galeria superior. Estes percursos estabelecem um forte eixo de circulação, conseguido pelos planos verticais que se estendem ao exterior induzindo o caminho, numa fluida relação entre interior e exterior [Fig. II.3.18 e II.3.19]. O edifício resulta assim num jogo visual entre os extensos planos verticais (os muros de granito ou rebocados), o grande plano horizontal da cobertura (de betão) e dois alinhamentos de pilares, assemelhando-se à imagem dos *stoas* gregos¹¹⁹ (Lucan, 1998: 4).

¹¹⁹ O *Stoa* era um tipo de edifício público da Grécia Antiga, situado na envolvente do pólo comercial e social da cidade (ágora), utilizado como abrigo do vento e da chuva, caracterizado por uma colonata.



Fig. II.3.18 – Vista de sudoeste
A marcação do percurso longitudinal (à esquerda) através do pavimento
Foto: Luís Ferreira Alves



Fig. II.3.19 – Passagem superior

O acesso ao edifício é feito através de quatro entradas: duas nos topos Nordeste e Sudoeste (Rua Dr. Costa Júnior) e duas na fachada Sudeste, esta última formada por um longo muro branco orientado a uma praça de estacionamento. As aberturas nos dois topos, em conjunto com os muros e com as “passadeiras” que se prolongam até ao exterior, reforçam a continuidade com o espaço urbano e clarificam a ideia de “rua coberta” pretendida pelo autor.

O uso do percurso como “atravessamento necessário entre dois eixos da cidade” (Moura, 1998:105) mesmo após o encerramento do mercado veio demonstrar o papel já adquirido na estrutura de circulação do bairro e a sua força enquanto elemento estruturante do edifício para lá da função de mercado. A sua importância é assumida aquando do projecto de reabilitação, no qual a “rua coberta” do mercado dá lugar a uma rua com um jardim num novo programa cultural [Fig. II.3.14].

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise do Mercado Municipal de Braga foi realizada com base quer nas peças desenhadas do projecto de Eduardo Souto de Moura, cedidas pelo atelier do próprio e/ou apresentadas em livros e revistas, quer em descrições do edifício feitas pelo autor em diversas publicações. Estes elementos foram complementados com a visita ao local.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado Municipal de Braga está inserido numa planta com (cerca de) 2 600 m² distribuídos por 156.4m de comprimento, dispostos longitudinalmente no terreno, e cuja forma geométrica é composta por duas áreas rectangulares de diferentes larguras, com 19.35m e 14.25m, respectivamente a Sudoeste e a Nordeste.

Em termos **volumétricos**, resulta num único volume definido por um conjunto de planos verticais (paredes/muros) dispostos ortogonalmente: três planos paralelos de direcção Nordeste-Sudoeste¹²⁰ e três planos perpendiculares aos anteriores, transversais na relação com o terreno [Fig. II.3.18 e II.3.20].

¹²⁰ Dois dos planos de direcção Nordeste-Sudoeste, os mais próximos dos limites Sudeste e Noroeste do terreno, desempenham a função de muro de suporte de terras.

Superiormente o corpo do edifício é rematado por um grande plano horizontal (164.5m x 16.5m), uma cobertura em betão armado que paira 5.60m acima do pavimento sem tocar os planos verticais (de 4m de altura), apoiando-se em duas fiadas de 32 pilares dispostas longitudinalmente no interior [Fig. II.3.21].

A homogeneidade volumétrica conseguida pela simplicidade dos elementos exteriores, é aparentemente quebrada pela sua heterogeneidade material – em granito, betão pintado ou betão à vista – que acaba por acentuar a distinção entre esses elementos e reforçar a percepção espacial da relação entre eles.

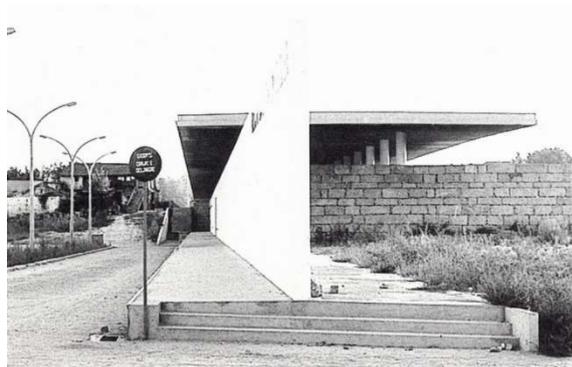


Fig. II.3.20 – Vista de nordeste



Fig. II.3.21 – Interior do espaço de mercado
Percurso longitudinal à direita

No que respeita à **concepção espacial**, a planta do mercado está estruturada segundo um eixo principal longitudinal que atravessa o edifício na direcção Nordeste-Sudoeste, estabelecendo o percurso principal e as duas entradas nas fachadas correspondentes [Fig. II.3.21 e II.3.22]. Este eixo, definido pelo pavimento e pelos extensos muros paralelos que se prolongam até aos limites do terreno, é marcado pelo ritmo imposto pela sucessão de pilares (de secção circular). Os acessos nas extremidades do eixo conferem ao percurso a fluidez necessária entre interior e exterior para a concretização da ideia de “rua coberta” que está na base conceptual do projecto.

Espacialmente, o edifício está organizado em duas zonas distintas, unificadas pelo eixo acima referido e delimitadas pelo eixo transversal central, materializado num muro de granito [Fig. II.3.23]. A área Sudoeste (A), enterrada entre dois muros de suporte longitudinais, desenvolve-se num só piso ao nível do percurso principal. A área Nordeste (B) está disposta em dois níveis: o piso inferior, ao nível do percurso, constitui um corpo encerrado e o piso superior¹²¹ um espaço totalmente aberto.

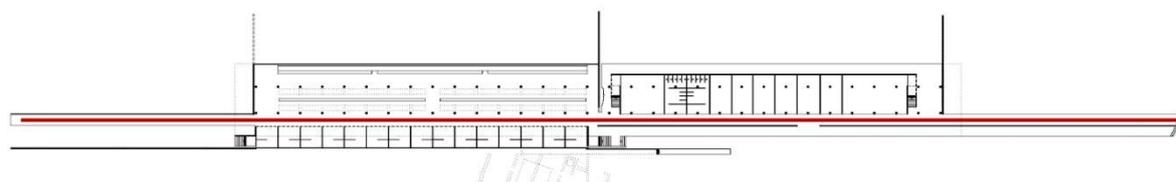


Fig. II.3.22 – Planta esquemática: eixo estruturante
Planta do Piso 0 (térreo)

¹²¹ A cota do piso superior corresponde também à cota da passagem superior pelo exterior.

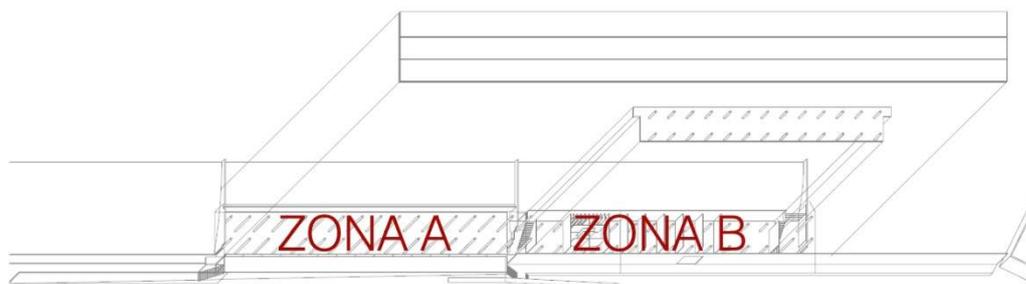


Fig. II.3.23 – Esquema de designação das áreas (axonometria)

O eixo Nordeste-Sudoeste assume um papel estruturante também ao nível do **sistema de circulação**, definindo em conjunto com os planos verticais e com a malha de pilares os espaços de circulação [Fig. II.3.21]. Este eixo, constituindo o circuito principal com 2.5m de largura, atravessa o edifício de um lado ao outro, como se de uma rua se tratasse, distribuindo os utentes pelos diversos espaços do mercado. De um modo geral, o sistema pode ser caracterizado por circuitos fechados nos quais o percurso principal está integrado, estabelecendo assim a ligação entre esses mesmos circuitos.

A volumetria do edifício reflecte-se na homogeneidade visual dos **alçados exteriores**, conseguida pela composição da linha horizontal da cobertura com as linhas verticais dos pilares e com as longas superfícies dos muros. A força do elemento cobertura e os longos muros conferem assim uma leitura predominantemente horizontal ao conjunto dos alçados.



Fig. II.3.24 – Vista obtida de Nordeste
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.25 – Espaços encerrados do piso inferior da zona B
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Se por um lado a importância do percurso e do entendimento da rua enquanto parte integrante da envolvente urbana permitem concluir que a fachada orientada a Sudeste desempenha uma função primordial através da superfície lisa do muro que se estende além dos limites do edifício para interagir com os cidadãos [Fig. II.3.24]. Por outro, os **alçados interiores** acabam por ter uma função acrescida enquanto fachadas da “rua coberta” que o autor pretendeu criar, caracterizadas pelo vão de 5m utilizado na modulação estrutural dos pilares. As fachadas envidraçadas das áreas de espaços

encerrados, tanto a Noroeste como a Sudeste do percurso, responderam a uma linguagem comum em que a métrica usada é metade do vão (2.5m) e em que os 4.2m de altura foram divididos em quatro partes: as três inferiores correspondem aos espaços encerrados e a última ao corrimão do piso superior (Noroeste) ou da galeria no exterior (Sudeste) [Fig. II.3.25].

Caracterização Funcional

O Mercado Municipal do Carandá foi projectado para desempenhar a função de mercado retalhista, vendendo directamente à população os mais variados produtos alimentares (hortícolas, frutícolas, lacticínios, carne e pescado) e não alimentares (flores, drogaria).

As funções do mercado foram distribuídas pelas zonas A e B, mencionadas na caracterização físico-espacial: a zona Sudoeste (A) é dedicada à venda de diversos produtos específicos, correspondendo ao mercado propriamente dito; e a zona Nordeste (B), de dois pisos, no piso inferior é destinada aos serviços de apoio, em espaços encerrados individuais (cafetaria, instalações sanitárias, arrecadação, fiscalização, administração, veterinário, armazém, preparação de legumes, amanho de peixe, depósito de lixos e frigoríficos), e no piso superior à venda de produtos diversos, possivelmente não alimentares¹²².



Fig. II.3.26 – Bancas fixas para venda de peixe



Fig. II.3.27 – Mercado em funcionamento
Bancas amovíveis para venda de produtos horto-
frutícolas em primeiro plano; em segundo plano
fachada envidraçada dos espaços encerrados

Assim, a venda dos produtos no espaço de mercado (A) era realizada de dois modos distintos, de acordo com a natureza dos produtos a ser vendidos: em espaço aberto dotado lugares em bancas (fixas ou amovíveis), a Noroeste do percurso principal, e em espaços encerrados individuais, a Sudeste do percurso, abrindo sobre ele [Fig. II.3.21]. As bancas fixas, num total de 54 lugares para a venda de peixe, percorriam longitudinalmente o espaço ao longo do muro de suporte Noroeste [Fig. II.3.26]. As bancas amovíveis, destinadas à venda de frutas, cereais, hortaliças secas e legumes (80 lugares)¹²³,

¹²² O piso superior nunca chegou a ser utilizado uma vez que era um espaço muito ventoso, devido à distância existente entre os muros e a cobertura.

¹²³ Embora as bancas fossem amovíveis, as duas bancadas de lavatórios estabeleciam a referência espacial para a colocação dessas mesmas bancas.

ocupavam o espaço entre as duas fiadas de pilares, sendo apoiadas ao centro por duas longas bancadas de lavatórios que estabeleciam a referência espacial para a colocação dessas mesmas bancas [Fig. II.3.21 e II.3.27]. Os espaços encerrados, num total de 15 com cerca de 24m² cada, constituíam estabelecimentos comerciais individuais para os mais diversos fins: padaria, ovos e lacticínios, mercearia, droguaria, peixaria, talhos e salsicharia. Foi ainda deixado um espaço livre, junto ao muro transversal Sudoeste, para a venda de flores.

Os espaços de venda estavam dispostos ao longo da “rua”, demarcando-se desta através de um ligeiro desnível do pavimento.

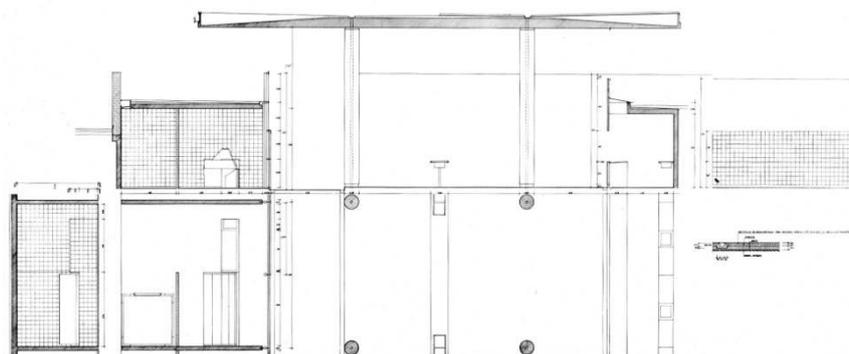


Fig. II.3.28 – Planta, alçados e corte transversal: zona A

A funcionalidade estava ainda presente na iluminação natural e no necessário sombreamento do espaço através do plano da cobertura que se prolonga além dos muros, impedindo a luz de incidir directamente nos produtos. As bancas do peixe, por se situarem junto ao limite da cobertura foram também dotadas de uma estrutura de sombreamento que protege os alimentos e garante a necessária iluminação natural [Fig. II.3.28]. A repetitibilidade de vários elementos, como as bancas, os pilares, as guardas ou as lojas e as suas fachadas, reflectem igualmente preocupações funcionalistas e um rigoroso desenho de pormenorização.

Caracterização Construtiva

O sistema construtivo do edifício assenta na conjugação entre uma malha reticulada (5m x 6m), de duas fiadas de 32 pilares em betão armado (secção circular com \varnothing 0.50m), que suporta a laje fungiforme da cobertura e as diversas paredes resistentes exteriores, em granito ou betão armado, que funcionam nalguns casos também como muros de suporte de terras [Fig. II.3.28]. A combinação dos elementos estruturais permitiu a adopção do princípio da planta livre, numa total liberdade de compartimentação interior em que o espaço é marcado pelo ritmo que os pilares impõem ao longo de 155m.

A materialidade conferida aos diversos elementos adquire importância na composição volumétrica e na qualidade luminosa conferida ao espaço, num jogo de claro/escuro entre os elementos verticais das paredes e pilares, pintados de branco, e os elementos horizontais da cobertura e do pavimento, em betão à vista ou mosaico cerâmico.

3.2.2 Mercado Municipal de Tavira

Tavira

GAT Tavira: Arqt.º António P. Serra Alves

Eng.º civil Custódio J. Mestre do Livramento (director)

1990-1999



Fig. II.3.29

A escolha do actual Mercado Municipal de Tavira como caso de estudo deste capítulo (3), correspondente à arquitectura contemporânea portuguesa, foi justificada pela escolha do antigo mercado municipal (Mercado da Ribeira), nas ilações que é possível retirar da construção de dois edifícios num mesmo território, com o mesmo passado, mas em contextos temporais, sociais e culturais distintos.

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O novo Mercado de Tavira foi construído para substituir o antigo edifício onde durante mais de cem anos (1887-1999) funcionou o mercado municipal, o espaço actualmente designado de Mercado da Ribeira já analisado no *Capítulo 1* (caso de estudo 1.2.3), por as suas dimensões e condições não serem suficientes para responder às exigências actuais.

A decisão de construir um novo mercado é anterior a 1990, ano em que é apresentado à Câmara Municipal de Tavira o ante-projecto realizado pelo GAT Tavira, sob a responsabilidade do arquitecto António Pedro Serra Alves e a direcção do engenheiro civil Custódio J. Mestre do Livramento. Num longo processo que durou cerca de nove anos, as obras iniciam-se em 1997 e o mercado é inaugurado a 24 de Junho de 1999.

Em 2002, as paredes interiores norte e poente recebem um “Painel Alto Relevo em Ferro e Cerâmica”, da autoria do pintor Manuel Xavier, correspondente à primeira fase do concurso de ideias lançado pela Câmara Municipal para o embelezamento artístico do interior do mercado [Fig. II.3.30]. A parede sul, numa segunda fase, seria também no mesmo ano alvo de uma intervenção escultórica de Isabel Macieira.



Fig. II.3.30 – Painel Alto Relevo: parede poente sobre as bancas horto-frutícolas

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

b. INSERÇÃO URBANA

O Mercado Municipal de Tavira localiza-se na freguesia de Santa Maria em Tavira, na margem sul do Rio Gilão, a nascente do limite do Centro Histórico da cidade. Inserido numa área pertencente ao Parque Natural da Ria Formosa, é delimitado a Norte pelo local onde futuramente estará o Porto de Pesca, a poente pelo eixo da Av. Dom Manuel I e da Av. dos Descobrimentos (ponte) e a Sul e Nascente por uma vasta área de salinas [Fig. II.3.31].

Os dois eixos estruturantes da zona – o Norte-Sul da Av. D. Manuel I e o Nascente-Poente, ortogonal ao anterior e paralelo à margem do rio –, serviram para estruturar a implantação do mercado (6 930m²) e dos arranjos exteriores na sua envolvente. Estes eixos foram materializados nas frentes das

fachadas Poente e Norte através de duas alamedas de árvores, palmeiras e plátanos respectivamente [Fig. II.3.32]. A fachada principal está orientada a poente para a Av. D. Manuel I e é na sua extremidade norte que é feito o acesso ao mercado. A entrada, recuada em relação ao plano das lojas é marcada pela intersecção de dois planos verticais que definem um pequeno átrio exterior. Nas fachadas sul e nascente existem ainda outros dois acessos simétricos em relação ao eixo diagonal que atravessa o edifício.

O projecto do mercado, ocupando uma vasta área de 30 270m², inclui no tardoz, na área a nascente do edifício, um parque de estacionamento para as cargas e descargas, um parque de estacionamento público (arborizado) e duas zonas cobertas para a venda a grosso. Os acessos aos dois parques são feitos por uma nova via, traçada a nascente, cujo prolongamento servirá, posteriormente à construção do Porto de Pesca, de ligação às Quatro Águas.



Fig. II.3.31 – Ortofotomapa da envolvente ao mercado, Tavira



Fig. II.3.32 – Vista norte do mercado e da Av. Dom Manuel I, a partir da Av. dos Descobrimentos (ponte)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

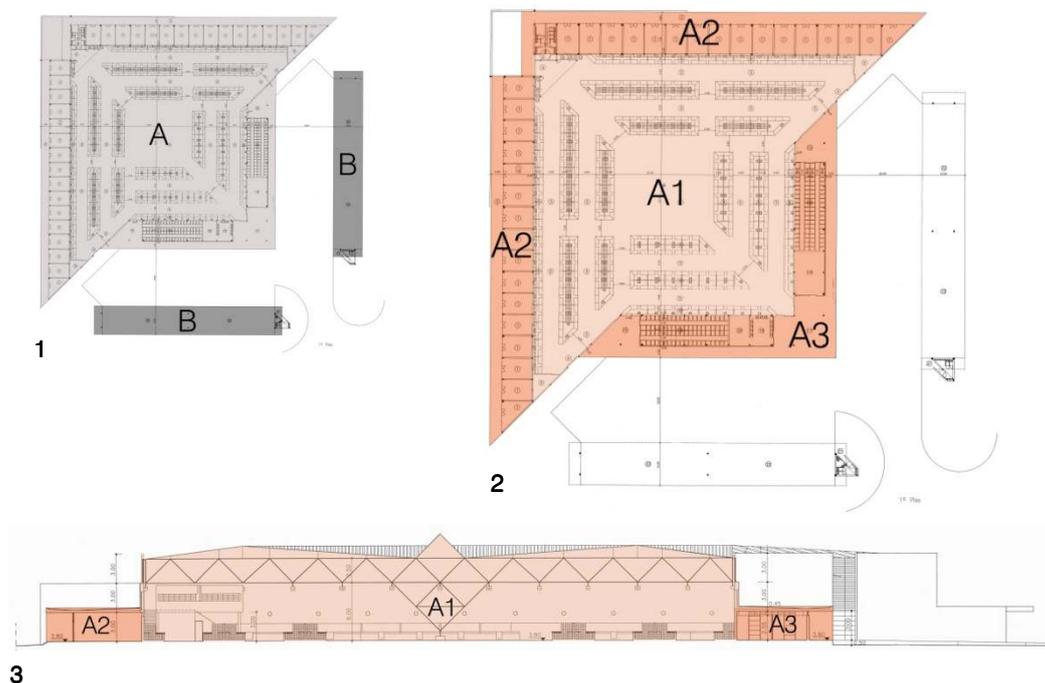
A análise arquitectónica teve por base os elementos do Projecto de Execução do mercado, de 1993, nomeadamente peças desenhadas (plantas, cortes, alçados e pormenores construtivos) e peças escritas (memória descritiva). As caracterizações foram ainda complementadas pela visita ao edifício.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado de Tavira está inserido numa base poligonal irregular de seis lados com uma área de 6 930m², cuja forma geométrica resulta da conjugação de dois triângulos isósceles de diferentes dimensões. A composição obtida pela disposição da planta parece partir de um quadrado, composto pelo edifício e pelo parque das cargas e descargas. As duas áreas rectangulares cobertas (10m x 64m), a sul e a nascente do edifício, ajudam à definição desse mesmo quadrado.

O seu **conjunto volumétrico** é formado pelo corpo do mercado propriamente dito (A), correspondente à venda a retalho, e por dois corpos (B) definidos pelas suas coberturas em estrutura

metálica, referentes às duas áreas rectangulares mencionadas, onde é feita a venda a grosso [Fig. II.3.33 (1)]. As descrições que serão realizadas daqui em diante irão incidir no edifício do mercado.



1. Planta do Piso 0, esquema de designação dos corpos A e B
2. Planta do Piso 0, esquema dos corpos constituintes de A
3. Corte A-B (ver marcação do corte no anexo II.102)

Fig. II.3.33 – Esquematização dos volumes
Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993

Em termos de volumetria, o edifício constitui um único volume composto por três corpos de diferentes alturas, associados a funções distintas, numa composição simples que reflecte o programa funcional do mercado [Fig. II.3.33 (2 e 3)]. A composição geométrica da planta do corpo A reflecte-se na sua díspar leitura exterior: se de norte e de poente a leitura feita do conjunto é a de um volume obtido a partir de uma planta quadrada, de sul e de nascente a leitura do volume paralelepípedo é substituída pela percepção de um corpo resultante do encaixe de dois volumes [Fig. II.3.34 e II.3.39].



Fig. II.3.34 – Fachada Poente (principal), orientada para a Av. D. Manuel I
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.35 – Ala Norte de bancas horto-frutícolas
Vista a partir da entrada principal
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

O corpo A1, com uma altura de 9m, corresponde à área central do mercado, cuja planta (4150m²) é idêntica à da base poligonal de seis lados [Fig. II.3.34 e II.3.35]. Interiormente, é constituído por dois pisos, embora o piso superior (90m²) ocupe uma pequena área sobre a entrada, resultando o volume num amplo espaço aberto destinado à venda em bancas e caracterizado pela estrutura metálica da sua cobertura.

Os corpos A2 e A3, ambos com a mesma altura (3.5m) e profundidade (10m), desenvolvem-se nos limites externos do corpo A1, em contacto com a envolvente exterior. Os planos horizontais das suas coberturas estabelecem os seus limites, definindo os volumes. O corpo A2 (1755m²) é constituído por espaços encerrados (lojas), dispostos em correnteza nas fachadas norte e poente e antecidos por uma galeria exterior coberta. O corpo A3 (1 025m²), a área de abastecimento nas fachadas sul e nascente, é formado por dois espaços encerrados (210m² cada) e por três zonas cobertas de cais, antecidos por uma galeria exterior coberta.

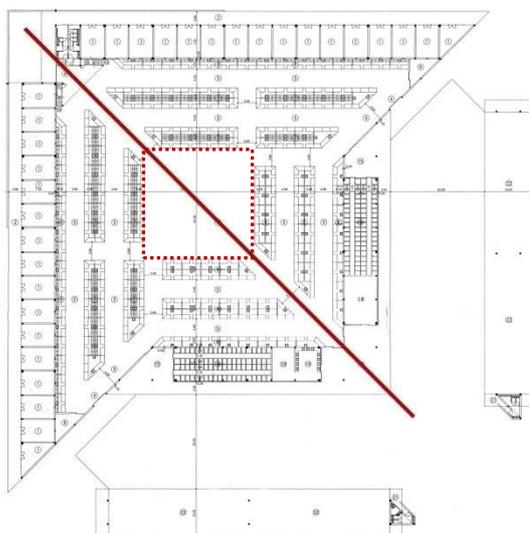


Fig. II.3.36 – Planta esquemática: organização espacial
Projecto de Execução do Mercado Municipal de Távira, GAT
Távira, 1993



Fig. II.3.37 – Percurso principal que atravessa o mercado (Noroeste-Sudeste)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

No que respeita à **concepção espacial**, a planta do mercado está estruturada simetricamente segundo um eixo principal que atravessa o edifício diagonalmente na direcção Noroeste-Sudeste, definindo duas entradas nos extremos correspondentes¹²⁴ [Fig. II.3.36 e II.3.37]. Embora interiormente o espaço se organize de modo simétrico, a simetria obtida é quebrada na extremidade Noroeste, pela criação de um espaço que antecede a entrada, tornando-se imperceptível na leitura exterior obtida a partir da fachada principal. A organização interior é ainda estabelecida por um espaço central de planta quadrada, uma pequena praça interior, em torno da qual estão dispostas as bancas de venda.

O eixo mencionado constitui o percurso principal e assume um papel estruturante no **sistema de circulação**, uma vez que atravessa o edifício ligando-o ao exterior, intersectando o espaço central, e distribui os utentes pelos circuitos das duas alas de bancas do mercado. A praça central (e o circuito

¹²⁴ A entrada no canto Sudeste é destinada ao abastecimento do mercado (peixe).

fechado que ela define) acaba por funcionar como espaço de respiração e de distribuição, a partir do qual é possível aceder aos diversos circuitos. Para além das duas entradas nas extremidades Noroeste (principal) e Sudeste (de abastecimento de peixe), existem ainda dois conjuntos de duas entradas, dispostos simetricamente, em relação ao eixo Noroeste-Sudeste, nas fachadas sul e nascente. Estes conjuntos são formados por um acesso reservado ao público e por um acesso para o abastecimento das bancas horto-frutícolas.

As fachadas apresentam uma leitura idêntica duas a duas, a fachada norte com a poente e a sul com a nascente, resultante da composição geométrica da planta [Fig. II.3.38]. Esta composição reflecte-se também na hierarquia funcional dos alçados, estabelecida ainda pela posição relativa do mercado com a Av. D. Manuel I e pela marcação da entrada principal na fachada poente [Fig. II.3.39]. A marcação da entrada é feita através da criação de um pequeno átrio de entrada no exterior, definido por dois planos verticais que se intersectam, e do prolongamento do plano posterior da fachada poente onde está embutida a designação "MERCADO". A fachada poente assume assim o papel de fachada principal, enquanto a fachada norte desempenha um papel secundário e as fachadas sul e nascente constituem o tardoiz [Fig. II.3.40].



Fig. II.3.38 – Alçados Poente e Norte
Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993



Fig. II.3.39 – Entrada principal, pela fachada poente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.40 – Fachada Nascente
Parque de estacionamento para as cargas e descargas,
à esquerda
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

A volumetria do edifício reflecte-se na composição dos alçados, marcada por um jogo entre planos horizontais e verticais, ou seja entre os planos definidos pelas lajes de cobertura dos corpos A2 e A3 (à cota de 3.5m) e os planos recuados definidos pelas paredes exteriores do corpo A1. Embora a volumetria não lhe confira homogeneidade em toda a envolvente, esta é de certo modo obtida através da materialidade atribuída ao conjunto dos alçados: as paredes lisas rebocadas e pintadas de branco e as grelhas de ventilação em alumínio que rematam superiormente as fachadas e marcam verticalmente as entradas do público nas fachadas nascente e sul.

Caracterização Funcional

O edifício continua a desempenhar a função para a qual foi projectado, a de mercado municipal, disponibilizando à população os mais variados produtos alimentares (hortícolas, frutícolas, peixe e carne) e não alimentares. O mercado está dividido, primeiramente, em dois tipos de venda: a venda a retalho efectuada no edifício (A) e a venda a grosso realizada em duas áreas de estacionamento coberto (B), no exterior.

A venda a retalho é feita de dois modos distintos: em 32 lojas individuais exteriores situadas ao longo das fachadas norte e poente (A2), destinadas aos mais variados produtos, incluindo a venda de carne (talhos)¹²⁵ [Fig. II.3.41]; e em espaço aberto, pavilhonar, dotado de 348 lugares fixos de venda em bancas, dos quais 120 foram destinados ao peixe (alas sul e nascente) e 228 aos produtos hortofrutícolas (alas norte e poente) [Fig. II.3.37 e II.3.42]. Uma das preocupações presentes desde o início da elaboração do mercado foi a do seu funcionamento horário durante um período alargado, pelo que foi intencional a separação clara entre o mercado exterior (lojas) e o mercado interior (bancas)¹²⁶. Esta autonomia foi ainda reforçada pela disposição das instalações sanitárias públicas, cujo acesso é realizado a partir do exterior.



Fig. II.3.41 – Vista da galeria de lojas exteriores na fachada poente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.42 – Alas sul e nascente de bancas de peixe
Acesso ao cais de carga e descarga
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

¹²⁵ Nos elementos de projecto analisados, correspondentes ao *Projecto de Execução* (1993), as lojas eram todas acessíveis exclusivamente pelo exterior. No entanto, na solução final construída, sete das lojas da fachada poente, as destinadas aos talhos, foram prolongadas para o interior sendo acessíveis interior e exteriormente.

¹²⁶ GAT Tavira – *Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira*, 1993, p. 1.

O corpo A1, o mercado interior, como foi referido na caracterização físico-espacial, é constituído por um segundo piso correspondente apenas a parte da área do mercado (90m²), situado sobre a entrada na fachada poente. Acessível a partir de duas escadas simétricas, este piso é constituído por dois gabinetes destinados à administração e à inspeção sanitária.

O edifício do mercado conta ainda, nas fachadas sul e nascente, com uma zona de serviço destinada ao abastecimento (A3), orientada para o parque das cargas e descargas, constituída por: três cais de carga e descarga, dois para produtos horto-frutícolas e um central para o peixe, dois armazéns para os produtos horto-frutícolas e três espaços destinados às câmaras frigoríficas, à preparação e à arrecadação das caixas do peixe [Fig. II.3.40].

Caracterização Construtiva

O sistema construtivo do Mercado Municipal de Tavira assenta numa malha de pilares em betão armado (5m x 7m) que define toda a área limítrofe. As paredes de preenchimento, entre os elementos estruturais de betão armado, são em alvenaria de tijolo cerâmico, o mesmo material que foi aplicado nas paredes divisórias e nas bancas. A cobertura do amplo espaço pavilhonar do mercado é suportada por uma estrutura metálica tubular, de sistema espacial tridimensional, sustentada em cachorros dispostos nas paredes interiores e num apoio situado ao centro da praça coberta [Figg. II.3.37 e II.3.43].

A iluminação e a ventilação do espaço interior são garantidas sobretudo pelas grelhas de alumínio que rematam superiormente as fachadas do mercado.

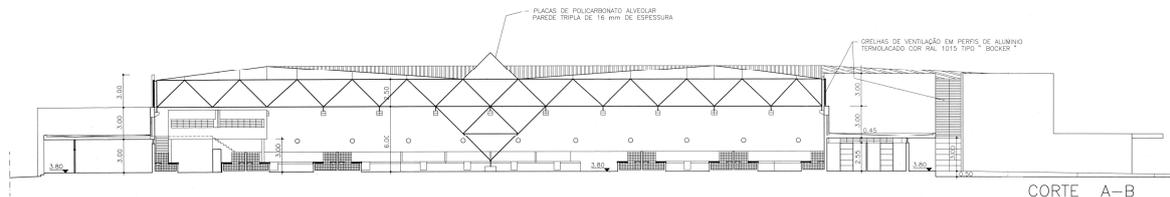


Fig. II.3.43 – Corte A-B
Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993

3.2.3 Mercado da Interface Luz-Colégio Militar

Lisboa
CML/DMAU/DEP:
Arquitectos Marta Baptista, José Ramos e Catarina Tomé
2000-2002



Fig. II.3.44

a. HISTORIAL DO EDIFÍCIO

O Mercado da Interface Luz-Colégio Militar, da autoria dos arquitectos Marta Baptista, José Ramos e Catarina Tomé, foi projectado em 2000 pelo Departamento de Estudos e Projectos da Câmara Municipal de Lisboa, entrando em funcionamento no ano de 2002. A proposta da sua construção faz parte de um plano municipal elaborado em 1999 – *Plano de Requalificação do Espaço Público Envolverte ao Centro Comercial Colombo e Quinta da Granja* –, que previa a intervenção na zona da interface Luz-Colégio Militar e a construção de um mercado [Fig. II.3.45].



Fig. II.3.45 – Planta Geral

Plano de Requalificação do Espaço Público Envolverte ao C.C. Colombo e Quinta da Granja

O Mercado, projectado com o intuito de conceber instalações qualificadas para os vendedores ambulantes daquele local, teve como objectivos “reorganizar o espaço de venda do aglomerado ambulante Luz-Colégio Militar, criando as condições para o nascimento de um novo lugar: uma praça associada à interface rodoviária” (Baptista, 2003: 24). O projecto previa sete módulos de postos de venda e um equipamento de apoio, com instalações sanitárias e quiosque alimentar, este último ainda não construído. A actividade comercial passou então a ser regulamentada pelo *Regulamento Geral dos Mercados Retalhistas de Lisboa*.

A escolha deste edifício como caso de estudo, uma vez que constitui um mercado ambulante e não um mercado fixo de venda de géneros alimentares, foi justificada por um lado, pela sua inserção num contexto urbano peculiar e típico da sociedade contemporânea – uma interface de transportes –, e por outro, pelo carácter polivalente assumido como pressuposto conceptual do projecto. Numa sociedade em constante mutação, a criação de edifícios multifuncionais que possam adaptar-se ao passar do tempo e às exigências do momento, tem-se tornado numa temática cada vez mais recorrente na arquitectura contemporânea.

b. INSERÇÃO URBANA

O mercado, no Largo da Revista Militar em Lisboa (freguesia de Benfica), está localizado na zona da interface de transportes públicos que lhe dá nome, a Interface Luz-Colégio Militar [Fig. II.3.46 e II.3.47]. Implantado na proximidade do Centro Comercial Colombo, da 2ª circular (Av. General Norton de Matos) e do Estádio da Luz, situa-se numa área delimitada a norte pelo viaduto da Av. Lusíada e pelo parque de estacionamento sob ele construído, a nascente pela Av. do Colégio Militar e a poente pela Quinta da Granja.

O edifício não só está dependente, na sua condição de mercado ambulante, da relação com a envolvente e da sua vivência, como é parte integrante do espaço público, vencendo o desnível de cerca de 1m entre a zona a norte e a sul, através de escadas e rampas. A concavidade obtida pela disposição curva dos seus corpos define a sul um espaço de praça, orientado para o terminal rodoviário, para o qual abrem os estabelecimentos de venda. O mercado estabelece assim uma forte ligação ao interface e aos seus fluxos de passageiros, numa lógica de intervenção e estratégia conjunta em que “a arquitectura se encontra incondicionalmente associada ao desenho urbano” (Baptista, 2003: 26).



Fig. II.3.46 – Ortofotomapa da Interface Luz-Colégio Militar, Lisboa



Fig. II.3.47 – Vista poente do Mercado (à esquerda) e do terminal rodoviário (à direita)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

c. ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

A análise arquitectónica teve por base elementos do projecto do Mercado da Interface, de 2001, bem como elementos correspondentes aos outros projectos em que o edifício se insere, como por exemplo, o *Plano de Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Centro Comercial Colombo e Quinta da Granja*¹²⁷. O estudo foi ainda complementado por um artigo sobre o mercado, publicado na revista *Arquitectura e Vida*, e pela visita ao local.

As caracterizações irão incidir sobre o projecto do mercado assumindo-se a presença do equipamento de apoio que ainda não foi construído.

¹²⁷ Estes elementos foram cedidos pela Arqt.ª Marta Baptista, do Departamento de Estudos e Projectos da CML.

Caracterização Físico-Espacial

O edifício do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar está inserido numa base curva, de forma irregular, com cerca de 139m de comprimento e uma área de aproximadamente 524m².

O seu **conjunto volumétrico** é formado por oito corpos distintos em betão armado: sete volumes idênticos (A1 a A7) dispostos em correnteza a partir de poente e um volume de diferentes características, situado na extremidade nascente (B) [Fig. II.3.48 e II.3.49]. A concavidade definida do lado sul pela forma da planta cria um espaço de praça para o qual abrem os sete módulos correspondentes aos estabelecimentos de venda [Fig. II.3.50].

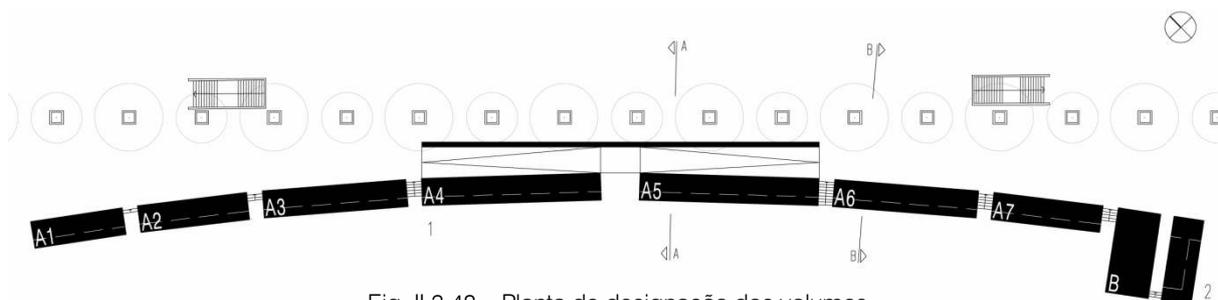


Fig. II.3.48 – Planta de designação dos volumes



Fig. II.3.49 – Vista da frente do mercado a partir de Noroeste
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.50 – Alçado Sul (frente)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Os corpos paralelepípedicos A1 a A7 possuem uma planta rectangular com 3.30m de largura e comprimento variável em função do número de unidades de 4m² que compõem cada um dos volumes. Estes são assim constituídos por 5, 6, 8, 10, 10, 8 e 6 unidades, respectivamente. A altura¹²⁸ dos corpos acompanha o desnível do terreno, correspondendo na extremidade poente de cada corpo a um mesmo valor de 2.86m, e o seu pé-direito é constante com cerca de 2.5m. O corpo B constitui um único volume, de planta quadrada (10m x 10m) e altura de 4.40m, composto por dois corpos delimitados pela passagem de direcção Nordeste-Sudoeste que o atravessa.

No que respeita à **concepção espacial**, o mercado está organizado segundo dois eixos principais, perpendiculares ao centro num único ponto: o eixo central de direcção Nordeste-Sudoeste¹²⁹

¹²⁸ A altura dos corpos referenciada nas caracterizações dirá sempre respeito à altura obtida do lado sul, onde a cota do pavimento é menor.

¹²⁹ O eixo Nordeste-Sudoeste escolhido para a composição é coincidente com o eixo que estabelece a simetria dos quatro acessos ao metro, situados a norte e a sul do edifício.

que estrutura de um modo simétrico o mercado, embora essa simetria seja quebrada pelo corpo B que remata o edifício a nascente, e o eixo curvo definido por um arco de direcção Noroeste-Sudeste sobre o qual estão dispostos os corpos [Fig. II.3.51]. Os dois eixos mencionados desempenham também um papel estruturante ao nível do sistema de circulação, embora apenas o primeiro tenha representatividade enquanto eixo de circulação.

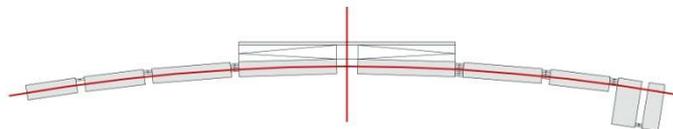


Fig. II.3.51 – Planta esquemática: eixos estruturantes



Fig. II.3.52 – Tardoz do mercado (norte): rampa que faz a ligação à cota inferior
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



Fig. II.3.53 – Escada de ligação à cota superior no tardoz
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

O **sistema de circulação**, resultante em grande parte da decomposição volumétrica do edifício, assenta num conjunto de percursos formados por escadas e rampas, cujo principal objectivo é vencer o desnível do terreno. O eixo Nordeste-Sudoeste constitui o percurso central de atravessamento do mercado e estrutura simetricamente as duas rampas que para ele convergem no tardoz [Fig. II.3.52]. Os restantes percursos, perpendiculares ao eixo Noroeste-Sudeste, atravessam o edifício nos espaços deixados entre os seus corpos, ligando a cota superior à inferior através de escadas [Fig. II.3.53].

A criação destes percursos, que interagem com o meio urbano fazendo parte dos seus circuitos, acaba por fundir o edifício com a envolvente.

O fraccionamento dos volumes, a sua abertura à envolvente e os percursos urbanos que o atravessam, reforçam a ausência de limites entre o que é edifício e o que é o espaço urbano, criando uma inerente relação entre eles. O modo como o mercado está enraizado no espaço público, cria a noção de um “não edifício” em que os seus corpos parecem constituir peças de mobiliário urbano.

Os alçados do mercado reflectem a homogeneidade volumétrica dos corpos condensada num conjunto de oito caixas em betão armado aparente. A hierarquia funcional dos alçados é claramente definida pela orientação dos estabelecimentos de venda, direccionados para o terminal rodoviário. Assim, o alçado frontal (sul) é caracterizado pela marcação das extremidades dos corpos e pelas aberturas possibilitadas pelas portas móveis dos sete quiosques de venda [Fig. II.3.54]. O alçado tardoz, virado a norte, é marcado pelos maciços de betão armado, definindo um plano homogéneo no qual os círculos do sistema de ventilação passam despercebidos.

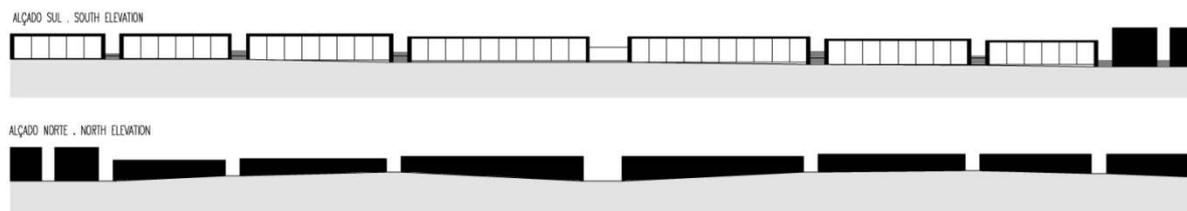


Fig. II.3.54 – Alçados Sul e Norte

Caracterização Funcional

O Mercado da Interface Luz-Colégio Militar foi projectado para desempenhar a função de mercado ambulante, substituindo o aglomerado de venda que anteriormente ocupava o local, onde podem ser vendidos os mais variados produtos de natureza não-alimentar como: vestuário, roupa de casa, acessórios de moda, entre outros.

O edifício é constituído por 53 estabelecimentos de venda de 4m², distribuídos pelos sete corpos (A1 a A7), e por um equipamento de apoio (B), situado a nascente, constituído por instalações sanitárias públicas e quiosque alimentar. Os postos de venda são dotados unicamente de electricidade e as divisórias que separam as unidades de 4m² são móveis, permitindo flexibilidade de uso através da união entre uma ou mais unidades [Fig. II.3.55].

O projecto previa a delimitação da área côncava definida na frente do mercado, através da diferenciação da estereotomia do pavimento em lajetas de betão, embora na construção final essa diferenciação não tenha sido feita.

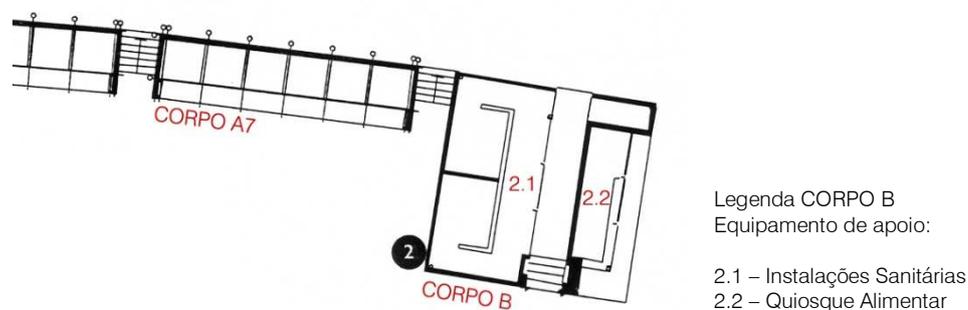


Fig. II.3.55 – Pormenor da planta

A funcionalidade do mercado está ainda presente na sistematização, na repetibilidade de elementos e na redução da construção ao essencial, de modo a garantir a qualidade de um conjunto

com baixos recursos económicos. A polivalência e a adaptabilidade a outros usos, pretendida com o projecto, revela também preocupações funcionais, mas sobretudo a necessidade de construir um edifício que não se torne obsoleto na sua especificidade, adaptando-se às exigências de um contexto em constate mutação (Baptista, 2003: 24-26).

Caracterização Construtiva

O sistema construtivo do edifício assenta numa estrutura-base de paredes e lajes em betão armado, constituindo os corpos A1 a A7 caixas de betão aparente abertas do lado sul, cujas divisórias interiores e diversos perfis são em aço inox [Fig. II.3.56].



Fig. II.3.56 – Corpo A1

3.3 NOTAS CONCLUSIVAS

O período em estudo neste capítulo corresponde a uma produção arquitectónica contemporânea, realizada em clara situação de pós-modernidade.

Os **anos da revolução** (1974-1976) foram marcados por profundas transformações políticas, sociais e económicas, cuja instabilidade se reflectiu igualmente no ensino da arquitectura. As preocupações sociais e as carências de um país em acelerado crescimento urbano e suburbano, levaram à criação do SAAL e a um investimento institucional centrado, até ao final dos anos 70, na habitação social. De certo modo, isto poderá legitimar o facto de os casos de estudo, tal como a maioria dos mercados deste período, terem sido projectados e construídos posteriormente a 1980.

Nas **últimas décadas do séc. XX**, que se seguiram ao período revolucionário, define-se um novo tempo marcado por dois momentos distintos, associados a diferentes conjunturas e a um diferente papel do arquitecto e da arquitectura na sociedade portuguesa. Até aos primeiros anos da década de 80, o momento era da crise no sector construtivo, apoiando-se a arquitectura em encomendas de menores dimensões, o que poderá ter justificado a marginalidade vivida pelos profissionais e certamente contribuído para a dispersão dos arquitectos pelo país na procura de trabalho. No panorama arquitectónico, desde o final de 70 são notórias as tendências que se iriam consolidar na década de 80, opondo o ensino das duas escolas de arquitectura: a de Lisboa, no sentido de um historicismo figurativo em clara ruptura com os valores modernos, e a do Porto, centrada na figura de Álvaro Siza, no sentido de uma arquitectura pós-moderna em que não se operava uma ruptura definitiva com o projecto moderno¹³⁰. A estabilização política e a retoma económica traçam os contornos de um novo momento a partir de meados de 80: a actividade construtiva recupera, o papel do arquitecto altera-se, bem como o prestígio e o significado da arquitectura¹³¹, num reconhecimento do valor da produção portuguesa, primeiro no estrangeiro e depois em Portugal.

As décadas de 80 e 90 seriam a época de afirmação de uma nova geração, formada na transição para os anos 80 e caracterizada por uma maior multiplicidade de linguagens e conceitos. Desta geração fez parte Eduardo Souto de Moura, que acabado de formar na Escola do Porto, projecta em 1980 o Mercado Municipal de Braga, onde é já perceptível o percurso alternativo que viria a seguir, no seguimento de uma linguagem moderna, mas referenciada a Mies van der Rohe. No Mercado de Braga (1980-1984) o arquitecto introduz uma nova linguagem formal, abstracta na sua composição volumétrica, em que os limites do edifício são criados por um jogo de tensão entre extensos planos verticais (muros em granito ou em betão armado) e o grande plano horizontal da cobertura (em betão armado). A construção do mercado, reflectindo o período de acentuado crescimento das cidades portuguesas, fez parte de um plano de expansão da cidade de Braga para sul. Numa clara tentativa de estabelecer a ligação entre os dois eixos de expansão paralelos, o arquitecto projecta um mercado cuja base conceptual assenta na criação de uma “rua coberta”, de um percurso estruturante que pudesse

¹³⁰ O reconhecimento público de Siza determinaria, a partir de 1988, o declínio do historicismo figurativo.

¹³¹ O protagonismo da profissão do arquitecto reflectir-se-ia no número de alunos nos cursos de arquitectura, no aumento dos profissionais e posteriormente na abertura de novas escolas públicas e privadas.

transformar-se num “(...) fragmento de cidade capaz de propor uma malha urbana” (Moura, 1998: 105). Se a concepção espacial do edifício, assente num eixo que o atravessa, é comum aos restantes mercados, o valor atribuído a esse percurso é incomum: ultrapassando a função de eixo estruturante do mercado e do seu sistema de circulação, o percurso autonomiza-se e assume uma função no sistema de circulação do bairro ao transformar-se num gesto urbano necessário. A forma como o mercado se enraíza na estrutura de circulação do bairro, mesmo após o seu encerramento, revela a força do percurso e uma característica fusão da arquitectura com o desenho urbano, prolongando a função do percurso para lá da função do mercado. A importância desse eixo serviria novamente para estruturar o edifício, quando cerca de vinte anos mais tarde, em 1999, o mesmo arquitecto projecta a reabilitação e reconversão do mercado em espaço cultural.

Na década seguinte, a intenção de construção do novo Mercado Municipal de Tavira (1990-1999) esteve igualmente associada ao processo de crescimento da cidade. O antigo mercado, com cerca de cem anos, já não apresentava nem dimensões, nem condições suficientes para responder às exigências actuais de higiene, segurança, conforto e acessibilidade estabelecidas para este tipo de edifício nos regulamentos municipais. O novo mercado, para além de uma materialidade adequada à natureza dos produtos a ser vendidos (bancas horto-frutícolas em Lioz e bancas de peixe em aço inox), inclui uma série de novos espaços de apoio (inspecção sanitária, armazéns para produtos, câmaras frigoríficas, preparação do peixe), um parque de estacionamento para o abastecimento do mercado e um parque de estacionamento público. Na inevitável comparação entre o antigo e o novo mercados, embora os edifícios representem conjuntos arquitectónicos distintos associados claramente a diferentes épocas, a escolha dos mesmos eixos para estruturar a implantação dos edifícios – o eixo paralelo à margem do rio e o eixo perpendicular a este –, reflecte a própria malha urbana da cidade e a importância que o Rio Gilão assume neste contexto urbano, independentemente do período temporal. No entanto, se no antigo mercado estes eixos foram utilizados para organizar espacialmente o edifício, no novo mercado a estrutura espacial assenta num eixo diagonal estabelecido a partir da intersecção dessas duas direcções.

Os fenómenos urbanos despoletados pelo crescimento da população introduziram uma nova escala de intervenção e uma nova temática, a do planeamento, cuja tomada de consciência só a partir de meados de 80 se reflectiu na necessária elaboração de instrumentos legais aplicáveis ao ordenamento do território. A construção do Mercado da Interface Luz-Colégio Militar (2001-2002), inserido num plano de requalificação urbana de uma área de Lisboa, espelha um período em que é maior a atenção dispensada a esta problemática. As preocupações demonstradas por Cannatà e Fernandes (2001: 16), pela falta de participação dos arquitectos no processo de transformação do território, são neste projecto dissipadas por uma actuação conjunta de diversos profissionais, entre os quais os arquitectos que acompanharam as várias escalas de intervenção, desde o plano geral ao projecto do mercado. A singularidade deste edifício, e a excepção que constitui enquanto mercado ambulante, tornaram-no um caso de estudo específico e peculiar. A sua integração numa interface de transportes, um centro onde se concentram fluxos de circulação, faz lembrar a localização dos mercados gregos na *ágora*, o ponto de encontro da população e centro da vida social, ou a

implantação dos mercados medievais no alargamento das ruas de maior movimento da cidade. A escolha deste local já tinha sido feita anteriormente pelos vendedores ambulantes ali instalados, demonstrando a validade que esta interface, uma estrutura típica da sociedade contemporânea, apresenta no desenvolvimento desta actividade comercial. O Mercado da Interface introduz, assim, uma nova concepção espacial, em que o mercado deixa de ser um edifício para fazer parte do espaço urbano, integrando-se na sua dinâmica e aproveitando a sua vivência.

A análise dos casos de estudo e a observação de outros exemplares do mesmo período, permitiu concluir que, embora existam bastantes características comuns entre os edifícios deste período e os do período anterior, é notória a variedade de linguagens e conceitos de intervenção aplicados, já sem a referência comum da linguagem moderna, reflexo de um panorama arquitectónico plural e diversificado, mas também de um leque variado de materiais e técnicas construtivas desenvolvidas ao longo do tempo.

— Ao nível da *caracterização físico-espacial*, a geometria das plantas é variada, apresentando geralmente uma forma irregular resultante da composição geométrica de dois ou mais polígonos; como no período anterior, os mercados inserem-se num contexto urbano concreto, podendo ou não corresponder a uma construção isolada, e o número de pisos é adaptado às necessidades programáticas ou à envolvente; a **organização espacial** é feita segundo um ou mais eixos estruturantes, assumindo-se a possibilidade de outros elementos estruturarem o espaço, como a praça coberta do Mercado de Tavira ou o espaço rectangular da zona de bancas que estrutura a disposição interior da planta triangular do Mercado de Sto. António das Areias; os eixos espaciais estabelecem os circuitos principais do **sistema de circulação** e definem as entradas nas fachadas por eles interseccionadas;

— Ao nível da *caracterização funcional*, os mercados denotam novas exigências patentes na materialidade das bancas do peixe cujos tampos passam a ser em aço inox; as preocupações com a acessibilidade automóvel estão presentes nos mercados de Tavira e 31 de Janeiro (Lisboa), através da criação de parques de estacionamento, exterior ou em cave respectivamente;

— Ao nível da *caracterização construtiva*, os sistemas assentam de um modo geral no betão armado, utilizado nas suas plenas capacidades construtivas, por exemplo o recurso a lajes fungiformes, maciça no Mercado de Braga e aligeirada no Mercado 31 de Janeiro; nalguns casos assiste-se à recuperação das estruturas metálicas para suporte das coberturas, como no Mercado de Tavira e no Mercado da Ajuda (Lisboa, 2005), mas agora com novos sistemas (espaciais tridimensionais) tubulares em aço; embora o betão armado continue a ser grandemente aplicado, a plasticidade e o expressionismo são postos de parte, numa certa visão redutora deste material como elemento estrutural assumido, desprovido da exploração construtiva e espacial do período anterior.

É possível observar que os três casos de estudo analisados têm na sua base conceitos projectuais em estreita relação com o meio urbano envolvente. Mas essa relação parece ser divergente da função social implícita nos mercados de Vila da Feira e de Ovar, no período anterior, parece resultar de uma vontade de influenciar e actuar no espaço urbano onde a arquitectura se insere.

A importância dos mercados no abastecimento das cidades é ainda notória durante a década de 80 e até meados de 90, com a construção de diversos edifícios ou a manutenção dos existentes. No entanto, nos últimos anos tem-se assistido à sua crescente desvalorização, associada em grande parte às necessidades de uma sociedade de consumo que recorre cada vez mais às grandes superfícies comerciais, de preços baixos, boa acessibilidade e grande variedade de produtos.

CONCLUSÕES

O objectivo central deste trabalho foi o de obter, com a análise dos casos de estudo e da sua fundamental comparação, as bases necessárias para a compreensão da **evolução do conceito de mercado** no contexto português ao longo de três períodos temporais, decorrentes entre o final do séc. XIX e o início do séc. XXI. No final de cada capítulo foram apresentadas notas conclusivas onde foi possível sintetizar as características essenciais e comuns a cada um dos períodos.

A evolução do edifício de mercado

Em primeiro lugar será necessário compreender que o edifício do mercado, como o vemos e entendemos hoje, é o resultado de uma evolução histórica e arquitectónica, que não diz só respeito à nossa tradição e aos nossos costumes, como aos de todos os que directa ou indirectamente nos influenciaram. Características como a simetria, a axialidade, os alinhamentos ou a hierarquia das fachadas, presentes em alguns dos mercados analisados, já eram aplicadas na antiguidade pelos romanos e não eram características exclusivas dos edifícios de mercado, mas antes princípios arquitectónicos assumidos.

Esta dissertação centra-se no estudo do edifício de mercado, fixo, fisicamente delimitado, coberto ou não na sua totalidade e no qual se vendem os mais variados produtos, sobretudo géneros alimentares. Este conceito de mercado, coberto e fechado, surge em Portugal no final do séc. XIX, uma vez que até aí essas actividades se realizavam ao ar livre em praças ou em terrenos delimitados constituídos por telheiros e barracas (Mercado da Ribeira Nova, em Lisboa). Deste modo, o trabalho realizado parte de finais de Oitocentos, altura em que os municípios adoptaram políticas de melhoria das infra-estruturas de abastecimento de géneros – dotando as cidades de mercados fixos em substituição dos anteriores mercados de levante e dos vendedores ambulantes – e em que o ferro assume em Portugal a importância que havia já adquirido, desde meados do século, noutros países europeus.

No primeiro período analisado – **Capítulo 1: Arquitectura do Ferro em Portugal** –, compreendido entre a última metade de Oitocentos (séc. XIX) e as primeiras décadas de Novecentos (séc. XX), as transformações sociais, económicas e tecnológicas, despoletadas pela crescente industrialização, estão claramente associadas à necessidade de transformar o mercado num espaço coberto e fechado. Estes edifícios desempenhavam um papel estruturante nas cidades como pólos de actividade social e como espaços indispensáveis ao abastecimento das populações. As novas exigências de funcionalidade e salubridade reflectiam-se nas preocupações com a melhoria das condições de higiene e com o controlo das actividades comerciais.

O seu acentuado carácter utilitário e a necessidade de grandes naves de venda, levaram à adopção do ferro neste tipo de edifício pelas suas características construtivas vantajosas, como a possibilidade de criar vastos espaços com maiores distâncias entre apoios. O resultado foi uma nova

espacialidade conferida por espaços amplos, abertos e fortemente iluminados. No entanto, um panorama arquitectónico inspirado em modelos pré-concebidos poderá ter contribuído, conjuntamente com a necessidade de responder às novas exigências, para a formação de uma tipologia de mercado, à qual correspondia a quase totalidade dos edifícios analisados. Isto terá de certo modo condicionado a experimentação espacial permitida pelas características do ferro, que embora tenha sido grandemente aplicado nestes edifícios, esgotou as suas possibilidades arquitectónicas numa certa aceitação de modelos pré-concebidos e no próprio “conservadorismo” com que este material inovador foi aplicado, quase sempre em solução construtiva mista, dissimulado exteriormente.

A partir dos anos 20 do séc. XX começam a definir-se os contornos de um novo período, analisado no segundo capítulo – **Capítulo 2: Arquitectura Moderna Portuguesa** – e durante o qual se desenvolve, até aos anos 70, uma produção de carácter moderno que será acompanhada pelos edifícios de mercado construídos. Os casos de estudo analisados adoptam a nova linguagem de expressão moderna e uma nova espacialidade inerente à tecnologia do betão armado, reflectindo o momento do percurso moderno português em que se inserem, desde a linguagem purista do Mercado de Arroios (1939-1942), à adaptação dos princípios modernos à nossa realidade, conjugando-os com materiais e técnicas construtivas tradicionais, no Mercado de Vila da Feira (1953-1959). Os mercados neste período foram fortemente influenciados pelas transformações operadas no meio construtivo e pelo betão armado, cujas possibilidades construtivas o tornaram desejável na aplicação de grandes áreas cobertas e na necessária resposta à construção de grandes vãos. A aceitação que tecnologia obteve junto da sociedade e dos arquitectos e a importância assumida pelo betão armado enquanto material estrutural base, conduziria a uma experimentação das técnicas construtivas e a uma exploração espacial nunca obtida no período anterior pelo ferro nestes edifícios.

A viragem para os anos 70 anunciaria o fim do projecto moderno, num contexto político e social em transformação na continuidade das premissas traçadas ao longo da década anterior. Inicia-se assim um novo período correspondente ao último capítulo e às últimas décadas do séc. XX – **Capítulo 3: Arquitectura Contemporânea Portuguesa** –, num panorama arquitectónico caracterizado pela diversidade de linguagens e referências numa nova situação: a pós-modernidade. O crescimento da população, a conseqüente expansão das cidades para as periferias, a especulação imobiliária, o turismo e a terciarização das cidades foram acompanhados por uma nova escala de intervenção e por uma nova temática, a do planeamento e ordenamento do território. Nos casos de estudo deste período é notória a variedade de expressões e de conceitos de intervenção, já sem a referência comum da linguagem moderna, um reflexo do panorama arquitectónico mas também da variedade de materiais e técnicas construtivas em confluência. Foi ainda possível reter que os três exemplares escolhidos têm na sua base conceitos de projecto em estreita relação com a envolvente, num processo que difere da função social implícita em mercados do período anterior (Vila da Feira e Ovar), pela vontade de actuar e de influir no espaço onde a arquitectura se insere e no desenho urbano.

No final de cada capítulo foram apresentadas *Notas Conclusivas* onde se sintetizou as características comuns aos casos de estudo e a outros exemplares do período respectivo. A necessária comparação entre esses elementos possibilitou não só estabelecer um processo evolutivo dessas mesmas características, como ainda compreender quais as que se mantiveram ao longo dos três momentos em análise.

Ao nível da caracterização físico-espacial, no período compreendido entre os finais do séc. XIX e os inícios do séc. XX, um conjunto de características comuns aos casos de estudo e a outros exemplares permitem definir uma tipologia de edifício de mercado. Assim, o mercado corresponde a um edifício de planta rectangular, desenvolvido num único piso e isolado de todos os lados. Espacialmente está estruturado de modo simétrico segundo dois eixos principais ortogonais (geralmente de direcções Norte-Sul e Nascente-Poente), que constituem os principais eixos de circulação e definem as entradas nas quatro fachadas correspondentes, regulando a sua simetria. No período seguinte, entre 1920 e 1970, a ideia da existência de um modelo ou um tipo comum foi posta de parte para dar lugar à nova linguagem moderna e à experimentação do betão armado, cujas inferências espaciais e formais trouxeram alterações às características enraizadas durante o tempo de utilização da arquitectura do ferro. Deste modo, a geometria da planta deixa de ser rectangular para apresentar formas variadas possibilitadas pelo novo sistema construtivo, o piso único é abandonado como premissa, adaptando-se o número de pisos às necessidades programáticas ou à envolvente urbana, e embora a construção isolada continue a ser uma constante até meados do século, a partir dos anos 50 os mercados inserem-se num contexto urbano concreto podendo ou não corresponder a um edifício isolado. A concepção espacial mantém a sua estrutura baseada em eixos, embora deixem de ser necessariamente dois e ortogonais, e a simetria deixa de ser uma característica comum para estar mais enraizada nas décadas anteriores a 50, associada à monumentalidade da obra pública. É assim perceptível que, durante a produção de carácter moderno em Portugal, existe uma clara separação conceptual entre os mercados projectados antes de 50 e os projectados a partir de 1950, estes últimos assumindo a possibilidade de novas concepções espaciais e volumétricas de que são exemplos os mercados de Vila da Feira e de Ovar. Os mercados das últimas décadas do século XX, no que respeita à concepção espacial, acabam por seguir um caminho em continuidade com o dos edifícios posteriores a 50, embora se encontrem já descompromissados da linguagem e dos princípios modernos.

Ao longo dos três períodos analisados é possível observar algumas características que se mantêm na quase totalidade dos edifícios de mercado tidos em consideração. Espacialmente, estes edifícios privilegiam uma organização segundo um ou dois eixos estruturantes, eixos esses que constituem o percurso ou percursos principais e definem as entradas nas fachadas correspondentes.

Ao nível da caracterização funcional, as transformações sociais e económicas operadas na sociedade portuguesa foram impondo, ao longo do tempo em análise, novas exigências funcionais, de higiene e salubridade, conforto e segurança, às quais o edifício do mercado se foi adaptando. A divisão

dos espaços de venda em sectores associados a produtos de natureza distinta e a adequação das formas de venda a esses mesmos produtos é uma constante ao longo dos três períodos em análise, claramente justificada pelos diferentes requisitos de higiene correspondentes aos produtos a ser vendidos. Assim, os produtos horto-frutícolas e o peixe são vendidos em espaço aberto (pavilhonar), em sectores distintos, dotado de lugares de venda em bancas, e as carnes são vendidas em espaços encerrados, designados de talhos, distribuídos pela área limítrofe do edifício. A evolução das exigências relacionadas com a segurança alimentar e com a higiene levaram, ao longo do tempo, à adopção de diferentes materiais nas bancas: a madeira dos tampos das bancas horto-frutícolas daria lugar à pedra, aplicada igualmente nas pias de lavagem (mármore), e a pedra das bancas de peixe seria substituída, no final do séc. XX pelo aço inox.

Num primeiro momento, as preocupações despoletadas pelo processo de industrialização no final do séc. XIX conduziram à construção de mercados cobertos e fechados, com o intuito de melhorar as condições de higiene e deter um maior controlo sobre as actividades comerciais, dotando as cidades de mercados fixos. A partir da década de 30, os mercados denotam novas exigências de higiene e segurança alimentar, reflectidas no Regulamento Geral de Mercados de Lisboa (1941), às quais o Mercado de Arroios (1939-1942) já respondia com características inovadoras como: um posto sanitário dotado do equipamento necessário para a inspecção dos produtos alimentares, um matadouro para aves, pequenos animais e preparação de caça, balneários para o pessoal, câmaras frigoríficas, bem como uma série de disposições relativas ao comportamento dos vendedores e ao modo de apresentar e vender os produtos. Os edifícios, bem como os respectivos programas elaborados pelos municípios, eram acrescidos de preocupações funcionais com a acessibilidade do público, com o abastecimento de géneros, com a ventilação e com as iluminações natural e artificial. Nas últimas décadas do século XX, a acessibilidade automóvel do público passou a ser igualmente tida em consideração, apresentando alguns dos mercados parques de estacionamento exteriores ou em cave.

Ao nível das *caracterizações construtiva e formal*, os três períodos em análise definem claramente três momentos distintos, em que construtivamente assentam num pressuposto comum, o da resolução da questão estrutural colocada pela necessidade de vencer grandes vãos:

— No período em que se desenvolveu a arquitectura do ferro em Portugal (final do séc. XIX – início do séc. XX), os edifícios adoptam uma solução construtiva mista em que as paredes autoportantes exteriores (e as paredes divisórias interiores) em alvenaria são combinadas com a estrutura metálica da cobertura, resultando num contraste entre o exterior maciço e o interior leve e iluminado; em termos formais os mercados utilizam elementos que traduzem um suave neoclassicismo, aplicado em Portugal no séc. XIX, como frontões, pilastras, cunhais, arcos de volta inteira, entre outros;

— No momento seguinte, durante o qual se a produção moderna em Portugal (1920-1970), os edifícios adoptam soluções construtivas assentes na tecnologia do betão armado, acabando, de um modo geral, por se apoiar formalmente na solução estrutural; a função exclusivamente estrutural do

betão armado foi muitas vezes ultrapassada quer pelo expressionismo obtido pelos elementos estruturais, quer pela exploração das suas características plásticas;

— No último período, correspondente à produção contemporânea (final do séc. XX – início do séc. XXI), as soluções construtivas assentam numa estrutura-base em betão armado, combinadas com outras soluções para suporte da cobertura dos amplos espaços de venda, como por exemplo as estruturas metálicas tubulares em aço; a aplicação do betão distancia-se do período anterior no modo como este material é assumido na sua função estrutural, numa visão redutora em que são postos de parte quer a exploração espacial e construtiva, quer o expressionismo e a plasticidade.

As exigências de higiene, segurança e conforto foram-se acentuando com o desenvolvimento dos espaços urbanos e das necessidades dos seus utilizadores. Os mercados foram-se adaptando não só a essas exigências próprias de cada período, reflectidas muitas vezes no programa, como também às tendências arquitectónicas dos períodos que atravessaram e às correspondentes descobertas de técnicas e materiais construtivos a que o seu carácter utilitário e funcional não foi indiferente.

A construção destes edifícios esteve quase sempre intrinsecamente ligada ao crescimento das cidades e às necessidades de uma sociedade em transformação. Se no final do século XIX se tornou premente dotar as cidades de equipamentos fixos para o abastecimento de géneros à população, esses mercados teriam destinos tão divergentes como a demolição e substituição por outros nos períodos seguintes, a ampliação, a reabilitação ou, até mesmo, a sua reconversão em novos usos.

Considerações finais

Os edifícios de mercado, que em tempos se constituíam como pólos da vida social e como espaços fundamentais no abastecimento das cidades, iniciaram a partir de meados do século XX um processo de desvalorização na sociedade portuguesa. Estes espaços comerciais competem agora com as grandes superfícies, como os super e os hipermercados, que respondem de um modo mais directo a uma sociedade consumista e exigente, com uma maior variedade de produtos a melhores preços, com horários alargados, com conforto e comodidade na boa acessibilidade automóvel. Será certamente difícil mudar estes hábitos cada vez mais enraizados nas novas gerações, cujas necessidades são distintas das dos séculos anteriores, e o edifício do mercado, no seu conceito tradicional de espaço de venda de géneros alimentares, talvez já não seja suficientemente atractivo para que o homem actual e futuro recorra a este tipo de espaço comercial. O edifício do mercado evoluiu ao longo do tempo forçado pelas exigências que a sociedade lhe foi impondo, exigências essas às quais se foi adaptando, e se neste momento se assiste à sua desvalorização, então será necessário e inevitável repensar o mercado e adaptá-lo, sob pena de que a sua continuidade esteja ameaçada.

Uma sociedade diferente exige certamente um tipo de mercado diferente, com novos usos e funções, que possam servir uma sociedade consumista e de novas tecnologias. Admite-se, assim, a necessidade de uma adaptação ao homem contemporâneo e à forma como se relaciona com a arquitectura, com a sugestão de que o edifício do mercado contemporâneo pudesse tomar por base o significado cultural deste espaço e questionar, sem pôr em causa, os anteriores exemplos deste tipo de edifício e inovar no seu conceito ao nível formal, ou funcional ou mesmo espacial. Para que, deste modo, os novos e os antigos (reabilitados) edifícios possam competir com as grandes superfícies, oferecendo o que estas não podem: um espaço público colectivo, carregado de simbolismo, que se relaciona com o espaço urbano e com os que dele usufruem.

BIBLIOGRAFIA

I

BIBLIOGRAFIA GERAL

Contextualização dos Mercados

- ALMEIDA**, Pedro Vieira de & **FERNANDES**, José Manuel
(1993) "A Arquitectura Moderna" in: *História da Arte em Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. 14.
- ALMEIDA**, Rogério Vieira de
(1997) "De 1976 ao Final de Século: Convergências, Divergências e Cruzamentos de Nível" in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum, pp. 73-84.
- ANGELILLO**, António
(2001) "Arquitectura Contemporânea em Portugal – Os últimos 10 anos" in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 31-33.
- BECKER**, Annette; **TOSTÕES**, Ana & **WANG**, Wilfried, orgs.
(1997) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum.
- BOËTHIUS**, Axel & **WARD-PERKINS**, J. B.
(1970) *Etruscan and Roman Architecture*, Harmondsworth: Penguin Books.
- CALDAS**, João Vieira
(1997) "Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo" in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum, pp. 23-32.
- CARVALHO**, Manuel Rio
(1986) "Do Romantismo ao fim do século" in: *História da Arte em Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. 11, 1993.
- CERVA**, Pedro Henrique Martins da Costa
(2000) *O Espaço do Mercado: Estudo da Evolução do Tecido Comercial do Porto – A Praça de Mercado*, Lisboa: Dissertação do Curso de Mestrado em Teoria da Arquitectura da Coop. de Ensino da Universidade Lusíada (texto policopiado).
- COSTA**, Luís Miguel Dias Fontes da
(1996) *O mercado*, Coimbra: Prova Final da Licenciatura em Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra (texto policopiado).
- CRUZ**, Paulo J. S.
(1997) *Porto, A Arte do Ferro*, 1.ª Edição, Porto: Edições Asa.
- DIAS**, Manuel Graça
(2001) "A última década do século XX" in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 41-45.
- DIAS**, Luíz Oliveira; **REAL**, Manuel Luís (coord.)
(1992) *Catálogo da Exposição Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, Porto.
- ECO**, Umberto
(1980) *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 13.ª Edição, Lisboa: Editorial Presença, 1997.

FERNANDES, José Manuel

(1980) “Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal: A Evolução Estilística (III)”, *Arquitectura*, 4.ª Série, nº 137, Julho/Agosto, pp. 16-25.

(1993) *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, 1.ª Edição, Lisboa: Gradiva.

(2000) *Arquitectura Portuguesa: uma síntese*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

(2001) “Arquitectura e Contexto” in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 35-39.

(2005) *Arquitectura no Algarve, dos primórdios à actualidade: uma leitura de síntese*, CCDR Algarve, Edições Afrontamento.

FERNANDES, Fátima & **CANNATÀ**, Michele, coord.

(2001) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores.

FRANÇA, José-Augusto

(1966) *A Arte em Portugal no século XIX*, 3.ª Edição, Lisboa: Bertrand, vols. I e II, 1990.

GONÇALVES, José Fernando

(2002) *Ser ou não Ser Moderno: Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.

GRANDE, Nuno

(2001) “Três Percursos Geracionais” in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 21-25.

LÔBO, Margarida Souza

(1997) “Cultura Urbana e Território” in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum, pp. 111-115.

MARQUES, Maria da Graça Maia, coord.

(1999) *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Lisboa: Edições Colibri.

NONELL, Anni Günter (coord.); **TAVARES**, Rui e **SANTOS**, Eduardo Cabral dos

(1992) *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*, Porto: CMP/Pelouro dos Mercados, Equipamentos e Serviços Técnicos.

PEDREIRINHO, José Manuel

(1989) “Arquitectura do Porto no século XX”, *Jornal Arquitectos*, nº 76, Abril, p. 6.

PEDREIRINHO, José Manuel; **SEARA**, Ilda e **SILVEIRA**, Alexandra Trevisan

(1989) “As Primeiras Décadas da Arquitectura do Porto no Século XX”, *Jornal Arquitectos*, nº 76, Abril, pp. 6-10.

(1990) “Arquitectura no Porto do século XX: de 1950 aos nossos dias”, *Jornal Arquitectos*, nº 89/90, Julho-Agosto, pp. 15-23.

PORTAS, Nuno

(1978) “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação” in: Zevi, Bruno (coord. ed.) *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Arcádia, vol. II, 1997, pp.687-746.

(2004) “Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970: um património para conhecer e salvaguardar «antes que, mesmo o pouco que temos...», desapareça” in: Tostões, A. (coord. científica) *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa: IPPAR, pp. 9-13.

SANTOS, José Coelho dos

- (1989) *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em meados do séc. XIX*, Edição baseada na dissertação de Doutoramento em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

TOSTÕES, Ana

- (1995) *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Resultado da dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2.ª Edição, Porto: FAUP Publicações, 1997.
- (1997) “Modernização e Regionalismo, 1948-1961” in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum, pp. 41-53.
- (1997a) “Mercado de Vila da Feira” in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutches Architektur-Museum, pp. 222-223
- (2001) “Tradição e Modernidade ou uma Tradição Moderna” in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 27-29.

(coord. científica)

- (2004) *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa: IPPAR.
- (2004a) “Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos” in: Tostões, A. (coord. científica) *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa: IPPAR, pp. 103-155.

TOUSSAINT, Michel

- (2001) “Portugal daqui para a frente” in: Fernandes, F., Cannatà, M. (coord.) *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, 1991-2001*, 1ª Edição, Porto: ASA Editores, pp. 55-57.

Nova Enciclopédia Larousse

- (1983) *Seleções do Reader's Digest* (1983), Paris: Librairie Larousse.

Enciclopedia Universal Ilustrada, Europeo-Americana

- (s.d.) Madrid: Espasa-Calpe.

II BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Casos de Estudo – Mercados

II.1 OBRAS

(1988) “Mercado Ferreira Borges acaba de fazer cem anos”, *O Norte*, destacável semanal de *O Diário*, Porto, nº 151, 20 Maio, p. 8.

Câmara Municipal de Tavira

(2002) *Mercado de Tavira: Remodelação do Mercado da Ribeira*, Tavira: CMT.

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

(1997) Catálogo da Exposição *Luís Benavente: Arquitecto*, Lisboa: IAN/TT.

Galeria Forum Viseu (Portugal)

(1988) *Fernando Távora: Desenhos de Viagem*, Viseu: Galeria Forum Viseu.

BAPTISTA, Marta Vieira

(2003) “Muito com pouco: Mercado da Interface Luz-Colégio Militar, Lisboa (Arq.^{tos} Marta Baptista, Catarina Tomé e José Ramos)”, *Arquitectura e Vida*, nº 39, Junho, pp. 24-27.

CARVALHO, Jorge

(1997) “Mercado de Vila da Feira” in: Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (coord. ed.) *A Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum, pp. 222-223.

ESPOSITO, Antonio; **LEONI**, Giovanni (co-aut.)

(2003) *Eduardo Souto Moura*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

(2005) *Fernando Távora: opera completa*, Milano: Electa.

FERNANDES, José Manuel

(1997) “Arquitecto Luís Benavente, Uma Obra e Uma Época” in: *Catálogo da Exposição Luís Benavente: Arquitecto*, Lisboa: IAN/TT, pp. 11-49.

HEITOR, Teresa V., coord.

(1999) *Estudo de Recuperação do Edifício do Mercado Municipal de Tavira – Análise, Diagnóstico e Recomendações*, realizado pelo Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico, Lisboa: ICIST/IST.

LUCAN, Jacques

(1998) “La transmutación de la materia”, *2G: Eduardo Souto de Moura: obra reciente*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, nº5, 1998/I, pp. 4-13.

MAIO, José Alberto; **SERRA**, Manuel Pedro & **CARVALHEIRA**, José Alberto

(1991) *Mercado 24 de Julho*, Lisboa: CML/DMAC.

MASSENA, Joaquim

(1994) “Concurso Público para reabilitação do Mercado do Bolhão, Porto”, *Jornal Arquitectos*, nº 131, Janeiro, p. 68.

MOURA, Eduardo Souto de

(1998) “Braga, 1980-2001”, *Arquitectura e Vida*, nº 65, Novembro, 2005, pp. 104-105.

(1997) “Mercado de Braga”, 2G: *Eduardo Souto de Moura: obra reciente*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, nº5, 1998/I, pp. 80-83.

PACIÊNCIA, João

(1996) “Mercado 31 de Janeiro e Saldanha Residence”, *Jornal Arquitectos*, nºs 160-161, Junho-Julho, pp.49-52.

PORTAS, Nuno

(1961) “Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, *Arquitectura*, Lisboa, nº 71, Julho, pp. 11-23.

REBOLO, João Teles

(1990) “Mercado do Marvão”, *Architècti*, nº 7, Dezembro, pp. 46-48.

RIBEIRO, Manuel Fernandes, coord.

(1893) *Mercado Ferreira Borges (restaurado)*, Programa de reabertura e da entrega da Medalha de Ouro da Cidade ao Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Porto: CMP/CRUAR - Renovação do Centro Histórico.

SILVA, Raquel Henriques da (dir.)

(1989) Catálogo da Exposição *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TAVARES, Rui

(1988) *Porto, Projectar a Cidade 3*, Albúm comemorativo do centenário do Mercado Ferreira Borges, Porto: CMP/Arquivo Histórico Municipal.

TÁVORA, Fernando

(1993) Catálogo da Exposição *Fernando Távora: Percurso, a life long trail*, Lisboa: Centro Cultural de Belém (ed. lit.).

(1980) “Mercado Municipal Vila da Feira, 1953-1959” in: Trigueiros, L. (ed. lit.) *Fernando Távora*, Lisboa: Blau, 1993, p. 58.

TOSTÕES, Ana

(2004) “29 Mercado de Vila da Feira” in: Tostões, A. (coord. científica) *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa: IPPAR, pp. 238-239.

TRIGUEIROS, Luiz, ed. lit.

(1991) “Mercado Municipal de Mucifal, Sintra”, *Architècti*, nºs 11-12, Agosto-Outubro, pp. 123-125

(1993) *Fernando Távora*, Lisboa: Blau.

(1994) *Eduardo Souto Moura*, Lisboa: Blau.

(2000) *Eduardo Souto Moura*, Lisboa: Blau.

VARANDA, Paulo

(2001) *Mercado da Ribeira*, Lisboa: CML.

VELASCO, Emília Maria

(1996) *Mercado de Arroios*, Lisboa: CML/DMAC.

II.2

FONTES DOCUMENTAIS

II.2.1 Documentação de Arquivo

II.2.1.1 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

- i) Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente
 - > Mercado Municipal Retalhista, Arroios, Luiz Benavente Arquitecto:
 - Planta Piso Térreo (distribuição das lojas e das bancas), Escala 1/100
 - Planta da Cave, Escala 1/100 (1939)
 - Alçado e Corte, Escala 1/100 (1939)
 - > Catálogo da Exposição *Luís Benavente: Arquitecto*, Lisboa, IAN/TT, 1997

II.2.1.2 Arquivo Histórico Municipal do Porto

- i) Projecto do Mercado Ferreira Borges, Companhia Aliança, s.d.:
 - Corte Transversal, Escala 1/100
 - Alçado Lateral Nascente, Escala 1/100
 - Detalhes, Escala 1/20
- ii) Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949:
 - > Peças Escritas: Memória Descritiva, Estimativa Orçamental
 - > Peças Desenhadas:
 - Plantas (1º, 2º e 3º Pisos), Escala 1/200
 - Cortes (AB, CD, EF, GH), Escala 1/200
 - Alçado Poente, Escala 1/200

II.2.1.3 Arquivo Histórico Municipal de Tavira

- i) Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993:
 - > Peças Escritas: Memória Descritiva e Justificativa
 - > Peças Desenhadas:
 - Planta de Localização (Folha 2), Escala 1/2000
 - Exteriores (Folha 3), Escala 1/500
 - Planta dos Pisos e Pavimentos (Folha 4), Escala 1/200
 - Planta Cotada (Folha 5), Escala 1/200
 - Corte A-B (Folha 9), Escala 1/100
 - Alçados Sul (Folha 9), Poente e Norte (Folha 10), Escala 1/100
 - Cortes Pormenorizados (A-B e C-D) (Folha 16), Escala 1/50
 - Pormenores Bancas Hortofrutícolas (Folha 19) e de Peixe (Folha 19a), Escala 1/1 e 1/50

II.2.2 Documentação Fotográfica

II.2.2.1 Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico

II.3

OUTRAS FONTES

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Sítio oficial da CMP (Notícias/Urbanismo), Disponível em <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=cmp.stories/8784> [03/03/2008]

Fernandes, Manuel Correia (2008) *O bom sucesso da ARS Architectos*, Disponível em http://jn.sapo.pt/2008/02/29/porto/o_sucesso_ars_arquitectos.html [03/03/2008]

Gadanho, Pedro (coord.) (2008) “Mercado do Carandá” in: Gadanho, Pedro (coord.) *Metamorfoses*, Disponível em http://clientes.netvisão.pt/mmorfose/caso_mercado_pagina7.html [30/08/2008]

NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. (2006) *Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Pesca de Tavira*, Vol. IV, Resumo Não Técnico, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – Delegação dos Portos do Sul (IPTM – DPS), Disponível em: http://www2.apambiente.pt/IPAMB_DPP/docs/RNT1232.pdf [30/08/2008]



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa



Evolução do Conceito de Mercado em Portugal
da Arquitectura do Ferro à Arquitectura Contemporânea
VOL. II - Anexos

Ana Rita Casaleiro de Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Júri

Presidente: Prof^a Ana Cristina dos Santos Tostões

Orientador: Prof. João Vieira Caldas

Vogais: Prof^a Helena Silva Barranha

Novembro 2008

ÍNDICE

	Anexos	P.
PARTE I		
O CONCEITO DE MERCADO		
O Tema e sua Evolução Histórica	I.x	1 – 4
<hr/>		
2 – A Evolução Histórica do Mercado – Antecedentes	1 – 5	2
<hr/>		
PARTE II		
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADO em Portugal		
Análise dos Casos de Estudo	II.x	5 – 37
<hr/>		
Capítulo 1		
Arquitectura do Ferro em Portugal: Final Séc. XIX – Início Séc. XX	1 – 40	6
<hr/>		
1.1 – Contexto Histórico	1 - 5	7
<hr/>		
1.2 – Casos de Estudo	6 – 40	14
<hr/>		
1.2.1 – Mercado Ferreira Borges, Porto	6 – 13	15
1.2.2 – Mercado 24 de Julho (da Ribeira), Lisboa	14 – 27	20
1.2.3 – Mercado da Ribeira, Tavira	28 – 40	29
<hr/>		
Capítulo 2		
Arquitectura Moderna Portuguesa: Meados do Séc. XX	41– 74	38 – 65
<hr/>		
2.1 – Contexto Histórico	41 – 44	39
<hr/>		
2.2 – Casos de Estudo	45 – 74	41
<hr/>		
2.2.1 – Mercado Municipal de Arroios, Lisboa	45 – 54	42
2.2.2 – Mercado do Bom Sucesso, Porto	55 – 65	48
2.2.3 – Mercado de Vila da Feira, Santa Maria da Feira	66 - 74	58
<hr/>		
Capítulo 3		
Arquitectura Contemporânea Portuguesa: Final Séc.XX – Início Séc. XXI	75 – 114	66 – 101
<hr/>		
3.1 – Contexto Histórico	75 – 77	67
<hr/>		
3.2 – Casos de Estudo	78 – 114	70
<hr/>		
3.2.1 – Mercado Municipal de Braga (Carandá), Braga	78 – 94	71
3.2.2 – Mercado Municipal de Tavira, Tavira	95 – 104	82
3.2.3 – Mercado da Interface Luz-Colégio Militar, Lisboa	105 – 114	92
<hr/>		

PARTE I

O CONCEITO DE MERCADO
O Tema e a sua Evolução Histórica

2 A EVOLUÇÃO HISTÓRIA DO MERCADO – Antecedentes

Egipto, Grécia, Roma, Época Medieval, Renascimento, Séc. XVIII, Início do Séc. XIX

Anexo I.1

Foto das ruínas de Pompeia

Mercado de Pompeia do lado direito da imagem por trás do que sobrou do pórtico que rodeava toda a praça.

Fonte: Henri Stierlin, *The Roman Empire: From the Etruscans to the Decline of Roman Empire*, Taschen, 1997

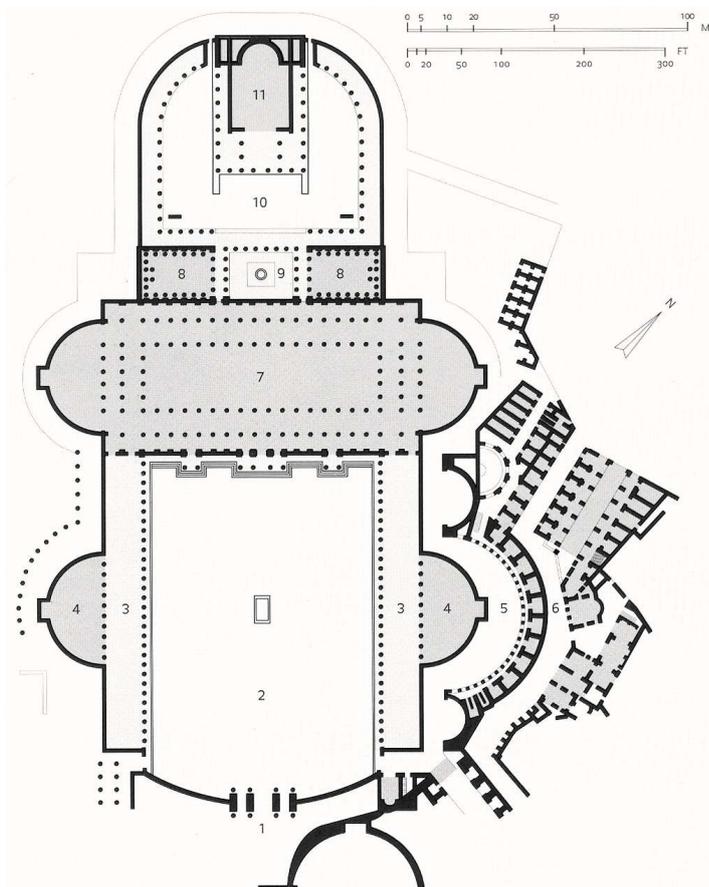


Anexo I.2

Planta do Forum de Trajano, Roma, 107-112

Arq. Apollodorus de Damasco

Fonte: Henri Stierlin, *The Roman Empire: From the Etruscans to the Decline of Roman Empire*, Taschen, 1997

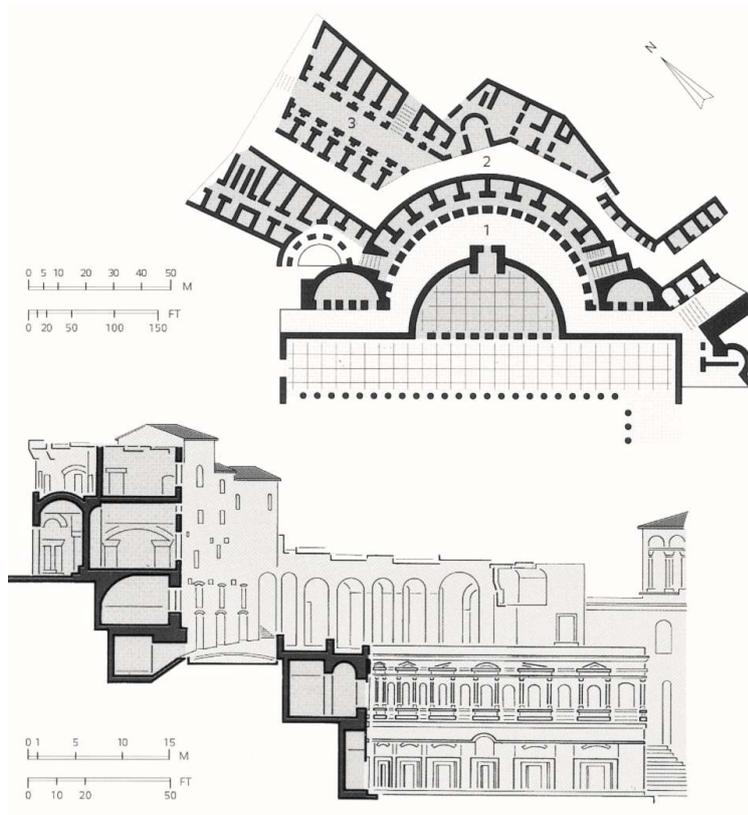


1. Entrada (arco do triunfo)
2. Praça
3. Pórticos (colunas de mármore)
4. Êxedras
5. Mercados de Trajano
6. Via *Biberatica*
7. Basílica *Ulpia*
8. Bibliotecas grega e latina
9. Coluna de Trajano
10. Pátio (rodeado de pórticos)
11. Templo de Trajano

Anexo I.3

Planta e Perfil do Mercado de Trajano

Fonte: Henri Stierlin, *The Roman Empire: From the Etruscans to the Decline of Roman Empire*, Taschen, 1997



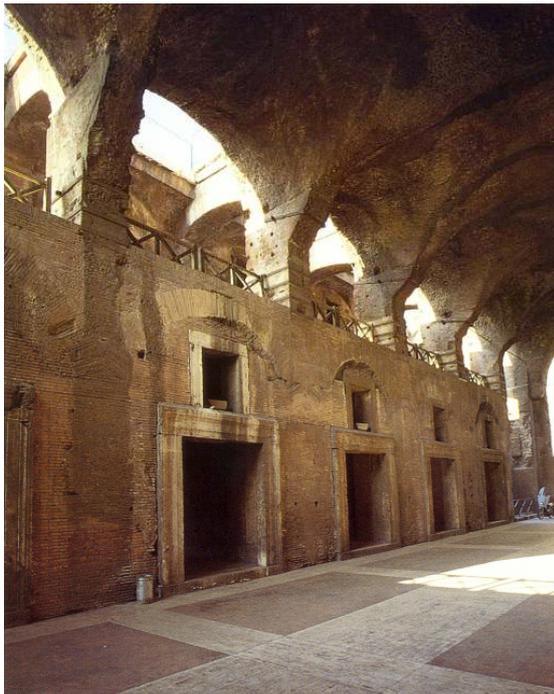
Planta
1. Nível do Forum
2. Via Biberatica
3. Espaço Comercial

Anexo I.4

Mercado de Trajano

Interior do espaço comercial – nível da Via Biberatica

Fonte: Henri Stierlin, *The Roman Empire: From the Etruscans to the Decline of Roman Empire*, Taschen, 1997

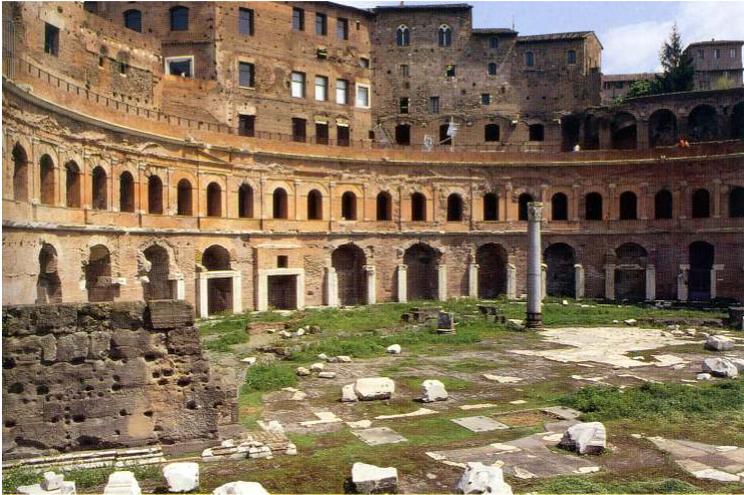


Anexo I.5

Mercado de Trajano

Êxedra – nível do *Forum*

Fonte: Henri Stierlin, *The Roman Empire: From the Etruscans to the Decline of Roman Empire*, Taschen, 1997



PARTE II

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MERCADO em Portugal
Análise dos Casos de Estudo

ANEXOS

CAPÍTULO 1 – Arquitectura do Ferro em Portugal: Finais do Séc. XIX – Início do Séc. XX

1

ANEXOS CAPÍTULO 1.1

CONTEXTO HISTÓRICO



Anexo II.1

MERCADO DE SANTA CLARA

Arquitecto Emiliano Augusto Bettencourt
Campo de Santa Clara, Lisboa
1877

Fonte Ortofoto: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, Disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [11/03/2008]

Fonte das fotos: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico



1 Panorâmica sobre a Feira da Ladra
Mercado de Santa Clara ao fundo



2 Entrada Poente
1936



3 Interior do Mercado
1967
Foto: Vasco Gouveia de Figueiredo



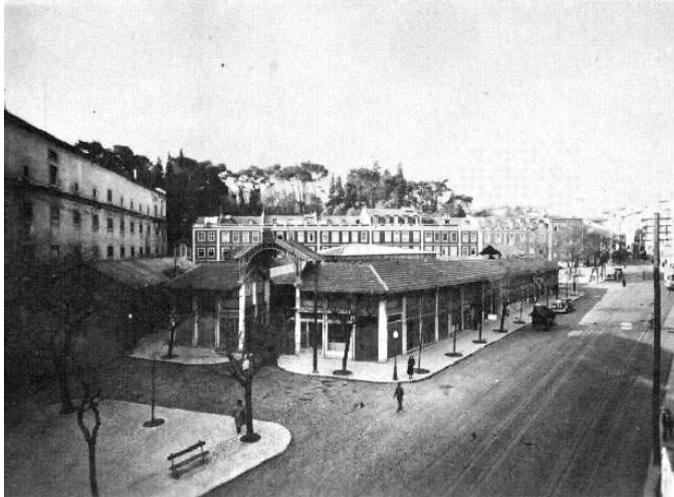
Anexo II.2

[Antigo] MERCADO DE SÃO BENTO

Praça de São Bento, Lisboa
1881 – 1938 (demolido)

Fonte Ortofoto: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, Disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [11/03/2008]

Fonte das fotos: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico



1 Praça de São Bento, Entrada Sul do Mercado
Anterior a 1938
Foto: Eduardo Portugal



2 Entrada Norte do Mercado
Entre 1898 e 1908



3 Interior do Mercado
1938



4 Interior do Mercado
1938
Foto: Eduardo Portugal



Anexo II.3

[Antigo] MERCADO DA PRAÇA DA FIGUEIRA

Engenheiro Miguel Carlos Correia

Praça da Figueira Lisboa

1885 – 1949 (demolido)

Fonte Ortofoto: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, Disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [11/03/2008]

Fonte das fotos: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico



1 Panorâmica tirada do Castelo de São Jorge

Praça da Figueira e Mercado

Entre 1898 e 1908

Foto: Joshua Benoliel



2 Vista a partir da Rua dos Condes de Monsanto

1942

Foto: Eduardo Portugal



3 Fachada Sul do Mercado, entrada sudoeste

Anterior a 1949

Foto: Eduardo Portugal



4 Interior do Mercado
01 Julho 1949



5 Interior do Mercado
30 Junho 1949



Anexo II.4

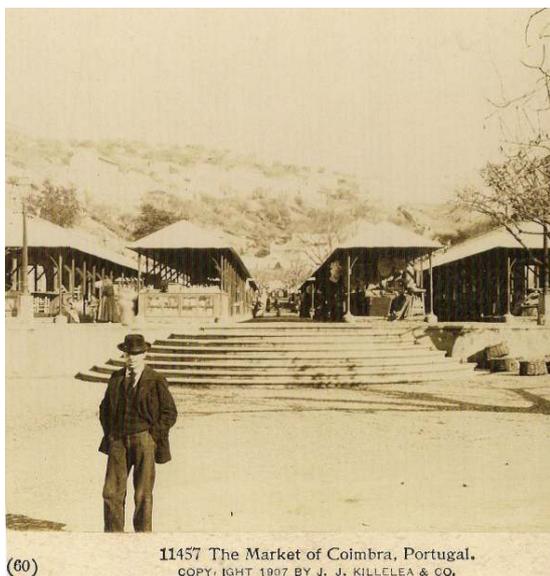
MERCADO D. PEDRO V

Projecto (1858) da autoria de Hardy Hislop
Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, Coimbra
1867

1907 – Pavilhão do Peixe pelo Arq.^o Silva Pinto

2001 – Remodelação do mercado pela Arq.^a Teresa Freitas

Fonte Ortofoto: Google Earth [12/03/2008]



(60)

11457 The Market of Coimbra, Portugal.
COPYRIGHT 1907 BY J. J. KILLELEA & CO,

1 Mercado D. Pedro V

Vista a partir do edifício dos Correios

Anterior à construção do Pavilhão do Peixe em 1907

Fonte: Blogue *O Piolho da Solum* (Notícia de 29/04/2007),
Disponível em: <http://opioldosolum.blogspot.com/2007/04/estereoscopiafim.html>



2 Zona de venda de produtos horto-frutícolas

Anterior a 2001

Foto: António Costa Pinto

Fonte: *Mercado D. Pedro V – Centro Web Home Page*,
disponível em: <http://www.geocities.com/miana800/mercado>
[12/03/2008]



3 Pavilhão do Peixe, interior

Anterior a 2001

Foto: António Costa Pinto

Fonte: *Mercado D. Pedro V – Centro Web Home Page*,
disponível em: <http://www.geocities.com/miana800/mercado>
[12/03/2008]

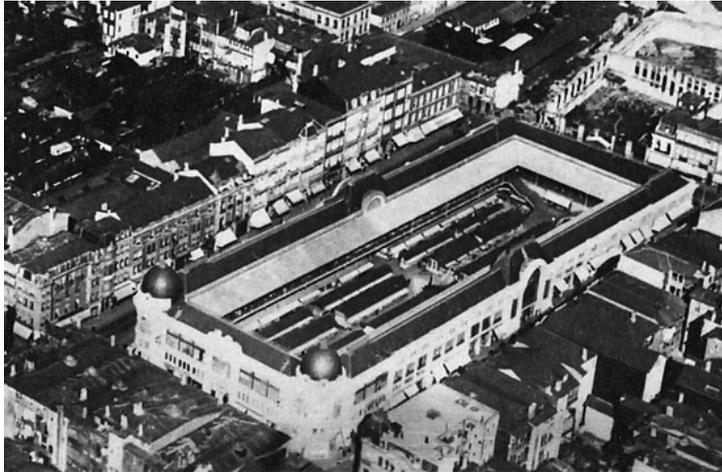


Anexo II.5

MERCADO DO BOLHÃO

Arquitecto António Correia da Silva
Ruas Formosa (Sul), Porto
1915

Fonte Ortofoto: Google Earth [12/03/2008]



1 Vista Aérea do Mercado do Bolhão

Postal de c. 1932

Fonte: *A Baixa do Porto* Home Page (Notícia de 15/10/2006), disponível em: <http://www.porto.taf.net/dp/node/966>



2 Maquete

Trabalho vencedor do Concurso Público de Reabilitação – Arq.º Joaquim Massena 1992

Fonte: (Nonell et al., 1992: 27)



3 Fachada Poente (Noroeste)

Rua de Sá da Bandeira

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



4 Entrada central do Mercado

Rua de Alexandre Braga

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



5 Vista do Pátio a partir da galeria do 1º piso (nível da Rua de Fernandes Tomás

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



6 Pátio ao nível da Rua Formosa (Piso 0)

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



7 Escadaria de acesso entre os dois níveis

Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

ANEXOS CAPÍTULO 1.2
CASOS DE ESTUDO

1.2.1 Mercado Ferreira Borges

Porto
Engenheiro João Carlos Machado
1885 - 1888

INSERÇÃO URBANA

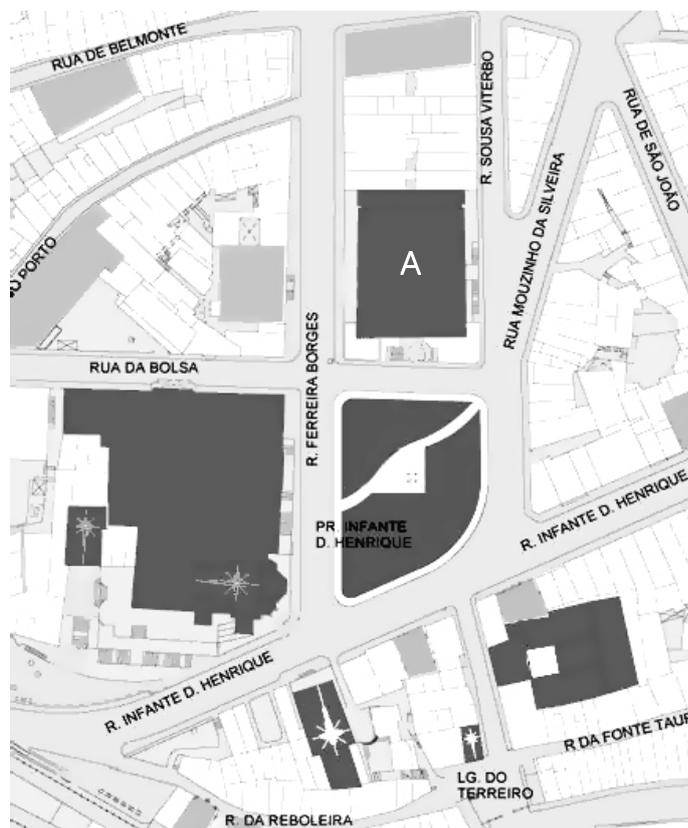
Anexo II.6

Ortofoto-mapa da Zona da Ribeira, Porto

Fonte: Google Earth [30/01/2008]



A – Mercado Ferreira Borges



Anexo II.7

Planta da Área Envolvente ao Mercado

Fonte: 360portugal.com – virtual touring Home Page, Disponível em:
<http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Porto.VR/Vilas.cidades/Porto/area3.html> [30/01/2008]

A – Mercado Ferreira Borges

Anexo II.8

Enquadramento

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Vista para a Praça a partir da plataforma do Mercado



2 Vista a partir do Largo do Terreiro

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.9

Exterior

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Fachada Sul (principal)



2 Fachada Norte



3 Entrada Poente

Anexo II.10

Interior

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Pavilhão Poente



2 Nave central – Pormenor cobertura



3 Nave central – Vista de Norte para Sul



4 Nave central – Vista de Sul para Norte

Anexo II.11

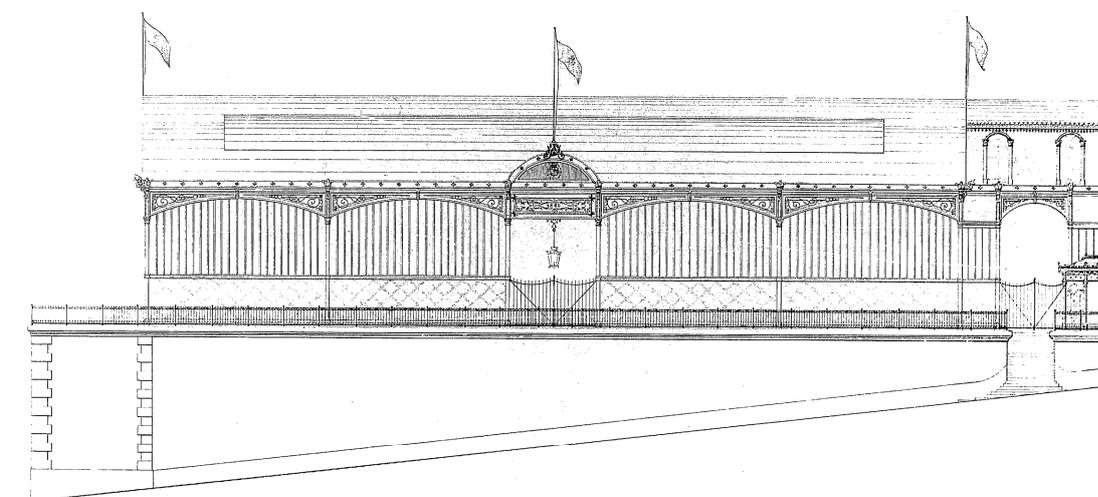
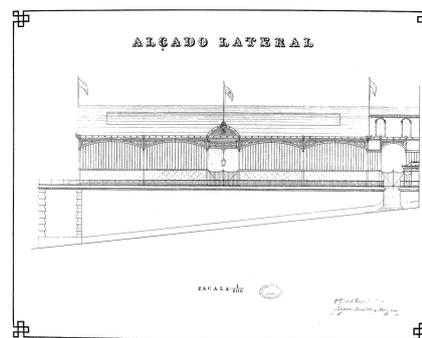
Alçado Lateral Nascente

Projecto do Mercado Ferreira Borges – Companhia Aliança

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

(Formato digital – reprodução sem escala)

Apresentação do Documento Original



Anexo II.12

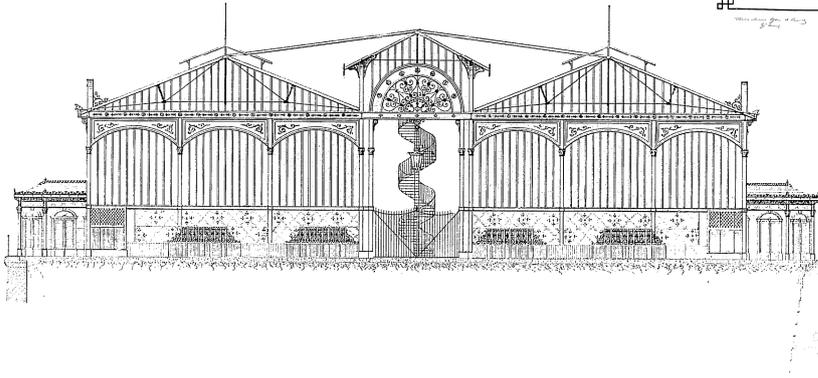
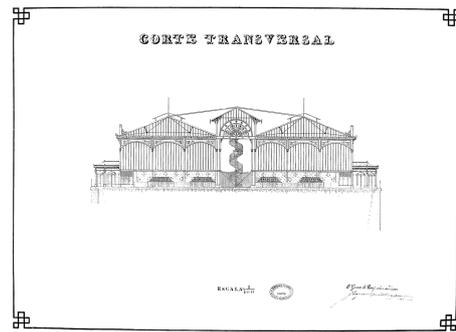
Corte Transversal

Projecto do Mercado Ferreira Borges – Companhia Aliança

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

(Formato digital – reprodução sem escala)

Apresentação do Documento Original



Anexo II.13

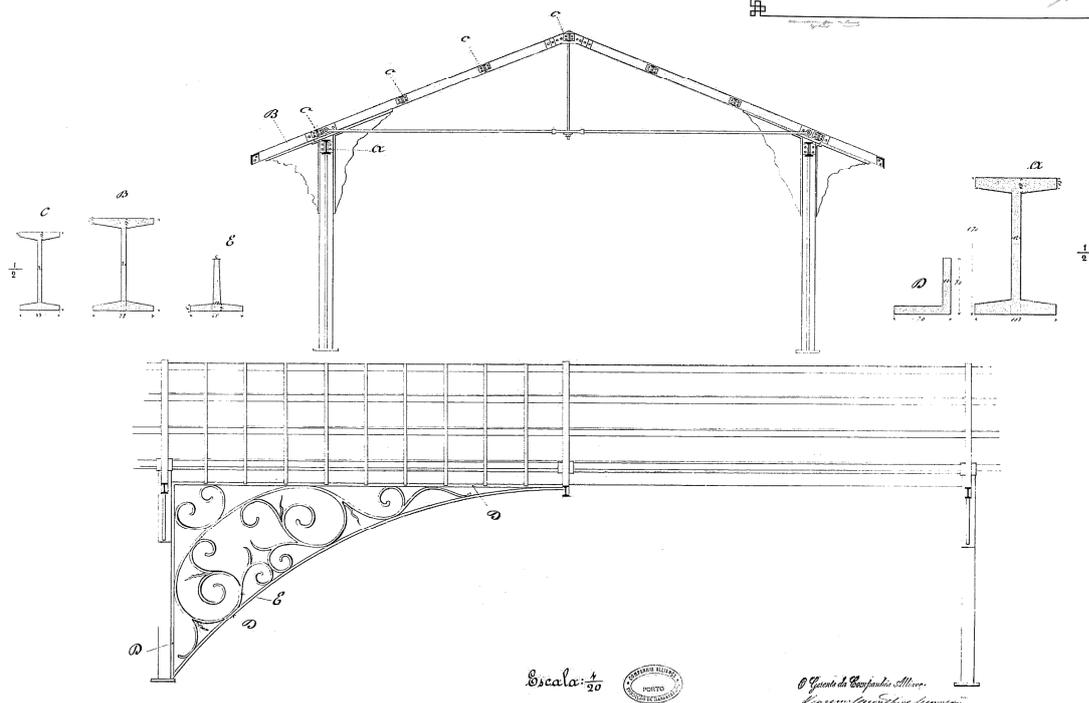
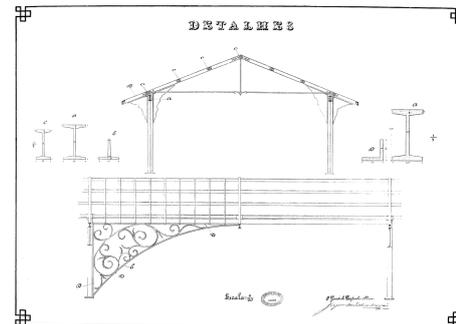
Detalhes

Projecto do Mercado Ferreira Borges – Companhia Aliança

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

(Formato digital – reprodução sem escala)

Apresentação do Documento Original



1.2.2 Mercado 24 de Julho (da Ribeira)

Lisboa
Engenheiro Frederico Ressano Garcia
1882
Arquitecto João A. Piloto
1930

HISTORIAL DO EDIFÍCIO

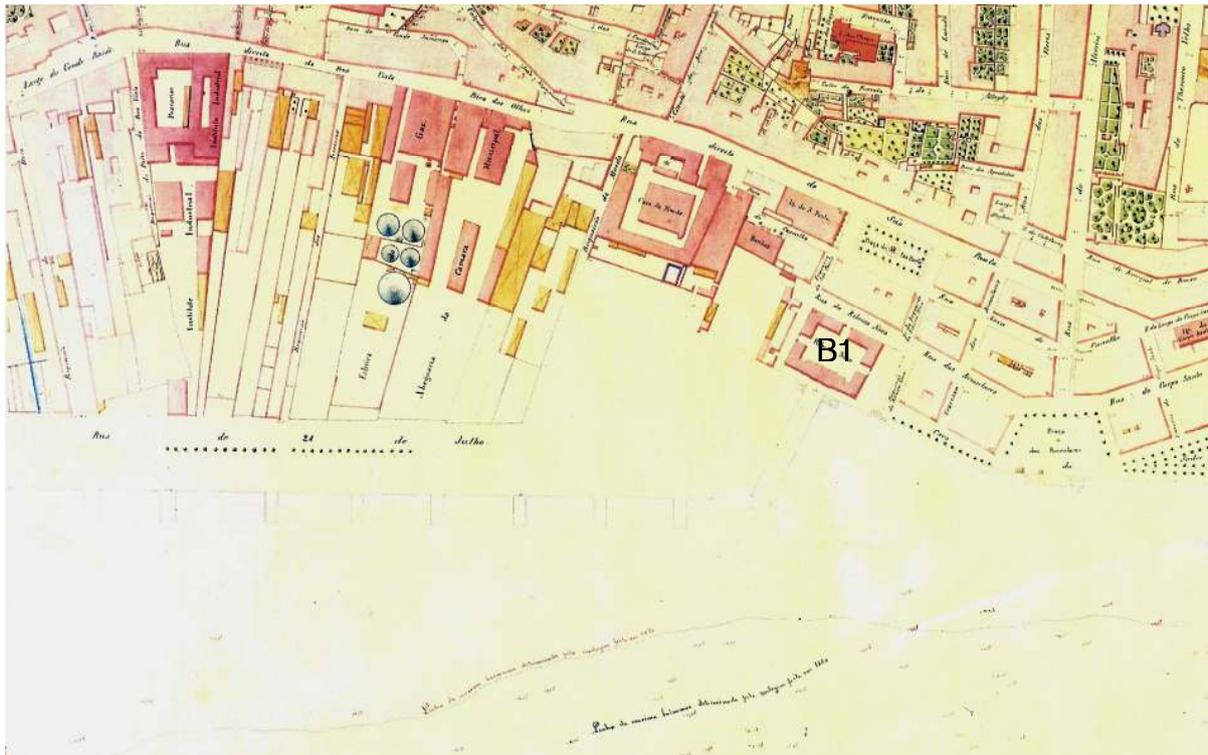
Anexo II.14

Levantamento da Planta de Lisboa, 1856-1858

Planta N.º. 50: Área entre o Largo Conde de Barão e a Praça Duque de Terceira (datada de 1856)

Filipe Folque

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



B1 – Mercado da Ribeira Nova

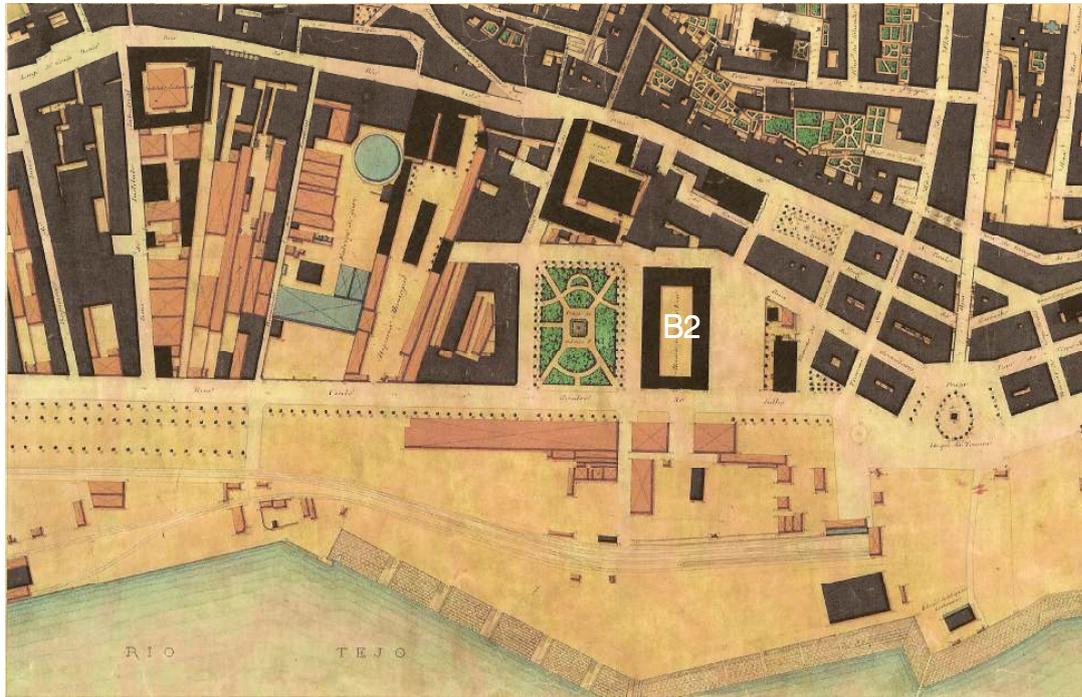
Anexo II.15

Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911

Planta 10-E: Área entre o Largo Conde de Barão e a Praça Duque de Terceira (datada de 1908)

Levantamento e desenho sob direcção de (Júlio António Vieira) da Silva Pinto e de (Alberto) de Sá Correia

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



B2 – Mercado 24 de Julho

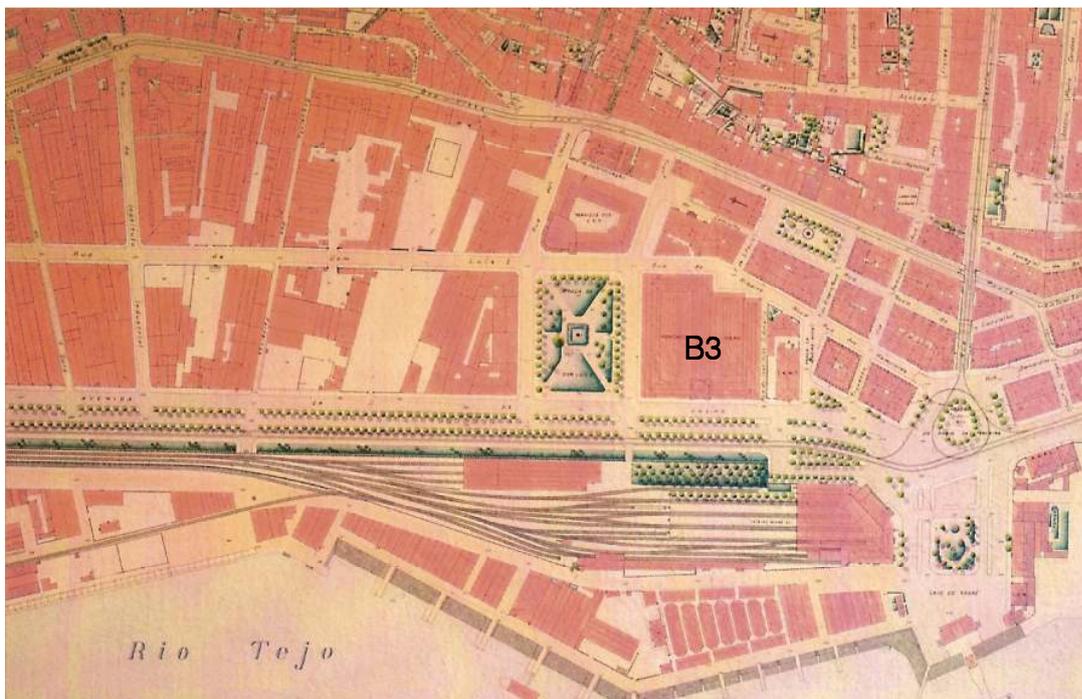
Anexo II.16

Levantamento da Planta de Lisboa, 1954

Planta 10-E: Área entre o Largo Conde de Barão e a Praça Duque de Terceira (datada de 1954)

Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



B3 – Mercado 24 de Julho (após ampliação)

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.17

Vista Aérea da Zona do Cais do Sodré, Lisboa

Anos 50

Fonte: (Maio e tal., 1991: 6)



B3 – Mercado 24 de Julho (configuração actual)

Anexo II.18

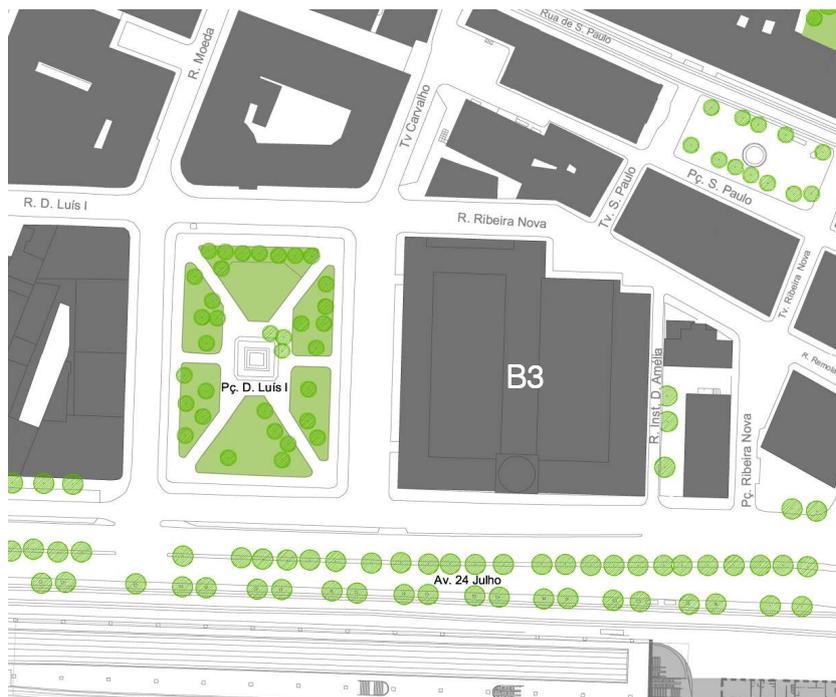
Ortofoto-mapa da Zona de S. Paulo, Lisboa

Fonte: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, Disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [28/02/2008]



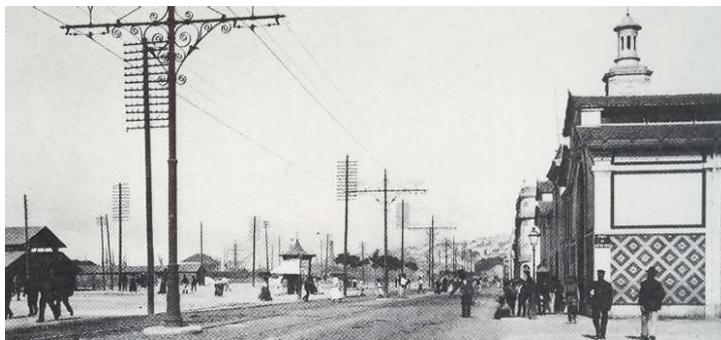
B3 – Mercado 24 de Julho (configuração actual)

Anexo II.19
Planta de Implantação do Mercado



B3 – Mercado 24 de Julho
 (configuração actual)

Anexo II.20
Enquadramento do Mercado projectado por Ressano Garcia
 (construção original)



1 Avenida 24 de Julho e Mercado
 Foto: Paulo Guedes (1886-1947)
 Fonte: (Maio e tal., 1991: 6)

Anexo II.21
Enquadramento do Mercado após a ampliação



1 Avenida e Mercado 24 de Julho
 Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



2 Praça D. Luís I
Foto: Ana Rita Oliveira, 2006

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA – construção original

Anexo II.22
Exterior

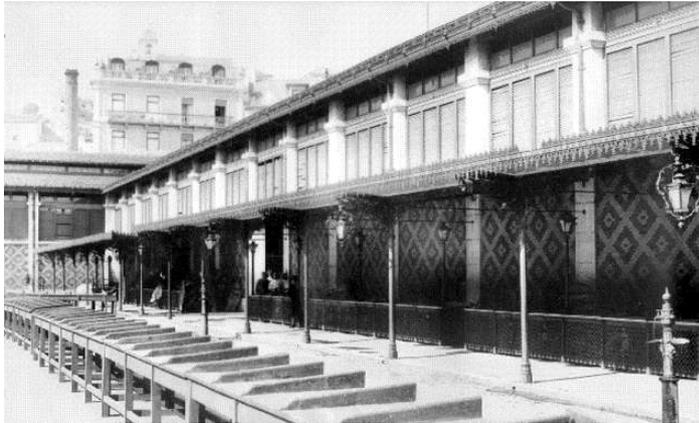


1 Fachada Sul (principal)
Anterior a 1893
Fonte: (Maio e tal., 1991: 7)



2 Fachada Sul (principal) após a ampliação de 1930
Foto: Ana Rita Oliveira, 2006

Anexo II.23
Interior



1 Vista do Pátio Central aberto
ant. 1893

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico



2 Aspecto interior dos corpos laterais de venda a retalho
1882-1893

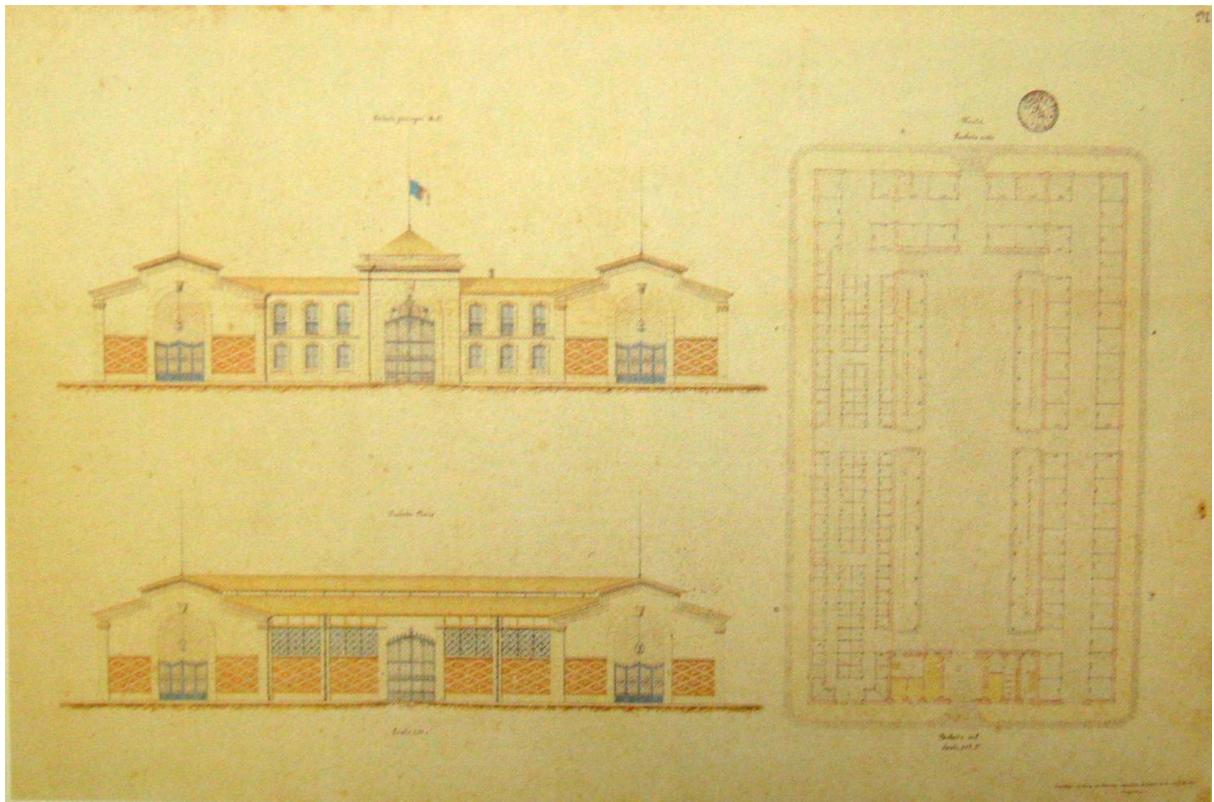
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa /Arquivo Fotográfico



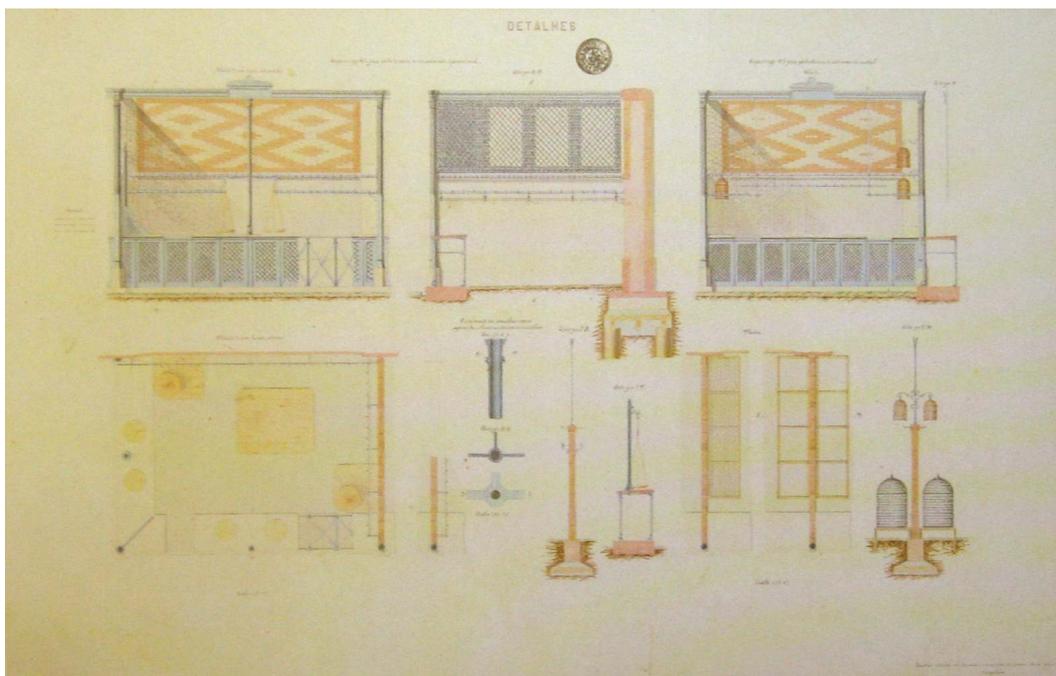
3 Interior da nave de venda nascente após a ampliação de 1930

Foto: Ana Rita Oliveira, 2006

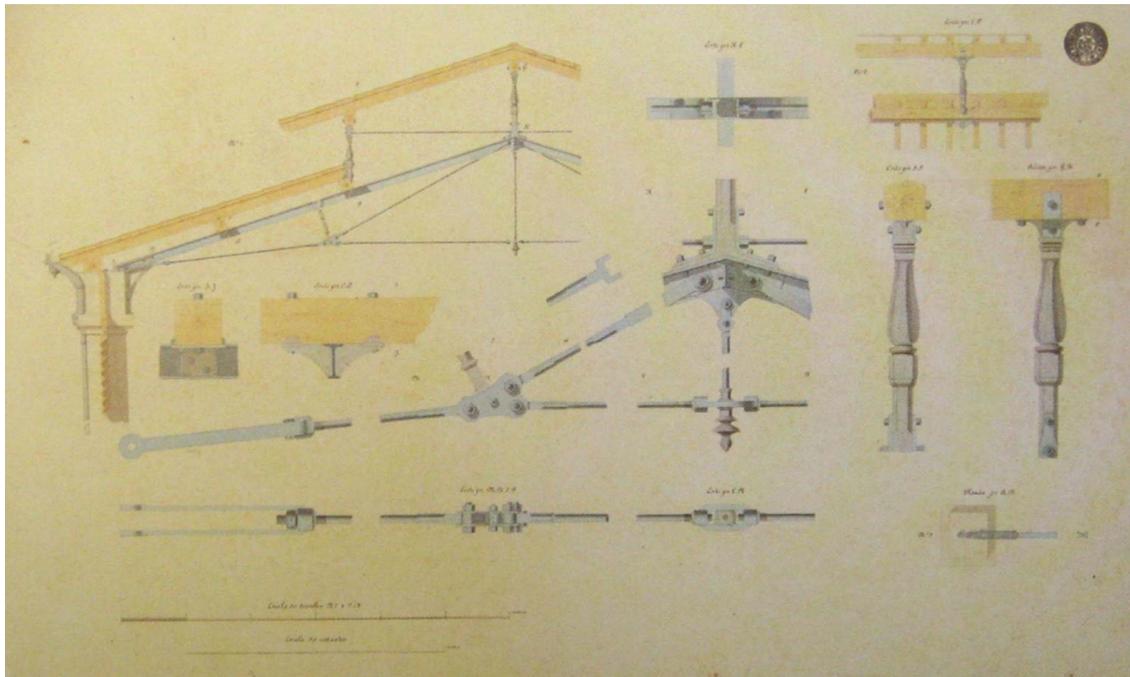
Anexo II.24
Planta Piso Térreo e Alçados Norte e Sul
Projecto de Ressano Garcia, 1879
Fonte: (Silva, 1989: anexo 94)



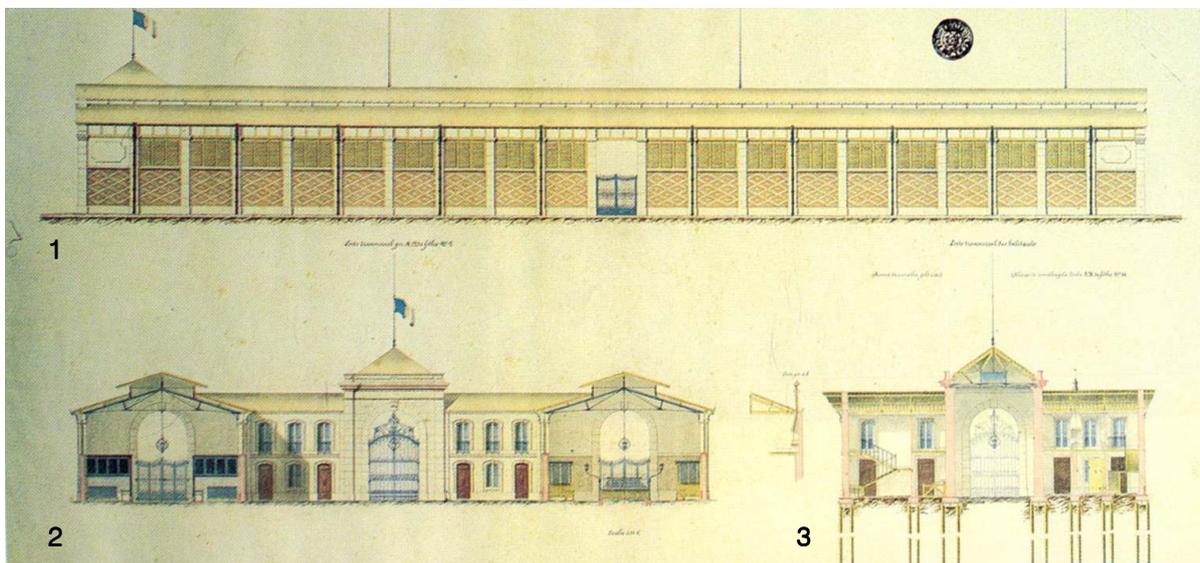
Anexo II.25
Pormenores dos espaços de venda
Projecto de Ressano Garcia, 1879
Fonte: (Silva, 1989: anexo 94)



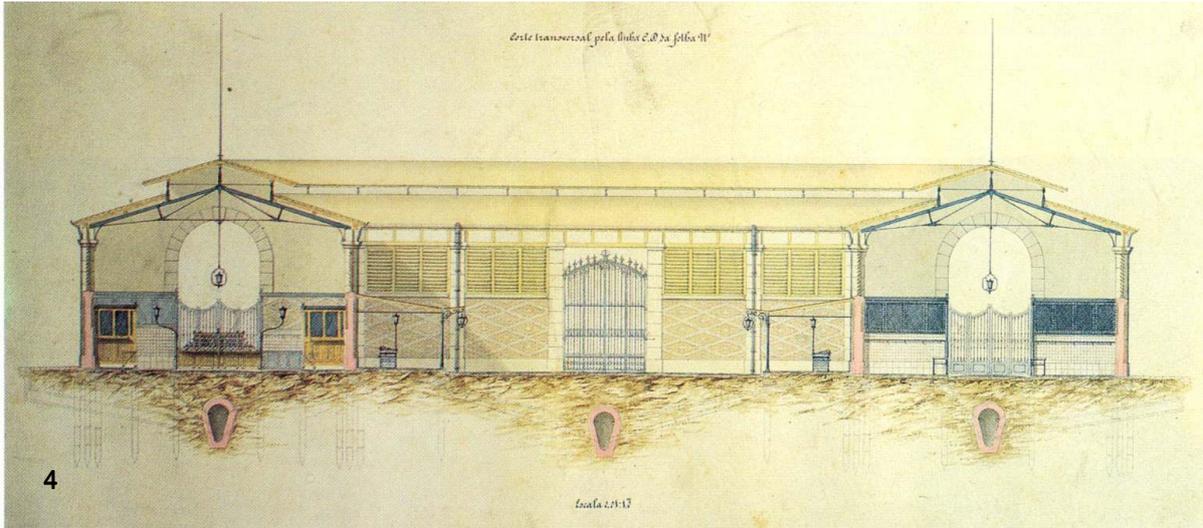
Anexo II.26
Pormenores Construtivos da Cobertura
 Projecto de Ressano Gracia, 1879
 Fonte: (Silva, 1989: anexo 94)



Anexo II.27
Alçados e Cortes
 Projecto de Ressano Garcia, 1879
 Fonte: (Maio et al., 1991: 9)



- (1) Alçado Nascente
- (2) Corte Tanversal do Mercado (visto para Sul)
- (3) Corte Longitudinal do Corpo Sul (parte central)
- (4) Corte Transversal do Mercado (visto para Norte)



1.2.3 Mercado de Tavira (antigo Mercado Municipal)

Tavira

Tenente José Ignácio de Melo Pereira Vasconcelos

1885-1887

Recuperação e adaptação *pele*

Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico com a CMT
1999-2000

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.28

Vista Aérea de Tavira

Fonte: *Ciência Hoje – Ciência, Tecnologia e Empreendedorismo* Home Page (notícia de 25/02/2007), Disponível em: <http://cienciahoje.pt/index.php?oid=20698&op=all>

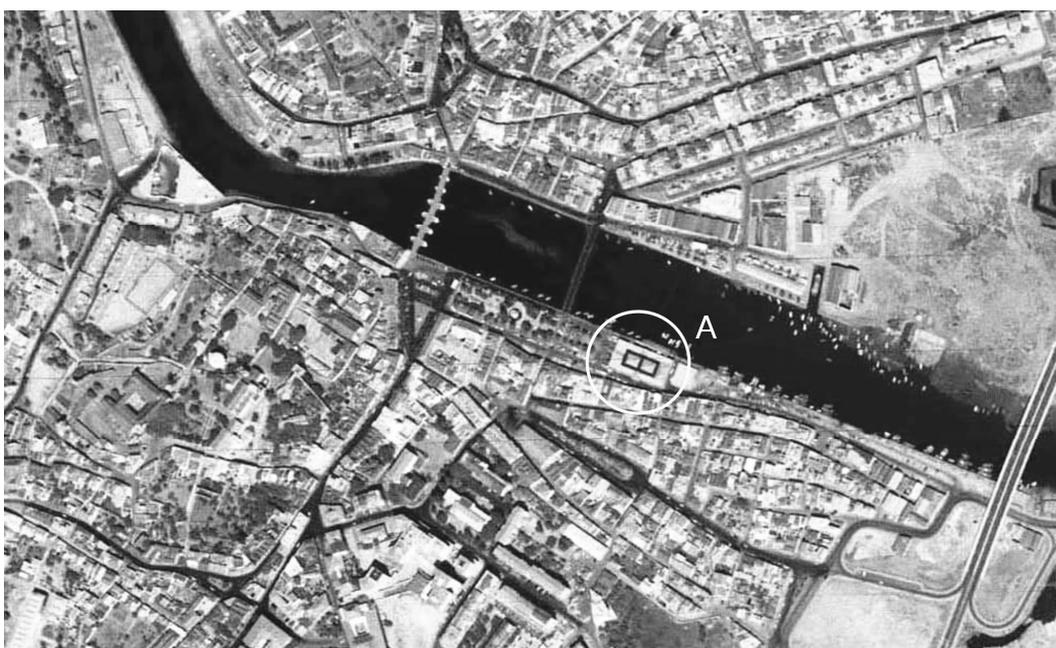


A – Antigo Mercado Municipal de Tavira

Anexo II.29

Ortofoto-mapa de Tavira

Fonte: (CMT, 2002: 3)



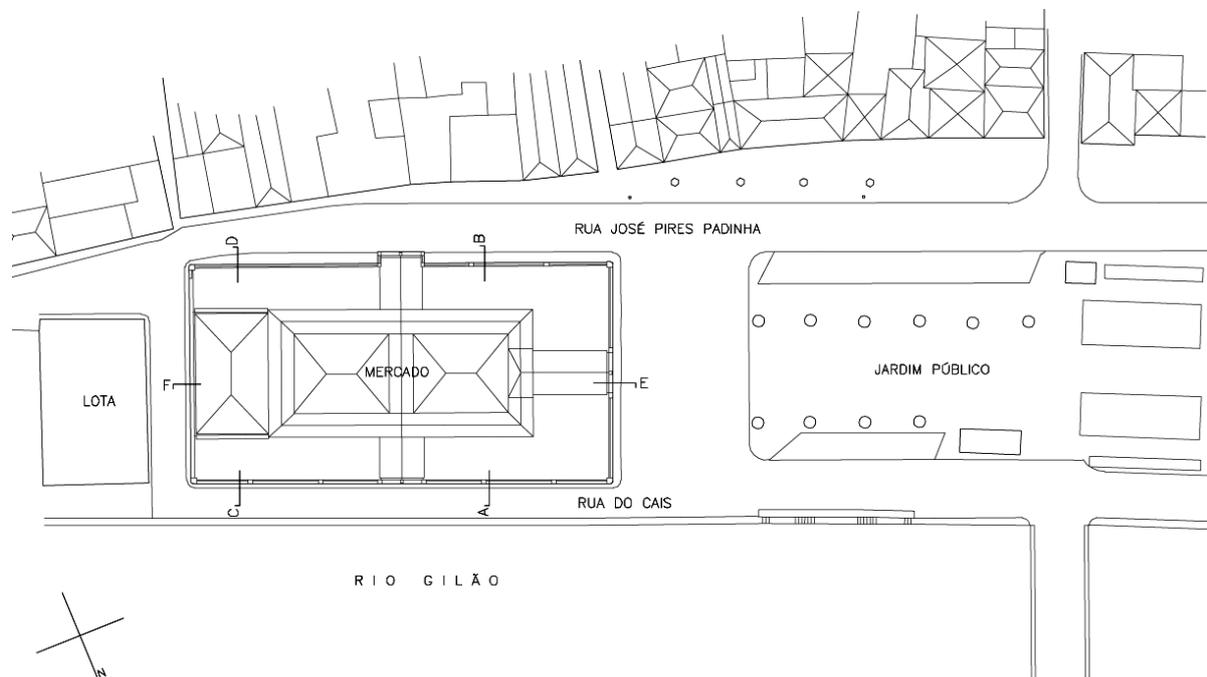
A – Antigo Mercado Municipal de Tavira

Anexo II.30

Implantação do Mercado

Levantamento de 1998 realizado por:

ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



1 Planta de Implantação



2 Alçado de Conjunto Norte

Anexo II.31

Enquadramento do Mercado no início do Século XX

Rua José Pires Padinha

Foto: Fotos Andrade

Fonte: (CMT, 2002: 17)



Anexo II.32
Enquadramento do Mercado antes da Intervenção de 2000



1 Fachada Poente e Rua José Pires Padinha
Fonte: Levantamento de 1998 realizado por: ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura

Anexo II.33
Enquadramento do Mercado após a Intervenção de 2000
Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Vista Noroeste do edifício, a partir da ponte no Rio Gilão



2 Rua do Cais



3 Fachada Poente, Rua José Pires Padinha

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.34

Exterior

Antes da Intervenção de 2000

Levantamento de 1998 realizado por:
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



1 Fachada Poente



2 Módulo de entrada da Fachada Poente



3 Fachada Norte



4 Fachada Sul – Rua José Pires Padinha



5 Fachada Nascente – confinante com a Lota

Anexo II.35

Interior

Antes da Intervenção de 2000

Levantamento de 1998 realizado por:

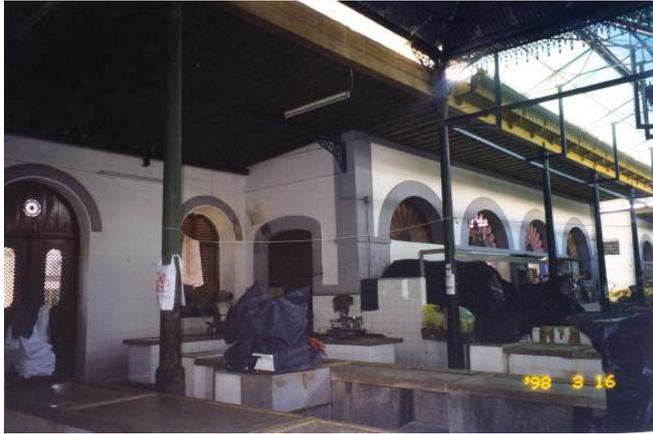
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



1 Espaço Central de Venda (produtos horto-frtícolas)
Vista do corredor central a partir de Nascente



2 Bancas que circundam o espaço central e acessos às lojas do corpo encerrado



3 Pavilhão Nascente – venda de peixe

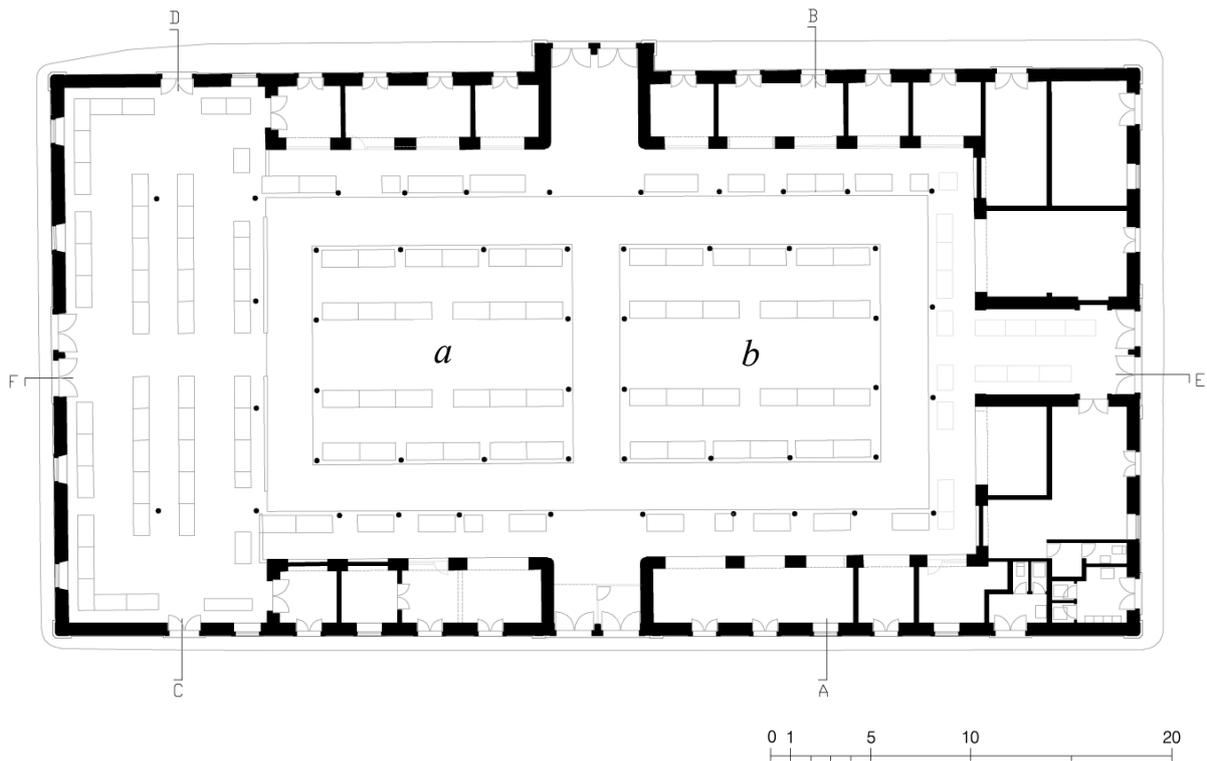


4 Pavilhão Nascente – venda de peixe
 Fonte: (CMT, 2002: 11)

Anexo II.36

Planta Piso Térreo

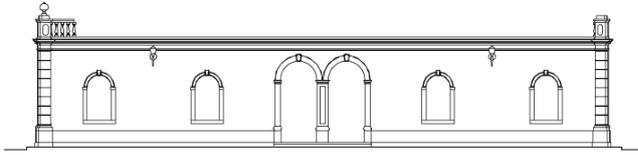
Levantamento de 1998 realizado por:
 ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



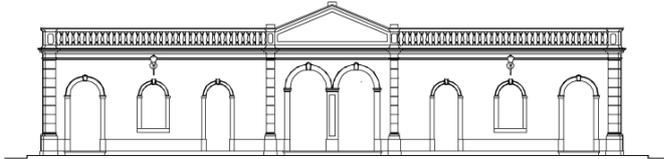
Anexo II.37

Alçados

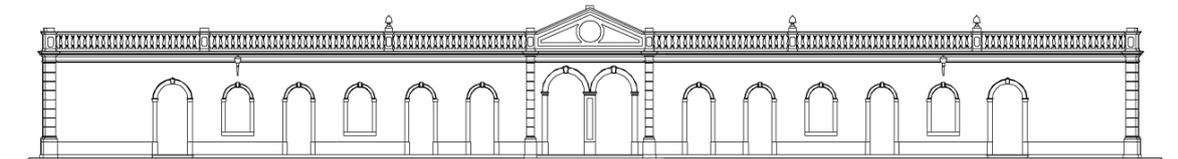
Levantamento de 1998 realizado por:
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



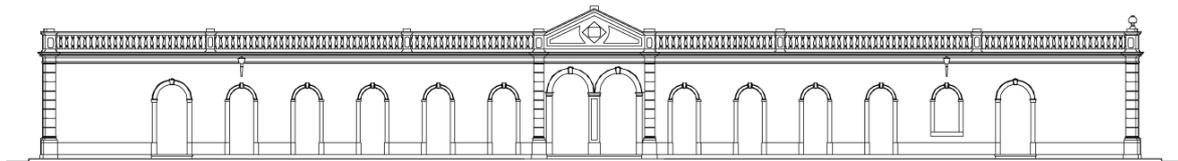
1 Alçado Nascente - Lota



2 Alçado Poente - Praça



3 Alçado Norte - Rua do Cais

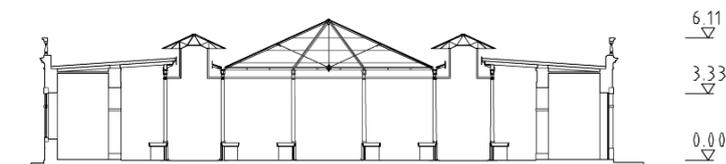


4 Alçado Sul - Rua José Pires Padinha

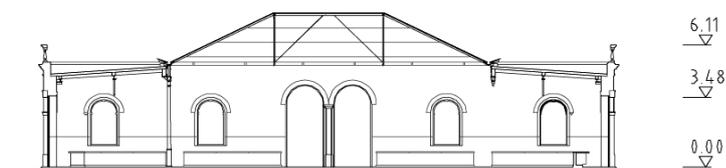
Anexo II.38

Cortes

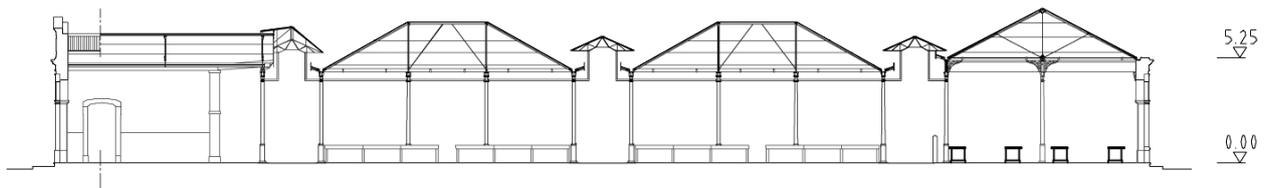
Levantamento de 1998 realizado por:
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



1 Corte CD



2 Corte AB

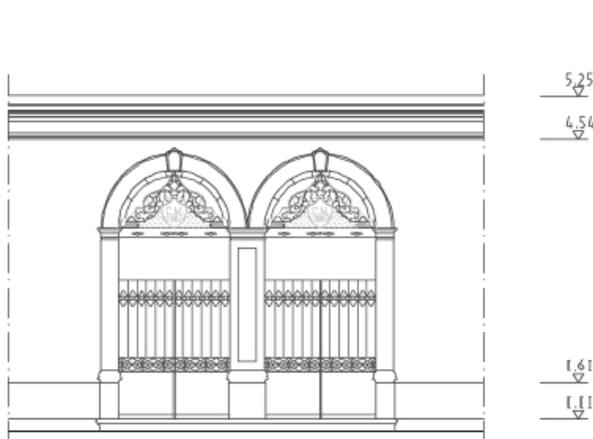


3 Corte EF

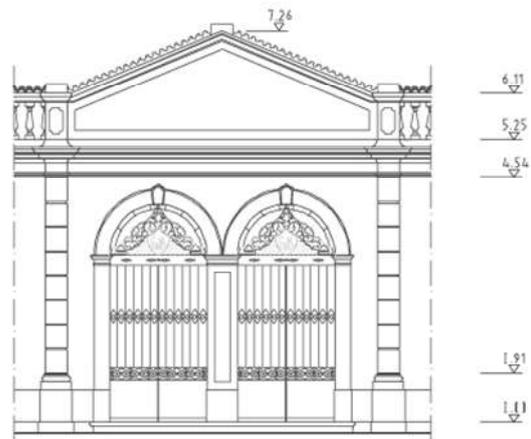
Anexo II.39

Módulos de Acesso – Portas

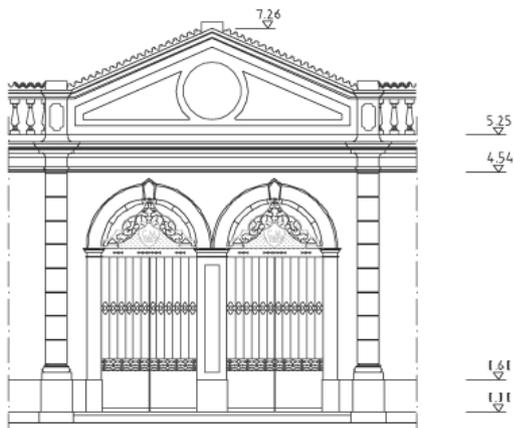
Levantamento de 1998 realizado por:
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



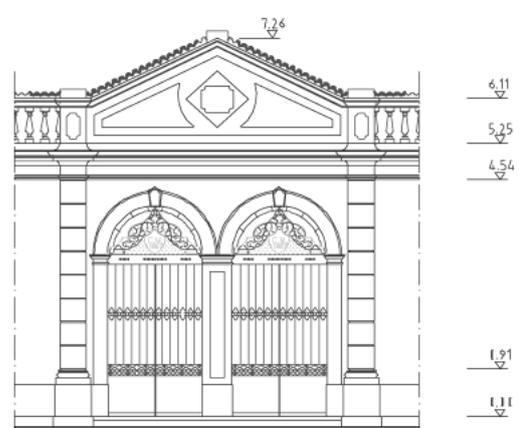
1 Porta Central Nascente



2 Porta Central Poente - Praça



3 Porta Central Norte – Rua do Cais (Rio)



4 Porta Central Sul

Anexo II.40

Esquema Funcional do Mercado

Realizado com base no levantamento de 1998 do:
ICIST/IST, Dep. de Engenharia Civil e Arquitectura



ANEXOS

CAPÍTULO 2 – Arquitectura Moderna Portuguesa: Meados do Séc. XX

2

ANEXOS CAPÍTULO 2.1

CONTEXTO HISTÓRICO



Anexo II.41
MERCADO MUNICIPAL DE MATOSINHOS
ARS Architectos
Matosinhos
1936

Fonte Ortofoto: Google Earth [11/06/2008]



Fonte: (Tostões, 2004: 344) Fonte original: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa



Anexo II.42
MERCADO DE OVAR
Arqt.º Januário Godinho
Ovar
1948 - 1951

Fonte Ortofoto: Google Earth [11/06/2008]

Fonte Fotos: disponível em: <http://arquitetos.blogspot.com/2008/04/mercado-de-ovar-arq-januario-godinho.html> [11/03/2008]



Corpo Nascente



Corpo Norte (piso inferior)



Corpo Norte (piso superior)



Anexo II.43
MERCADO MUNICIPAL DO FORNO DO TIJOLO

Arqt.º Eduardo A. H. dos Reis
Lisboa
1952

Fonte Ortofoto: Google Earth [11/06/2008]



Foto: Rute Figueiredo/IPPAR, 2001
Fonte: (Tostões, 2004: 346)

Anexo II.44
MERCADO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Arqt.º João Adresen
Viana do Castelo
1961-1964 (demolido no séc. XXI)



Foto: J. P. Sottomayor Negrão, 2001
Fonte: (Tostões, 2004: 349)

ANEXOS CAPÍTULO 2.2
CASOS DE ESTUDO

2.2.1 Mercado Municipal de Arroios

Lisboa
Arquitecto Luís Benavente
1939 - 1942

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.45

Ortofoto-mapa do Bairro dos Actores, Lisboa

Fonte: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [30/06/2008]

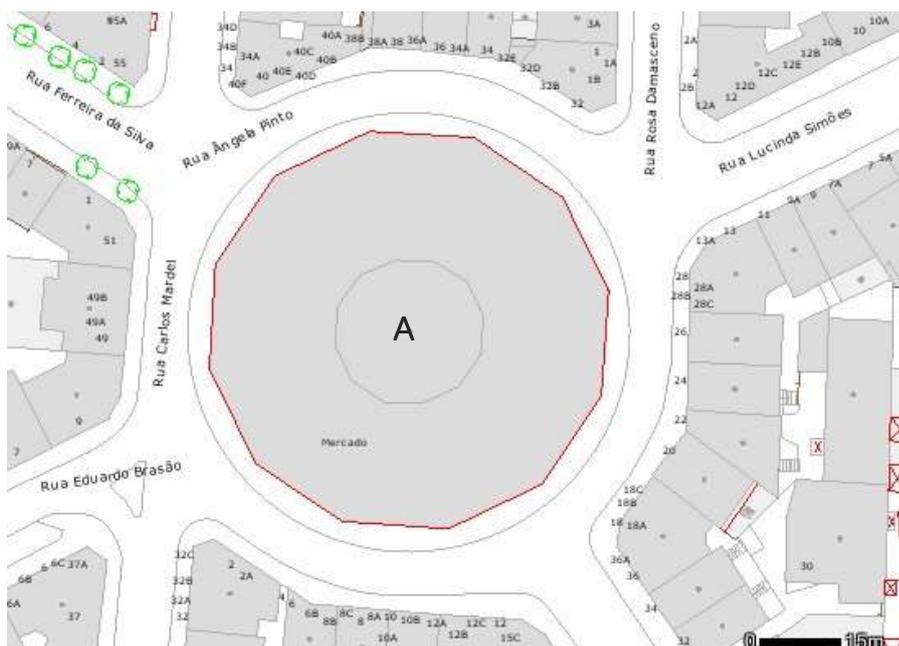


A – Mercado de Arroios

Anexo II.46

Planta do Mercado e das ruas convergentes

Fonte: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [30/06/2008]



A – Mercado de Arroios

Anexo II.47

Enquadramento

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



2 Vista para a Rua Eduardo Brasão a partir do interior do mercado

1 Vista a partir da Rua Lucinda Simões

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.48

Exterior



1 Entrada Sudoeste

(orientada para a Rua Eduardo Brasão)
1972

Foto: Vasco Gouveia de Figueiredo

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico



2 Entrada Noroeste

(orientada para a Rua Ferreira da Silva)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

Anexo II.49
O Interior à data de construção, 1939



1 Interior do volume B
(estrutura porticada em betão armado)
1939

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico

Anexo II.50
Interior
Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Entrada Noroeste vista a partir do espaço central
Piso Térreo



2 Pormenor da cobertura escalonada
Piso Térreo



3 Acesso ao pátio (interior) central
Piso Térreo



4 Cobertura metálica do pátio
Piso Térreo

NOTA: Nos elementos de projecto analisados, de 1939, o espaço central é representado descoberto, embora actualmente esta área apresente uma cobertura com estrutura metálica radial.



5 Escada norte de acesso ao piso em cave



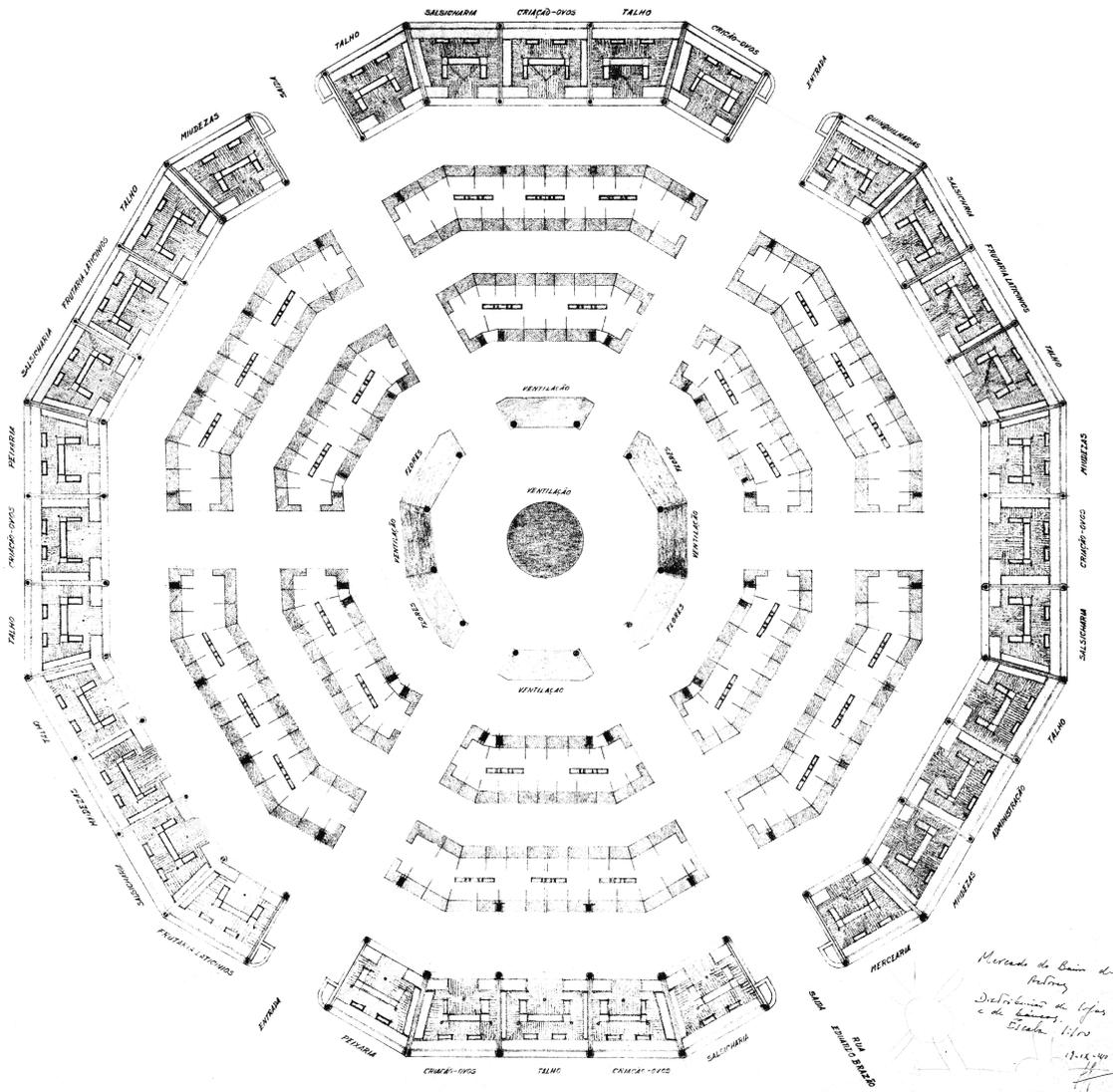
6 Piso em cave

Anexo II.51

Planta Piso Térreo, distribuição funcional dos espaços de venda, s.d.

Projecto do Mercado Municipal Retalhista de Arroios, Luiz Benavente Arquitecto

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente



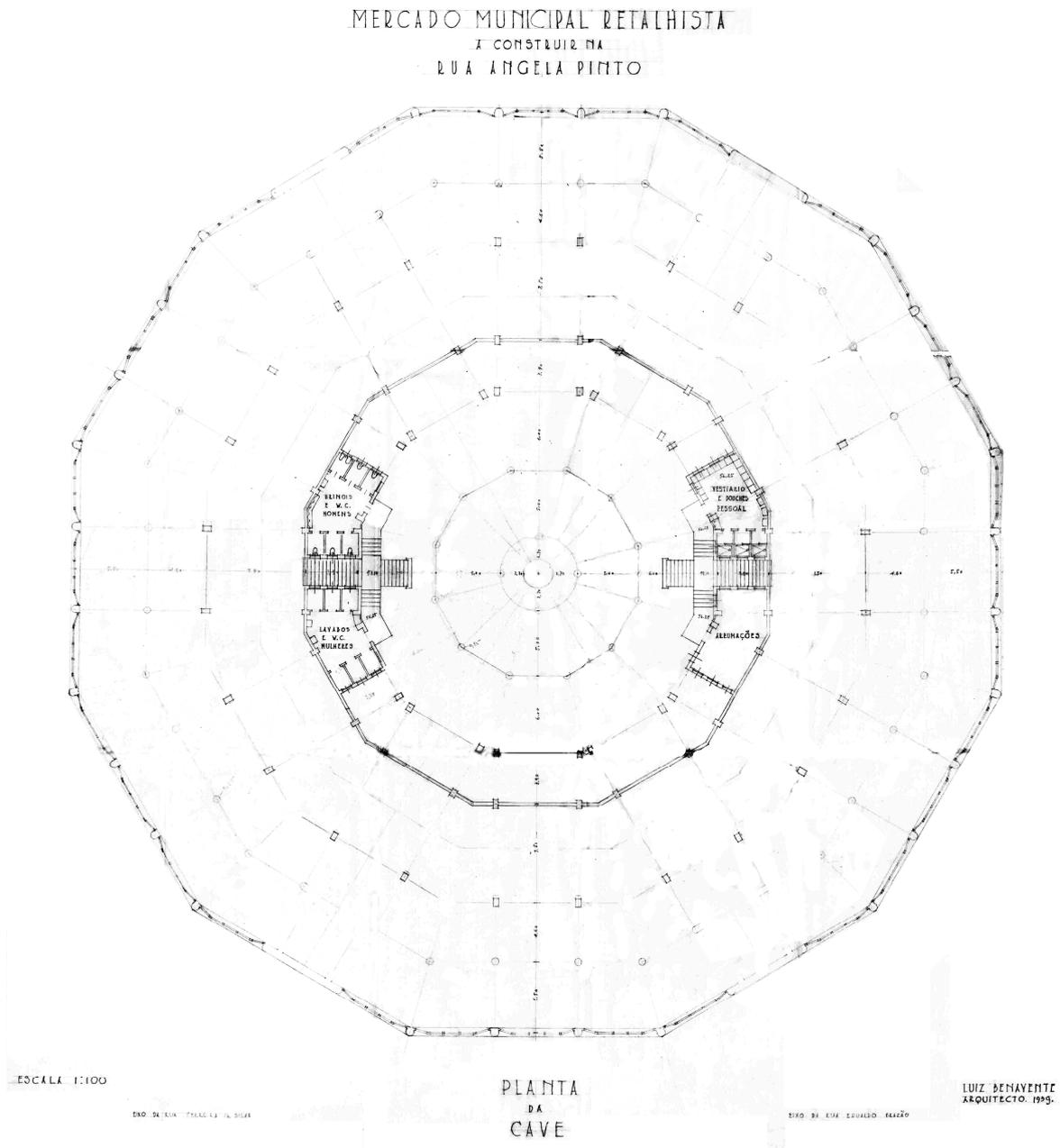
NOTA: a planta apresentada foi alvo de tratamento de imagem, tendo sido retiradas as marcações respeitantes ao sistema de escoamento das águas no interior do mercado.

Anexo II.52

Planta da Cave, 1939

Projecto do Mercado Municipal Retalhista de Arroios, Luiz Benavente Arquitecto

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente



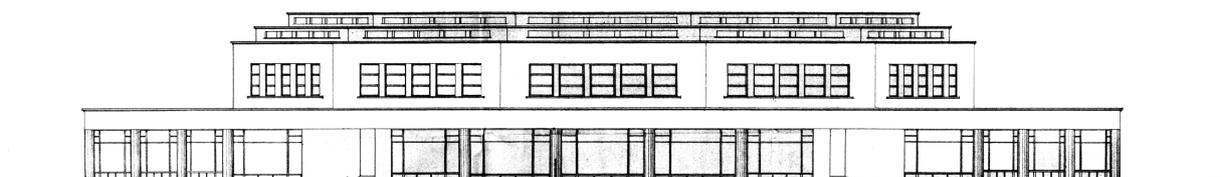
Anexo II.53

Alçado Norte ou Sul, 1939

Projecto do Mercado Municipal Retalhista de Arroios, Luiz Benavente Arquitecto

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente

MERCADO MUNICIPAL RETALHISTA
A CONSTRUIR NA
RUA ANGELA PINTO



ESCALA 1:100

ALÇADO


LUIZ BENAVENTE
ARQUITECTO. 1939.

Anexo II.54

Corte Nascente-Poente, 1939

Projecto do Mercado Municipal Retalhista de Arroios, Luiz Benavente Arquitecto

Fonte: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Espólio Particular do Arquitecto Luís Benavente

MERCADO MUNICIPAL RETALHISTA
A CONSTRUIR NA
RUA ANGELA PINTO



ESCALA 1:100

CORTE


LUIZ BENAVENTE
ARQUITECTO. 1939.

Anexo II.57
Enquadramento actual
Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1
Perspectiva norte da praça e do mercado



2 Vista para o Largo Ferreira Lapa
(fachada sul)

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.58
Exterior



1 Pórtico da entrada principal, a poente (acesso Piso 2)
Autor: Ana Rita Oliveira, 2007



3 Fachada Norte, de acesso ao Piso 3
 Autor: Ana Rita Oliveira, 2007

2 Zona de acesso pela fachada Nascente
 Autor: Ana Rita Oliveira, 2007

Anexo II.59

Interior

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Área Norte do Mercado vista a partir da galeria do piso 3
 No piso 2 são visíveis as bancas dos produtos horto-frutícolas e
 no piso 3 a área destinada à venda de flores

2 Vista geral sobre a zona de venda dos produtos horto-frutícolas,
 a partir da galeria do piso 3





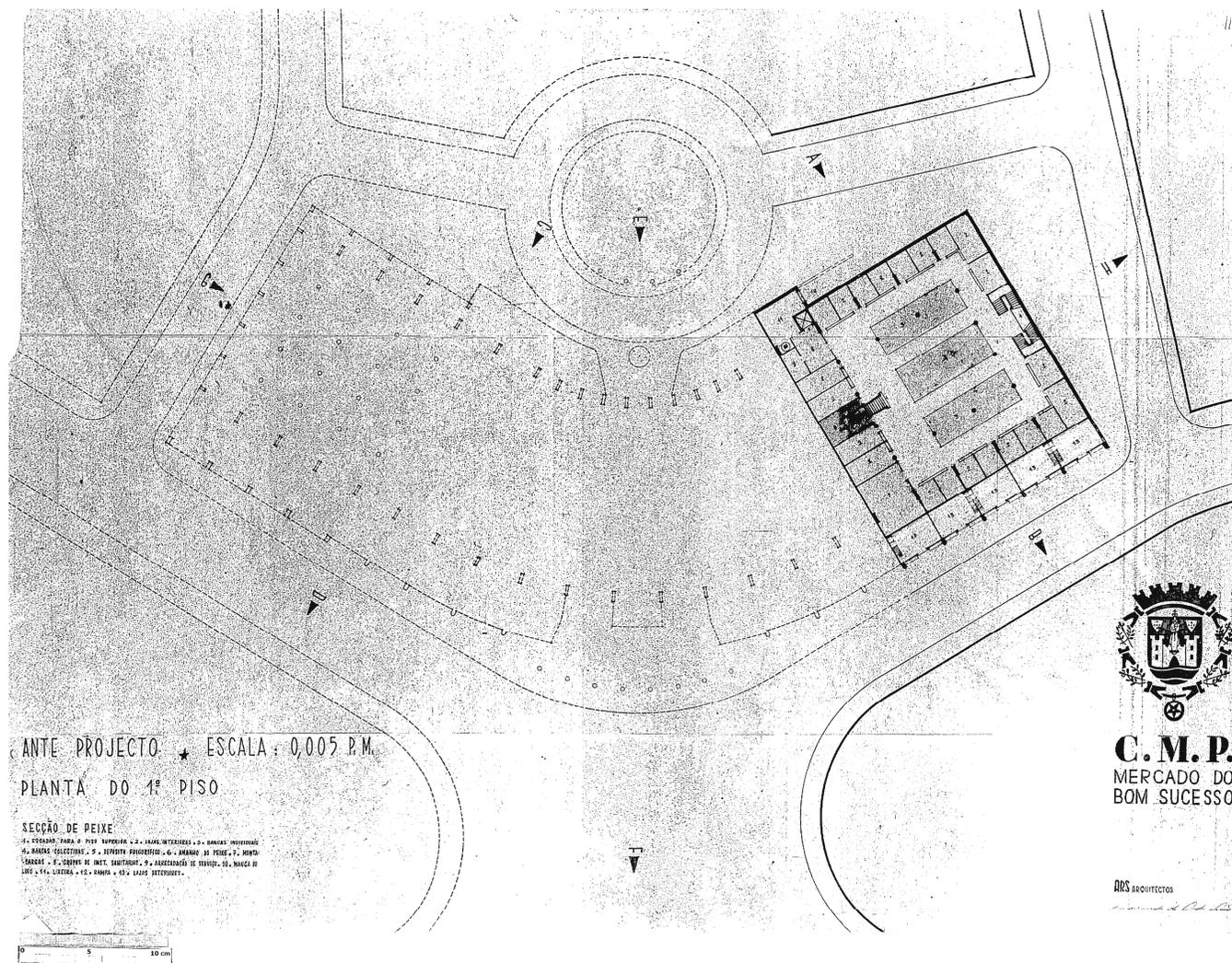
4 Dinamismo visual criado pela curva do edifício

Anexo II.60

Planta do Piso 1 (piso inferior)

Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto



NOTA: As lojas interiores individuais que circundavam este piso não chegaram a ser construídas.

Anexo II.63

Fachada Principal, Poente

Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949

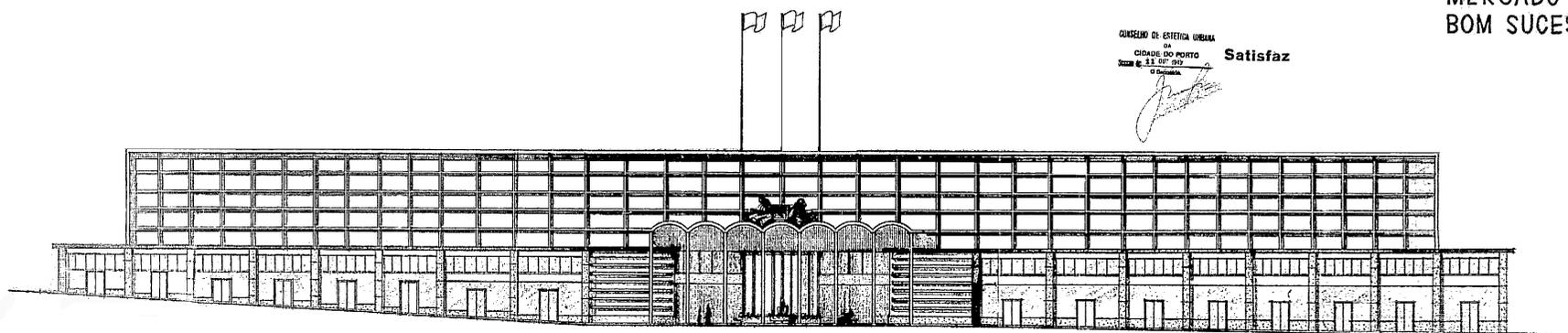
Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

ANTE PROJECTO ★ ESCALA : 0,005 P.M.



C.M.P.
MERCADO DO
BOM SUCESSO

CONSELHO DE ESTÉTICA URBANA
DA
CIDADE DO PORTO
Processo n.º 22.001/50
12 Outubro
Satisfaz



FACHADA PRINCIPAL ★ POENTE

0 5 10 cm

ARS arquitectos
António Augusto de Gusmão

Anexo II.64

Corte Longitudinal GH

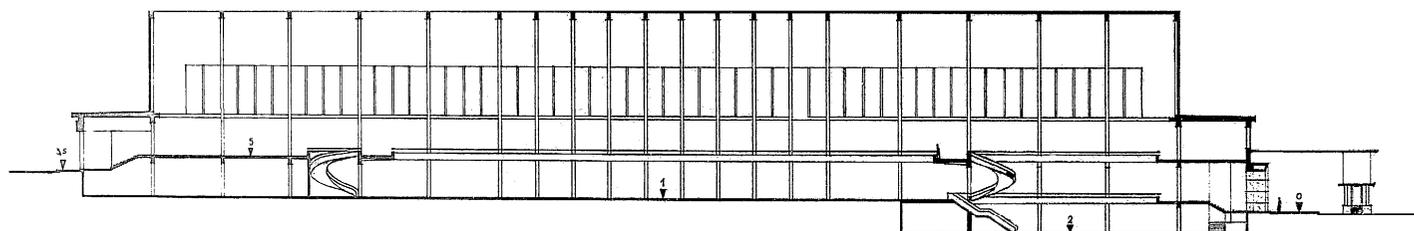
Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

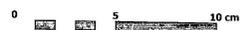
ANTE PROJECTO ✦ ESCALA : 0,005 P.M.



C.M.P.
MERCADO DO
BOM SUCESSO



CORTE G H



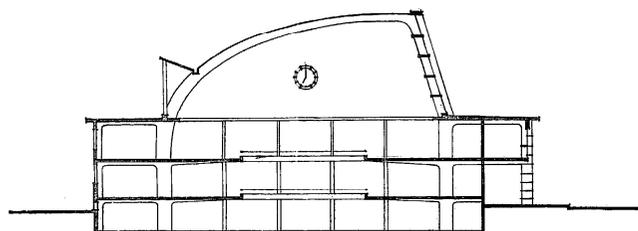
ARS ARQUITECTOS
Francisco de Lima

Anexo II.65

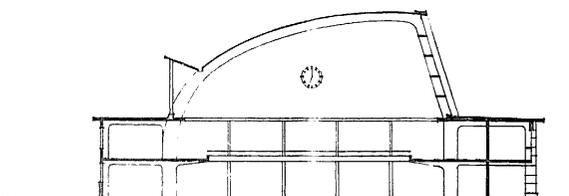
Cortes Transversais AB, CD e EF

Ante-Projecto do Mercado do Bom Sucesso, ARS Arquitectos, 1949

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto

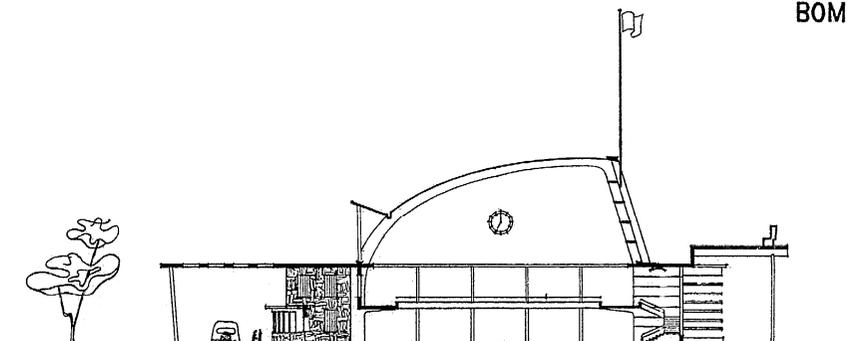


CORTE AB



CORTE CD

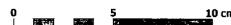
ANTE PROJECTO ★ ESCALA : 0,005 P. M.



CORTE EF



C.M.P.
MERCADO DO
BOM SUCESSO



ARS ARQUITECTOS
António de Sousa e Silva

2.2.3 Mercado de Vila da Feira

Santa Maria da Feira
Arquitecto Fernando Távora com Alberto Neves, Álvaro Siza e Fernando Lanhas
1953 - 1959

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.66

Ortofoto-mapa da área envolvente ao mercado, Santa Maria da Feira

Fonte: Google Earth [30/06/2008]

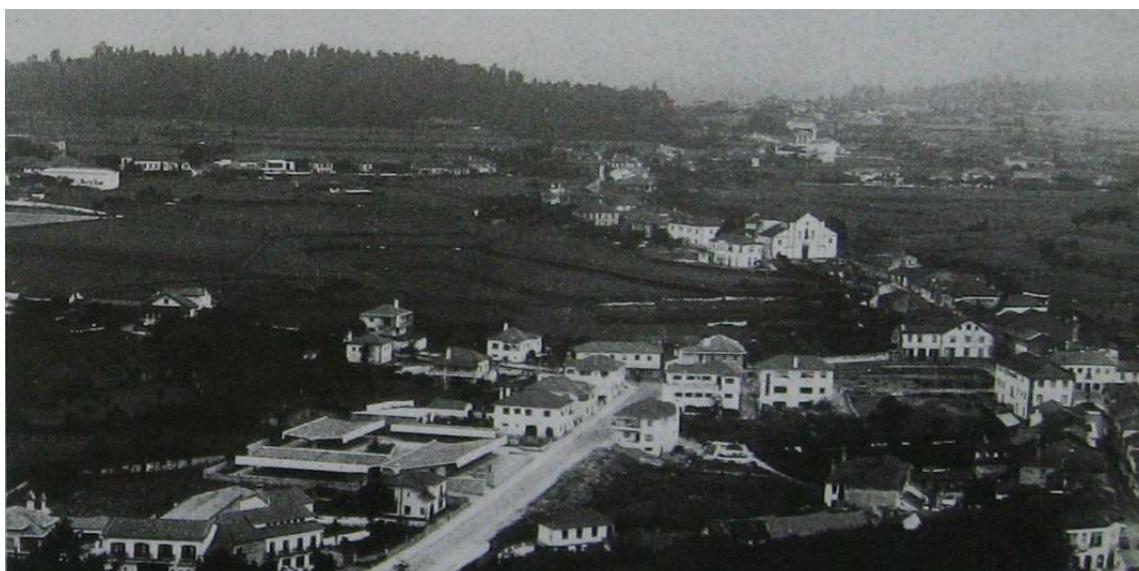


C – Mercado de Vila da Feira

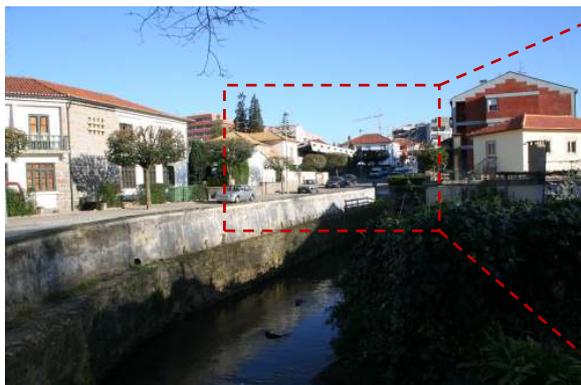
Anexo II.67

Vista aérea

Fonte: (Becker e tal., 1997: 223)



Anexo II.68
Enquadramento do edifício



1 Vista da Rua António Castro Côrte-Real (a sul da Rua dos Descobrimentos)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



2 Pormenor do enquadramento do mercado (retirado da foto 1)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



3 Vista da Rua dos Descobrimentos, obtida de Norte
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



4 Vista do Castelo a partir do interior do mercado
Fonte: (Galeria Forum Viséu, 1988: 65)

Anexo II.69
Exterior



1 Fachada Nascente, frente urbana da R. dos Descobrimentos
Vista da entrada destinada à descarga de géneros alimentares, à esquerda; Escadaria de acesso à plataforma
Fonte: (Trigueiros, 1993: 60)



2 Entrada do público a norte
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



3 Vista actual da fachada Nascente
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



4 Terraço para o qual abrem as lojas exteriores do corpo Nascente (C1)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

NOTA: É possível visualizar o encastramento da consola em betão armado na parede resistente em granito, através de um apoio vertical.

Anexo II.70
Interior

corpo C1

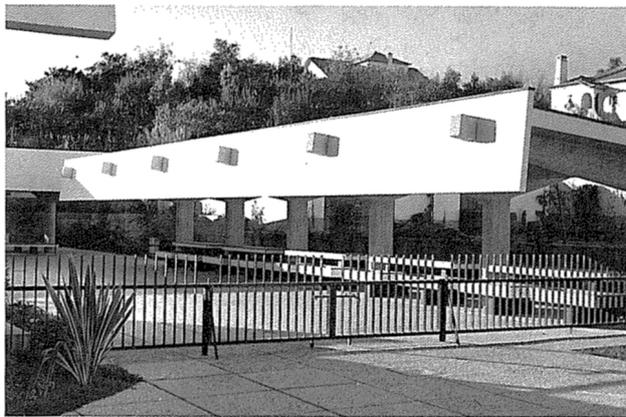
(piso inferior orientado para o pátio, estabelecimentos para talhos)



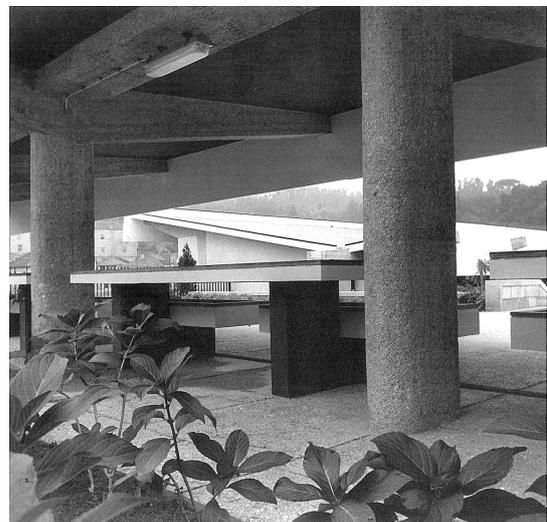
1 Galeria coberta na frente das lojas
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

corpo C2

(nível superior, zona de flores e frutos)



2 Fachada do corpo C2
Fonte: (Trigueiros, 1993: 60)



3 Vista das bancas para flores e frutos
(vista a partir da zona dos vendedores)
Fonte: (Trigueiros, 1993: 62)

corpo C3
(nível superior, zona de hortaliças)



4 Corpo C3, venda de hortaliças
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



5 Escadaria interior de ligação entre os dois níveis, entre os corpos C3 e C4
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



6 Pormenor banca das hortaliças, pia de lavagem
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



7 Corpo C3, venda de hortaliças
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

corpo C4
(nível superior, zona de peixe e criação)



8 Corpo C4, área encerrada
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007



9 Vista do corpo C4, ao fundo, e do corpo C1 à direita, a partir da entrada sul (das descargas)
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

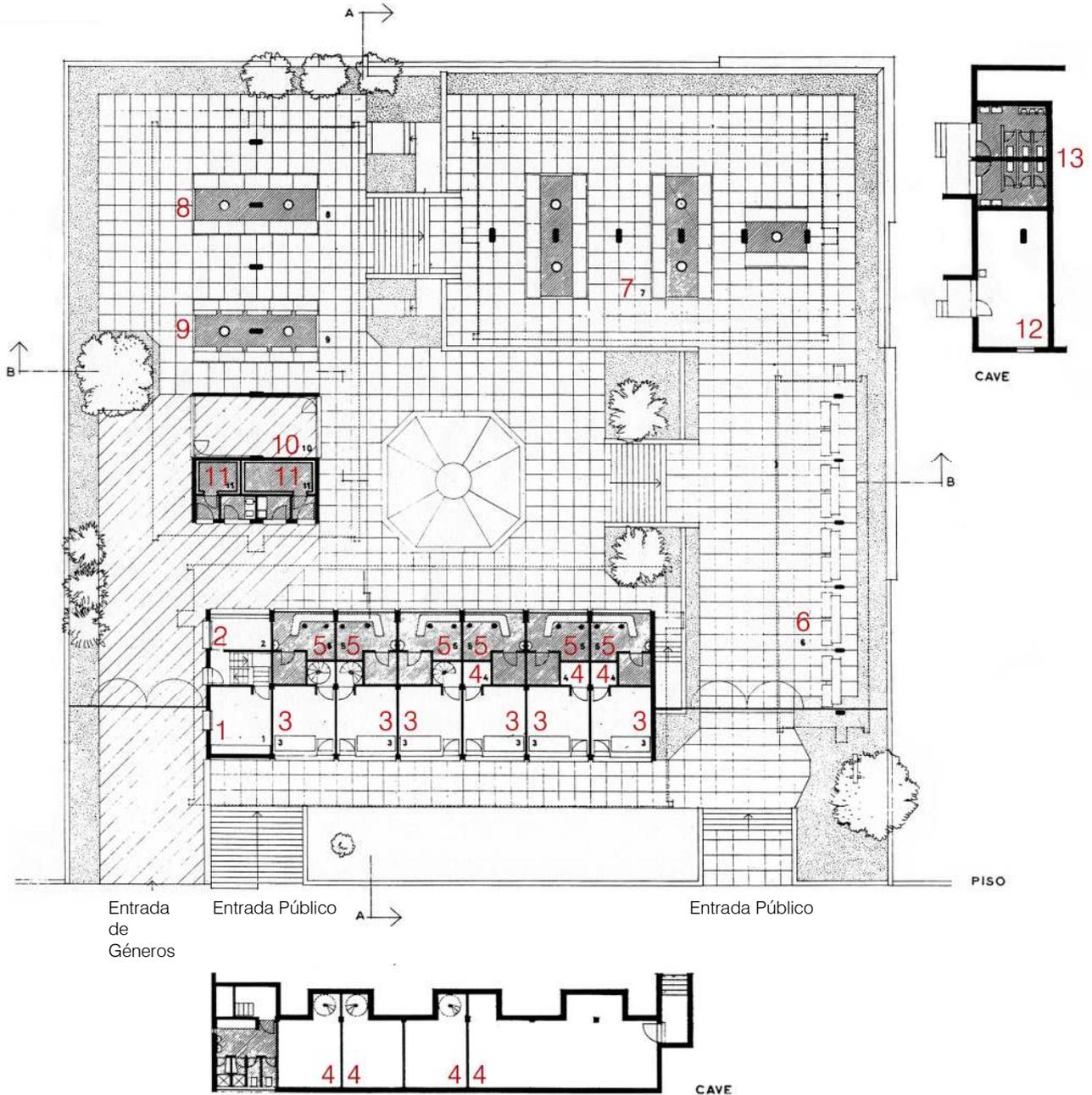


10 Corpo C4, bancas do pescado
Fonte: (Esposito, Leoni, 2005: 104)

Anexo II.71

Planta do Conjunto, representação dos dois níveis

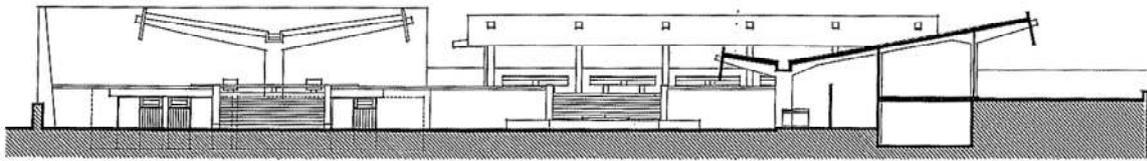
Fonte: (Trigueiros, 1993: 59)



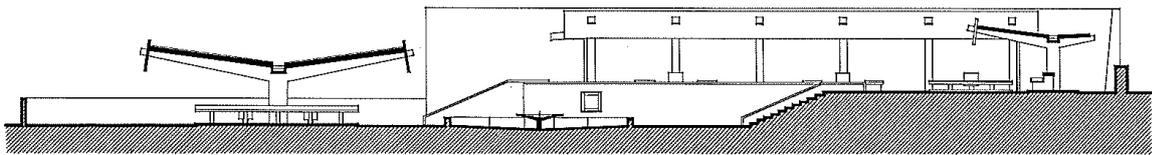
Anexo II.72

Cortes A e B

Fonte: (Trigueiros, 1993: 60-61)



CORTE A



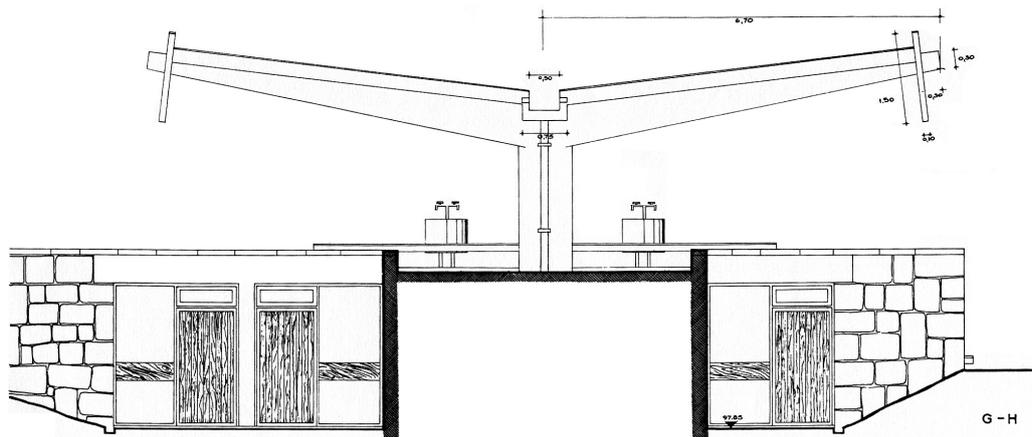
CORTE B

Anexo II.73

Corte de Pormenor G-H

Corte pelas escadas de ligação ao corpo C3 e C4; Alçado Sul do corpo C3

Fonte: (Trigueiros, 1993: 58)

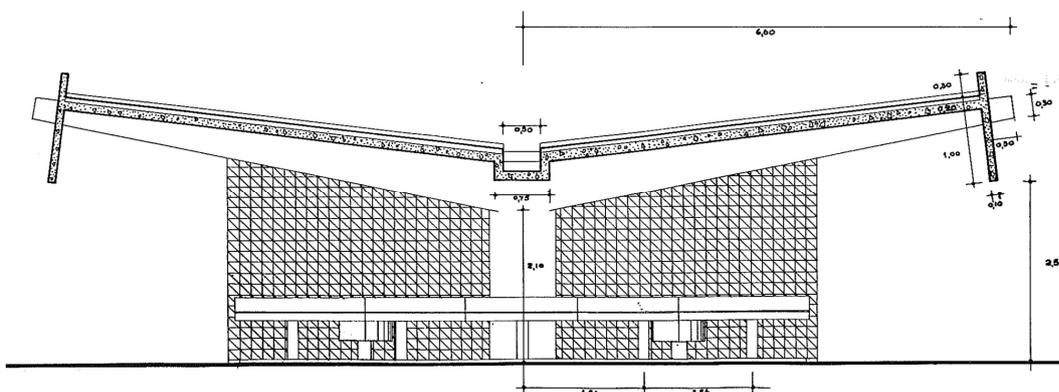


G - H

Anexo II.74

Corte de Pormenor corpo C4

Fonte: (Trigueiros, 1993: 63)



ANEXOS

CAPÍTULO 3 – Arquitectura Contemporânea Portuguesa: Finais do Séc. XX – Início do Séc. XXI

3

ANEXOS CAPÍTULO 3.1

CONTEXTO HISTÓRICO



Anexo II.75

MERCADO MUNICIPAL de ST.º ANTÓNIO DAS AREIAS
Arqt.º João Teles Rebolo
St.º António das Areias, Marvão
1985-1988

Fonte Ortofoto: Google Earth [12/06/2008]

Fonte dos restante elementos: (Rebolo, 1990: 46-48)

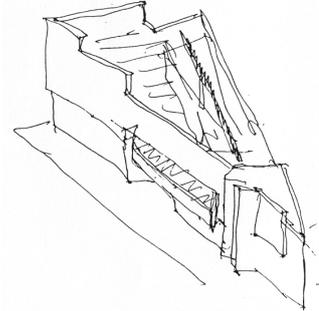
Fotografias de António Alfaiate



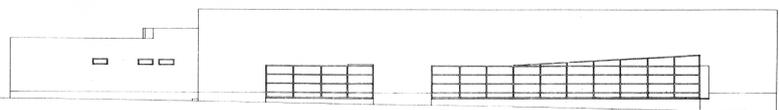
1 Fachada Sul



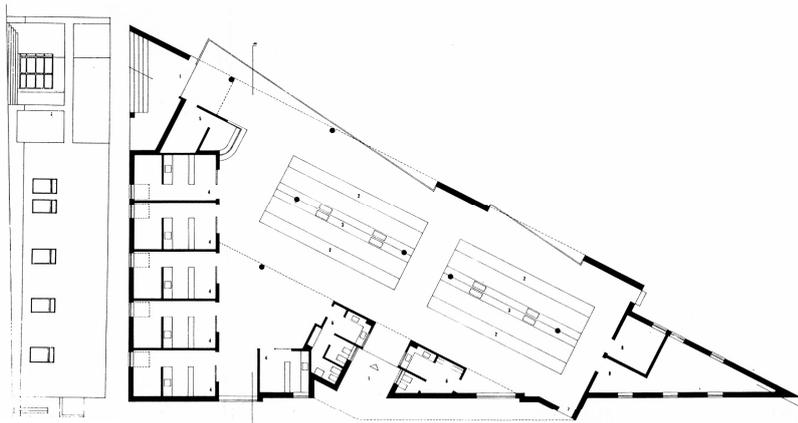
2 Átrio da entrada sul



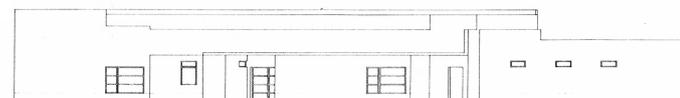
Esquízo do autor



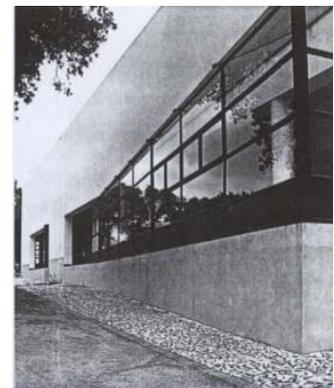
ALÇADO POENTE



ALÇADO SUL



ALÇADO NASCENTE



3 Fachada Poente



Anexo II.76

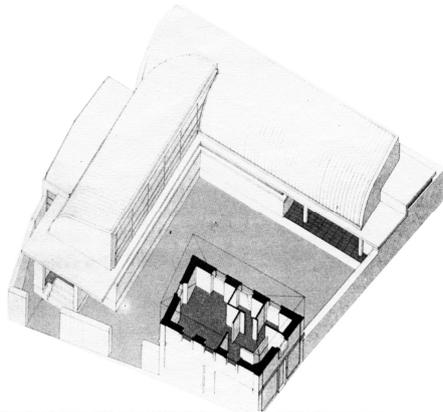
MERCADO MUNICIPAL do MUCIFAL

Arqt.º Luiz Trigueiros

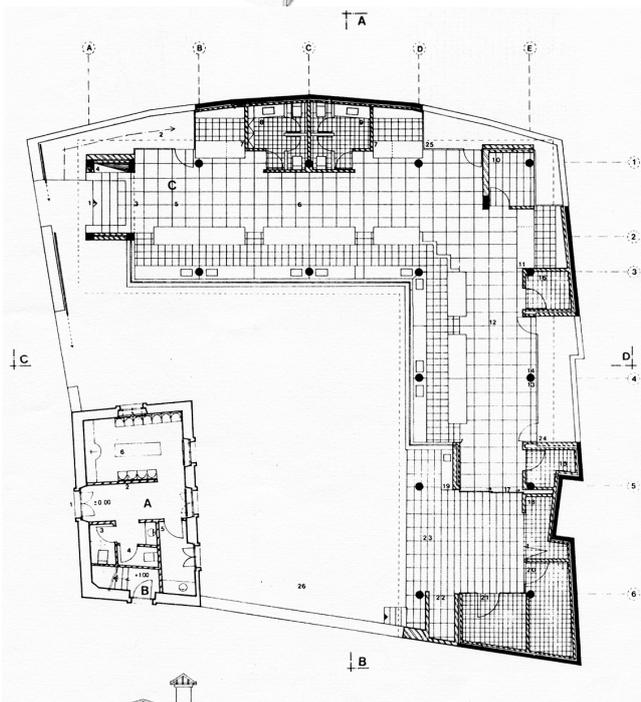
Mucifal, Sintra

1991

Fonte Ortofoto: Google Earth [12/06/2008]



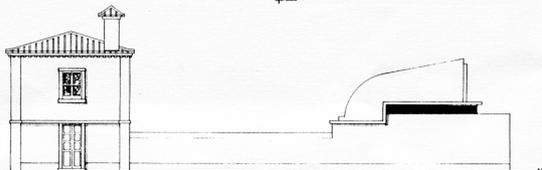
1 Fachada Nordeste, entrada



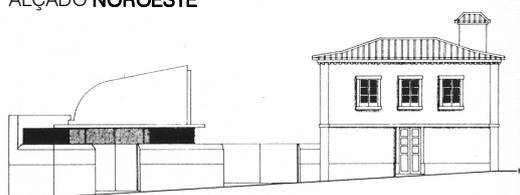
2 Pátio, vista de Noroeste



3 Pátio, vista de Noroeste



ALÇADO NOROESTE



ALÇADO NORDESTE

Fonte Fotos: Blogue *O Arrumário* (Notícia de Janeiro de 2007), Disponível em: <http://arrumario.blogspot.com/search?q=Mucifal>

Fonte elementos desenhados: (Trigueiros, 1991: 123-125)



Anexo II.77

MERCADO 31 DE JANEIRO (e Saldanha Residence)
Arquitectos João Paciência, Javier Adalid e Felicísimo Saenz
Lisboa
1996

Fonte Ortofoto: Google Earth [12/06/2008]
Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1



2



3



4



5



6

1_Fachada Nascente 2_Entrada pela fachada Norte 3_Escadaria central de acesso ao piso superior 4_Piso inferior, bancas horto-frutícolas 5_Piso superior, bancas de peixe 6_Rampa de acesso entre pisos

ANEXOS CAPÍTULO 3.2
CASOS DE ESTUDO

3.2.1 Mercado Municipal de Braga (do Carandá)

Braga
Arquitecto Eduardo Souto de Moura
1980 - 1984
Remodelação pelo Arqt.º Eduardo Souto de Moura
1999 - 2001

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.78

Ortofoto-mapa do Bairro do Carandá, Braga

Envolvente ao edifício

Fonte: Google Earth [25/07/2008]



A – Mercado do Carandá

Anexo II.79

Vista Aérea

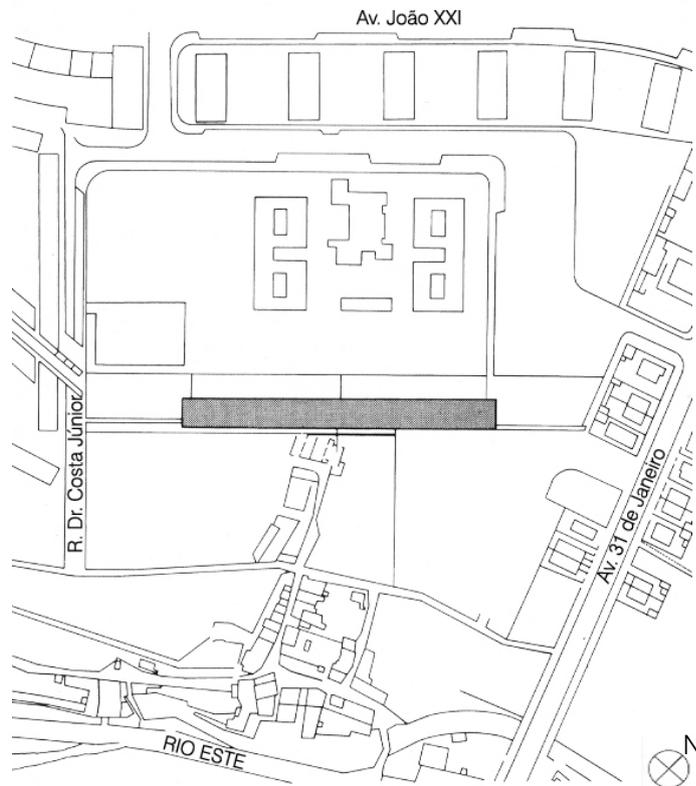
Fonte: (Moura, 1997: 80)



Anexo II.80

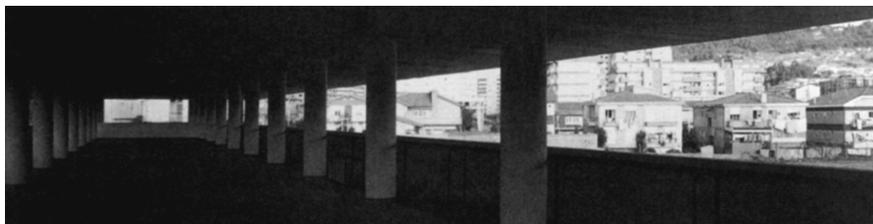
Planta de Localização do projecto

Fonte: (Moura, 1997: 80)



Anexo II.81

Enquadramento durante o seu funcionamento enquanto mercado



1 Vista da envolvente, a partir do piso superior do mercado
Fonte: (Trigueiros, 2000)

Anexo II.82

Enquadramento actual do edifício, Mercado Cultural do Carandá

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Vista sobre a praçeta de estacionamento a Sudeste do edifício, a partir da passagem superior



2 Vista Sudoeste, a partir da Rua Dr. Costa Júnior

MERCADO MUNICIPAL DO CARANDÁ 1984

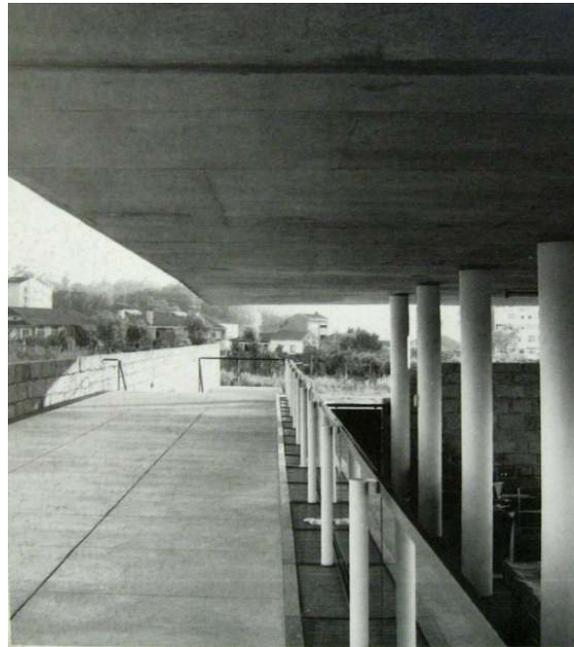
Anexo II.83
Exterior



1 Fachada Sudeste

É visível ao fundo a escadaria de acesso à
passagem superior

Fonte: (Moura, 1997: 80)



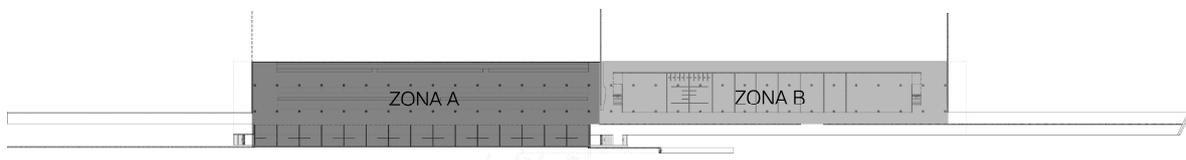
2 Passagem superior que permite a ligação exterior entre
os dois topos do mercado

Fonte: (Trigueiros, 1994: 44)

Anexo II.84

Representação das zonas designadas de A e B

Esquema realizados sobre elementos cedidos (em formato digital) pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura



Anexo II.85
Interior
ZONA A



1 Muro transversal de granito entre as duas zonas

É visível à direita o acesso pela fachada sudeste

Fonte: (Moura, 1997: 83)



– À esquerda bancas do peixe, ao centro o espaço destinado às bancas amovíveis e à direita os espaços encerrados por baixo da passagem superior
– À direita é ainda visível o percurso (marcado pelo desnível do pavimento) que atravessa o mercado na direcção Nordeste-Sudoeste

2 Interior do espaço de mercado

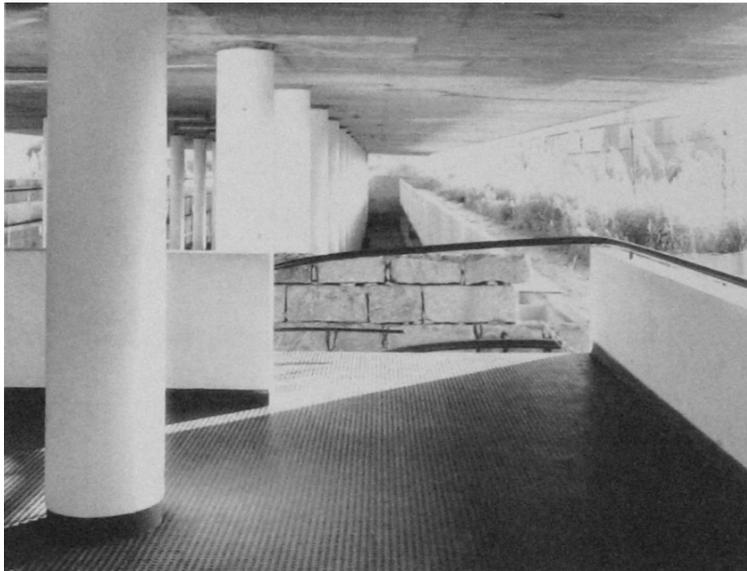
Fonte: (Moura, 1997: 82-83)

Anexo II.86
Interior
ZONA B



1 Área descoberta a Noroeste da zona B

Fonte: (Trigueiros, 2000: 44)



2 Piso superior da zona B
Fonte: (Trigueiros, 2000: 47)



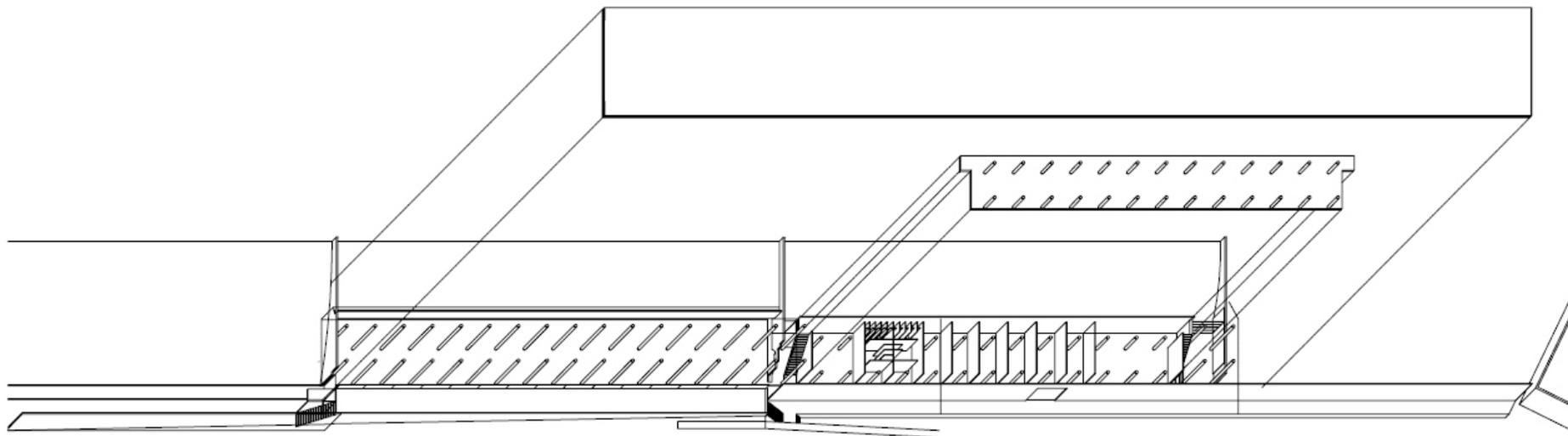
3 Vista do amplo espaço aberto do piso superior
Foto: Ana Rita Oliveira, 2007

A construção inicial contemplava duas entradas na fachada Sudeste (ver planta, anexo II.91): a que se situa ao fundo da imagem, junto às escadas, e uma segunda que é visível na vista aérea do anexo II. 82. Esta segunda abertura, posteriormente à construção do mercado, foi alargada expondo ao exterior, como é visível na foto, parte dos espaços encerrados do piso térreo.

Anexo II.87

Axonometria

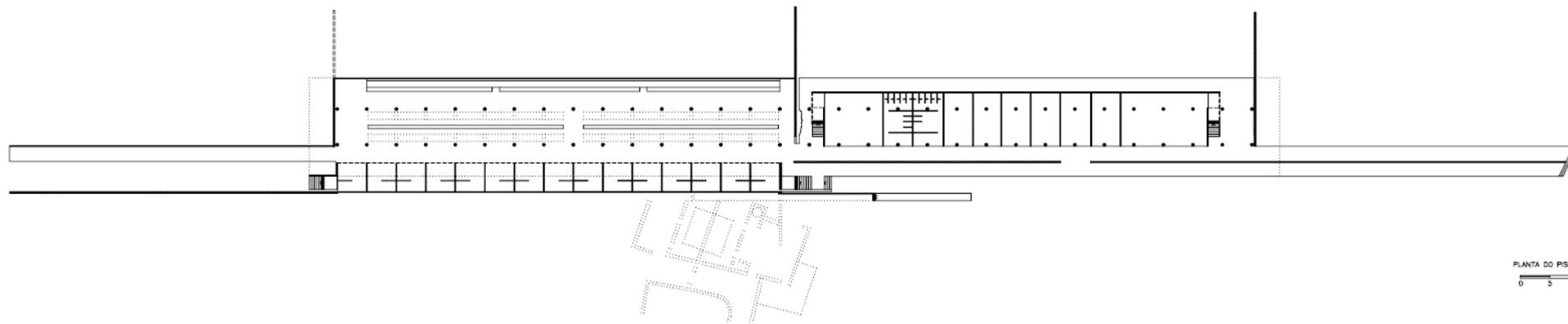
Fonte: Imagem (em formato digital) cedida pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura



Anexo II.88

Planta do Piso 0 (térreo)

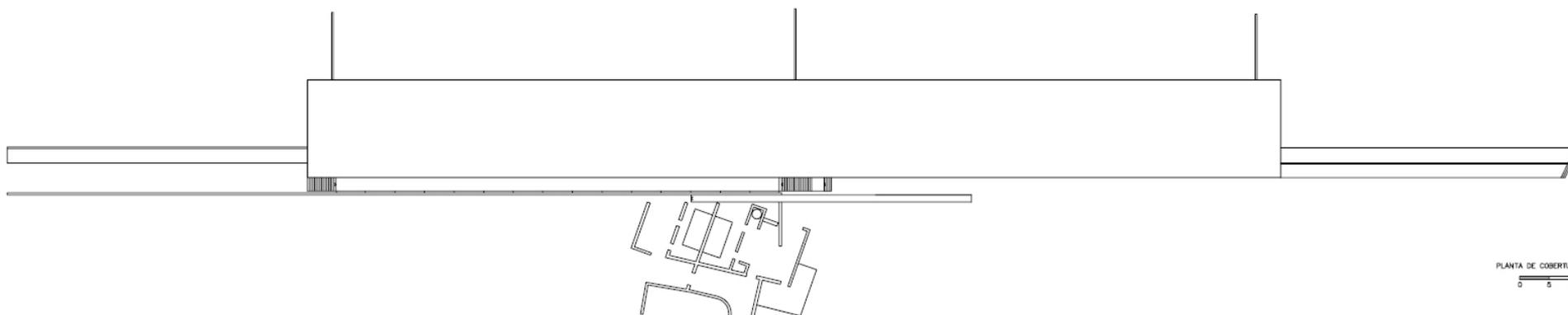
Fonte: Imagem (em formato digital) cedida pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura



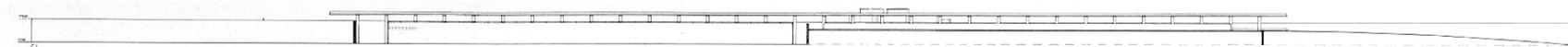
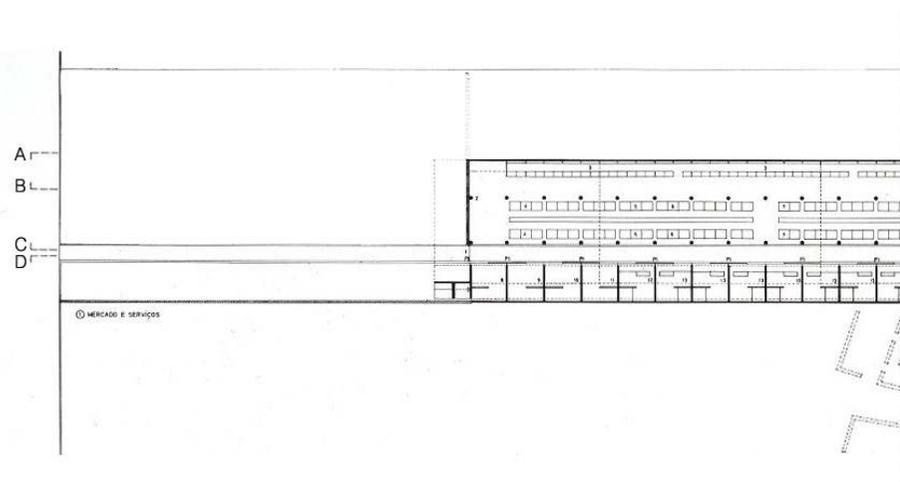
Anexo II.89

Planta de Cobertura

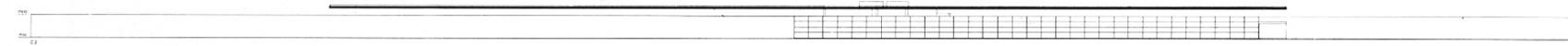
Fonte: Imagem (em formato digital) cedida pelo atelier do arquitecto Eduardo Souto de Moura



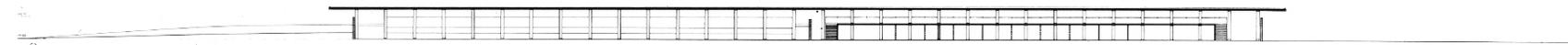
Anexo II.90
Cortes Longitudinais do edifício
Fonte: (Trigueiros, 2000: 43)



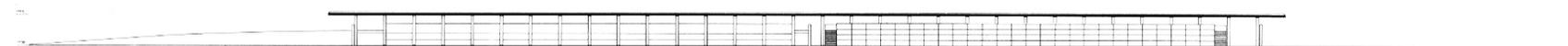
CORTE A



CORTE D



CORTE B

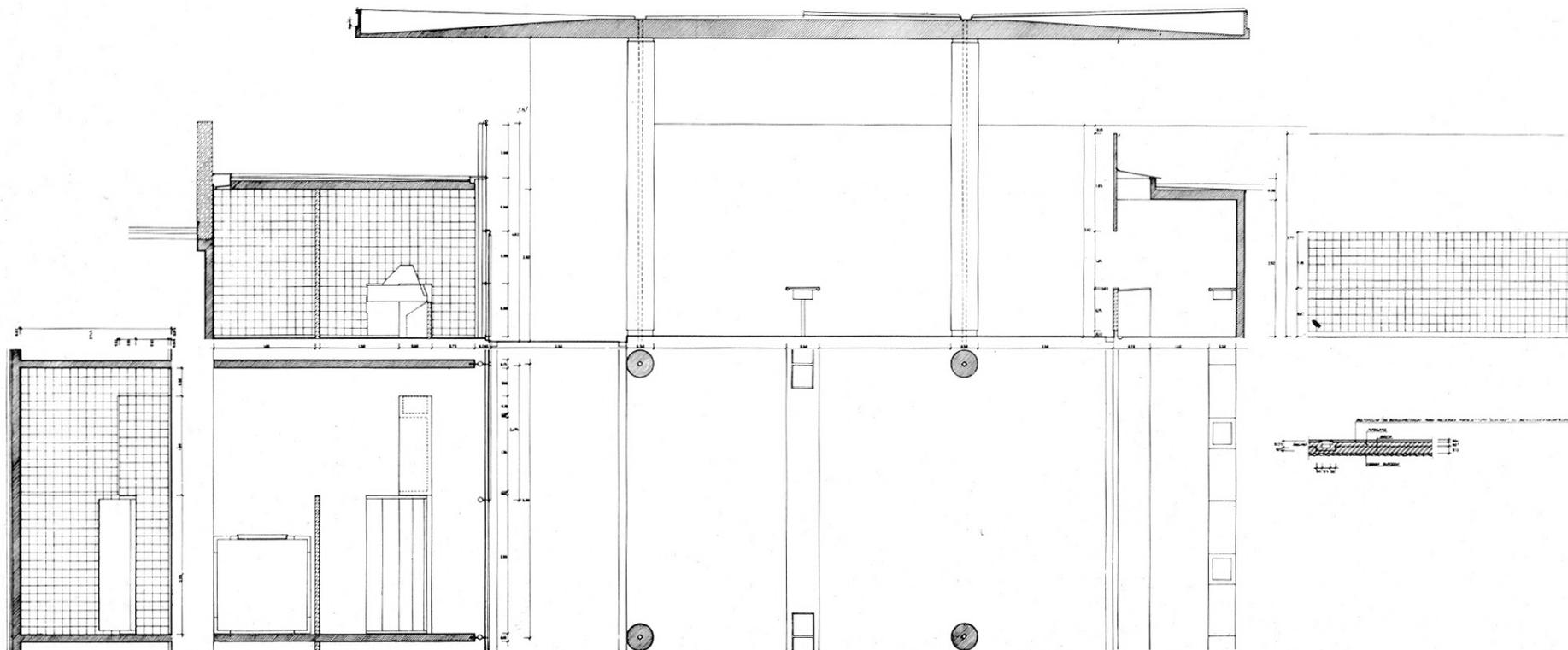


CORTE C

Anexo II.91

Planta, alçados e corte transversal: zona A

Fonte: (Trigueiros, 2000: 44)



Anexo II.92

Reabilitação da zona poente (A) – Escola de Dança

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Vista do jardim a partir da passagem superior; área correspondente ao antigo espaço de venda em bancas



2 O percurso ladeado de espaços comerciais, antigas lojas do mercado



3 Antigas bancas do peixe; actualmente servem de fachada à escola de dança



4 Entrada pela fachada Sudeste, junto ao eixo central do edifício

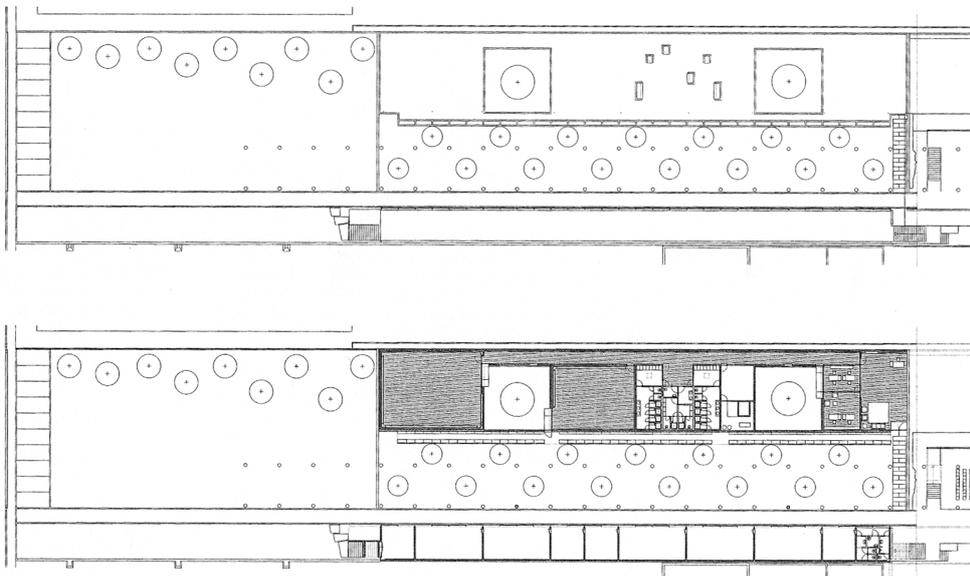


5 Entrada da Escola de Dança, ao fundo da imagem, situada junto ao muro transversal central

Anexo II.93

Plantas Piso 0 e Cobertura da intervenção concluída em 2001 (zona sudoeste)

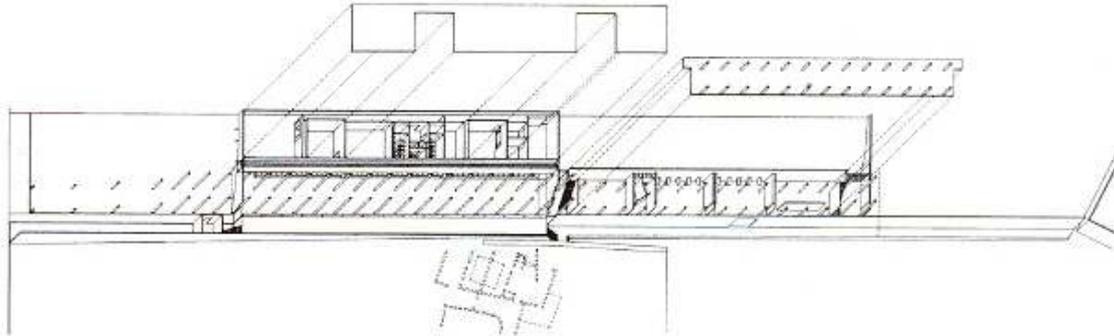
Fonte: (Esposito, Leoni, 2003: 75)



Anexo II.94

Axonometria da intervenção concluída em 2001

Fonte: (Moura, 1997: 83)



3.2.2 Mercado Municipal de Tavira

Tavira

GAT Tavira: Arqt.º António P. Serra Alves

Eng.º civil Custódio J. Mestre do Livramento (director)

1990-1999

INSERÇÃO URBANA

Anexo II.95

Ortofoto-mapa de Tavira

Envolvente ao edifício

Fonte: Google Earth [30/07/2008]



B – (novo) Mercado Municipal de Tavira

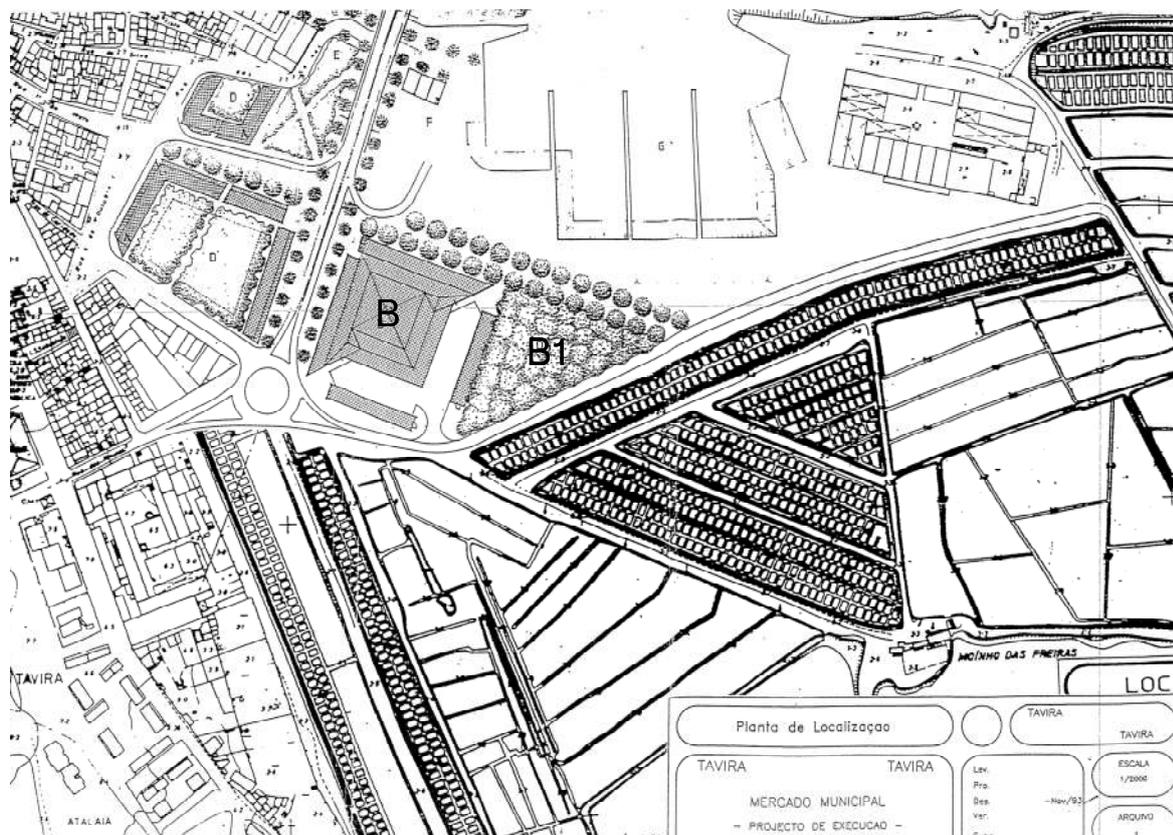
a – Antigo Mercado Municipal, actualmente designado de Mercado da Ribeira

Anexo II.96

Planta de Localização

Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira



B – Mercado Municipal de Tavira

B1 – Parque de estacionamento (arborizado) do mercado

Anexo II.97

Paisagem da área envolvente ao mercado

Fonte: NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda (2006) *Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Pesca de Tavira*, Vol. IV, Resumo Não Técnico, Instituto Português e dos Transportes Marítimos – Delegação dos Portos do Sul (IPTM – DPS), p.9, Disponível em: http://www2.apambiente.pt/ /IPAMB_DPP/docs/RNT1232.pdf [30/08/2008]



Vista a partir de Norte, do Rio Gilão, com o mercado em pano de fundo do lado direito

Anexo II.98

Enquadramento

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Vista da alameda de plátanos situada na frente da fachada Norte



2 Vista da alameda de palmeiras situada na frente da fachada Poente; à esquerda galeria de lojas exteriores e à direita a Av. D. Manuel I



3 Vista do mercado (parte da fachada sul) e da Rotunda dos Navegadores, obtida de nascente



4 Salinas, situadas a nascente do mercado



5 Parque de estacionamento arborizado, situado a nascente do mercado

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.99

Exterior

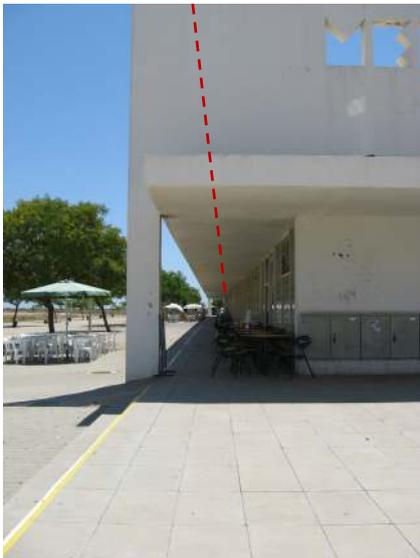
Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Entrada principal, pela fachada poente



1.2 Galeria de lojas da fachada Poente



1.1 Galeria de lojas da fachada Norte



2 Fachada Sul

Na imagem:

- à esquerda a galeria da fachada Poente;
- à direita a entrada do público marcada verticalmente por uma grelhagem metálica



3 Fachada Sul

Parque de estacionamento para as cargas e descargas



4 Vista dos dois corpos B situados a sul e a nascente do corpo A do mercado, destinados à venda por grosso



5 Fachada Norte

Anexo II.100

Interior

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Entrada principal

À esquerda acesso ao bloco de sanitários



2 Ala Poente de bancas horto-frutícolas

Vista a partir da entrada principal



3 Vista do piso superior sobre a entrada principal



4 Estabelecimentos comerciais (talhos),
acessíveis pelo interior e pelo exterior
NOTA: No projecto de execução de 1993 as
lojas eram acessíveis unicamente pelo exterior



5 Ala Sul de bancas de peixe

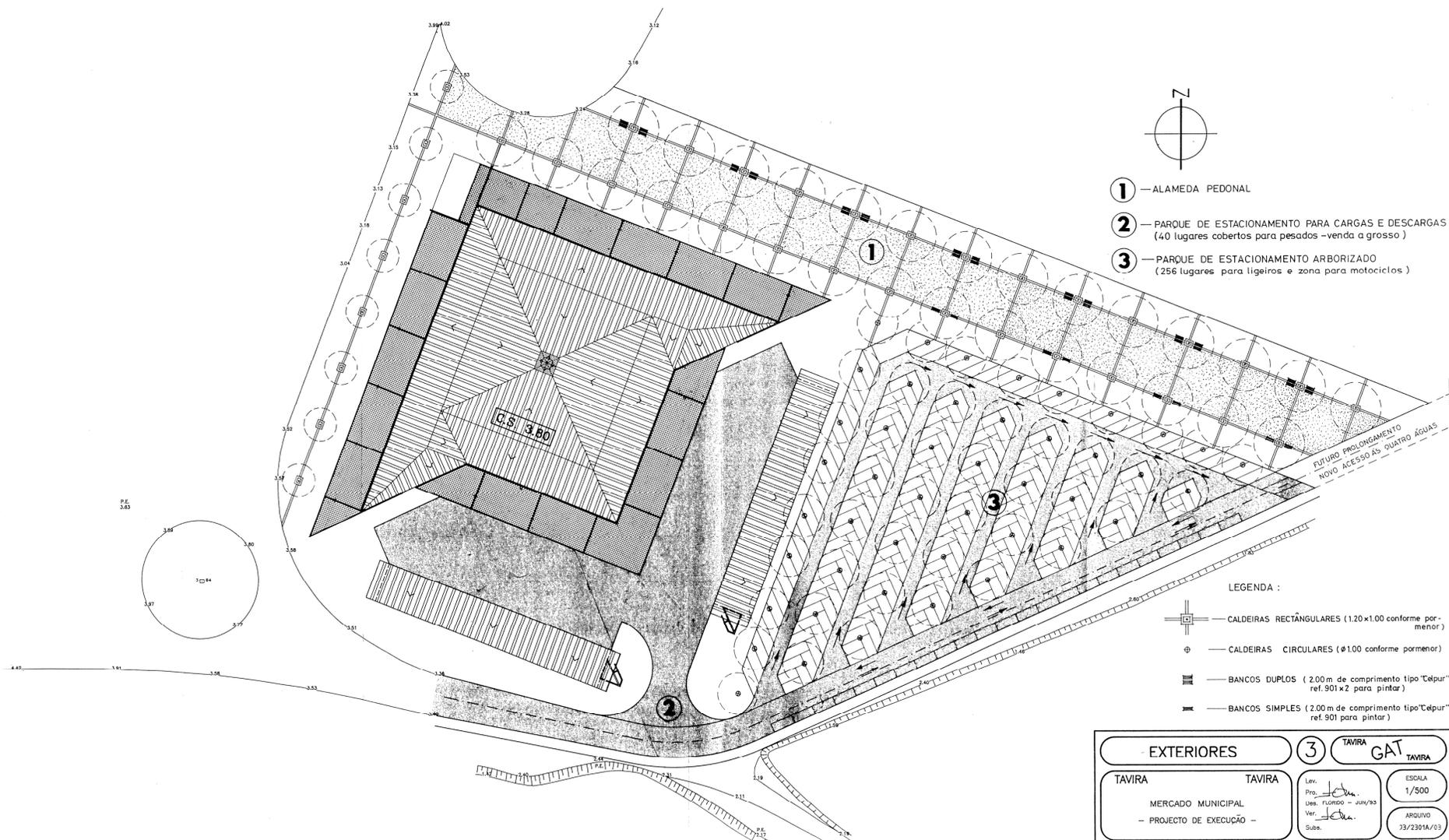


6 Vista do pátio central a partir da entrada
sudeste (cais de carga e descarga de peixe)

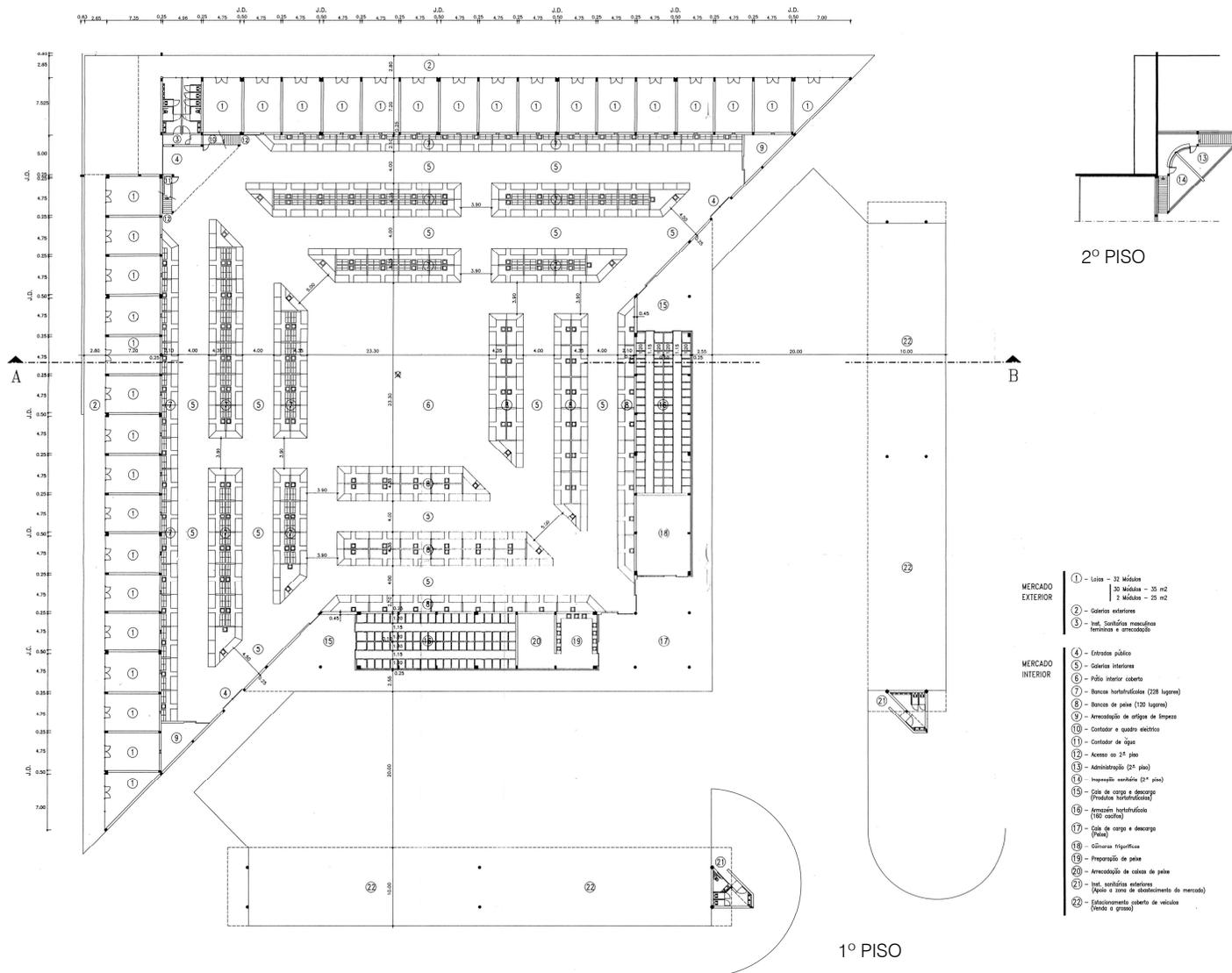
Anexo II.101

Planta de Exteriores

Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993



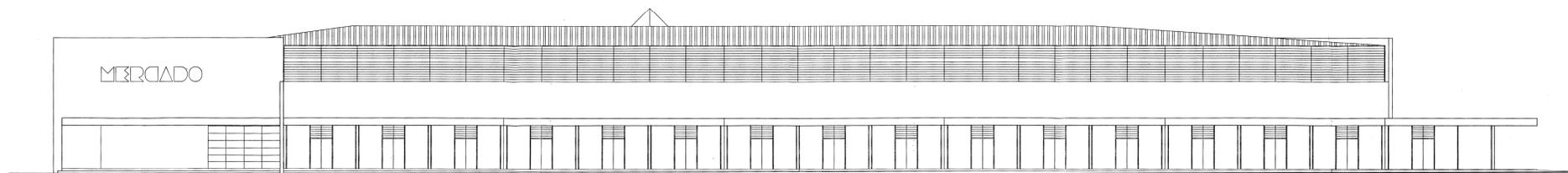
Anexo II.102
Plantas do 1º e 2º pisos
 Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993



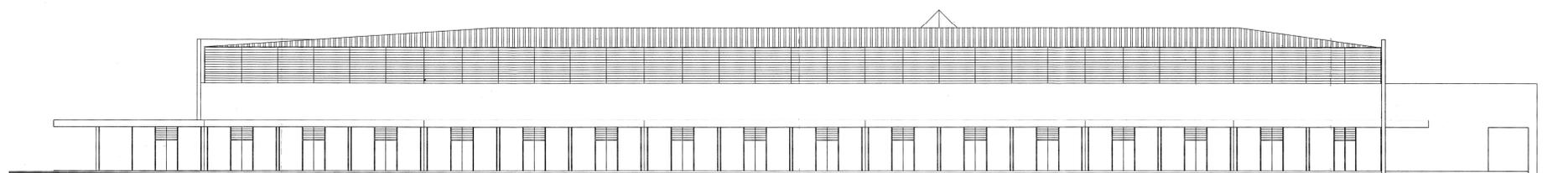
Anexo II.103

Alçados

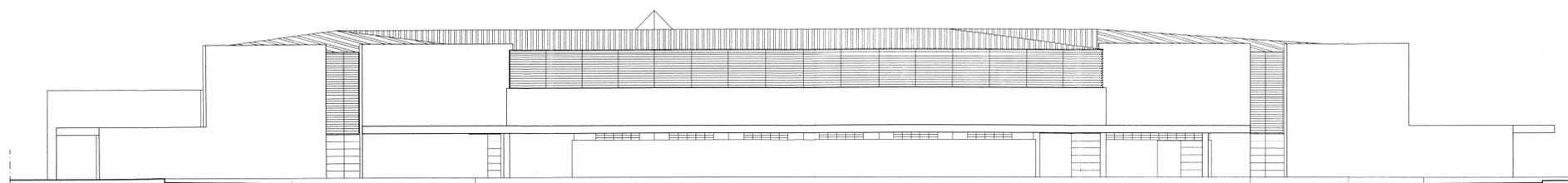
Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993



ALÇADO POENTE



ALÇADO NORTE

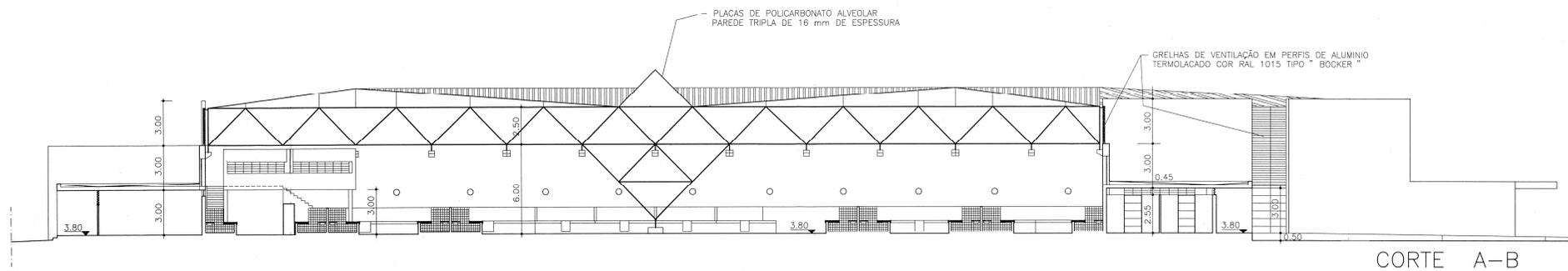


ALÇADO SUL

Anexo II.104

Corte A-B

Projecto de Execução do Mercado Municipal de Tavira, GAT Tavira, 1993



3.2.3 Mercado da Interface Luz-Colégio Militar

Lisboa

CML/DMAU/DEP: Arquitectos Marta Baptista, José Ramos e Catarina Tomé
2000 - 2002

HISTORIAL

Anexo II.105

O aglomerado de venda ambulante antes da construção do mercado

Fonte: Divisão de Estudos e Projectos (DEP) da CML, gentilmente cedido pela Arqt.^a Marta Baptista



INSERÇÃO URBANA

Anexo II.106

Ortofoto-mapa da área envolvente ao Centro Comercial Colombo e Av. Lusíada, Lisboa

Fonte: Google Earth [12/11/2007]



c – Interface Luz-Colégio Militar

Anexo II.107

Ortofoto-mapa da Interface Luz-Colégio Militar

Fonte: *Lisboa Interactiva* (Mapa de Lisboa da CML) Home Page, disponível em: <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt> [12/11/2007]



C – Mercado da Interface

Anexo II.108

Planta Geral

Projecto: Plano de Requalificação do Espaço Público Envolvere ao C.C. Colombo e Quinta da Granja

Fonte: Divisão de Estudos e Projectos (DEP) da CML, gentilmente cedido pela Arqt.^a Marta Baptista



Legenda:

- 1_ Quinta da Granja (privada)
- 2_ Parque Urbano da Quinta da Granja
- 3_ Estacionamento sob viaduto da Av. Lusíada
- 4_ Estacionamento paralelo à Av. Colégio Militar
- 5_ Mercado da Interface (levante)
- 6_ Reformulação do terminal rodoviário

A Av. Lusíada e a respectiva rotunda, bem como os números 2, 3, 4, 5 e 6 fazem parte do plano de requalificação:

_3, 4 e 5 são projectos já concluídos

_2 e 6 ainda não estão concluídos

Anexo II.109

Planta do Interface Luz-Colégio Militar

Projecto: Plano de Requalificação do Espaço Público Envolverte ao C.C. Colombo e Quinta da Granja

Fonte: Divisão de Estudos e Projectos (DEP) da CML, gentilmente cedido pela Arqt.^a Marta Baptista

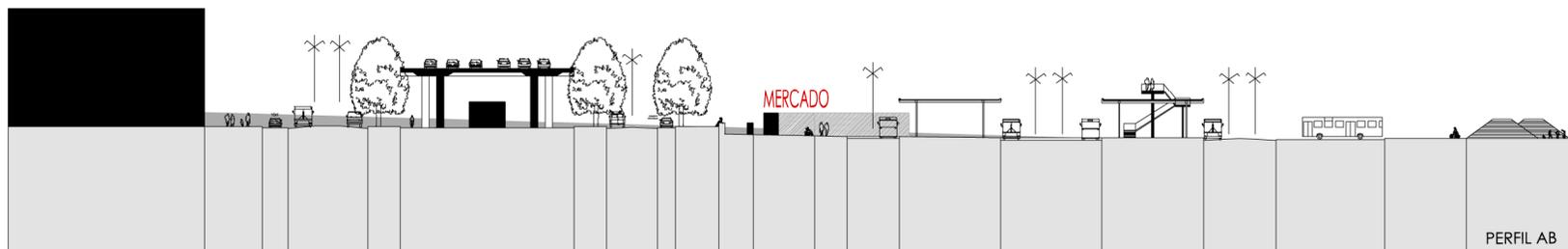


Anexo II.110

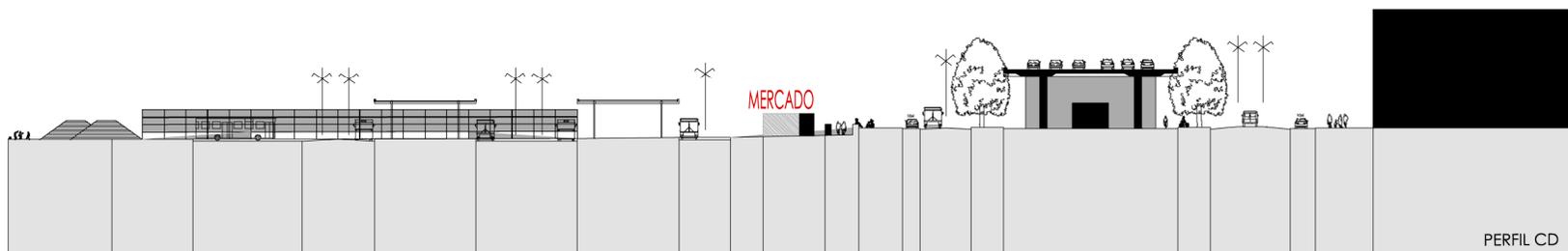
Perfis da Interface Luz-Colégio Militar

Projecto: Interface Luz-Colégio Militar

Fonte: Divisão de Estudos e Projectos (DEP) da CML, gentilmente cedido pela Arqt.^a Marta Baptista



altimetria (cotas do pavimento)		77,20	77,02	77,00	77,20	76,80		77,00	76,80	76,82	75,00	77,00	76,20	75,20	75,20	75,70	75,50	75,20	75,28	75,30	75,50	75,50
designação do tipo de espaço	centro comercial colombo	passelo	via automóvel	passelo	zona estrutural de passelo	passelo	via automóvel	passelo	passelo	via autocarro	estacionamento autocarro	passelo	parque urbano									
planimetria		8 m	3,5 m	11 m	24 m	4,5 m	7 m	2,5 m	6 m	4,7 m	8,5 m	4,5 m	7 m	14 m	14 m	14 m	10 m	15 m	11,5 m	10 m		



altimetria (cotas do pavimento)		75,50	75,50	75,28	75,30	75,50	75,50	75,20	75,20	75,20	76,00	77,00	76,80	77,00	74,80	77,80	77,00	77,00	77,02	77,20		
designação do tipo de espaço	parque urbano	passelo	estacionamento autocarro	via autocarro	passelo	via autocarro	passelo	via autocarro	passelo	via automóvel	passelo	zona estrutural de passelo	passelo	via automóvel	passelo	centro comercial colombo						
planimetria	10 m	11 m	15 m	10 m	14 m	14 m	14 m	7 m	5 m	8,5 m	5 m	6 m	2,5 m	7 m	4,5 m	24 m	4,5 m	11 m	3,5 m	8 m		

184 m

16.9 m

Esc. 1/1000

Anexo II.111
Enquadramento

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007

1 Envolvente à interface obtida da passagem pedonal superior que faz a ligação à zona da Av. General Norton de Matos (2ª circular)



1.1 Interface Luz- Colégio Militar em primeiro plano, vista obtida de sul;
Em pano de fundo o centro comercial Colombo e o viaduto da Av. Lusíada



1.2 Av. do Colégio Militar



1.3 Parque de estacionamento paralelo à Av. Colégio Militar em primeiro plano e Estádio do SLBenfica em pano de fundo



2 Vista Nordeste do Mercado obtida do parque de estacionamento sob o viaduto da Av. Lusíada



3 Terminal rodoviário, ainda não intervencionado



4 Terminal rodoviário, entrada da estação do Metro Luz-Colégio Militar

ANÁLISE ARQUITECTÓNICA

Anexo II.112

Mercado da Interface

Fotos: Ana Rita Oliveira, 2007



1 Lado Sul do mercado, para o qual estão orientados os postos de venda



2 Vista de sudeste
A concavidade formada pela disposição curva da planta cria uma praqueta na frente dos postos de venda



3 Lado Norte (tradoz) do mercado, rampa que liga à cota inferior



4 Lado Norte (tradoz) do mercado



5 Passagem entre dois blocos, escadas de ligação à cota inferior na frente do mercado



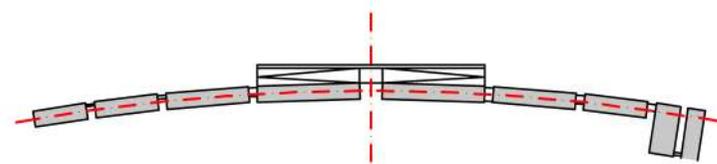
6 Vista da passagem central de acesso à rampa no tradoz

Anexo II.113

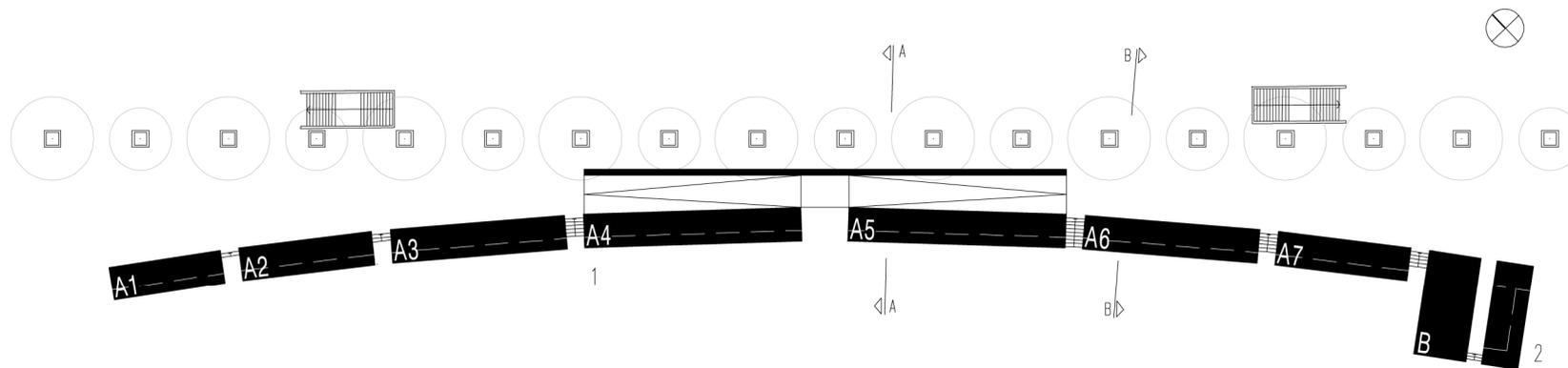
Planta e Alçados do Mercado

Projecto: Mercado da Interface Luz-Colégio Militar

Fonte: Divisão de Estudos e Projectos (DEP) da CML, gentilmente cedido pela Arqt.ª Marta Baptista



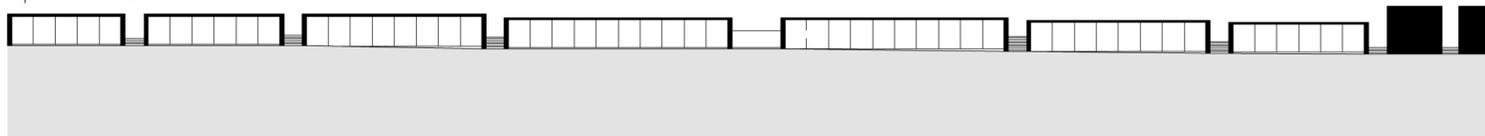
ALÇADO NORTE . NORTH ELEVATION



MERCADO DO INTERFACE - PLANTA . STREET MARKET - PLAN VIEW

- 1. QUIOSQUES / SELLING UNITS
- 2. EQUIPAMENTO / EQUIPMENT-FACILITIES BUILDING

ALÇADO SUL . SOUTH ELEVATION



Esc.

1/700

Anexo II.114

Corte B

Projecto: Mercado da Interface Luz-Colégio Militar

Fonte: (Baptista, 2003: 27)

